

Recrutamento Parlamentar

Os Deputados Portugueses
da Constituinte à VIII Legislatura

Título: Recrutamento Parlamentar
- Os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura

Autores: André Freire, Tito Matos, Vanessa Alcântara de Sousa

Capa: Composição a partir de foto gentilmente cedida pela Assembleia da República

Execução gráfica: Soartes - artes gráficas, lda.

Depósito Legal: 173538/01

Tiragem: 1500 exemplares

ISBN: 972-9311-65-X

STAPE - Novembro de 2001

ÍNDICE GERAL

Prefácio	VII
Biografias dos investigadores	IX
INTRODUÇÃO	1
<i>André Freire</i>	
1. TEORIA E METODOLOGIA	7
<i>André Freire</i>	
– Teorias das elites	10
– Teoria dos campos	12
– Institucionalismo	13
– Novo institucionalismo	15
– Amostragem e fontes primárias	19
2. SISTEMA POLÍTICO, PARTIDOS E RECRUTAMENTO PARLAMENTAR	23
<i>André Freire</i>	
– Sistema político e recrutamento parlamentar	25
– Sistema eleitoral e recrutamento parlamentar	30
– Partidos políticos e recrutamento parlamentar	45
3. ORIGEM SOCIAL DOS DEPUTADOS PORTUGUESES	55
<i>André Freire</i>	
– Género	57
– Idade	61
– Escolaridade	66
– Área de estudos universitários	71
– Profissão	76
4. CAPITAL SOCIAL DOS DEPUTADOS PORTUGUESES	87
<i>André Freire</i>	
– Organizações de interesses	91
– Organizações cívicas	96

5. CARREIRAS POLÍTICAS DOS DEPUTADOS PORTUGUESES	103
<i>André Freire</i>	
– Cargos dirigentes nos partidos políticos	105
– Cargos em órgãos políticos electivos	113
6. ATITUDES DE RESPONSÁVEIS PARTIDÁRIOS SOBRE O RECRUTAMENTO PARLAMENTAR	127
<i>Tito Matos e Vanessa Duarte de Sousa</i>	
– Origem social	129
– Género e Idade	130
– Níveis e tipos de competências escolares e profissionais	132
– Ligações organizacionais dos candidatos	135
– <i>Curriculum</i> partidário e político dos candidatos	137
– <i>Curriculum</i> partidário	137
– <i>Curriculum</i> político	139
– Notoriedade e prestígio regionais	141
7. CONCLUSÕES	145
<i>André Freire</i>	
– Sistema eleitoral, sistema partidário e recrutamento Parlamentar	147
– Origem social dos deputados	151
– Carreiras políticas	154
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	155
FONTES PRIMÁRIAS	165
ANEXOS	171
– ANEXO 1: Entrevistas	173
– ANEXO 2: Tipologia de Cargos Dirigentes nos Partidos Políticos Portugueses	223
– ANEXO 3: Tabelas Estatísticas	229

ÍNDICE DE FIGURAS

– Figura 1	15
------------------	----

ÍNDICE DE QUADROS

– Quadro 1: Parlamento, partidos, governos, primeiros ministros e presidentes na democracia portuguesa	27
– Quadro 2: Sistemas eleitorais, padrões de recrutamento e representação política	40
– Quadro 3: Papel dos órgãos dos quatro principais partidos na elaboração das listas de deputados à Assembleia da República	46
– Quadro 4: tipologia das principais agências e processos de decisão no recrutamento parlamentar do CDS/PP, PCP, PS e PSD	52

ÍNDICE DE GRÁFICOS

– Gráfico 1: Sexo dos deputados	57
– Gráfico 2: <i>Ratio</i> deputadas/deputados por partidos	59
– Gráfico 3: Médias de idades dos deputados por partidos	62
– Gráfico 4: Idades dos deputados por escalões etários	64
– Gráfico 5: Deputados com 50 e mais anos, por partidos	64
– Gráfico 6: Deputados até 35 anos, por partidos	65
– Gráfico 7: Níveis de escolaridade dos deputados	67
– Gráfico 8: Deputados com instrução até ao secundário, por partidos	69
– Gráfico 9: Deputados com escolaridade universitária, por partidos	70
– Gráfico 10: Área de estudos universitários dos deputados	71
– Gráfico 11: Deputados com estudos em Direito, por partidos	72
– Gráfico 12: Deputados com estudos em Engenharia, por partidos	73

– Gráfico 13: Deputados com estudos em Economia, por partidos	74
– Gráfico 14: Deputados com estudos em Letras, por partidos	75
– Gráfico 15: Deputados com estudos em Ciências Sociais e Políticas, por partidos	75
– Gráfico 16: Profissões dos deputados	77
– Gráfico 17: Deputados Dirigentes da Função Pública, por partidos	81
– Gráfico 18: Deputados Dirigentes de Empresas, por partidos	82
– Gráfico 19: Deputados Advogados e Juristas, por partidos	83
– Gráfico 20: Deputados Docentes, por partidos	84
– Gráfico 21: Deputados Técnicos Intermédios e Empregados Administrativos, por partidos	84
– Gráfico 22: Deputados Trabalhadores Manuais da Indústria e Agricultura, por partidos	85
– Gráfico 23: Deputados com cargos dirigentes em organizações de Interesses ...	91
– Gráfico 24: Deputados com cargos dirigentes em sindicatos, por partidos	93
– Gráfico 25: Deputados com cargos dirigentes em organizações patronais, por partidos	94
– Gráfico 26: Deputados com cargos dirigentes em ordens profissionais, por partidos	95
– Gráfico 27: Deputados que participam em organizações cívicas	96
– Gráfico 28: Tipo de organizações cívicas em que os deputados participam	97
– Gráfico 29: Participação em organizações recreativas e culturais, por partidos	98
– Gráfico 30: Participação em organizações religiosas, por partidos	98
– Gráfico 31: Participação em organizações de solidariedade social, por partidos ...	99

– Gráfico 32: Participação em organizações académicas, por partidos	100
– Gráfico 33: Participação em organizações ambientais, por partidos	100
– Gráfico 34: Participação em organizações sócio-políticas, por partidos	101
– Gráfico 35: Participação em movimentos de oposição ao Estado Novo, por partidos	102
– Gráfico 36: Deputados com cargos dirigentes nos partidos, por tipo de cargo	107
– Gráfico 37: Deputados que são funcionários dos partidos, por partido	108
– Gráfico 38: Deputados com cargos dirigentes nos partidos, por partido	109
– Gráfico 39: Deputados com cargos dirigentes nos órgãos nacionais dos partidos, por partido	110
– Gráfico 40: Deputados com cargos dirigentes nos órgãos regionais e locais dos partidos, por partido	111
– Gráfico 41: Deputados com cargos dirigentes nos órgãos executivos nacionais dos partidos, por partido	113
– Gráfico 42: Experiência política dos deputados, por tipo de cargos	115
– Gráfico 43: Experiência parlamentar dos deputados, por partidos	118
– Gráfico 44: Experiência parlamentar dos deputados na legislatura anterior, por partidos	119
– Gráfico 45: Número médio de mandatos parlamentares dos deputados, por partidos	120
– Gráfico 46: Deputados com experiência política no governo nacional, por partidos	122
– Gráfico 47: Deputados com experiência política nos governos regionais, por partidos	123
– Gráfico 48: Experiência política autárquica dos deputados, por partidos	123

– Gráfico 49: Deputados com experiência política no Parlamento Europeu, por partidos	124
– Gráfico 50: Experiência política dos deputados, por partidos	125

PREFÁCIO

No âmbito das suas competências estatutárias, não tem o STAPE – Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral poupado esforços, ao longo dos anos, para divulgar publicações de natureza científica que estudam o fenómeno eleitoral, seja o estudo do comportamento eleitoral dos cidadãos portugueses nos diferentes actos eleitorais, seja a análise sociológica do recrutamento dos titulares de cargos políticos, seja, por último, a distribuição etária, por sexos e por experiências profissionais desses titulares de cargos electivos.

Completado o primeiro quarto de século da sua existência, período temporal que testemunha o enraizamento de mecanismos de escolha democrática dos governantes, a nível nacional, regional ou local, baseados no sufrágio eleitoral, pode agora o STAPE dar à estampa um completo estudo elaborado sob a égide do CIES – Centro de Investigação e Estudos de Sociologia por uma equipa de investigadores coordenada pelo Dr. André Freire, Mestre em Ciências Sociais e docente do Departamento de Sociologia do ISCTE, e que versa o recrutamento dos parlamentares desde 1975 até ao presente.

A obra que se apresenta – com o título “Recrutamento Parlamentar: Os Deputados Portugueses da Constituinte à VIII Legislatura” – ficou completa em Agosto de 2001 e foi preparada por uma equipa composta pelos Drs. André Freire (Coordenador), Cristina Marinho, Tito Navarro Matos, Vanessa Duarte de Sousa, tendo desempenhado funções de consultor o Prof. Doutor José Manuel Leite Viegas. Trata-se de uma obra de desenvolvimento e actualização de um anterior estudo também editado pelo STAPE em 1997, denominado “Lógicas de Recrutamento Político: Caracterização Sócio-Política dos Parlamentares Eleitos entre a Constituinte de 1975 e as Legislativas de 1995”, da autoria do Dr. André Freire.

Vale a pena notar que o antecedente estudo editado em 1997 teve uma tiragem de apenas 750 exemplares. A breve trecho verificou-se que o interesse despertado pela obra junto das comunidades política e académica, dos meios de comunicação social, dos estudantes e do público em geral ultrapassava em muito a modéstia da edição, a qual ficou esgotada e impossibilitou uma mais ampla divulgação da obra.

O objectivo central da presente obra é o de proceder a uma caracterização cuidada e completa dos Deputados portugueses ao longo das várias legislaturas que se sucederam após a entrada em vigor da Constituição da República Portuguesa de 1976, procurando detectar convergências no recrutamento e eventuais diferenciações existentes entre os diferentes partidos políticos.

O estudo abrange aspectos atinentes à caracterização social dos Deputados portugueses dos diferentes partidos com representação parlamentar, a análise da caracterização do respectivo “capital social”, incluindo a participação em organizações cívicas e em organizações de interesses, a carreira política, ou seja, os cargos desempenhados no passado e no presente na hierarquia partidária, bem como os níveis de reeleição alcançados. De especial interesse se revela o estudo das atitudes de responsáveis partidários sobre o próprio recrutamento parlamentar.

A partir dos resultados do estudo são elaboradas conclusões que abordam o sistema eleitoral, o sistema partidário e o recrutamento parlamentar, bem como a problemática de origem social dos parlamentares e das carreiras políticas individuais, o *cursus honorum* destas figuras públicas.

De especial interesse se reveste a extensa e cuidada bibliografia que encerra o volume, a qual possibilite aos estudiosos e ao público em geral o aprofundamento de alguns dos temas tratados.

Retomando palavras ditas por ocasião da publicação da obra “Lógicas do Recrutamento Político: Caracterização Sócio-Política dos Parlamentares Eleitos entre a Constituinte de 1975 e as Legislativas de 1995”, continua o STAPE a procurar, de forma objectiva, divulgar, com a publicação do presente estudo, um melhor conhecimento da vida institucional e da natureza do órgão por excelência de representação da soberania, a Assembleia da República. Oxalá o propósito prosseguido continue a ser bem acolhido pelos leitores da obra e que esta possa continuar o êxito da sua antecedente.

STAPE, Agosto de 2001

A Directora-Geral
Maria de Fátima Ribeiro Mendes

BIOGRAFIAS DOS INVESTIGADORES

André Freire

Licenciado em Sociologia, pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE), e mestre em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa (ICS/UL). Actualmente, é professor no Departamento de Sociologia do ISCTE, investigador do CIES (Centro de Investigação e Estudos de Sociologia/ISCTE) e do ICS/UL. O autor tem publicado vários trabalhos, quer sobre recrutamento parlamentar, quer sobre sistemas e comportamentos eleitorais.

Cristina Marinho

Finalista do curso de Psicologia Social do ISCTE. Tem colaborado em vários projectos de investigação no ICS/UL e no CIES.

Tito Matos

Licenciado em Sociologia e Planeamento e mestrando do 1º Curso de Mestrado em Planeamento e Avaliação de Processos de Desenvolvimento, ambos os cursos do ISCTE. Tem colaborado em projectos de investigação no CET (Centro de Estudos Territoriais/ISCTE) e no CIES, sendo actualmente investigador do INESLA (Instituto de Estudos Superiores do Litoral Alentejano), Grândola.

Vanessa Duarte de Sousa

Licenciada em Sociologia e Planeamento e mestranda do 1º Curso de Mestrado em Planeamento e Avaliação de Processos de Desenvolvimento, ambos os cursos do ISCTE. Tem colaborado em projectos de investigação no CET (Centro de Estudos Territoriais/ISCTE) e no CIES, sendo actualmente investigadora do INESLA (Instituto de Estudos Superiores do Litoral Alentejano), Grândola.

José Manuel Leite Viegas (consultor)

Doutorado em Sociologia Política pelo ISCTE. Actualmente, é professor no Departamento de Sociologia do ISCTE e investigador do CIES. O autor tem publicado vários trabalhos sobre cultura política, elites políticas e participação das mulheres na esfera política.

Introdução

André Freire

INTRODUÇÃO

A dimensão populacional e a complexidade das sociedades modernas impede o *governo pelo povo* e, por isso, nas democracias contemporâneas o *governo* é exercido *em representação do povo e para o povo*, mas não directamente por ele. Ou seja, as democracias modernas são fundamentalmente representativas, apesar de alguns elementos complementares de democracia directa (referendos, iniciativa legislativa popular, etc.) (Dahl, 1989 e 1998; Lijphart, 1999).

Tendo em conta o carácter fundamentalmente representativo das democracias modernas, os parlamentos são um elo fundamental na ligação entre a população e o governo. Em primeiro lugar, é sobretudo através das eleições parlamentares que os eleitores escolhem os seus representantes políticos. Em segundo lugar, nos regimes parlamentares e semi-presidenciais é fundamentalmente a partir das eleições para a Câmara Baixa (deputados) que se processa a formação do governo. Em terceiro lugar, o parlamento é uma instituição fundamental no processo de produção legislativa, bem como nas tarefas de controle e legitimação do governo. Por último, fora dos períodos eleitorais o parlamento constitui um canal e um alvo privilegiado para os cidadãos e os diversos grupos de pressão tentarem influenciar a tomada de decisões políticas. Por tudo isto, estudar os parlamentos é absolutamente crucial para perceber o funcionamento do regime democrático.

Na função de representação política os deputados (integrados em partidos políticos) têm um papel fundamental. São eles, na verdade, os agentes concretos da função de representação política. Obviamente que os partidos políticos são talvez o elemento mais fundamental da representação política nas sociedades modernas. Todavia, os deputados são os agentes individuais que dão corpo à função de representação. Da forma como os deputados se relacionam com os eleitores, das suas características e do seu desempenho na arena parlamentar depende em grande medida a qualidade da representação, mas também a eficácia da função legislativa e das funções de fiscalização e legitimação da acção governativa.

Este estudo tem dois objectivos centrais. Em primeiro lugar, pretende-se analisar as normas (formais e informais) e os processos de recrutamento parlamentar. Esta abordagem permitirá compreender como se estruturam as carreiras políticas dos deputados e as respectivas ligações com os eleitores e com os partidos políticos. Ou seja, permitirá perspectivar o enquadramento dos processos de representação política em Portugal. Em segundo lugar, pretende-se analisar a evolução da composição social e das carreiras políticas dos deputados portugueses desde a Assembleia Constituinte até à VIII legislatura.

Esta análise permitirá não só perceber os processos de institucionalização e profissionalização políticas, bem como alguns dos traços fundamentais da base social dos partidos políticos.

O trabalho que agora se apresenta uma forte continuidade com os trabalhos anteriores do coordenador do estudo (Freire, 1997 e 1998). Todavia, apresenta diferenças fundamentais em seis dimensões.

Em primeiro lugar, utiliza-se um enquadramento teórico mais vasto e actualizado, o qual permitiu desenvolver linhas de pesquisa ainda não estudadas em Portugal. Nomeadamente, ao contrário do estudo anterior, que se centrava exclusivamente na análise da composição social e das carreiras políticas dos deputados portugueses, o presente trabalho procura analisar também o enquadramento institucional, as regras (formais e informais) e os processos do recrutamento parlamentar. Assim, são analisados os efeitos do sistema eleitoral no recrutamento parlamentar e nas relações entre eleitores, partidos políticos e deputados. Para além disso, são analisadas as normas estatutárias de cada um dos quatro maiores partidos políticos portugueses (CDS, PCP, PS e PSD) quanto ao recrutamento parlamentar.¹⁾

As normas são importantes mas de *per se* são insuficientes para perceber os processos de recrutamento, nomeadamente nas suas dimensões mais informais. Precisamente para tentar perceber melhor como se processa o recrutamento parlamentar em cada um dos quatro partidos referidos foram realizadas oito entrevistas junto de responsáveis dos respectivos órgãos com responsabilidades na elaboração das listas de deputados. Para cada partido foram realizadas duas entrevistas: uma a um responsável do órgão executivo central e outra a um dirigente de um órgão executivo distrital.

Embora com responsabilidades diferenciadas entre os diferentes partidos políticos, em todos eles os órgãos executivos (nacionais e/ou distritais) têm uma papel fundamental na elaboração das listas de candidatos a deputados. Por isso, foram realizadas entrevistas junto de dirigentes dos órgãos executivos nacionais (4) e distritais (4) do CDS, PCP, PS e PSD. A escolha dos distritos onde as entrevistas foram realizadas recaiu sobre o círculo eleitoral onde cada um dos partidos teve maiores votações médias durante as eleições legislativas dos anos 1990.

¹⁾ Quatro partidos políticos (CDS, PCP, PS e PSD) têm obtido sempre uma quota esmagadora dos mandatos parlamentares, pelo menos 93% (ver quadro 3.2, secção 2), excepto na IV e V legislaturas em resultado do aparecimento do PRD. Por outro lado, mantém-se ao longo de todo o período em análise. Por isso, apenas os deputados que os integram serão analisados. Ou seja, privilegia-se uma perspectiva diacrónica e que abarque os principais partidos políticos do sistema. Todavia, nos anexos onde se apresentam as tabelas de contingência com os apuramentos estatísticos desagrega-se também o PRD.

Em matéria da análise da inserção social e das carreiras políticas dos deputados, no estudo anterior (Freire, 1997 e 1998) as limitações no acesso aos dados, bem como em termos de recursos (logísticos, humanos e financeiros), tiveram claras implicações no período coberto, na informação utilizada e no seu tratamento.

Assim, a segunda diferença fundamental face ao estudo anterior reside no facto de para além de se analisar actual legislatura (VIII) – o estudo anterior foi realizado antes das legislativas de 1999- foi ainda possível obter as fichas dos deputados das I, II e III legislaturas. Estas alterações permitiram não só cobrir todo o período democrático como padronizar o tratamento da informação, pois todos os dados foram processados em primeira mão.

A terceira diferença diz respeito à informação utilizada. Nesta matéria tem especial importância a alteração nos dados utilizados para caracterizar as carreiras políticas dos deputados em matéria de cargos anteriores no Parlamento (deputado) e no executivo nacional. Em termos da reeleição de deputados, foi realizada uma comparação sistemática dos deputados analisados em cada legislatura face aos deputados analisados nas legislaturas anteriores, em vez de se utilizar apenas a informação sobre esta matéria constante nas fichas biográficas dos deputados (Assembleia da República, 1976 a 2000a).²⁾ Portanto, esta estratégia permitiu melhorar substancialmente a qualidade da informação analisada em matéria de taxas de reeleição de parlamentares, nomeadamente em termos do seu carácter exaustivo. Em matéria da circulação entre o governo nacional e o cargo de deputado, a utilização da informação constante em Guimarães e outros (2000) permitiu também melhorar substancialmente a qualidade e o carácter exaustivo da informação utilizada.

O quarto elemento distintivo face ao trabalho anterior de Freire (1997 e 1998) diz respeito ao tratamento dos dados. Os atributos de resposta múltipla (“organizações cívicas”, “organizações de interesses” e “cargos políticos”) foram todos desdobrados em tantas variáveis quantas as respectivas categorias: uma variável para cada tipo de organização cívica; uma variável para cada tipo de organização de interesses; uma variável para cada tipo de cargo político. Por último, foram feitos importantes melhoramentos e especificações adicionais no tratamento das variáveis “organizações cívicas”, “organizações de interesses”, “cargos partidários” e “cargos políticos”.

Em quinto lugar foi privilegiada a apresentação dos dados em forma gráfica, apesar de também se apresentarem as tabelas de contingência com os resultados em anexo.

²⁾ Em matéria de reeleição de deputados em cada legislatura foram utilizadas três variáveis: 1) deputados reeleitos face à legislatura anterior; 2) deputados reeleitos face a qualquer das legislaturas anteriores; 3) número médio de mandatos parlamentares nas legislaturas anteriores.

O sexto e último elemento de diferenciação perante o trabalho anterior é a utilização das entrevistas para perceber em que medida as atitudes dos responsáveis políticos dos partidos (dirigentes dos órgãos executivos nacionais e distritais) podem contribuir para perceber a estruturação do perfil (social e político) do deputados de cada uma das bancadas parlamentares.

A finalizar esta introdução não quero deixar de agradecer a todas as pessoas e instituições que tornaram este trabalho possível:

Ao STAPE, nomeadamente à Dra. Fátima Ribeiro Mendes, ao Dr. Jorge Miguéis e à Dra Graça Archer, a confiança que depositaram na minha pessoa e no Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES) do ISCTE para a realização deste estudo.

Ao Arquivo Histórico Parlamentar e à Direcção dos Serviços de Apoio ao Plenário, ambos da Assembleia da República, pela cedência das fichas biográficas dos deputados (da Constituinte à IV legislatura) utilizadas como fontes primárias deste trabalho.

Por último, não quero também deixar de agradecer aos que colaboraram comigo neste estudo, especialmente aos que trabalharam nas tarefas de recolha e tratamento da informação: Cristina Marinho, finalista do curso de Psicologia Social do ISCTE; Tito Matos, Sociólogo; Vanessa Duarte de Sousa, Socióloga. Sem a enorme dedicação e esforço de cada um deles este estudo não teria sido possível. Aproveito ainda para agradecer os comentários e sugestões do meu colega e amigo José Manuel Leite Viegas.

Lisboa, 15 de Julho de 2001

Teoria e Metodologia

André Freire

1. TEORIA E METODOLOGIA

O estudo das elites políticas, em geral, e dos parlamentares, em particular, pode ser subdividido em duas dimensões analíticas principais:

A primeira diz respeito à **composição social e política das elites**. Isto é, o estudo das características demográficas (sexo, idade, etc.), das origens sociais (instrução, área de estudos, tipo de escolas frequentadas, profissão, etc.), das redes e apoios sociais (participação em organizações cívicas, em organizações de interesses, etc.), e das carreiras partidárias (cargos nos partidos) e políticas (cargos parlamentares anteriores; cargos no governo local, regional e nacional; etc.) das elites parlamentares.

A segunda diz respeito aos **processos de recrutamento para aceder aos cargos políticos**. Isto é, o estudo dos processos e regras (formais e informais) através dos quais são escolhidos os membros das elites parlamentares.

Com este trabalho pretende-se analisar precisamente as duas dimensões referidas para o estudo das elites parlamentares:

Em primeiro lugar, pretende-se analisar os processos de recrutamento dos deputados portugueses. Assim, serão analisados: o tipo de sistema político e a sua influência na estrutura de oportunidades nas carreiras políticas, o enquadramento jurídico no acesso ao cargo de deputado e ainda o impacto do sistema eleitoral sobre o processo de recrutamento parlamentar. Por outro lado, será analisado o papel específico de cada um dos quatro maiores partidos políticos (CDS/PP, PCP, PS e PSD) no recrutamento dos candidatos a deputados, quer através de uma análise dos estatutos dos partidos no que respeita aos poderes dos diferentes órgãos no recrutamento parlamentar, quer através de um conjunto de oito entrevistas realizadas juntos dos dirigentes dos órgãos executivos nacionais e distritais de cada um dos quatro partidos referidos.

Em segundo lugar, pretende-se analisar a evolução da composição social e das carreiras políticas dos deputados portugueses entre a Assembleia Constituinte (1975-1976) e a VIII Legislatura (1999-?). Assim, serão analisadas as características sociais e demográficas dos deputados (sexo, idade, instrução, área de estudos e profissão), as redes sociais nas quais se inserem (organizações cívicas; organizações de interesses), bem como as suas carreiras políticas (cargos que ocupam nos partidos a que pertencem; cargos parlamentares anteriores; cargos electivos que ocupam ou ocuparam na autarquias locais; cargos que ocuparam nos governos regional e nacional).

Em matéria da composição social e política do Parlamento Português, pretende-se, por um lado, evidenciar a diferenciação partidária, remetendo necessariamente para a inserção social dos partidos políticos, mas também para os processos (formais e informais) de recrutamento específicos a cada um deles. Por outro lado, através da análise dos efeitos do recrutamento parlamentar (composição social e carreiras políticas das elites), bem como através de uma análise dos valores evidenciados por alguns dos indivíduos encarregues da selecção dos candidatos a deputados em cada partido, pretende-se lançar algumas pistas quanto ao efeito diferencial da “oferta” (perfil dos aspirantes a deputados) e da “procura” (efeitos da selecção operada pelos partidos) sobre a composição social e política das elites parlamentares. Voltaremos a este ponto. Por último, em termos das carreiras políticas dos deputados pretende-se analisar o grau de profissionalização dos mesmos, tirando daí ilações quer quanto ao nível da institucionalização da instituição parlamentar, quer quanto ao nível de abertura ou fechamento do sistema político perante outros subsistemas sociais.

Antes, porém, impõe-se uma curta revisão das principais teorias sobre as elites e sobre o recrutamento político, evidenciando sobretudo as perspectivas utilizadas e os resultados alcançados por pesquisas realizadas sobre Portugal.

Teorias das elites

As abordagens clássicas no estudo das elites políticas e parlamentares filiam-se precisamente nas teorias das elites (Mosca, 1923; Pareto, 1916; Michels, 1912; Bottomore, 1974; Birnbaum, s.d.; Busino, s.d; Costa., 1984; Ysmal, 1985). Os seus alicerces fundadores foram estabelecidos por Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Roberto Michels.

O traço fundamental de união das teorias clássicas das elites caracteriza-se pela tese da independência ou autonomia da elite política face ao resto da população (Ysmal, 1985: 604). Ou seja, sustenta-se a perspectiva de uma separação entre governantes e governados e a existência de uma camada particular de pessoas que constituem a elite, formando uma oligarquia pouco numerosa e com características próprias (Ysmal, 1985: 605-607; Busino, s.d.: 20-27; ver Mosca, 1923: 407-408; Pareto, 1916: 450-451; Michels, 1912).

Neste contexto, cumpre referir o trabalho pioneiro de Vinício Alves da Costa (1984), abrangendo o período que medeia entre a eleição parlamentar de 1976 e a de 1983, que se filia nas teorias das elites.¹⁾ O autor efectua uma caracterização dos deputados, por

¹⁾ Existem ainda dois estudos sobre a composição social e os processos de recrutamento das elites políticas do Estado Novo (Schmitter, 1999: 21-70; Pinto, 2001). Há também os vários estudos pioneiros desenvolvidos no STAPE sobre as elites políticas locais durante o período democrático (Archer e outros, 1993; Rosário e outros, 1989; Saint-Maurice, 1997). Refiram-se ainda os estudos sobre as elites partidárias na democracia Portuguesa (Antunes, 1985; Barton, 1985; Stock, 1985a; Stock e Rosa, 1985; van Schuur, 1985). Por último, devem assinalar-se ainda os estudos sobre a presença das mulheres nas carreiras políticas durante o período democrático (Pedroso e outros, 1995; Viegas e Faria, 2001).

partido político, em termos de sexo, idade, profissão, classe social, número de mandatos que cumpriu, etc., e, por vezes, uma comparação de certas características dos deputados (classe social) com as da população em geral.

Algumas das críticas que tem sido feitas às teorias das elites assentam no facto de os seus autores «reduzirem a história a uma luta entre os que estão no poder e os que, despojados dele, pretendem tomar o lugar dos primeiros, utilizando, através de falaciosas promessas, o “resto da população”». Portanto, criticam-se estas teorias por efectuarem uma absorção do social pelo político. Por outro lado, a ênfase na dominação dos dirigidos pelos dirigentes impede a análise das relações entre uns e outros, relações essas que fundam o poder dos segundos sobre os primeiros, na medida em que são capazes de dar resposta às necessidades e solicitações dos dirigidos (Ysmal, 1985: 608).

Por isso mesmo, as teorias clássicas sobre as elites (Mosca, Pareto, Michels) apresentam uma concepção da sociedade política incompatível com o regime democrático, pois postulam uma quase absoluta separação entre a elite política e as “massas” (Ysmal, 1985: 608-610; Bottomore, 1976: 101-115). Assim, estas teorias não permitem esclarecer as enormes diferenças entre as elites políticas dos regimes feudais e das monarquias absolutas face às elites políticas dos regimes democráticos, que competem pelo voto popular (Ysmal, 1985: 608-610). Todavia, os teóricos das elites plurais (Dahl, 1976; Schumpeter, 1979) já apresentam perspectivas perfeitamente conciliáveis com a democracia.²⁾ Por exemplo, Schumpeter (1979) concebe o regime democrático como um sistema institucional de tomada de decisões no qual as elites políticas (heterogéneas) competem pelo voto popular como forma de se optar por diferentes soluções políticas.

O trabalho de Vinício Alves da Costa (1984) enferma também de alguns dos problemas apontados às teorias clássicas das elites, mas não só. Por um lado, o autor enfatiza sobretudo as diferenças na composição social dos deputados face ao conjunto da população. Ou seja, podemos dizer que neste trabalho é subalternizada a análise da diferenciação interna das elites parlamentares, nomeadamente entre os deputados dos diferentes partidos políticos, e, sobretudo, está praticamente ausente uma análise de como esta diferenciação interna se relaciona com a base social dos diferentes partidos políticos, salvo no caso da presença de indivíduos oriundos do meio operário no Grupo Parlamentar (GP) do PCP. Por outro lado, o número de variáveis utilizadas para caracterizar a composição social das elites parlamentares e as respectivas carreiras políticas é muito diminuto: sexo, idade, instrução, profissão, classe social e cargos parlamentares anteriores. Por último, a análise dos processos e regras de recrutamento está completamente ausente neste trabalho.

²⁾ Para uma perspectiva sobre o carácter não plural (monista) das elites, ver Mills, 1969.

Teoria dos campos

Uma outra perspectiva teórica, aplicada ao estudo dos deputados franceses no trabalho de Daniel Gaxie (1980), filia-se nos trabalhos de Pierre Bourdieu (1979, 1989a, 1989b) e na sua teoria dos campos.

Em primeiro lugar, a teoria do campo político afirma-se em oposição às teorias das elites, na medida em que se perspectiva contra a naturalização da divisão do trabalho político entre os “agentes politicamente activos” e os “agentes politicamente passivos”, considerando necessária a análise das determinantes económicas e sociais que fundamentam essa divisão (Bourdieu, 1989a: 163).

Por outro lado, a quase total autonomia do político face ao social é superada por se considerar que “(...) os efeitos das necessidades externas fazem-se sentir nele (*campo político*) por intermédio sobretudo da relação que os mandantes, em consequência da sua distância diferencial aos instrumentos de produção política, mantêm com os seus mandatários e da relação que estes últimos, em consequência das suas atitudes, mantêm com as suas organizações (Bourdieu, 1989a: 164).”

A determinação do social pelo político é, no entanto, relativa, na medida em que “(...) os discursos políticos produzidos pelos profissionais são sempre duplamente determinados e afectados de uma duplicidade (...) que resulta da dualidade dos campos de referência e da necessidade de servir ao mesmo tempo os fins esotéricos das lutas internas e os fins esotéricos das lutas externas (Bourdieu, 1989a: 177).” Ou seja, para compreender o discurso e a acção dos agentes no campo político, não basta aferir das determinações externas, é necessário discernir, também, o conjunto de regras específicas para o funcionamento do campo, assim como as posições relativas dos agentes nele situados.

Do que se trata é de aplicar, através de homologias, a concepção do campo social ao campo político, tendo presente, precisamente, a autonomia relativa dos campos. A teoria do campo social (Bourdieu, 1979) concebe-o como estando submetido a dois princípios fundamentais de estruturação: o volume de capital (económico e cultural) possuído pelos actores sociais e a estrutura desse capital, ou seja, a parte relativa de capital económico (rendimentos, património, etc.) e de capital cultural (diplomas, consumos culturais, etc.).³⁾ A definição dos lugares de classe depende do volume de capital, enquanto que a estrutura do capital permite determinar as fracções de classe. Assim, no seio das classes superiores e das classes médias, Bourdieu distingue dois pólos: um intelectual, dominado, onde há

³⁾ Um terceiro factor é a evolução no tempo quanto ao volume e estrutura do capital possuído pelos actores.

uma predominância do capital cultural sobre o capital económico; outro económico, dominante, onde a predominância é do capital económico sobre o capital cultural. Podem ainda determinar-se posições intermédias entre estes dois pólos (Bourdieu, 1979).

Aplicando este modelo à análise do campo político, na linha desenvolvida por Gaxie (1980) para o estudo dos parlamentares franceses entre 1945 e 1978, Freire (1997 e 1998) analisou o modo como se traduz no domínio político a oposição e as lutas entre dominantes e dominados, que é possível encontrar no espaço social, quer quanto ao volume, quer quanto à estrutura do capital. Para uma excelente revisão das diferentes utilizações dos indicadores de inserção profissional para classificar as elites políticas nos estudos franceses e norte americanos (EUA), ver Sawicki, 1999.

Ainda de acordo com a teorização de Bourdieu, os agentes do campo político podem distinguir-se de acordo com o tipo ou tipos de capital político que predominantemente mobilizam. Esse conceito é entendido no sentido de que "(...) o homem político deve a sua autoridade específica no campo político - aquilo a que a linguagem nativa chama o seu "peso específico" - à força de mobilização que ele detém quer a título pessoal, quer por delegação, como mandatário de uma organização (partido, sindicato) detentora de um capital político acumulado no decurso de lutas passadas (...) (Bourdieu, 1989a: 190)." Assim, Freire (1997 e 1998) analisou as diferenças nos tipos de capital social e político que os parlamentares dos diferentes partidos mobilizam.

Institucionalismo

Uma outra referência é o estudo realizado por Manuel Braga da Cruz (1988) sobre o Parlamento Português, que se refere ao período 1976-87 e que utiliza uma perspectiva institucionalista filiada nas teorias sobre o desenvolvimento e modernização políticas (Huntington, 1968; Polsby, 1968; ver também Opello, 1988 e 1993). Ou seja, procura-se analisar o nível de institucionalização alcançado pelo Parlamento Português no período em análise. A institucionalização é aqui entendida, quer como "crescente autonomia normativa das relações sociais", quer como aumento da profissionalização, resultante da "complexificação burocrática das estruturas e funções sociais" (Cruz, 1988: 97-98). Assim, pretendeu-se aferir o grau de autonomia alcançado pelo parlamento face aos partidos, assim como o grau de profissionalização da função parlamentar.

Quanto às relações entre parlamento e partidos, o autor analisa questões tais como quem controla a apresentação de candidatos ao sufrágio, qual o grau de controle dos partidos sobre os grupos parlamentares e destes sobre os deputados, etc. Esta análise leva o autor a concluir da "partidarização parlamentar" (Cruz, 1988: 105-112 e 125): fraca autonomização do Parlamento Português face aos partidos e, nessa medida, um reduzido grau de institucionalização.

Quanto à profissionalização da função parlamentar, vários são os indicadores utilizados: a percentagem de deputados reeleitos entre Legislaturas; o lugar da função parlamentar na carreira política dos deputados; o grau de centralidade alcançado pelo parlamento face às organizações de interesses; as transformações quanto à especialização técnica (nível de instrução e origem socio-profissional dos eleitos) e política (evolução do peso dos dirigentes partidários nos vários grupos parlamentares) dos deputados, ao longo das várias Legislaturas. Neste aspecto, o autor conclui pela “parlamentarização partidária”. Ou seja, Braga da Cruz conclui pelo aumento da institucionalização do parlamento, resultante do crescendo de profissionalização e especialização dos parlamentares, assim como do aumento do grau de centralidade da função parlamentar na actividade partidária (Cruz, 1988: 112-125).

A perspectiva utilizada por Manuel Braga da Cruz leva-o a subalternizar claramente a diferenciação partidária, quer quanto ao perfil social dos deputados, quer quanto às respectivas carreiras políticas. Por outro lado, no seu estudo está praticamente ausente uma análise dos processos e regras de recrutamento dos deputados. Sobre esta última matéria, ver uma aproximação esquemática em Sá, 1994: 340-351.

O presente trabalho assume claramente uma forte continuidade face aos estudos anteriores de Freire (1997 e 1998), nomeadamente na tentativa de relacionar as diferenças no perfil social e nas carreiras políticas dos deputados dos diferentes partidos com a diferencial inserção social e política destes. Todavia, apresenta alterações substanciais nesta matéria. Em primeiro lugar, a informação primária utilizada é mais exaustiva, pois abrange todas as legislaturas entre a Assembleia Constituinte e a VIII, inclusive.⁴⁾ Em segundo lugar, baseia-se num tratamento mais adequado de algumas variáveis, nomeadamente das questões de “resposta” múltipla.

Por outro lado, este trabalho demarca-se dos anteriores (Freire, 1997 e 1998) porque procura enquadrar a análise da composição social e das carreiras políticas das elites parlamentares com uma perspectiva sobre os processos e as regras do recrutamento parlamentar, quer por recurso a uma análise das normas vertidas nos estatutos dos partidos quanto a esta matéria, quer através de entrevistas a dirigentes partidários responsáveis pela elaboração das listas de candidatos à Assembleia da República.

Por último, as carreiras políticas são agora analisadas na perspectiva da institucionalização política do parlamento, nomeadamente em termos da evolução dos níveis de profissionalização política dos deputados.

⁴⁾ Conforme foi referido atrás, no estudo anterior (Freire, 1997 e 1998) não foi possível obter em tempo útil as fichas dos deputados referentes às I (A e B), II e III Legislaturas, pelo que teve de trabalhar-se exclusivamente com dados secundários.

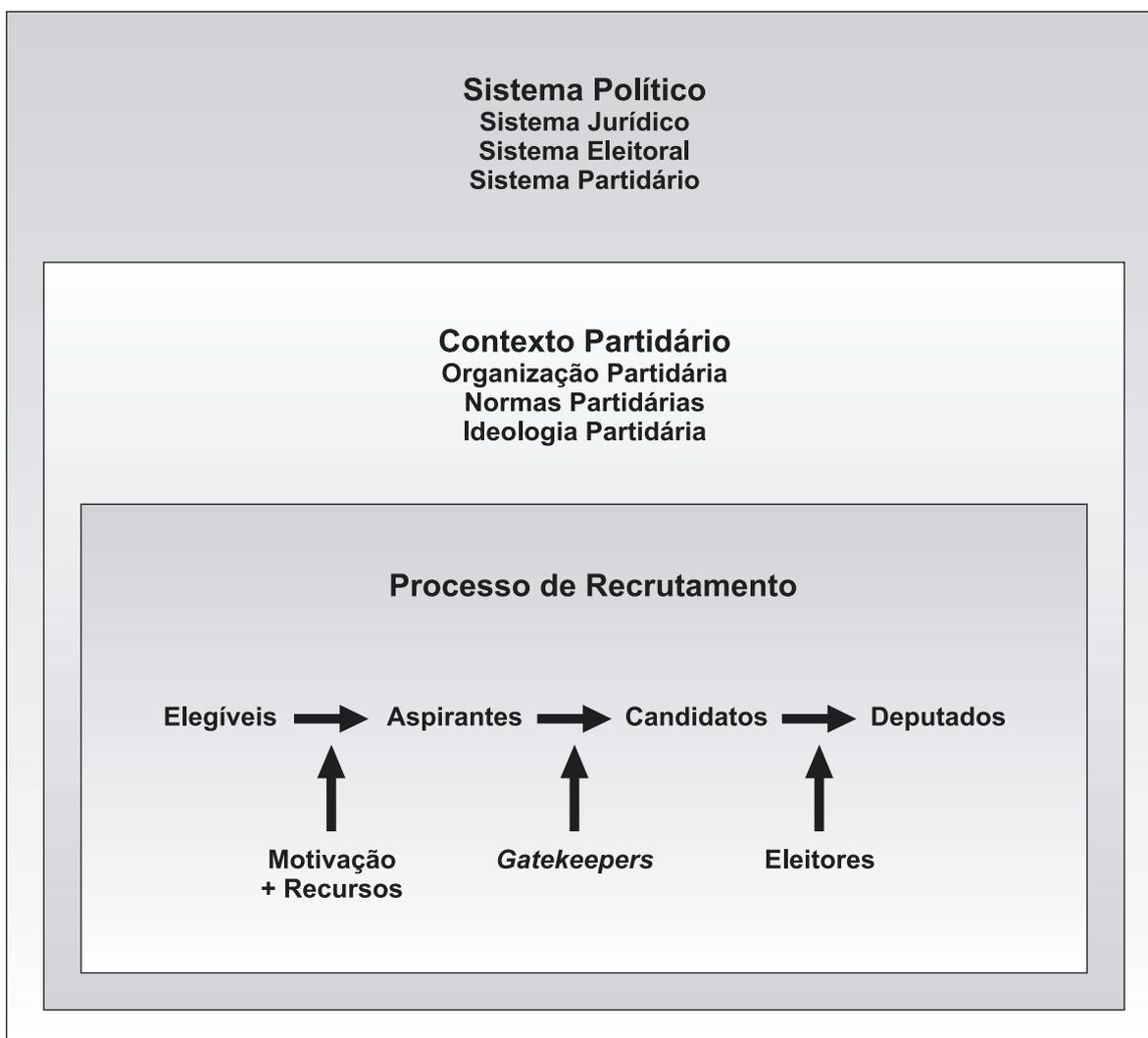
Novo institucionalismo

Para compreender adequadamente os processos de recrutamento parlamentar, é necessário conciliar uma perspectiva institucionalista com uma análise das estratégias dos actores: novo institucionalismo (Norris, 1996: 192 e segs.; Norris, 1997: 1-14; Norris e Lovenduski, 1995: 93-205) (ver Figura 1).

Em primeiro lugar, o processo de recrutamento parlamentar é entendido como podendo resultar, quer de efeitos de “oferta” (motivações e recursos dos “elegíveis” que os fazem passar à condição de “aspirantes”), quer de efeitos de “procura” (selecção operada pelos “*gatekeepers*” que reduz o conjunto n dos “aspirantes” a um subconjunto k com a condição de “candidatos” – $k < n$ – que passarão ou não a deputados de acordo com as escolhas dos eleitores) (ver Figura 1).

Figura 1: Modelo de recrutamento parlamentar.

Fonte: Norris e Lovenduski, 1995: 184



Em termos dos efeitos da “oferta” sobre o recrutamento político, há que ter em conta que a participação política dos indivíduos é social e politicamente condicionada, sobretudo em matéria de participação não eleitoral (Norris, 1996: 192; Cabral, 2000; Freire, 2001a). Ou seja, os maiores níveis de participação política estão geralmente associados a indivíduos de maior estatuto social e económico, em termos de níveis de instrução, rendimento, profissão, etc., mas também a maiores níveis de integração social (inserção em redes sociais, organizações, etc.) e política (interesse pela política, sentido de eficácia política, sentido do dever cívico, etc.). Assim, as distorções que se verificam geralmente na comparação entre a composição social das elites parlamentares e o conjunto do eleitorado poderão dever-se não tanto à selecção operada pelos “*gatekeepers*”, que transformaria um conjunto de “aspirantes” com um perfil social próximo do da população num subconjunto de recorte mais “elitista”, como ao perfil dos indivíduos que estão disponíveis e pretendem ser candidatos a deputados (os “aspirantes”), que teriam já à partida um estatuto social objectivo (níveis de recursos materiais e simbólicos) bastante mais elevado do que o do eleitorado.⁵⁾

Em termos dos efeitos da “procura”, o elevado estatuto social objectivo dos deputados é compreendido como resultado da selecção operada pelo “*gatekeepers*”. Estes estariam na base da transformação de um conjunto de “aspirantes” com um perfil social bastante idêntico ao conjunto dos elegíveis (basicamente o eleitorado) num subconjunto de “candidatos” com um perfil social bastante mais “elitista”.

Na grande maioria das democracias ocidentais, Portugal incluído, estes “*gatekeepers*” são sobretudo os partidos (dirigentes nacionais, regionais ou locais, ou os próprios militantes de base). Todavia, nomeadamente em países com processos de recrutamento mais abertos, estes “*gatekeepers*” podem ser também grupos de interesses, grupos de cidadãos, meios de comunicação social, etc. (Gallagher e Marsh, 1988; Norris, 1996: 92-93; Norris, 1997).

Refira-se ainda que a selecção operada “*gatekeepers*” tanto poderá dever-se a uma “discriminação directa”, resultante dos preconceitos próprios dos “*gatekeepers*” face a determinados grupos ou categorias sociais, como a uma “discriminação indirecta”, resultante da visão que os “*gatekeepers*” têm, por exemplo, das expectativas do eleitorado quanto ao perfil mais adequado dos candidatos a deputado. Isto é, quanto ao perfil dos candidatos com maiores capacidades de vencer a contenda eleitoral (Norris e Lovenduski, 1995: 124-125).⁶⁾

⁵⁾ Utilizo aqui a noção “elitista” para designar um elevado nível de recursos sociais e económicos.

⁶⁾ Discriminação significa aqui o favorecimento de determinados grupos ou categorias sociais em detrimento de outros. Ou seja, tanto pode ser positiva como negativa.

No estudo que agora se apresenta não podemos obviamente testar os efeitos diferenciais da “oferta” e da “procura” sobre o recrutamento dos deputados portugueses. Para tal seria necessário um desenho de investigação específico que passaria por comparar, sucessivamente, os perfis sociais dos eleitores, dos militantes, dos aspirantes, dos candidatos e dos deputados (a este respeito, ver Norris, 1997; Norris e Lovenduski, 1995: 93-122). Aliás, em Portugal não se pode dizer que exista uma lista de aspirantes a candidatos, tal como se verifica no Reino Unido (Norris e Lovenduski, 1995). Todavia, tendo em conta o tipo de sistema eleitoral Português e a importância que tem para um candidato ser eleito a sua posição relativa na lista, um mera comparação dos perfis sociais dos candidatos e dos deputados já nos permitiria uma primeira aproximação bastante adequada para determinar a importância relativa da “oferta” e da “procura” no recrutamento parlamentar.

Todavia, tendo em conta as limitações materiais, logísticas e humanas desta pesquisa, podemos apenas fazer uma primeira aproximação a este problema através da análise das entrevistas realizadas junto de dirigentes dos quatro maior partidos (CDS/PP, PCP, PS e PSD) que têm responsabilidades na elaboração das listas de candidatos a deputados.

Mas é preciso ter presente que esta abordagem constitui apenas uma primeira aproximação ao problema, fundamentalmente por duas razões. Primeiro porque se trata de entrevistas que cobrem um leque muito reduzido dos dirigentes com responsabilidades na elaboração das listas de candidatos a deputados. Segundo porque há uma diferença fundamental entre as orientações expressas pelos indivíduos e os seus comportamentos efectivos (Norris e Lovenduski, 1995: 123-142). Ou seja, a expressão da orientação para seleccionar preferencialmente determinados grupos ou categorias sociais, ou para se efectuar uma selecção equilibrada entre os vários grupos e categorias sociais, por exemplo, pode estar fortemente condicionada pelas normas sociais quando aos comportamentos desejáveis dos actores, sobretudo porque expressa perante um entrevistador. Portanto, há que ter alguma cautela na interpretação do material das entrevistas quanto ao papel dos “*gatekeepers*” no recrutamento dos deputados portugueses.

Mas a perspectiva do “novo institucionalismo” assenta sobretudo na consideração que as instituições têm um efeito significativo no comportamento dos actores sociais.

Em primeiro lugar, considera-se que o processo de recrutamento parlamentar não é redutível às estratégias dos actores (“aspirantes” e “*gatekeepers*”), nem a determinismos sociais. Pelo contrário, considera-se que as normas e procedimentos que caracterizam as instituições têm uma influência importante sobre o comportamento político (Norris, 1996: 194; Norris, 1997: 1-14).

Em segundo lugar, considera-se que os efeitos das instituições sobre os comportamentos políticos têm uma inércia histórica não negligenciável. Ou seja, as instituições podem ser completamente transformadas (reformadas), mas as normas e as práticas associadas às

instituições que vigoravam antes continuam a ter alguma influência mesmo depois da sua reforma (Norris, 1996: 194; Norris, 1997: 1-14).

Em terceiro lugar, considera-se que as instituições têm dimensões formais (normas escritas, etc.) e informais (normas informais, procedimentos não oficiais, práticas tradicionais). Para perceber a forma como as instituições influenciam os comportamentos dos indivíduos é preciso analisar ambas as dimensões. Para além disso, é necessário ver como os actores percebem as regras do jogo e como é que essas percepções influenciam as suas estratégias de actuação (Norris, 1996: 194-195; Norris, 1997: 1-14).

A plena compreensão dos efeitos das instituições políticas sobre os processos de recrutamento parlamentar carecerá sempre de uma análise comparativa. Todavia, mesmo estudando um único país, procuraremos analisar os efeitos do “sistema político” (organização do estado e estrutura de oportunidades nas carreiras políticas, enquadramento constitucional e legal dos processos de candidatura ao parlamento, formato e dinâmicas do sistemas de partidos, sistema eleitoral) e do “contexto partidário” (estatutos e organização dos partidos políticos) sobre o processo de recrutamento parlamentar (ver Figura 1). Nomeadamente através das entrevistas a alguns “*gatekeepers*” dos quatro principais partidos portugueses procuraremos confrontar as práticas informais com as regras formais (estatutos) nos processos de recrutamento parlamentar.

O modelo de recrutamento político delineado por Pippa Norris (1996 e 1997; Norris e Lovenduski, 1995) apresenta, contudo, uma grave limitação: tem um carácter estático (Best e Cotta, 2000: 13). Por isso, ao estudar a evolução dos contextos sociais e institucionais do recrutamento parlamentar dos deputados europeus entre 1848 e 2000, Best e Cotta procuram precisamente introduzir uma perspectiva dinâmica no modelo da “oferta” e “procura”. Ou seja, estes autores situam-se também na linha do novo institucionalismo, mas procuram analisar ainda as relações entre a evolução dos padrões de recrutamento parlamentar na Europa (1848-2000) e as transformações sociais (passagem das sociedades tradicionais a sociedades modernas, etc.) e político-institucionais (extensão do sufrágio, transformação dos partidos políticos, acesso de novos partidos ao parlamento, etc.) dos vários países que a compõem (Best e Cotta, 2000: 1-28).

O artigo sobre Portugal (Magone, 2000), integrado na referida obra de Best e Cotta, segue a linha traçada por estes autores. Todavia, as legislaturas analisadas para cada um dos regimes políticos anteriores à democracia (Monarquia Constitucional, I República, Estado Novo) são apenas uma muito pequena “amostra” do conjunto. Por outro lado, no caso das legislaturas do Portugal democrático, não são analisadas todas as legislaturas, pelo menos para grande parte das variáveis, há muitos casos de informação em falta e o número de atributos dos deputados que é analisado é reduzido.

Amostragem e fontes primárias

Nas análises subsequentes sobre a composição social e as carreiras políticas das elites parlamentares portuguesas (secções 3 a 5) as principais fontes utilizadas foram as fichas biográficas que os deputados preenchem quando ingressam no Parlamento e que tem dado origem a publicações da AR desde a V legislatura (Assembleia da República, 1976 a 2000a).

Mas utilizaram-se ainda outras fontes complementares. Em primeiro lugar, as biografias políticas publicadas por Cândido de Azevedo (Azevedo, 1989 a 1994). Em segundo lugar, para caracterizar as carreiras políticas dos deputados, foi utilizada também a obra de Guimarães e outros (2001).

Todas estas informações sobre as biografias dos deputados em cada legislatura foram depois sujeitas a codificação e tratamento estatístico. São as normas e os resultados desses processos de codificação e análise estatística que se apresentam nas secções 3 a 5 e nos anexos 2 e 3. Todavia, previamente foi preciso fazer uma amostragem das biografias a utilizar efectivamente, sobretudo para o caso da Assembleia Constituinte, I, II, III e IV legislaturas.

Ao contrário do meu trabalho anterior (Freire, 1997 e 1998), para o presente estudo foi possível obter do Arquivo Histórico Parlamentar as fichas biográficas dos deputados referentes às I, II e III legislaturas. Por isso foi possível obter uma cobertura exaustiva de todas as legislaturas da democracia portuguesa e padronizar as normas de recolha, amostragem e codificação dos dados.

Mas mesmo nos casos da Assembleia Constituinte, IV e VII legislaturas, para o tratamento das quais já tinham sido utilizadas fontes primárias no meu trabalho anterior (Freire, 1997 e 1998), a necessidade de proceder a novos processos de codificação e tratamento da informação implicou a necessidade de recorrer de novo às fichas biográficas dos deputados. Todavia, foi necessário pedir de novo as fichas biográficas dos deputados (Assembleia Constituinte e IV legislatura) à Assembleia da República, as quais não coincidiam exactamente com as que tínhamos utilizado no anterior estudo. No que respeita à VII legislatura, no trabalho anterior tinham sido usadas fichas biográficas fornecidas pela Direcção de Serviços de Apoio ao Plenário, mas desta vez foi possível utilizar as biografias dos deputados já publicadas (Assembleia da República, 1997). Também estas não coincidiam exactamente com aquelas que foram usadas em Freire, 1997 e 1998. Por tudo isto, para além de significativas diferenças nos processos de codificação e tratamento dos dados, em relação às referidas legislaturas (Assembleia Constituinte, IV e VII) alguns dos resultados não são inteiramente coincidentes com os que apresentámos no estudo anterior.

Deve salientar-se que as fichas biográficas não são fontes tão fidedignas quanto as biografias publicadas pela Assembleia da República. Há várias fichas em que não foram preenchidos um conjunto de campos, com maior frequência aqueles que estão relacionados com as funções públicas que os deputados desempenham ou desempenharam. Nestes casos é duvidoso se os campos estão vazios porque os deputados não tinham tido as práticas correspondentes a cada campo ou se a informação é simplesmente incompleta (ou nula).

Nas biografias publicadas pela Assembleia da República a informação é mais completa se bem que nem sempre datada. Este facto pode levantar algumas dúvidas relativas ao 'período' a que se reporta a informação, dado que as publicações são sempre de data posterior à do início do exercício da função parlamentar. De qualquer forma, assumiu-se a informação como sendo relativa à data de início do exercício do mandato, dado não ser possível confirmar todos os dados disponíveis, por questões relacionadas com a exequibilidade dos trabalhos no tempo previsto.

Sobretudo no início do período democrático, o nível de substituições dos deputados era muito elevado. Por isso, o número de parlamentares em cada legislatura geralmente excedia em muito o número de lugares no Parlamento que cada partido tinha obtido. Assim, se quisermos utilizar as biografias de todos os deputados facilmente chegamos a números muito elevados por legislatura, sobretudo nas primeiras. Por isso, analisar todos os deputados era uma tarefa inexecutável do ponto de vista do tempo e recursos disponíveis para este estudo. Para além disso, alguns destes deputados nunca chegaram a exercer efectivamente o mandato. Por último e não menos importante, as fichas biográficas que nos foram fornecidas pela AR (Constituinte até à IV legislatura) não eram exaustivas face ao total de deputados (eleitos e que exerceram efectivamente o mandato). Mais, por vezes faltavam até fichas de deputados de alguns partidos indispensáveis para se chegar ao total de lugares que cada partido obteve em cada legislatura.

Por tudo isso, na selecção das fichas biográficas que nos foram fornecidas pela AR foi adoptada como matriz dos deputados a analisar efectivamente a lista de parlamentares eleitos que é publicada no Diário da República (DR) a seguir a cada eleição. Todavia, nem sempre existiam fichas dos deputados eleitos, o que estará relacionado com as substituições entretanto registadas. Para estes casos procedeu-se a uma selecção aleatória, no seio de cada partido, dos restantes deputados a incluir nas bases de dados.

Foi na I legislatura que se colocaram mais dúvidas, na medida em que as fichas não tinham a distinção de IA (1976-79) e IB (1979-1980), esta última resultante das eleições intercalares realizadas em 1979. Para efectuar tal distinção utilizaram-se as publicações dos eleitos constantes no DR. No entanto, nem sempre existiam fichas biográficas dos deputados eleitos, o que estará relacionado com as substituições entretanto registadas. Assim, utilizou-se como primeiro critério a presença do nome do deputado na listagem do

DR e, de seguida, procedeu-se a uma selecção aleatória dos restantes deputados a incluir na base de dados. Na Assembleia Constituinte, II, III e IV legislaturas, se bem que distintas, também se colocou um problema similar. O número de fichas, embora sendo superior ao número de deputados eleitos, não continha todos os nomes indicados na lista do DR. Também nestes casos se utilizou como critério primeiro de selecção os nomes dos deputados contidos na lista do DR cuja ficha estava disponível, tendo-se procedido à selecção aleatória dos restantes deputados a incluir nas bases de dados. O objectivo foi sempre totalizar o número de lugares que cada partido obteve na eleição correspondente.

Assim, as taxas de reeleição (1- face à legislatura imediatamente anterior; 2 - face a qualquer uma das legislaturas anteriores), bem como todas as variáveis referentes às carreiras políticas e partidárias, referem-se apenas aos deputados efectivamente analisados. O mesmo se verifica para todas as análises da composição social das elites parlamentares portuguesas.

A utilização das listas do DR como matriz para determinar os deputados a analisar efectivamente comporta algumas limitações, nomeadamente o facto de estarem aí incluídos alguns deputados que nunca exerceram o mandato, seja porque ingressaram no executivo, seja por quaisquer outras razões. Todavia, dadas as contingências atrás descritas foi o melhor método encontrado.

Da V à VIII legislatura os problemas anteriores não se põem porque as biografias publicadas pela AR (Assembleia da República, 1990-1997 e 2000a) incluem em primeiro lugar os deputados que estavam efectivamente em funções em determinado período da legislatura em causa. Nas biografias mais recentes (VII e VIII) são também apresentados em anexo os deputados que foram eleitos mas renunciaram ou suspenderam o mandato por motivos de incompatibilidade. Por motivos de standardização de procedimentos e de exequibilidade da pesquisa, apenas foram utilizadas as biografias dos deputados que exerceram efectivamente o mandato e que estavam em funções em determinado período da legislatura. Em cada legislatura, estes deputados perfazem sempre o total de lugares obtido por cada partido em cada acto eleitoral, excepto nos casos em que não há qualquer tipo de informação.

2 Sistema Político, Partidos e Recrutamento Parlamentar

André Freire

2. SISTEMA POLÍTICO, PARTIDOS E RECRUTAMENTO PARLAMENTAR

Sistema político e recrutamento parlamentar

O sistema político de cada país tem um claro impacto na estrutura de oportunidades em termos das carreiras políticas e dos padrões de recrutamento. Nesta matéria é preciso ter em conta o tipo de sistema de governo (presidencial, semi-presidencial e parlamentar), o tipo de governos (monopartidários ou de coligação), o tipo de descentralização administrativa (sistemas federais *versus* sistemas não federais; sistemas regionalizados ou não) e ainda o formato, dinâmica e tipo de articulações entre os principais partidos políticos do sistema (Norris, 1996; Norris, 1997; Norris e Lovenduski, 1995; Gallagher e Marsh, 1988).

O sistema de governo português é geralmente designado como semi-presidencial, sobretudo em resultado da eleição directa do Presidente, dos seus poderes de veto e de suscitar o controle da constitucionalidade das leis e decretos-lei, bem como da sua faculdade de demitir o governo e dissolver a Assembleia da República dentro de certas restrições (Freire, 2001b).

O Presidente da República (PR) exerce portanto algum controle sobre o poder executivo, mas este assenta sobretudo no governo. Por sua vez, o governo (decretos-lei) reparte a função legislativa com a Assembleia da República (leis) (Miranda, 2000). Porém, a prática política tem revelado que, tal como em outros parlamentos da Europa ocidental (Norton, 1998), também o Governo Português tem vindo a ganhar cada vez maior ascendente face à Assembleia da República em matéria de produção legislativa (Leston-Bandeira, 1998, 2000 e 2001).

O nível efectivo de poder da Assembleia da República depende muito do tipo de governo e da disciplina dos partidos que o apoiam: é maior no caso dos governos minoritários, de coligação ou com maiorias absolutas monocolors indisciplinadas; é menor no caso de governos apoiados por maiorias absolutas monopartidárias e em que o partido que suporta o governo é bastante disciplinado.

No quadro 1 apresentam-se os vários períodos em que pode subdividir-se a democracia Portuguesa (transição, consolidação e mudança de ciclo), bem como as várias legislaturas, governos e presidentes da república. Apresentam-se também os vários partidos políticos que têm obtido representação na Assembleia da República, separando aqueles que têm

conseguido a esmagadora maioria dos lugares (CDS, PCP, PRD, PS e PSD) dos micro partidos.

Conforme referi na introdução deste trabalho, nas análises subsequentes sobre os padrões de recrutamento e sobre a composição das elites parlamentares apenas analisaremos os dados referentes aos quatro maiores partidos (CDS, PCP, PS e PSD) que obtiveram lugares parlamentares desde a Assembleia Constituinte até à VIII Legislatura. Contudo, tendo em conta o nível de representação parlamentar obtida pelo PRD (na IV e V Legislaturas), apresentamos também desagregados os dados referentes a este partido nos quadros constantes no anexo 3.

No período de transição pré-constitucional tivemos 6 governos provisórios, nos quais participaram apenas representantes do PCP, do PS e do PSD – em termos dos quatro maiores partidos. Apesar de não terem sido legitimados pelo voto popular, os governos provisórios produziram importante legislação, que funcionou como a matriz genética do sistema político português, nomeadamente em termos do sistema eleitoral (Cruz, 1998) e dos partidos políticos (Miranda, 1999).

Após a aprovação da Constituição da República de 1976, pela Assembleia Constituinte eleita em 1975, seguiu-se o período constitucional. Durante este período tivemos 8 Legislaturas e 14 Governos. Por imperativos constitucionais (Assembleia da República, 2001), a I Legislatura teve de durar os quatro anos previstos. Todavia, verificaram-se eleições intercalares em 1979 e, por isso, a I Legislatura foi dividida em duas: IA, 1976-79, e IB, 1979-80.

Se exceptuarmos as coligações regulares do PCP com o MDP/CDE (APU: 1979-1985) e com o PEV/Verdes (CDU: 1987-1999), apenas nas eleições de 1979 e 1980 se verificaram coligações pré eleitorais (AD: PSD, CDS, PPM e Reformadores, 1979 e 1980; FRS: PS; UEDS; ASDI, 1980), sendo que duas delas (AD) deram origem a governos maioritários (1979 e 1980).¹⁾

Os pequenos partidos que se têm coligado como o PCP são efectivamente muito pequenos (micro partidos) e funcionam na pratica como meros satélites do Partido Comunista. Por isso, nos tratamentos estatísticos (secções 3 a 5 e anexo 3) incluem-se aqueles dois partidos (MDP/CDE e PEV) junto com o PCP.²⁾ A única excepção a este procedimento diz respeito aos cargos dirigentes ocupados pelos parlamentares nos respectivos partidos (secção 5 e anexo 3). Neste último caso apenas se considera o PCP.

¹⁾ Consideramos apenas as coligações que envolvem os quatro maiores partidos. Note-se ainda que nas eleições de 1991 a UDP concorreu integrada nas listas do PCP/CDU.

²⁾ Exceptua-se a UDP, em 1991, porque a sua integração nas listas do PCP/CDU foi meramente episódica.

Quadro 1: Parlamento, Partidos, Governos, Primeiros-Ministros e Presidentes na Democracia Portuguesa

Período Democrático	Legislatura	Grandes Partidos e respectiva % de assentos: Assembleia da República	Pequenos Partidos e respectiva % de assentos: Assembleia da República	Tipo de Governo	Primeiro-Ministro	Presidente da República
Transição	1974-75: sem Assembleia eleita			Governos Provisórios	Vários ⁽¹⁾	Vários ⁽¹⁾
	1975-76: Constituinte	CDS, PCP, PPD, PS (94,0)	ADIM, MDP, UDP (6,0)	Governos Provisórios	Vários ⁽¹⁾	Vários ⁽¹⁾
	1976-79: I (A) Legislatura	CDS, PCP, PSD, PS (98,6)	UDP (0,4)	Minoritário PS (I) Coligação pós eleitoral PS-CDS (II)	Mário Soares Mário Soares	Ramalho Eanes Ramalho Eanes
	1979-80: I (B) Legislatura	CDS, PCP, PSD, PS (96,4)	MDP, PPM, UDP (3,6)	Iniciativa presidencial (III) Iniciativa presidencial (IV) Iniciativa presidencial (V) Coligação pré eleitoral AD (VI)	Nobre da Costa Mota Pinto M ^a Lurdes Pintassilgo Sá Carneiro	Ramalho Eanes Ramalho Eanes Ramalho Eanes Ramalho Eanes
Consolidação	1980-1983: II Legislatura	CDS, PCP, PSD, PS (93,2)	ASDI, MDP, PPM, UEDS, UDP (6,8)	Coligação pré eleitoral AD (VII e VIII)	Pinto Balsemão	Ramalho Eanes
	1983-85: III Legislatura	CDS, PCP, PSD, PS (98,8)	MDP (1,2)	Coligação pós eleitoral PS-PSD (IX)	Mário Soares	Ramalho Eanes
Mudança de ciclo	1985-87: IV Legislatura	CDS, PCP, PRD, PSD, PS (98,8)	MDP (1,2)	Minoritário PSD (X)	Cavaco Silva	Ramalho Eanes Mário Soares ⁽²⁾
	1987-91: V Legislatura	CDS, PCP, PRD, PSD, PS (99,2)	PEV (0,8)	Majoritário PSD (XI)	Cavaco Silva	Mário Soares
	1991-95: VI Legislatura	CDS, PCP, PSD, PS (98,7)	PEV, PSN (1,3)	Majoritário PSD (XII)	Cavaco Silva	Mário Soares
	1995-99: VII Legislatura	CDS, PCP, PSD, PS (99,1)	PEV (0,9)	Minoritário PS (XIII)	António Guterres	Mário Soares Jorge Sampaio ⁽³⁾
	1999-03: VIII Legislatura	CDS, PCP, PSD, PS (98,3)	PEV, BE (1,7)	Minoritário PS ⁽⁴⁾ (XIV)	António Guterres	Jorge Sampaio

Fontes: dados elaborados a partir de Leston-Bandeira, 2001: 139; www.parlamento.pt; Assembleia da República, 2001 (lugares ocupados pelos partidos na AP). No artigo de Cristina Bändera, não há subdivisão da I Legislatura em IA e IB, bem como não há referência à percentagem de lugares que os partidos têm detido no Parlamento. Por último, no artigo citado o início da fase de consolidação democrática é referenciado à primeira Legislatura. Todavia, entendendo que tal só se verifica a partir da revisão Constitucional de 1982.

Esclareça-se ainda que apesar de muitos dos partidos possuírem GP's separados concorreram às eleições coligados. Estão neste caso nomeadamente o PCP e o MDP/CDP (APU, 1979-1985) ou o PEV (CDU, 1987-2003). Por outro lado, na contabilização do número de lugares por partidos apenas contam os que constituíram GP's.

¹⁾ Primeiros Ministros dos governos provisórios: Palma Carros, Vasco Gonçalves e Pinheiro de Azevedo; Presidentes da República: António de Spínola e Costa Gomes.

²⁾ Eleito em Fevereiro de 1986; ⁽³⁾ Eleito em Janeiro de 1996; ⁽⁴⁾ Na verdade, o governo e a oposição dispõem exactamente do mesmo número de deputados na Assembleia da República: 115.

A existência de acordos pré eleitorais entre os partidos tem um impacto centralizador no recrutamento parlamentar, mesmo em países com sistemas maioritários e círculos uninominais como a V República Francesa (Gallagher e Marsh, 1988: 81-86). A explicação é óbvia: nestes casos, as direcções dos partidos têm que estabelecer acordos quanto ao candidato que irá concorrer em cada círculo eleitoral, no caso de estarmos a falar de círculos uninominais, ou quanto às posições dos candidatos de cada um dos partidos nas listas, no caso de círculos plurinominais.

Os outros dois governos de coligação (PS-CDS: 1978-79; PS-PSD: 1983-85) resultaram apenas de acordos pós eleitorais e, por isso, não tiveram qualquer impacto no recrutamento parlamentar, apenas o tiveram em termos da distribuição de lugares no governo.

Todos os outros governos foram minoritários (suportados por um só partido sem maioria absoluta de lugares na AR) ou maioritários (suportados por um só partido com maioria absoluta de lugares na AR). Todavia, a partir de 1987 em diante, os governos foram maioritários (PSD: 1987-91 e 1991-95) ou com uma minoria muito próxima da maioria absoluta (PS: 1995-99 e 1999-03). Daí que Leston-Bandeira (2000 e 2001) considere que a IV Legislatura (1985-1987) constituiu um período transitório para um novo ciclo político.

Portanto, não é expectável que, salvo no caso dos governos resultantes de coligações pré eleitorais, o tipo de governo tenha tido qualquer impacto especial em termos do recrutamento parlamentar. Excepto por proporcionar ao partido vencedor a ascensão ao executivo dos deputados de primeira linha, permitindo por isso o acesso à AR de candidatos em posição não elegível.

Antes da instauração da democracia portuguesa (Monarquia Constitucional, I República e Estado Novo), as eleições eram completamente manipuladas pelo executivo. Nestas situações, o recrutamento parlamentar era controlado pelo governo (Magone, 2000).

Em termos de descentralização administrativa, os cargos electivos resumem-se às autarquias locais (municípios e freguesias), no Continente e nas ilhas, a que acrescem os órgãos de governo regional (executivos e assembleias), apenas para as Regiões Autónomas (RA's) dos Açores e da Madeira. Portanto, ao contrário de sistemas federais altamente descentralizados e geralmente caracterizados pela existência de uma segunda Câmara (Senado), as carreiras políticas verticais (de órgãos locais para regionais e de ambos para os órgãos nacionais) e horizontais (da Câmara Baixa para a Câmara Alta) são bastante mais restritas ou nulas, respectivamente.

Desde a adesão à comunidade Europeia, em 1986, as carreiras políticas electivas podem ainda passar pelo Parlamento Europeu. As primeiras eleições de deputados portugueses ao Parlamento Europeu (PE) realizaram-se em 1987, a meio do mandato do PE. Seguiram-se as eleições de 1989, 1994 e 1999.

Assim, em termos de órgãos legitimados pelo voto popular, as carreiras políticas dos portugueses poderão passar pelos cargos políticos nas autarquias locais, nos órgãos do governo regional (RA's), pelo Parlamento Europeu, pela Assembleia da República, pelo Governo nacional e, finalmente, pelo Presidência da República.

Quanto à Presidência da República, esta foi ocupada por militares, quer no período pré-constitucional (Spínola e Costa Gomes), quer até 1986 (Ramalho Eanes). Tal presença dos militares nos órgãos políticos terá ficado a dever-se ao seu papel de relevo na transição para a democracia (Freire, 2001b). Aliás, apenas com a revisão constitucional de 1982 (extinção do Conselho da Revolução) se verificou o fim da presença tutelar de órgãos não eleitos sobre os órgãos eleitos e, por isso, consideramos situar-se aí o fim do período de transição para a democracia, ao contrário de Leston-Bandeira, 2000 e 2001.

De 1986 em diante, a Presidência da República tem sido ocupada por antigos dirigentes partidários (Mário Soares e Jorge Sampaio, que tinham sido ambos líderes do PS).

Ou seja, desde a “civilização da Presidência da República” (Cruz, 1994) que as carreiras políticas em Portugal têm o seu zénite na função presidencial. Seguem-se, por ordem decrescente de importância, o governo nacional, os cargos parlamentares nacionais (Assembleia da República) e os cargos nos órgãos de governo regional e local. Aliás, esta hierarquia está bem patente na legislação sobre as remunerações dos titulares de cargos políticos (Sá, 1994: 176-178).

O acesso aos cargos políticos electivos é geralmente controlado pelos partidos políticos. Salvo no caso da Presidência da República (Constituição da República –CRP- 1997: art. 124) e, até 1997, dos órgãos das freguesias, as candidaturas têm de ser apresentadas pelos partidos políticos. A partir da revisão constitucional de 1997 são permitidas candidaturas de cidadãos independentes também para os restantes cargos do poder político local (CRP, 1997: art. 239) (Magalhães, 1999), matéria cuja regulamentação só foi aprovada em Junho de 2001.

O acesso ao governo, cuja responsabilidade cabe ao primeiro ministro, embora carecendo da nomeação do PR (CRP 1997: art. 187), não passa necessariamente pela carreira parlamentar, nem sequer pelo controle dos partidos políticos.

Pelo contrário, o acesso às carreiras parlamentares é claramente controlado pelos partidos políticos. Ou seja, os candidatos a deputados não têm de ser militantes dos partidos, mas as candidaturas têm de ser apresentadas por estes (CRP 1997: art. 151). Tendo em conta o domínio dos quatro maiores partidos (CDS/PP, PCP, PS e PSD) na Assembleia da República, durante praticamente todo o período democrático, as carreiras políticas dos deputados portugueses têm sido controladas quase exclusivamente por eles. São e têm

sido estes, portanto, os principais “*gatekeepers*” no recrutamento parlamentar em Portugal (cfr. Figura 1, secção 1).

A possibilidade de acumulação do cargo de deputado com outros cargos políticos electivos está definido na Constituição (CRP 1997: art. 154) e no Estatuto dos Deputados (Assembleia da República, 2000b: 166-167).

Em primeiro lugar, os deputados nomeados para o governo nacional têm de cessar as primeiras funções (CRP 1997: art. 154). Este impedimento contrasta com o que se passa na maioria das democracias ocidentais. Ou seja, na maioria dos países da OCDE os membros do governo têm que ser simultaneamente deputados ou pelo menos têm a faculdade de permanecer no parlamento se assim o entenderem. Nesta matéria, Portugal integra o pequeno grupo de sete países formado pelo Luxemburgo, Holanda, França, Suécia, Suíça e EUA (Norris e Lovenduski, 1995: 197).

O Estatuto dos Deputados estipula ainda a incompatibilidade entre os cargos de deputado e a Presidência da República, mais os órgãos de governo regional e os cargos executivos nos municípios (Assembleia da República, 2000b: 166-167). Note-se que é possível a acumulação entre o cargo de deputado com cargos nas assembleias locais. A impossibilidade de acumular os cargos nos executivos autárquicos está nos antípodas com o que se passa na V República Francesa, onde tal acumulação é não só permitida como muito estimulada, nomeadamente para assegurar as ligações locais dos deputados (Gallagher e Marsh, 1988: 83-85).

Sistema eleitoral e recrutamento parlamentar

A Constituição (CRP 1997: art. 150) regula os critérios básicos de elegibilidade dos deputados portugueses: “são elegíveis os cidadãos portugueses eleitores, salvo as restrições que a lei eleitoral estabelecer por virtude de incompatibilidades locais ou de exercício de outros cargos”.

Portanto, quer a cidadania quer a idade (maior ou igual a 18 anos) constituem critérios básicos de acesso à carreira parlamentar. Em termos comparativos, a idade mínima para ser deputado em Portugal é das mais baixas entre os países da OCDE (Norris e Lovenduski, 1995: 189-190).

Tendo em conta que os emigrantes também votam nas eleições para a Assembleia da República, podemos concluir que em Portugal não é exigida a residência no país para se ser deputado, ao contrário do que se passa em vários outros países (Norris e Lovenduski, 1995: 189-190).

Por último, a lei eleitoral portuguesa estabelece ainda exigências em termos de registo criminal e sanidade mental para se ter capacidade eleitoral passiva para o cargo de deputado, à semelhança daquilo que se passa em muitos outros países da OCDE (Norris e Lovenduski, 1995: 189-190).

Consequentemente, as restrições legais de acesso à carreira parlamentar são mínimas. Ou seja, quase todos os cidadãos portugueses com 18 ou mais anos podem *de jure* aceder à carreira parlamentar. Todavia, na prática não é assim. Desde logo, as candidaturas ao parlamento têm que ser propostas por partidos políticos.

O sistema eleitoral constitui também um conjunto de normas e práticas que impõem constrangimentos e incentivos para o recrutamento parlamentar.

O sistema eleitoral português é o da representação proporcional (RP) segunda a fórmula da média mais alta d'Hondt. Ou seja, a conversão de votos em lugares no parlamento é feita por partidos e com o objectivo de se assegurar uma correspondência equilibrada entre as percentagens de votos e as percentagens de assentos que cada partido obtém.

A contabilização dos votos para a respectiva conversão em mandatos parlamentares é feita em cada um dos círculos eleitorais. Para esse efeito, o país está dividido em 22 círculos eleitorais. No Continente, o território está dividido em 18 círculos eleitorais que correspondem aos distritos. Cada uma das RA's constitui um círculo eleitoral. Para os residentes no estrangeiro (emigrantes) existem ainda outros 2 círculos eleitorais: Europa e Fora da Europa.

No Continente, os distritos foram muito provavelmente a forma mais consensual de dividir o país e evitar dúvidas quanto à lisura dos processos eleitorais, até porque é um dado bastante conhecido que o desenho e a dimensão dos círculos podem ser manipuladas por determinadas forças políticas em exclusivo proveito próprio (Nohlen, 1994: 47-52). Como os distritos são uma divisão administrativa com larga tradição em Portugal, a sua adopção como base para a constituição dos círculos eleitorais permitiu evitar toda a possível controvérsia à volta desta matéria.

Em primeiro lugar, o sistema eleitoral condicionou a organização dos partidos e daí a forma de recrutamento parlamentar. Os partidos estão organizados em distritais (e concelhias – unidade coincidente com os municípios) e as listas de candidatos a deputados, com maior ou menor intervenção das direcções nacionais consoante os partidos, são elaboradas ao nível das distritais.

Em termos da organização distrital, o PS apresenta uma única excepção: a Federação do Oeste, que engloba vários distritos. De resto, as federações regionais coincidem com os distritos (entrevista 2, anexo 1).

A excepção maior é o PCP, partido em que as organizações regionais não coincidem exactamente com os distritos. Em 1983, Durão Barroso definia as seguintes 10 organizações regionais do PCP: “Lisboa, Norte, Setúbal (distrito), Alentejo, Beiras, Santarém (distrito), Leiria (distrito), Algarve, Açores e Madeira.(Barroso, 1983: 15)” Todavia, os Estatutos do PCP (1992: Cap. V, art 39, 1, e seguintes) referem claramente que a “estrutura do Partido à escala nacional é feita na base do território, o que deverá corresponder, normalmente, à divisão administrativa do país.” Por outro lado, os dirigentes do PCP entrevistados no âmbito deste estudo (um membro do Comité Central e um membro da Comissão Política Distrital de Beja) falam-nos claramente de uma intervenção das organizações de base distrital na elaboração das listas de candidatos a deputados do PCP (entrevistas 3 e 5, em anexo 1). Portanto, mesmo no caso do PCP a organização geográfica dos círculos eleitorais condiciona o processo de recrutamento parlamentar.

Mas para além dessa base distrital comum, há significativas diferenças nos processos de recrutamento parlamentar dos quatro maiores partidos políticos, nomeadamente em termos do poder das direcções nacionais na elaboração das listas. Voltaremos a este ponto.

Em segundo lugar, o sistema eleitoral condiciona a relação dos candidatos (e dos deputados) com os partidos e com os eleitores.³⁾ Ou seja, por esta via o sistema eleitoral condiciona o processo de recrutamento parlamentar (cfr. Figura 1, secção anterior).

Por um lado, o eleitor vota em partidos e não em candidatos (listas fechadas) e, por isso, a intervenção dos eleitores na eleição dos deputados é mínima. Ou seja, a eleição dos deputados depende mais do lugar nas listas partidárias que os partidos lhes atribuem do que dos votos dos eleitores, descontando obviamente as variações nas fortunas eleitorais dos partidos entre os diferentes actos eleitorais.

Aliás, o sistema de listas fechadas é de todos o que menor intervenção permite ao eleitor na escolha dos candidatos a deputados. Outros sistemas de sufrágio de lista permitem ao eleitor expressar as suas preferências pelos candidatos de uma só lista (listas semi-abertas) ou de várias listas (listas abertas) (quadro 2). Todavia, estas possibilidades não são geralmente muito utilizados pelos eleitores pelo que prevalece claramente o voto em listas face ao voto em candidatos, embora em graus variáveis (Nohlen, 1994; Farrell, 1997; Vallés e Bosch, 1997).

³⁾ Refiro-me sempre ao sistema eleitoral vigente para a Assembleia da República.

Nos sistemas maioritários (maioria relativa ou maioria absoluta a duas voltas), os eleitores votam em candidatos que concorrem em círculos uninominais (candidaturas unipessoais). Ou seja, nestes casos o voto é personalizado e o eleitor pode responsabilizar claramente o deputado do seu círculo pelas suas acções (ou omissões).

Por outro lado, quanto maior a dimensão dos círculos plurinominais menor a possibilidade de os eleitores conhecerem os candidatos que os representam e, por isso, de os contactarem e de os responsabilizarem.

Portugal tem dois círculos de dimensões muito grandes (Lisboa e Porto, com 49 e 37 deputados, respectivamente), oito de dimensão média ou grande (Aveiro, Braga, Coimbra, Faro, Leiria, Santarém, Setúbal e Viseu – com 8 a 17 deputados) e doze de pequena dimensão (Beja, Bragança, Castelo Branco, Évora, Portalegre, Guarda, Viana do Castelo, Vila Real, Madeira, Açores, Europa e Fora da Europa – com 2 a 6 deputados).⁴⁾ Portanto, excepto nos círculos pequenos, é difícil aos eleitores conhecerem os seus representantes na AR e, portanto, de os responsabilizarem.

Por outro lado, para os deputados dos círculos grandes e médios também não há muitos incentivos para o trabalho nos círculos que representam, quer porque são demasiado grandes, quer pela fraca intervenção dos eleitores na sua passagem à carreira parlamentar.

Desde os primeiros anos após a instauração do regime democrático em Portugal que a reforma do sistema eleitoral tem sido discutida (Cruz, 1998; Comissão Nacional de Eleições, 1992), quer para tornar mais fáceis as maiorias absolutas de deputados de um só partido (governabilidade), quer para melhorar a qualidade da representação e criar incentivos para uma maior aproximação entre os parlamentares e os eleitores.

A reforma do sistema eleitoral por motivos de governabilidade perdeu grande parte da sua saliência na agenda política (Presidência do Conselho de Ministros, 1997; AAVV, 1998; Ministério dos Assuntos Parlamentares, 1999), ultrapassada que foi a instabilidade das décadas de 1970 e 1980. Muito embora esta questão não esteja ainda definitivamente resolvida, quer porque o sistema continua a dificultar a obtenção de maiorias absolutas de deputados de um só partido, quer porque o potencial de coligação apresenta um grande desequilíbrio consoante o quadrante do espectro partidário: razoável à direita; bastante reduzido à esquerda.

⁴⁾ Estes dados referem-se à distribuição territorial dos mandatos vigente nas eleições legislativas de 1999.

Todavia, a reforma do sistema eleitoral por motivo de melhoria da qualidade da representação continua a ter muita saliência na agenda política. Aliás, em 1997 o governo do PS desencadeou uma série de estudos sobre esta matéria (AAVV, 1998) e em 1998 apresentou na Assembleia da República uma proposta de lei neste sentido (Ministério dos Assuntos Parlamentares, 1999), a qual viria a ser chumbada em resultado do desentendimento entre PS e PSD quanto à redução do número de deputados (Freire, 1999; Cruz, 2000).

Propunha o PS um sistema de membros mistos (MM) em as que as distorções à proporcionalidade nos círculos uninominais seriam totalmente compensadas em círculos regionais e num círculo nacional (sistema de membros mistos proporcional: MMP).⁵⁾ Aliás, o PSD apresentou também na altura um projecto lei com idênticos objectivos (MMP), mas que previa uma redução do número de deputados dos actuais 230 para 180 (Cruz, 2000).

Com os sistemas de membros mistos, de pendor proporcional (MMP) ou de pendor maioritário (MMM) (Shugart e Wattenberg, 2000), pretende-se conjugar a qualidade da representação proporcional associada aos sistemas com círculos uninominais (de maioria relativa ou absoluta) com os sistemas proporcionais com sufrágio de lista, os quais corrigem as distorções à proporcionalidade e dão grande proeminência aos partidos na representação política.

Tendo em conta a saliência que a reforma do sistema eleitoral continua a ter na agenda política Portuguesa, bem como o seu potencial impacto sobre o recrutamento parlamentar e as relações entre eleitores, partidos e deputados, nas oito entrevistas que realizámos junto dos dirigentes partidários com responsabilidades na elaboração das listas de candidatos a deputados (“*gatekeepers*”) foram colocadas duas questões sobre esta matéria.⁶⁾ A primeira questionava-os sobre a influência que consideram que o sistema eleitoral actualmente vigente para as eleições à Assembleia da República tem sobre as relações entre eleitores e eleitos. Em segundo lugar, pretendia-se saber quais as reformas que entendiam serem necessárias para melhorar a relação entre eleitores e eleitos (ver guião e sinopses das entrevistas no anexo 1).

A primeira conclusão a tirar das respostas dadas é que, apesar de existir um largo consenso nas forças políticas sobre a necessidade de reforma do sistema eleitoral (Cruz, 1998), os partidos continuam divididos sobre a matéria, quer entre eles, quer internamente.

⁵⁾ Sobre este tipo de sistemas eleitorais, ver sobretudo Blais e Massicotte, 1996, e Shugart e Wattenberg, 2000.

⁶⁾ As entrevistas foram realizadas junto de dirigentes dos órgãos executivos nacionais e distritais dos quatro maiores partidos (CDS/PP, PCP, PS e PSD), órgãos esses que têm responsabilidades (definidas nos Estatutos) na elaboração das listas de candidatos à AR. Ou seja, os “*gatekeepers*”.

Em termos das divisões entre os partidos políticos, ressalta a posição do PCP (entrevistas 3 e 6, anexo 1, realizadas a um membro do Comité Central e a um membro da Comissão Política Distrital de Beja) para quem a necessidade de reforma do sistema eleitoral para aproximar os eleitos dos eleitores é uma falácia. Para ambos os entrevistados o distanciamento entre eleitores e eleitos resulta muito mais das promessas não cumpridas pelos partidos políticos do que do sistema eleitoral. Por outro lado, ambos os dirigentes do PCP sublinham que já existem dias do trabalho parlamentar especialmente destinados aos contactos com os eleitores dos círculos (de 15 em 15 dias, às segundas e terças feiras) e que os eleitos do PCP usam regularmente esses tempos para estabelecer contactos com os eleitores dos círculos por onde foram eleitos. Por outro lado, ambos os entrevistados deste partido mostram-se mais preocupados com a possível redução da proporcionalidade resultante da criação dos círculos uninominais e/ou da redução do número de deputados.

No caso do CDS/PP, ambos os entrevistados parecem de acordo quanto à necessidade de se criar um sistema misto com pendor proporcional (entrevistas 1 e 5, anexo 1, realizadas a um membro da Comissão Política Nacional e a um membro da Comissão Política Distrital de Aveiro).

Ambos os entrevistados do CDS/PP apresentam esta reforma como necessária para melhorar a qualidade da representação política, consideram-na urgente e ainda que terá mesmo de realizar-se sob pena de colapso do sistema. Os dirigentes do CDS/PP entrevistados apresentam-se ainda defensores da ideia da redução do número de deputados, a par da criação de um Senado onde estariam representados os distritos do país. “Porque aí (com o Senado) acaba-se o problema do queijo limiano porque à partida os distritos já estão representados (entrevistas 1, anexo 1)”.

É no seio do PS e do PSD que se notam maiores divisões quanto à necessidade de reformar o sistema eleitoral. Este elemento é tanto mais relevante quanto a reforma do sistema eleitoral carece de 2/3 de votos dos deputados (CRP, 1997: art.º 168, nº 6; Miranda, 2000), e, por isso, o consenso entre e no seio de cada um destes partidos é fundamental.

No caso do PS, o dirigente da Comissão Política Nacional (entrevista 2, anexo 1) começa por apontar dois problemas à criação de um sistema de membros mistos proporcional (MMP). Primeiro, a redução da dimensão dos círculos regionais (ou distritais) resultante da criação do círculo nacional.⁷⁾ Segundo, apesar de considerar que os deputados eleitos

⁷⁾ Obviamente que com um sistema MMP não tem de se manter círculos regionais/distritais a par dos círculos uninominais e do círculo nacional, embora a proposta do governo PS apontasse neste sentido (Presidência do Conselho de Ministros, 1997; Ministério dos Assuntos Parlamentares, 1999).

pelos círculos uninominais estariam teriam maior proximidade com as populações, sublinha os grandes riscos de caciquismo, localismo e ingovernabilidade. Ou seja, os riscos da “(...) influência negativa do dinheiro e do poder de certos grupos (...)” e de os interesse locais se sobreporem aos interesses nacionais, facto que poderia conduzir à ingovernabilidade. Apesar de tudo isto, este dirigente do PS considera que “é uma reforma que se tem de fazer e que conta sempre com a oposição dos deputados que lá estão.”

Efectivamente, os riscos que este dirigente do PS aponta são reais pois é matéria consensual entre os estudiosos dos sistemas eleitorais que os círculos pequenos (*maxime* uninominais) e a personalização da representação política podem conduzir ao caciquismo e ao localismo na política (Farrell, 1997; Valles e Bosch, 1998). Por outro lado, é bem patente que o episódio da aprovação do orçamento de Estado de 2001 (vulgarmente conhecido por “orçamento do queijo limiano”), com a abstenção do deputado/autarca Daniel Campelo em dissidência com o seu partido (CDS/PP) e com o objectivo de conseguir benefícios para o seu círculo eleitoral (Viana do Castelo), está bem presente quando se pensa em reformar o sistema eleitoral. Veremos que este problema está também presente nas declarações de outros dirigentes.

Note-se ainda a oposição deste dirigente (entrevista 2, anexo 1) à redução do número de deputados, por recear distorções à proporcionalidade daí resultantes, e à criação do Senado. Por fim, são realçadas algumas medidas tomadas pelo PS para melhorar as ligações entre os deputados e os seus eleitores, nomeadamente a “linha verde” (telefónica) para os eleitores poderem colocar questões aos seus representantes e que, depois de distribuídas a um determinado parlamentar, deverão ser respondidas pelos deputados num prazo máximo de 48 horas.⁸⁾

O dirigente da Comissão Política Distrital de Castelo Branco (entrevista 7, anexo 1) declarou não ser muito favorável à criação de círculos uninominais. Segundo este dirigente a questão da proximidade entre eleitores e eleitos não se coloca nos círculos do interior: “no caso do interior isso não se coloca porque a comunicação social procura dar destaque ao trabalho dos deputados, as rádios, etc.”

Aliás, este entrevistado vê sérios riscos de ingovernabilidade se forem criados círculos uninominais: “ao se dividir por círculos uninominais nós seríamos um factor destabilizador do país aqui na Assembleia da República, porque hoje já somos muito influenciados pela forma como o distrito se apercebe das coisas. Digamos que nos influenciam, nos círculos uninominais essa instabilidade vai ser maior. Um exemplo: um orçamento que não contemple um centro de dia para determinado local quase me obrigava a votar contra o orçamento, o

⁸⁾ Sobre as “linhas verdes” e outras medidas tomadas (ou apenas propostas) no sentido de melhorar as relações entre eleitores e eleitos, ver Grupo Parlamentar Socialista, 2000, e Leston-Bandeira, 2000.

que faria com que as funções mais importantes dos deputados seriam postas de lado, afirmando-se com maior impacto os interesses regionalistas. (entrevista 7, anexo 1)”

Por aqui se vê que o episódio Daniel Campelo criou sérios receios de ingovernabilidade com a eventual criação de círculos uninominais. Para se conseguir a representação política regional, este dirigente parece até concordar com a criação do Senado proposta pelos dirigentes do PP e do PSD: “O Senado poderia ser bom para assegurar as questões regionais, mas não sei. (entrevista 7, anexo 1)”

O dirigente da Comissão Política Distrital de Castelo Branco vê ainda sérios riscos de a proporcionalidade ser afectada, quer pela multiplicidade de círculos eleitorais que têm estado em cima da mesa, quer pela redução do número de deputados, com a qual se afirma contra.

Por último, este dirigente chama a atenção para a falta de condições para os deputados desenvolverem trabalho, nomeadamente atendimento aos eleitores, nos círculos por onde foram eleitos. “No meu distrito conseguimos dar a volta a isso, pedindo um gabinete ao governo civil. Mas não tem estrutura nenhuma, é só uma sala. O problema da proximidade tem a ver com o criar condições para que um deputado tivesse uma delegação da AR, os eleitores veriam isso com bons olhos. (entrevista 7, anexo 1)”

Este entrevistado leva um problema fundamental. Ou seja, para além da falta de incentivos que o tipo de sistema eleitoral cria para as ligações entre os representantes e os seus eleitores, as estruturas para que os eleitos possam desenvolver trabalho nos respectivos círculos são inexistentes ou meramente improvisadas. Aliás, estes mesmos problemas são evidenciados por vários deputados entrevistados por Cristina Leston-Bandeira no âmbito do seu artigo sobre as ligações entre o Parlamento Português e os cidadãos (Leston-Bandeira, 2001b).

O membro da Comissão Política Nacional do PSD (entrevista 4, anexo 1) apresentou-nos uma perspectiva totalmente contrária à reforma do sistema eleitoral: “Eu penso que se for cumprido o que está estabelecido (de 15 em 15 dias, à segunda e à terça feira o trabalho parlamentar é contacto com o eleitorado), não há razão nenhuma para falar nessa questão. Diz-se que os círculos uninominais resolvem esse problema mas não resolvem.”

Aliás, também neste dirigente nacional do PSD se verifica que o “episódio Daniel Campelo” veio criar sérias resistências a uma reforma do sistema eleitoral. “É minha opinião pessoal: os círculos uninominais só podem fomentar uma coisa: o caciquismo. Se me disserem que isso é bom para a democracia (...) a aprovação de um orçamento para 2001 com a abstenção de um deputado com a contrapartida de fazer obras públicas na área do seu concelho, deve fazer as pessoas pensar e em particular as comissões políticas dos partidos. Principalmente devido à questão da disciplina de voto. Os círculos uninominais podem,

neste sentido, fomentar a anarquia. (entrevista 4, anexo 1)” Portanto, tal como para os dirigentes do PS entrevistados, a reforma do sistema eleitoral levanta para este dirigente sérios problemas em relação à questão da governabilidade e da disciplina de voto.

Curiosamente, este dirigente do PSD considera ainda que a redução do número de deputados não é “importante”, ou seja, não lhe parece uma questão a resolver. Recorde-se que o PSD deu um sério contributo para bloquear a reforma do sistema eleitoral, em 1999, ao exigir uma “redução significativa do número de deputados” (Freire, 1999).

Ao contrário do que se verificou atrás para o PS, em que era o dirigente distrital que apresentava maiores reservas à reforma do sistema eleitoral, no caso do PSD é o dirigente da respectiva Comissão Política Distrital de Viseu que se mostra favorável à alteração do sistema (entrevista 8, anexo 1): “Este actual sistema não funciona. Acho que há um afastamento claro entre os eleitos e os eleitores. Embora se diga que de 15 em 15 dias há contacto com o eleitorado, não há essa ligação.” Por isso, este dirigente defende a criação de círculos uninominais, a redução do número de deputados e a separação das questões nacionais (AR) das questões regionais com a criação de um Senado. Por último, enfatiza a necessidade de, a par destas medidas, se dar mais condições para os deputados desenvolverem trabalho nos círculos.

Estas entrevistas não nos dão, obviamente, uma amostra representativa das posições dos dirigentes dos diferentes partidos quanto à necessidade e ao sentido das reformas do sistema eleitoral. De qualquer modo, apontam para que entre os partidos que têm efectivamente poder constitucional para mudar o sistema eleitoral existam fortes divisões sobre estas questões. Por isso, estas indicações apontam para que possam existir sérias dúvidas quanto à efectiva concretização da reforma do sistema eleitoral durante esta legislatura.

Por outro lado, estas entrevistas apontam para que o episódio da aprovação do orçamento de 2001 através da abstenção (dissidente face ao seu partido) do deputado do CDS/PP, Daniel Campelo, tenha deixado sérias resistências nos partidos quanto à criação de círculos uninominais.

Por tudo isso, talvez que o caminho a seguir nesta matéria possa ser mais consensual se passar pela redução dos círculos grandes e médios e pela criação de um círculo nacional de compensação, eventualmente por aproveitamento de restos. Todavia, uma eventual reforma no sentido agora aventado terá de ser bastante diferente daquela que o PSD apresentou no início anos 90. Esta proposta, que contemplava exactamente a redução da dimensão dos círculos grandes e médios e a criação de um círculo nacional com 30 deputados, suscitou enormes resistências por ser perspectivada como uma forma de esmagar os pequenos partidos, especialmente o CDS/PP, e conseguir a bipartidarização por via administrativa. Sobre esta proposta e as controvérsias em torno da mesma, ver Cruz, 1998: 77-81 e 169-228.

Um dado curioso é o facto de o “episódio Daniel Campelo” não ter aparentemente deixado marcas no CDS/PP, pelo menos nos dois dirigentes entrevistados. Apesar de estes dois dirigentes estarem a emitir opiniões pessoais acerca da reforma eleitoral, ou seja, opiniões que não vinculam o partido, não deixa de ser interessante verificar a defesa incondicional que fazem da criação de círculos uninominais.

Conforme foi dito, estas posições contrastam com aquelas que foram expressas pelos dirigentes do PS e do PSD. Estas diferenças poderão dever-se ao facto de estes dois partidos terem vocação de governo, elemento que não é tão claro no CDS/PP. Por outro lado, este entusiasmo com a reforma eleitoral expresso pelos dirigentes do CDS/PP significa que, apesar da indignação expressa pelo líder (Paulo Portas) e pela direcção do partido, tal dissidência de Daniel Campelo não terá sido assim tão problemática para outros dirigentes do CDS/PP.

Por último, várias entrevistas apontam para a necessidade de não associarmos os problemas das (fracas) ligações entre eleitos e eleitores exclusivamente ao tipo de sistema eleitoral. Ou seja, a criação de condições efectivas para que os deputados possam desenvolver trabalho nos círculos onde foram eleitos, nomeadamente para receberem os eleitores, parece ser uma área a que deverá ser dada a devida atenção.

Aliás, para além do problema do sistema eleitoral, vários autores têm apontado diferentes problemas que estarão na base de um certa subalternização do mandato individual de deputado e que criam as condições para uma submissão dos parlamentares aos partidos a que pertencem. Nomeadamente, são geralmente referidas as insuficientes condições de trabalho para os deputados individualmente considerados, na AR e nos respectivos círculos, a elevada rotação dos deputados em resultado do regime de substituições, a secundarização dos deputados face aos grupos parlamentares, etc. (Cruz, 1988; Barreto, 1990 e 1992; Sá, 1994; Leston-Bandeira, 2001b).

Mas um dos principais críticos das perspectivas que colocam o acento tónico no sistema eleitoral como raiz da crise do mandato individual de deputado e das fracas ligações dos parlamentares ao eleitorado foi Luís Sá (1994). Para este autor a crise do mandato individual dos deputados e a subalternização dos parlamentares face aos partidos a que pertencem têm fundamentalmente duas razões (Sá, 1994: 91-94, 179-185, 346-351):

Em primeiro lugar, a construção do “Estado de Partidos”. Ou seja, com a extensão do sufrágio e a massificação da política, a que esteve associada a transformação dos “partidos de quadros” em “partidos de massas” (Duverger, 1967) ou “partidos de integração” (Neuman, 1956), o deputado individual perdeu a importância que tinha antes e o partido parlamentar perdeu grande peso face à organização partidária fora do parlamento. Assim, os partidos políticos tornaram-se os principais agentes na política parlamentar (e extra parlamentar), em detrimento dos deputados individualmente considerados.

Quadro 2: Sistemas Eleitorais, Padrões de Recrutamento e Representação Política

Países	Tipo de Sistema Eleitoral	Tipo de Candidaturas	Grau de Democratização na Seleção dos Candidatos	Influência dos Eleitores na escolha dos Deputados	Ligações Locais dos Deputados
Alemanha	MMMP	Unipessoais e listas fechadas	Forte	Média/Fraca	Fortes/Fracas
Austrália	VA	Unipessoais	Forte/Média (Forte: só <i>Labour</i>)	Forte	Fortes
Áustria	RP	Listas semi-abertas	Forte/Fraca (fraca: só FPÖ)	n.a.	Médias/Fracas
Bélgica	RP	Listas semi-abertas	Forte/Média (variável)	Fraca	Médias/Fracas
Canadá	Maioria relativa	Unipessoais	Forte	Média	Fortes
Dinamarca	RP	Listas semi-abertas	Forte	n.a.	Médias/Fracas
Espanha	RP	Listas fechadas	n.a.	Fraca	Médias
EUA	Maioria relativa	Unipessoais	Forte	Média	Fortes
Finlândia	RP	Listas semi-abertas	Forte	Forte	Médias
França	Maioria, duas voltas	Unipessoais	Forte/Média (Forte: só PS)	Forte	Fortes
Grécia	RP	Listas semi-abertas	n.a.	n.a.	Médias
Holanda	RP	Listas semi-abertas	Forte/Média/Fraca (Forte: só D66)	Fraca	Fracas
Irlanda	VUT	Unipessoais	Forte/Média (variável)	Forte	Fortes
Itália	MMM	Unipessoais e listas fechadas	Média	Média/Fraca	Fortes/Fracas
Israel	RP	Listas fechadas	n.a.	Fraca	Fracas
Japão	MMM	Unipessoais e listas fechadas	Fraca	Média/Fraca	Fortes/Fracas
Noruega	RP	Listas fechadas	Média	Fraca	Médias/Fracas
Nova Zelândia	MMMP	Unipessoais e listas fechadas	Forte/Média (Forte: só <i>Labour</i>)	Média/Fraca	Fortes/Fracas
Portugal	RP	Listas fechadas	Média	Fraca	Fracas
Reino Unido	Maioria relativa	Unipessoais	Forte	Média	Fortes
Suécia	RP	Listas fechadas	Forte/Média (Forte: só SAP e C)	n.a.	Médias/Fracas
Suíça	RP	Listas abertas	Média	Fraca	n.a.

Fontes: dados elaborados a partir de Nohlen, 1994; Blais e Massicotte, 1996; Farrell, 1997; Reynolds e Bem, 1997; Shugart e Wattenberg, 2000; Gallagher e Marsh, 1986; Norris e Lovenduski, 1995; Norris, 1997; Scarow, Webb e Farrell, 2000.
 Notas: MMMP - Membros Mistos Proporcional; VA - Voto Alternativo; RP - Representação Proporcional; VUT - Voto Único Transferível;
 MMM - Membros Mistos Majoritário. Os sistemas eleitorais referidos estavam em vigor em 1996. n.a. - não acessível.

Em segundo lugar, o centramento das campanhas eleitorais nos “candidatos a primeiro ministro” e a consequente subalternização do papel daqueles em quem efectivamente se vota em eleições legislativas, ou seja, dos deputados. Para Luís Sá estes fenómenos seriam independentes do tipo de sistema político e eleitoral.

Quanto ao carácter transversal destes fenómenos nas modernas democracias ocidentais não há quaisquer dúvidas. Todavia, estes argumentos ignoram as diferenças que existem entre os diferentes tipos de sistemas eleitorais quanto às ligações locais dos deputados. Na verdade estas diferenças existem e têm sido amplamente documentadas (Gallagher e Marsh, 1988; Norris, 1996 e 1997; Norris e Lovenduski, 1995; Curtice e Shively, 2000). Portanto, sem atribuir exclusiva responsabilidade ao sistema eleitoral no tipo de relações entre eleitores, partidos e deputados, há que reconhecer forçosamente que este é um factor importante a levar em linha de conta.

Mas existe pelo menos um outro factor que pode ter especial relevância na relação entre eleitores, partidos e deputados: o grau de democratização na selecção dos candidatos a deputados, nomeadamente em termos da intervenção dos militantes de base na sua escolha. Portanto, nesta acepção a máxima democratização ocorreria quando os militantes de base participam activamente na escolha dos candidatos a deputados. Nestes casos estão criadas as condições para uma menor dependência dos deputados face às direcções dos partidos e, portanto, para um fortalecimento do seu papel na relação com os eleitores e enquanto agentes na arena parlamentar. Todavia, mesmo nestes casos será sempre necessário qualificar o tipo de intervenção das direcções dos partidos (nacionais e/ou regionais) no processo de recrutamento, para se perceber qual o grau efectivo de democratização e descentralização.

No quadro 2 relaciona-se o grau de democratização no recrutamento parlamentar com o tipo de sistema eleitoral, o tipo de candidaturas, o grau de influência dos eleitores na escolha dos candidatos e as ligações dos deputados aos eleitores, na maioria dos países da OCDE.

A classificação do “grau de democratização no recrutamento” é a seguinte: “democratização forte”: os militantes de base intervêm na escolha dos candidatos, eventualmente a par dos dirigentes regionais e nacionais; “democratização média”: os militantes de base não intervêm na escolha dos candidatos, ou seja, só os dirigentes locais/regionais e, eventualmente, os dirigentes nacionais intervêm na escolha dos candidatos; “democratização fraca”: os dirigentes nacionais têm uma intervenção exclusiva na escolha dos candidatos. Quando há duas ou três categorias, ou ainda quando há a menção “variável”, significa que os padrões de recrutamento são bastante diferenciados entre os diferentes partidos políticos que compõem determinado sistema político. Esta classificação enferma de duas limitações graves:

Primeiro, baseia-se exclusivamente no facto de os vários tipos de membros dos partidos (militantes de base, dirigentes regionais e nacionais) intervirem ou não no processo de recrutamento, não se qualificando o tipo de intervenção de cada um dos níveis. Mas poderão existir diferenças importantes consoante o grau de intervenção dos dirigentes nacionais e regionais, nomeadamente em termos de centralização *versus* descentralização do processo de recrutamento. Por outro lado, a intervenção dos militantes de base poderá resultar de um processo de carácter mais plebiscitário, no qual os membros ordinários são chamados a sufragar uma única proposta de lista proposta pela direcção do partido, ou de um processo totalmente aberto e concorrencial como é o caso das primárias nos EUA. Todavia, os dados disponíveis apenas nos permitiriam tais distinções para o caso Português e alguns outros países, pelo que não foram incorporadas no quadro 2.

A segunda limitação diz respeito ao facto de estarmos a classificar o grau de democratização do recrutamento parlamentar por países, quando há importantes variações entre os partidos. Sempre que possível tentei incorporar essas diferenças e, por outro lado, centrei-me geralmente nos maiores partidos, mas a classificação por países está longe de ser ideal.

O tipo de candidaturas é classificado do seguinte modo: “unipessoais”: os eleitores votam em candidatos, associados ou não a partidos; “listas abertas”: os eleitores podem expressar preferências simultâneas entre candidatos de diferentes listas; “listas semi-abertas”: os eleitores podem expressar preferências por determinados candidatos, mas não em simultâneo para diferentes partidos; “listas fechadas”: os eleitores votam em listas e não têm a possibilidade de expressar preferências por candidatos.

Quanto ao grau de “influência dos eleitores na escolha dos deputados”, a classificação usada é a seguinte: “forte”: os eleitores podem escolher entre vários candidatos do mesmo partido (listas semi-abertas) ou de partidos diferentes (listas abertas, sistemas maioritário a duas voltas, voto alternativo e voto único transferível) e essa expressão de preferências têm um impacto efectivo; “média”: os eleitores têm de escolher um candidato de um único partido; “fraca”: os eleitores votam em listas fechadas ou, quando há voto preferencial (listas semi-abertas e abertas), a expressão de preferências tem tido um impacto muito reduzido na escolha efectiva dos candidatos. Nos sistemas de membros mistos de pendor maioritário (MMM) ou proporcional (MMP), considera-se que os eleitores têm uma influência “média” (na escolha dos deputados) nos círculos uninominais e uma influência “fraca” ao nível do círculo nacional.

Por último, quanto às “ligações locais dos candidatos” a classificação é a seguinte: “fortes”: quando há círculos uninominais ou quando há círculos plurinominais muito pequenos e voto personalizado (voto único transferível); “médias”: quando, apesar de existir voto em listas (preferencial ou não), os círculos plurinominais têm geralmente uma dimensão reduzida e por isso são, geralmente, complementados com círculos de compensação a

nível superior (nacional ou regional); “fracas”: quando os círculos plurinominais são de dimensão média ou grande.

Nos sistemas de membros mistos (MMM ou MMP) considera-se que as ligações entre os representantes e os eleitores são “fortes”, ao nível dos círculos uninominais, e “fracas”, ao nível dos círculos plurinominais (regionais ou nacional). Nos sistemas que combinam pequenos círculos plurinominais com um ou mais círculos (plurinominais) de nível superior, de maiores dimensões e com funções de compensação à desproporcionalidade gerada nos primeiros (Áustria, Bélgica, Dinamarca, Noruega, Suécia), considera-se que no primeiro tipo de círculos as ligações eleitores/eleitos são “médias” e no segundo tipo são “fracas”.

Conforme era em certa medida expectável, pode verificar-se no quadro 2 que o grau de democratização do processo de recrutamento é independente do tipo de sistema eleitoral. Ou seja, há vários países sistemas com sufrágio de lista mas onde os processos de recrutamento são fortemente democratizados, pelo menos em algum ou alguns dos partidos: Áustria, Bélgica, Finlândia, Holanda, Suécia. Por outro lado, há alguns sistemas mistos (Itália e Japão) onde, apesar da existência de círculos uninominais em uma componente do sistema, o recrutamento é média ou fracamente democratizado. Note-se ainda que os próprios partidos são um factor explicativo do grau de democratização no processo de recrutamento parlamentar.

Do conjunto de países em análise, verifica-se que apenas em Itália, no Japão, na Noruega, em Portugal e na Suíça o processo de recrutamento parlamentar nos maiores partidos políticos não inclui os militantes de base. Em alguns países (Alemanha, EUA, Finlândia) a lei geral obriga os partidos a uma forte democratização no processo de recrutamento parlamentar, que deverá passar pela participação directa (e por voto secreto) dos militantes de base (Norris e Lovenduski, 1995: 189; Norris, 1997: 57-58 e 79; Scarrow e outros, 2000: 138-139).

Em Portugal, Jorge Miranda tem defendido a necessidade de se democratizar o processo de recrutamento de candidatos aos cargos políticos (Miranda, 1999; Cruz, 1998: 281-284). Num artigo publicado em 1995 no jornal *Público*, Jorge Miranda defendeu a necessidade de se “(...) projectar na lei dos partidos os princípios constitucionais (...), de modo a ultrapassarem-se quaisquer dúvidas sobre a sua obrigatoriedade e, por conseguinte, sobre a necessidade de os estatutos os consagrarem e concretizarem. Do que se trata é de, sem perda da autonomia associativa dos partidos e da variedade de soluções que acolham, eles respeitarem tais princípios fundamentais de um ordenamento jurídico democrático. (Miranda *in* Cruz, 1998: 282-283)” Assim, Miranda defendeu, entre outras medidas, “que na escolha dos candidatos a deputados ou a titulares de órgãos locais e regionais se fizessem eleições abertas aos militantes e, porventura mesmo, aos simpatizantes de cada partido. (Miranda *in* Cruz, 1998: 282-283)”

Aliás, num estudo recente elaborado para a Assembleia da República com vista à revisão da legislação que regulamenta os partidos políticos (Decreto-Lei nº 595/74, de 7 de Novembro) Miranda defende no artigo 37 do articulado proposto que “os estatutos asseguram formas de designação dos candidatos a eleições para órgãos de Estado, das regiões autónomas e das autarquias locais, com participação adequada dos militantes dos correspondentes âmbitos territoriais. (Miranda, 1999: 564)”

Mas a participação dos militantes de base nos processos de recrutamento de candidatos para órgãos políticos electivos não se justifica apenas por uma questão de democratização interna dos partidos. Conforme já disse, tal abertura poderá reforçar o papel dos deputados no Parlamento através de uma maior independência destes face às direcções dos partidos. Por outro lado, contribuirá também para uma maior legitimação dos candidatos (e dos deputados) perante o partido ou até os seus simpatizantes, conforme a solução adoptada.

Em matéria da influência dos eleitores na escolha dos deputados, os sistemas com círculos uninominais não dão todos o mesmo grau de escolha. Abstraindo dos sistemas de membros mistos (MMM e MMP), considera-se que o grau de escolha dos eleitores é maior no sistema de voto alternativo (Austrália) e no sistema maioritário a duas voltas (França) do que nos sistemas de maioria simples (Canadá, EUA e Reino Unido). A razão é simples, nos sistemas de maioria simples o eleitor pode escolher apenas um candidato, nos outros dois sistemas pode expressar várias preferências, seja no mesmo boletim de voto (voto alternativo) seja entre a primeira e a segunda volta (sistema maioritário a duas voltas).

Mas face aos sistemas de maioria relativa, as possibilidades de escolha são também maiores em alguns sistemas proporcionais (voto único transferível – Irlanda; sistema de listas abertas efectivamente utilizado - Finlândia), pelas mesmas razões apontadas atrás. Ou seja, nestes casos o eleitor expressa as suas preferências por diferentes candidatos e pode escolher alguns de entre os vários propostos no mesmo partido (Finlândia) ou em diferentes partidos (Irlanda).

Por outro lado, a força das ligações locais dos candidatos também não tem que passar necessariamente por sistemas maioritários. Para além dos sistemas de membros mistos, também em alguns sistemas com voto preferencial (Finlândia) e/ou com pequenos círculos, eventualmente complementados com círculos nacionais ou regionais de compensação da desproporcionalidade (Áustria, Bélgica, Dinamarca, Noruega, Suécia), se conseguem ligações entre os deputados e os círculos por onde são eleitos com uma densidade média.

Partidos políticos e recrutamento parlamentar

Em nenhum dos quatro maiores partidos políticos portugueses há intervenção dos militantes de base no processo de recrutamento parlamentar (CDS/PP, 2000; PCP, 1992; PS, 1998; PSD, 2000). Ou seja, em todos eles o grau de democratização é médio, segundo a classificação estabelecida atrás: apenas os dirigentes regionais, locais e nacionais participam directamente no processo.

Mas mesmo nos países onde há participação directa dos militantes de base no processo de recrutamento parlamentar (forte democratização) poderá existir alguma centralização. Por exemplo, se os dirigentes nacionais têm direito de veto sobre os processos de selecção de candidatos e/ou se cabe apenas aos dirigentes nacionais propor as listas de candidatos e os militantes de base apenas têm de sufragá-las. Aliás, neste último caso o processo de participação dos militantes de base poderá ter um carácter mais plebiscitário do que efectivamente democrático se os militantes forem chamados a sufragar uma única lista.

Referindo-se ao poder de veto das direcções nacionais dos partidos nos processos de selecção de candidatos, Scarrow e outros consideram mesmo que “o facto de tal veto *poder* ser exercido pode representar um substancial constrangimento nas decisões. É aliás notável que em anos recentes não se tenham verificado casos de partidos enfraquecendo ou eliminando o direito de veto das direcções nacionais. Claramente, a tendência para uma maior democratização não tem sido acompanhada por maior descentralização. (Scarrow e outros, 2000: 141-142, *itálico no original*)”

Obviamente, para que as direcções dos partidos possam assegurar uma certa consonância política e ideológica entre o partido e o grupo parlamentar é necessário que pelo menos conservem alguma intervenção no processo de recrutamento. Por outro lado, se a gestão do recrutamento fosse apenas confiada às direcções regionais/locais e/ou aos militantes isso poderia pôr em causa uma certa “engenharia” que é necessária para assegurar certas qualificações técnicas nos grupos parlamentares (ver entrevistas no anexo 1).

Nesta secção, serão analisados os níveis de centralização *versus* descentralização dos quatro maiores partidos políticos portugueses no processo de recrutamento parlamentar. Estas análises baseiam-se no estudo dos Estatutos mais actualizados dos partidos (CDS, 1988; CDS/PP, 2000; PCP, 1992; PS, 1998; PSD, 2000), bem como nas oito entrevistas realizadas junto dos dirigentes nacionais e regionais dos mesmos. Todavia, os actuais Estatutos do CDS/PP (1993-2000) são praticamente omissos quanto a estas matérias e, por isso, decidiu-se analisar também alguns textos anteriores (CDS, 1985-1988), embora com especial ênfase no normativo de 1988.

Quadro 3: Papel dos Órgãos dos quatro principais Partidos na Elaboração das Listas de Candidatos à Assembleia da República

	CDS/PP	PCP	PS	PSD
Órgãos nacionais com competências na elaboração das listas de candidatos à AR	<p>Comissão Política Nacional – CPN (1988 e 2000)</p> <p>Conselho Nacional – CN (2000)</p>	<p>Comité Central – CC (órgãos executivos: Comissão Política Nacional e Secretariado)</p> <p>Congresso - C</p>	<p>Comissão Política Nacional – CPN</p> <p>Outros Órgãos: só indirecta/, através da sua representação na CPN</p>	<p>Comissão Política Nacional – CPN</p> <p>Conselho Nacional – CN</p>
Tipo de competências dos órgãos nacionais na elaboração das listas de candidatos à AR	<p>CPN: acto formal de apresentação de candidaturas; na ausência de convocação CN, pode seleccionar candidatos; pode delegar esta última competência nos órgãos regionais e locais: CPR e CPD (1988)</p> <p>CN: elaboração de normas para elaboração de listas; selecção de candidatos (1988 e 2000)</p>	<p>CC (órgãos executivos): elaboração e apresentação das listas</p> <p>C: apreciar e aprovar as propostas do CC</p>	<p>CPN: designar membros para cargos políticos de âmbito nacional; designar candidatos para as listas, com a definição do seu lugar de ordem na lista, em número nunca superior a 30% dos deputados eleitos na última eleição</p>	<p>CPN: apresentar ao CN as propostas de listas</p> <p>CN: aprovar as propostas de listas apresentadas pela CPN</p>
Órgãos regionais ou locais com competências na elaboração das listas de candidatos à AR	<p>Comissões Políticas Regionais – CPR (1988)</p> <p>Comissões Políticas Distritais – CPD (1988)</p>	<p>Direcções das Organizações Regionais, Distritais e Autónomas</p>	<p>Comissão Política da Federação - CPF</p> <p>Outros Órgãos: só indirecta/, através da sua representação nas CPF's</p>	<p>Comissão Política Distrital – CPD</p> <p>Assembleia Distrital – AD</p> <p>Comissão Política De Secção - CPS</p>
Tipo de competências dos órgãos regionais e locais na elaboração das listas de candidatos à AR	<p>CPR e CPD: elaboram propostas de candidatos, segundo normas da CN; por delegação da CPN podem apresentar formal/ as candidaturas (1988)</p>	<p>Direcções das Organizações Regionais, Distritais e Autónomas: auscultadas pelo comité Central para a elaboração das listas</p>	<p>CPF: aprovar a constituição da lista para o respectivo círculo eleitoral, observando critérios definidos pela CPN</p>	<p>CPD: propor à CPN candidaturas</p> <p>AD e CPS: dar parecer sobre as listas</p>

Fonte: dados elaborados a partir dos Estatutos do CDS, 1988; CDS/PP, 2000; PCP, 1992; PS, 1998; PSD, 2000.

Para além do grau de centralização *versus* descentralização, é preciso ter também em conta o grau de formalização/burocratização *versus* informalidade/patrocinato no processo de recrutamento parlamentar (Norris e Lovenduski, 1995: 4). De acordo com esta classificação bidimensional, Norris e Lovenduski definem seis situações possíveis.

Primeiro, *sistemas centralizados e informais* em que existem regras estatutárias quanto ao processo de recrutamento, mas que na prática se caracterizam pelas influências informalmente movidas pelas direcções nacionais dos partidos e onde as direcções regionais e locais, bem como os militantes de base, têm um papel reduzido ou nulo.

Segundo, os *sistemas regionalizados e informais* são idênticos aos anteriores, excepto na maior proeminência das direcções regionais dos partidos nos processos de recrutamento.

Terceiro, os *sistemas localizados e informais* são aqueles em que as regras quanto aos processos de recrutamento são estabelecidas localmente e, por isso, em alguns casos a participação pode ser aberta a todos os militantes, em outros casos poderá recair sobretudo nas direcções locais dos partidos, etc.

Na quarta e quinta situações temos os processos em que as direcções nacionais (*sistemas centralizados e burocráticos*) ou regionais (*sistemas regionalizados e burocráticos*) são investidas por um poder estatutário bem definido e com aplicação efectiva no processo de recrutamento parlamentar. Por outro lado, o poder de selecção dos candidatos reside apenas (ou quase exclusivamente) nestes níveis (central ou regional) das direcções dos partidos.

A sexta e última situação, *sistemas localizados e burocráticos*, caracteriza-se pela existência de regras estatutárias que estandardizam (efectivamente) o processo de selecção de candidatos a nível nacional e as principais agências de recrutamento situam-se no nível local (direcções locais dos partidos e/ou militantes de base).

No quadro 3 apresenta-se um resumo dos órgãos de cada um dos quatro maiores partidos portugueses que intervêm no processo de recrutamento parlamentar, bem como das respectivas competências.

Conforme já referimos, os Estatutos actuais do CDS/PP são praticamente omissos quanto à matéria do recrutamento parlamentar. Por isso, recorreu-se também a Estatutos anteriores aos actualmente vigentes, pelo que no quadro 3 apontamos entre parêntesis a data a que se referem as normas estatutárias.

Segundo os Estatutos de 2000 do CDS/PP, a competência na elaboração das listas de candidatos a deputados cabe ao Conselho Nacional, quer em termos de definição das

normas para elaboração das listas, quer em termos da selecção propriamente dita. Portanto, neste caso estamos perante um processo altamente centralizado e de muito reduzida codificação (ver quadro 3).

Nesta matéria, Os Estatutos do CDS/PP (2000) contrastam com o que se passava em 1988, quando ainda se estava na fase do “velho” CDS. Nestes Estatutos estava definido não só o papel do Conselho Nacional, como também da Comissão Política Nacional e dos órgãos políticos regionais (Comissões Políticas Regionais e Distritais). Ao Conselho Nacional competia a definição das regras, depois os órgãos regionais faziam propostas de candidatos, segundo as normas antes definidas, e à Comissão Política competia a aprovação das listas. Portanto, o processo era bastante mais codificado, ainda que dando azo à movimentação de influências, sobretudo se as normas definidas pelo Conselho Nacional não fossem muito rígidas ou, pelo menos, se fossem flexíveis em termos da sua aplicação prática. Por outro lado, cabia aos órgãos executivos regionais a apresentação das propostas de listas que depois teriam de ser aprovadas pela Comissão Política.

Assim, podemos dizer que os actuais Estatutos do CDS/PP (2000) são ainda menos esclarecedores sobre o processo de recrutamento parlamentar do que os anteriores. Por outro lado, o papel dos órgãos regionais não está definido estatutariamente, sendo definido casuisticamente através da normas emanadas do Conselho Nacional antes de cada eleição. Nesta matéria podemos considerar que a passagem do “velho” CDS para o CDS/PP correspondeu a uma maior informalidade e centralização do processo de recrutamento parlamentar.

Mas as entrevistas realizadas juntos dos dirigentes dos partidos podem ajudar-nos a esclarecer um pouco melhor o processo de selecção de candidatos no CDS/PP .

O dirigente da Comissão Política Nacional do CDS/PP (entrevista 1, anexo 1) declarou que as listas de candidatos a deputados são compostas de duas partes: a quota da direcção nacional e a quota das distritais, que é aprovada nas Assembleias Distritais, após negociação entre as concelhias e as Comissões Políticas Distritais. Segundo este dirigente, “nas últimas eleições a quota nacional foi o cabeça de lista em todos os distritos e 5 em Lisboa e 3 no Porto. (entrevista 1, anexo 1)” As quotas são aprovadas pelo Conselho Nacional antes de cada eleição. Apesar de à direcção nacional pertencerem os cabeças de listas, o que num partido pequeno como o CDS/PP lhe confere enorme preponderância, as distritais são ouvidas e podem alterar as regras previamente definidas, como foi exemplo o caso de Daniel Campelo (entrevista 1, anexo 1).

Quanto ao papel dos órgãos regionais e locais, o dirigente da Comissão Política Distrital de Aveiro (entrevista 5, anexo 1) esclareceu-nos que nas últimas eleições o lugar na lista ocupado pelo candidato proposto por cada concelhia seria definido de acordo com o peso eleitoral desta. Por exemplo, em Aveiro, a seguir ao nome proposto pela direcção nacional

para cabeça de lista (Paulo Portas) vinha o candidato da concelhia de Aveiro, que tinha maior percentagem de votos, e assim sucessivamente.

Ambos os dirigentes (entrevistas 1 e 5, anexo 1) nos indicaram que, para além dos órgãos nacionais, regionais e locais do partido, outras organizações participam no processo, nomeadamente a Juventude Centrista/Gerações Populares e a Federação dos Trabalhadores Democrata Cristãos. Por outro lado, ambos os entrevistados nos declararam que o líder do partido participa directamente no processo de elaboração das listas: na escolha dos cabeças de lista em todos os distritos (entrevistas 1 e 5, anexo 1).

Em resumo, podemos dizer que o processo de recrutamento no CDS/PP é caracterizado por uma forte centralização, pois a direcção nacional pode escolher os cabeças de lista em todos os distritos e ainda mais alguns nomes no topo das listas de Lisboa e Porto. Conforme sublinhou um dos entrevistados do CDS/PP, este poder da direcção nacional é crucial num partido pequeno, dando enorme relevância aos órgãos centrais na escolha dos deputados.

Todavia, quer os órgãos regionais, quer os órgãos locais participam no processo, embora sempre numa linha definida de cima para baixo, e têm direito a escolher determinado número de lugares nas listas. Por outro lado, as regras para elaboração das listas são definidas pelo Conselho Nacional antes de cada eleição, mas há uma margem significativa de negociação para a elaboração das mesmas.

No caso do PCP, os Estatutos (1992) remetem também para uma significativa centralização do processo. As listas são elaboradas e apresentadas pelo Comité Central (órgãos executivos) e as Direcções Regionais, Distritais e Autónomas são apenas auscultadas no processo de elaboração das listas (ver quadro 3).

Os dirigentes do PCP que foram entrevistados, um membro do Comité Central e um membro da Comissão Política Distrital de Beja (entrevistas 3 e 6, anexo 1), esclareceram-nos que o principal papel na elaboração das listas cabe aos órgãos executivos do Comité Central: a Comissão Política Nacional e o Secretariado. “A decisão final cabe aos órgãos executivos, em discussão com os Distritos e as Direcções Regionais (...). Tem de se assegurar uma certa composição do grupo, e se cada Distrito decidisse *per se*, segundo os seus interesses e a sua visão, daria um somatório que poderia não corresponder às necessidades de um grupo parlamentar. (entrevista 3, anexo 1) “No plano da Direcção da Organização Regional centralizam-se esses potenciais candidatos, no plano central há a preocupação de uma composição tendo em conta as perspectivas do grupo parlamentar a sair dessas eleições, o que pressupõe pessoas de diferentes áreas, pessoas do sexo masculino e feminino, jovens, os sectores, as regiões (círculos distritais) e a posição social. (entrevista 6, anexo 1)”

Assim, podemos dizer que no PCP a direcção nacional tem um papel preponderante na elaboração das listas, até para assegurar um certo perfil social e demográfico dos deputados. Ou seja, muito embora os órgãos regionais e locais (concelhias) sejam ouvidos (entrevista 6, anexo 1), a decisão final sobre a composição das listas cabe ao centro político. Por outro lado, é bastante significativo que o papel que os estatutos definem para os órgãos regionais/distritais é meramente consultivo.

Na linha da tradicional ideologia colectivista, ambos os dirigentes do PCP nos declararam que o líder do partido não tem nenhum papel especial (“o Secretário Geral é um cargo mas não é um órgão, portanto, não tem voto de qualidade”). Ainda assim, percebe-se que a sua influência não é menosprezável: “a sua opinião é uma apreciação geral em que se tem em conta o cargo e a pessoa, mas em termos estatutários não há decisão do secretário geral (entrevista 3, anexo 1)

Das entrevistas realizadas junto dos dirigentes do PCP, bem como da análise dos estatutos, podem concluir que o processo de recrutamento é bastante centralizado: a decisão final cabe sempre aos órgãos executivos centrais e mesmo o processo de consulta aos órgãos regionais e locais é organizado de cima para baixo. Aliás, este é um traço comum a vários partidos comunistas por essa Europa (Gallagher e Marsh, 1988; Norris e Lovenduski, 1995; Norris, 1997). Por outro lado, a codificação do processo não é muito definida, salvo em termos das competências do centro político face aos órgãos regionais e locais. Por isso, podemos dizer que admite alguma margem para que os processos informais tenham um papel não menosprezável no recrutamento parlamentar do PCP.

Os Estatutos do PS (1998) apontam também para uma significativa centralização do processo de recrutamento parlamentar, embora menor do que no caso do PCP e mesmo do que o CDS/PP, sobretudo se tivermos em conta a dimensão relativa do Partido Socialista face ao CDS/PP. A Comissão Política Nacional faz a apresentação final das listas, nas quais tem direito a designar 30% dos lugares, com a indicação da posição exacta que deverão ocupar. Por outro lado, as Comissões Políticas das Federações deverão aprovar (provisoriamente) as listas de candidatos a deputados para os respectivos distritos, não estando contemplada qualquer intervenção dos órgãos de base local (ver quadro 3).

Foram realizadas duas entrevistas junto de dirigentes do PS: uma a um membro da Comissão Política Nacional e outra a um membro da Comissão Política Distrital de Castelo Branco (entrevistas 2 e 7, respectivamente, anexo 1).

Destas entrevistas ficamos a perceber que o processo de elaboração das listas se origina nas Federações, sendo os órgãos locais do partido consultados de acordo com a iniciativa (não necessária) das Federações, e depois a direcção nacional (Comissão Política Nacional) inclui geralmente a sua quota de 30% nos primeiros lugares das listas. Todavia, nem sempre é assim: “(...) a CPN introduz os 30% - é o que está nos estatutos - mas

geralmente o que se faz é articular e negociar com as Federações para que se saiba à partida onde vão entrar estes 30% e quem vai entrar – varia de eleição para eleição. (entrevista 2, anexo 1)“.

Por outro lado, apesar de isso não estar definido nos Estatutos, ficamos a saber que geralmente a CPN define critérios quanto à composição das listas: “na última eleição foram definidos 3 critérios base: 1) tinha a ver com as quotas das mulheres. (...) 2) foi dada também a indicação para que se pusessem vários jovens nas listas (...) (entrevista 2, anexo 1).

Os dirigentes do PS entrevistados revelaram ainda que o líder do partido tem um papel na elaboração das listas, ainda que na fase inicial do processo delegue esta tarefa nalguns dirigentes que lhe estão próximos (entrevista 2, anexo 1).

Por outro lado, a elaboração das listas começa por ser feita ao nível das Federações e só na fase final intervem a Comissão Política Nacional e o próprio líder, determinando (de uma forma mais ou menos negociada) a sua composição e ordenação final. A consulta aos órgãos locais (concelhias) para o processo de elaboração das listas está dependente da iniciativa (que nem sempre se verifica) das Federações (entrevistas 2 e 7, respectivamente, anexo 1).

Os Estatutos do PSD apontam para que este seja o partido mais descentralizado no processo de recrutamento parlamentar.

Em primeiro lugar, está prevista a intervenção dos órgãos locais (Comissão Política de Secção) no processo de elaboração das listas. Em segundo lugar, embora a apresentação final das listas seja feita pela Comissão Política Nacional para aprovação pelo Conselho Nacional, não está prevista qualquer quota para os órgãos nacionais do partido. Portanto, podemos dizer que estes traços fazem do PSD o partido mais descentralizado nesta matéria.

Uma explicação possível poderá ser a heterogeneidade da base social do partido: “quando um partido capta votos de diferentes grupos sociais em diferentes círculos eleitorais pode fazer sentido que seja dada autonomia às organizações locais na elaboração das listas e na estruturação das campanhas. (Gallagher e Marsh, 1988: 12)” É verdade que o PS é também um partido com uma implantação muito dispersa e relativamente homogénea pelo todo nacional e, portanto, é também um partido heterogéneo em termos de base eleitoral (Cabral, 1995; Freire, 2001d). Todavia, o PSD terá mais contrastes em termos da sua base social de apoio, representando uma coligação de grupos sociais ligados à agricultura e com significativos níveis de integração religiosa, a Norte, com as classes médias urbanas e secularizadas, a Sul (Freire, 2001d). O CDS também apresenta alguma semelhança com este perfil do PSD, embora em crescente divergência após as eleições de 1995 (Freire, 2001d) e, de qualquer modo, com uma dimensão relativa totalmente distinta.

Quadro 4: Tipologia das principais agências e processos de decisão no recrutamento parlamentar do CDS/PP, PCP, PS e PSD

	Central	Regional	Local
Processo Informal	CDS/PP, PCP, PS	PSD	
Processo Formal			

No caso do PSD foram entrevistados um membro da Comissão Política Nacional e um membro da Comissão Política Distrital de Viseu (entrevistas 4 e 8, respectivamente, anexo 1). Destas entrevistas ressalta exactamente que o processo de elaboração das listas de candidatos à Assembleia da República é iniciado ao nível das concelhias e que depois as Comissões Políticas Distritais decidem sobre as propostas finais. Mais, em algumas Secções as listas propostas pela Comissão Política são submetidas à votação dos militantes (entrevista 4, anexo 1). Todavia, as Comissões Políticas Distritais funcionam como um filtro efectivo na proposta de lista final a apresentar à Comissão Política Nacional e, por isso, podemos dizer que estes órgãos regionais tem preponderância face aos órgãos locais.

Apesar de não existir *de jure* uma quota para a direcção nacional nas listas finais que são submetidas para aprovação do Conselho Nacional, a verdade é que, quer por interiorização das distritais sobre a necessidade de elementos da direcção nacional integrarem os lugares cimeiros das listas, quer por negociação entre a Comissão Política e as distritais, a quota da direcção nacional verifica-se *de facto* muitas vezes (entrevistas 4 e 8, respectivamente, anexo 1).

Em matéria de intervenção do líder no processo, as declarações dos entrevistados não são totalmente coincidentes: o membro da Comissão Política Nacional (entrevista 4, anexo 1) disse-nos que o líder não intervém directamente, embora acompanhe o processo; o dirigente da Comissão Política Distrital de Viseu (entrevistas 8, anexo 1) declarou que o papel do líder no processo de recrutamento “é um papel importante, porque ele deve pensar efectivamente o futuro grupo parlamentar que posteriormente vai ter aqui (...). Mas é um papel que não se sente (...)”. Ou seja, o papel da liderança parece ser menos pronunciado do que no PS e no CDS/PP.

Apesar de todos os inconvenientes que as classificações comportam, nomeadamente em termos de minimizar importantes diferenças entre as situações a classificar, parece-me importante proceder a tal estratégia analítica como forma de proceder a uma síntese daquilo que foi dito atrás.

Em qualquer dos quatro partidos, desde aqueles que têm o processo mais codificado e burocratizado (PS e PSD) àqueles que apresentam menor codificação do mesmo (PCP e CDS/PP), há uma grande margem de indefinição nas normas a adoptar no processo de recrutamento parlamentar e, por isso, há uma significativa folga para se manifestarem influências e patrocínios. Portanto, qualquer dos quatro partidos deve ser classificado como sendo caracterizado por um “processo informal” de recrutamento.

Em termos da descentralização do processo, parece-me que apesar de também no PSD existir uma papel significativo da direcção nacional, esta intervenção é menos codificada e, por isso, tem de ser negociada caso a caso. Por outro lado, também permite um significativo grau de intervenção dos órgãos locais no processo de elaboração das listas e consagra-os nos Estatutos. Todavia, em termos de descentralização há que reconhecer que o filtro decisivo se situa nas distritais. Por tudo isto considero adequado localizar a principal agência de recrutamento do PSD no nível “regional”, embora o centro político tenha também um papel muito importante. Assim, o recrutamento parlamentar neste partido pode ser classificado como *regionalizado e informal*.

Pelo contrário, em qualquer dos outros partidos, apesar de existirem significativas variações entre eles no grau de poder que é dado ao centro na elaboração das listas, todos três (PCP, CDS/PP e PS, por ordem descendente de centralização) têm nas direcções nacionais a principal agência de recrutamento. Assim, o recrutamento parlamentar nestes partidos dever ser classificado como *centralizado e informal*.

A finalizar gostaria de sublinhar que o grau de descentralização no recrutamento parlamentar contribuirá também para uma maior ligação dos deputados aos respectivos círculos. Por isso, deverá também ser uma via a explorar para melhorar a qualidade da representação política, na senda daquilo que vem sendo praticado pelo PSD.

3 Origem Social dos Deputados Portugueses

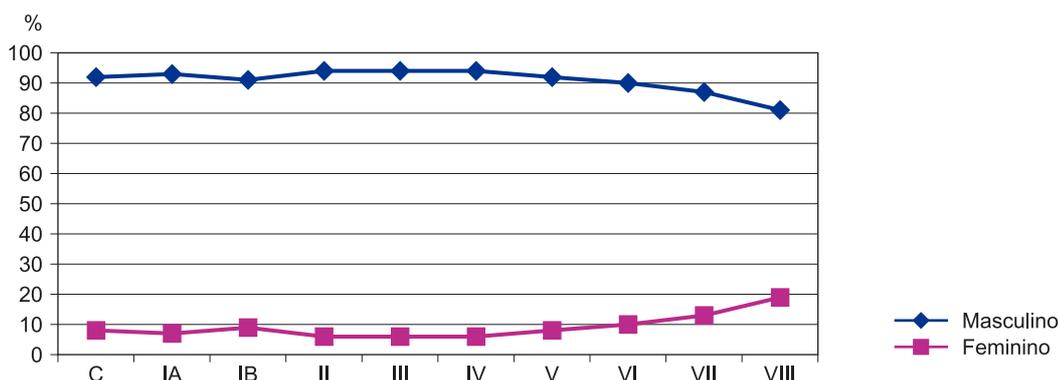
André Freire

3. ORIGEM SOCIAL DOS DEPUTADOS PORTUGUESES

Género

Sobretudo desde as décadas de 1980 e 1990 que a questão da participação das mulheres nos centros de decisão política tem estado na ordem do dia. Exemplos da crescente saliência desta questão são as várias recomendações das organizações internacionais, bem como a adopção de medidas regulamentares, no âmbito dos partidos políticos, e de medidas legislativas (vulgarmente designadas como “quotas”), no âmbito dos parlamentos, no sentido do aumento da participação das mulheres nos cargos políticos (Viegas e Faria, 2001).

Gráfico 1: Sexo dos deputados



No gráfico 1 apresentam-se as percentagens de deputados portugueses segundo o respectivo sexo (eixo vertical). No eixo horizontal são apresentadas as diferentes legislaturas em análise: C (Constituinte: 1975-76), IA (1976-79), IB (1979-80), II (1980-83), III (1983-85), IV (1985-1987), V (1987-91), VI (1991-95), VII (1995-99) e VIII (1999-?). Esta mesma nomenclatura será utilizada em todos os gráficos subsequentes.

Conforme podemos verificar no referido gráfico, entre a Constituinte e a V legislatura a percentagem de mulheres no Parlamento foi sempre inferior a 10%. Só na VI legislatura a percentagem de mulheres na Assembleia da República (AR) atingiu este valor. Na VII legislatura, verificou-se que a representação das mulheres no Parlamento ultrapassou pela primeira vez os 10% (13%). Mas a maior mudança ocorreu na VIII legislatura, com a percentagem de mulheres na AR a atingir quase 20% (19%).

O (reduzido) crescimento da presença das mulheres no Parlamento a partir das eleições legislativas de 1991 está com certeza ligado à crescente saliência deste tema nas agendas

políticas, nacional e internacional. Mas a significativa alteração verificada da VII para a VIII legislaturas ficou a dever-se ao impacto que a chamada “leis das quotas (para as mulheres)” (Proposta de Lei nº 194/VII), discutida e votada na AR em 4 de Março de 1999, teve no comportamento dos partidos políticos em matéria de recrutamento (Viegas e Faria, 2001: 55 e seguintes).

Apesar de ter sido rejeitada pelos votos conjuntos dos partidos da oposição (CDS/PP, PCP/CDU e PSD), a mera discussão do tema, dentro e fora do Parlamento, deu-lhe acrescida visibilidade e contribui para uma maior consciencialização sobre o problema. Daí que após a discussão três (PCP, PS, PSD) dos quatro maiores partidos tenham aumentado a presença das mulheres nas respectivas bancadas parlamentares.

Na verdade só o PS defendeu a medida (“quotas”), mas os argumentos da oposição não foram contra uma maior participação das mulheres nos cargos parlamentares, foram sim contra o mecanismo utilizado para a promover (Viegas e Faria, 2001: 39-41). Daí que todos os partidos políticos, embora uns mais do que outros, tenham ficado de certa maneira vinculados à necessidade de aumentar a presença das mulheres nas respectivas bancadas parlamentares. Mesmo no caso do CDS/PP verificamos que a respectiva percentagem de deputadas foi maior na VIII legislatura do que em todas as outras anteriores, exceptuando a VII.

Em termos comparativos podemos dizer que a presença das mulheres no Parlamento Português tem sido muito baixa. Por exemplo, no início da década de 1990 (1989-1994) as mulheres representavam cerca de 1/3 ou mais dos eleitos para a Câmara Baixa nos países escandinavos e na Holanda. A estes seguiam-se a Alemanha, a Áustria e a Nova Zelândia com percentagens superiores a 20% (Norris, 1996: 191). Ainda assim, a presença de eleitas na AR foi idêntica à verificada em Espanha para o período 1977-1996 (Gangas, 2000: 275). A mudança operada da VII para a VIII legislatura terá contribuído para melhorar um pouco a posição de Portugal no *ranking* internacional sobre esta matéria. Todavia, segundo dados recentes da União Inter-Parlamentar, num conjunto de 117 países Portugal ocupa ainda a 31ª posição, longe de vários Estados europeus, nomeadamente atrás da Espanha (11ª posição) (União Inter-Parlamentar, 2001).

Vários factores contribuem para explicar as diferenças na presença das mulheres ao nível dos diferentes parlamentos nacionais (Viegas e Faria, 2001: 5-13). Destes destaco três.

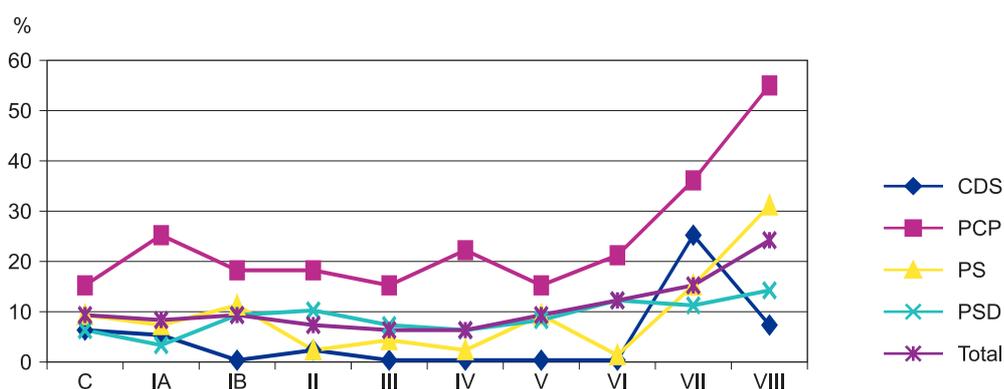
Em primeiro lugar, o modelo de “Estado Providência”, nomeadamente em termos de investimentos em infra-estruturas de apoio familiar e de incentivo ao trabalho feminino que permitem uma relativa libertação das mulheres face à gestão das tarefas familiares. Daí que nos países com este modelo de “Estado Providência”, nomeadamente os países nórdicos, as mulheres tenham maior disponibilidade para abraçar as carreiras políticas.

Em segundo lugar, o sistema eleitoral. Geralmente, os sistemas maioritários estão associados a uma menor presença das mulheres nos cargos políticos. Tal deve-se quer ao tipo de competição eleitoral nos sistemas maioritários com círculos uninominais, que apela muito mais à agressividade e carisma dos candidatos (Viegas e Faria, 2001: 7), quer às resistências dos “gatekeepers” na selecção das candidatas a deputadas por receio de uma menor capacidade de atracção eleitoral por parte das mulheres (Norris, 1996: 199-201; Norris e Lovenduski, 1995: 115-118 e 193-195). Pelo contrário, nos sistemas de representação proporcional, para se poder apelar à maior fatia possível do eleitorado há muitas vezes a necessidade de construir listas de candidatos com diferentes perfis em termos de género, etnia, religião, etc. (Norris, 1996: 198-201).

O efeito dos sistemas eleitorais sobre a presença feminina nos parlamentos não deve sobrevalorizado porque há vários casos desviantes, desde logo Portugal. Todavia, também não deve ser minimizado: em países onde diferentes tipos de sistemas eleitorais são usados em simultâneo, tais como a Austrália e a Alemanha, há muito mais mulheres eleitas quando se utiliza o sufrágio de lista do que quando se utilizam candidaturas unipessoais (Norris e Lovenduski, 1995: 194).

Em terceiro lugar, os próprios partidos políticos (Norris, 1997: 218-221; Viegas e Faria, 2001: 8-12). Na Europa, desde meados dos anos 1980 que a defesa de uma maior presença das mulheres nos parlamentos tem sido efectuada pelos partidos de esquerda (sociais democratas, trabalhistas, comunistas, verdes), nomeadamente através da adopção dos sistemas de “quotas”. Contudo, em vários países se produziu depois um efeito de “contágio” a outro tipo de partidos, nomeadamente na Escandinávia (Norris, 1997).

Gráfico 2: Ratio deputadas/deputados por partidos



Conforme pode verificar-se no gráfico 2, em Portugal a presença das mulheres na AR tem sido sempre diferenciada consoante a bancada parlamentar. A medida apresentada no gráfico resulta da divisão da percentagem de mulheres pela percentagem de homens, vezes 100, em cada partido e em cada legislatura. Apresenta-se também este mesmo *ratio* para o total de deputados. Quer para o caso da variável género, quer para o caso de todos os

restantes atributos apresentados nos gráficos, as percentagens de base podem ser consultadas nos quadros constantes do anexo 3.

Em termos de leitura da medida (*ratio*), atente-se no seguinte. Se tivermos 20% de mulheres e 80% de homens o *ratio* será de 25%. Ou seja, para 100 homens há 25% de mulheres. Dito de outro modo, para cada quatro homens há uma mulher. Se tivermos 50 mulheres e 50 homens o *ratio* será de 100%. Ou seja, para cada 100 homens há 100 mulheres/para cada homem há uma mulher.

No gráfico 2 podemos verificar que o PCP se destaca claramente dos outros partidos ao longo de quase todo o período.¹⁾ Mais, na passagem da VII para a VIII legislaturas o PCP foi o partido que mais aumentou a sua representação feminina. Ou seja, apesar de este partido ter votado contra a “lei das quotas” proposta pelo PS, o aumento da presença de mulheres deputadas no PCP conseguiu superar o acréscimo de representação feminina na bancada socialista entre as duas referidas legislaturas.

Na VII legislatura o CDS/PP ficou muito próximo do PCP em termos da presença de mulheres na bancada parlamentar. Todavia, esta posição do CDS/PP foi meramente episódica. Ou seja, exceptuando a VII legislatura, durante todo o período em análise a posição relativa das mulheres na bancada do CDS (e CDS/PP) esteve sistematicamente abaixo daquela que se verificou para o conjunto dos deputados (total). Mais, no conjunto do período e exceptuando a VII legislatura, verifica-se que apenas na I legislatura (IA: 1976-79) o CDS superou algum dos outros partidos em termos de representação feminina. Tudo isto aponta para que a situação verificada na VII legislatura tenha resultado de factores meramente conjunturais.

Recorde-se que, após as eleições de 1991, a direcção do CDS mudou (o presidente passou a ser Manuel Monteiro em vez de Freitas do Amaral) e o partido mudou também de nome (de CDS para CDS/PP) e de perfil ideológico (Robinson, 1996). A disputa das eleições (1995) que estiveram na base da VII legislatura foi já conduzida pela nova direcção. Neste contexto, a forte presença feminina terá sido resultante de uma mera estratégia eleitoral conjuntural. Todavia, esta estratégia não teve continuidade sob a direcção do novo líder, Paulo Portas, que já dirigiu o partido nas eleições de 1999, as quais deram origem à VIII legislatura.

¹⁾ É sempre usada a designação PCP para as coligações APU e CDU lideradas pelo PCP. Entre a IB e a IV (APU) e entre a V e a VIII (CDU) legislaturas o PCP concorreu coligado com o MDP/CDE e com o PEV/Verdes, respectivamente. Pela permanência destas associações e pelo carácter secundário dos pequenos parceiros do PCP decidiu-se incluir os deputados daqueles partidos na bancada dos comunistas. Este procedimento é extensível a todas as variáveis, excepto aquela que se refere aos cargos dirigentes que os deputados detêm nos respectivos partidos – neste caso apenas consideramos o PCP.

No caso do PSD, o padrão evolutivo em termos de representação feminina é muito idêntico ao do conjunto dos parlamentares (total). Foi na IA (1976-79), na VII e na VIII legislaturas que o PSD mais divergiu daquele conjunto. Da passagem da VII para a VIII legislaturas a divergência tornou-se mais acentuada, apesar de se ter verificado um pequeno aumento da presença de mulheres na bancada social democrata.²⁾

O PS demonstra um padrão muito irregular em termos da presença feminina na sua bancada parlamentar: ora idêntico ao que se passa para o conjunto do parlamento ora abaixo. Só na VIII legislatura o PS conseguiu superar as percentagens de mulheres registadas para o conjunto da AR. Este facto resulta claramente do efeito da proposta de “lei das quotas” promovida exactamente pelo governo suportado por este partido. Contudo, o PS constitui um caso paradigmático de uma força política que defende uma maior presença feminina nos órgãos de decisão política mas tem muitas dificuldades em aplicá-la. Desde 1988 que o PS tinha um sistema de quotas para os próprios órgãos partidários, mas não conseguia aplicá-lo efectivamente (Viegas e Faria, 2001: 39-41). Aliás, no XI Congresso do PS (1999), o primeiro a seguir à discussão parlamentar da “lei das quotas”, este partido conseguiu efectivamente aumentar a presença feminina nos respectivos órgãos dirigentes, mas para tal teve de aumentar significativamente o número membros dos mesmos (Viegas e Faria, 2001: 57).

Idade

No gráfico 3 podemos verificar que há um aumento da idade média dos deputados no período em análise. Na Assembleia Constituinte a idade média do conjunto do Parlamento era de 42 anos, na VIII legislatura tal valor passou para 45 anos. Este fenómeno poderá ser sintoma de um certo fechamento no recrutamento parlamentar, caso resulte de um aumento da recondução de antigos deputados. Mas se este envelhecimento resultar efectivamente de um aumento da recondução de antigos deputados, tal fenómeno terá uma vertente positiva em termos da profissionalização política. Todavia, o padrão evolutivo denota algumas irregularidades, apesar da tendência geral no sentido do aumento das médias etárias.

Este perfil dos deputados portugueses é semelhante ao que se verifica na generalidade das democracias da nossa área geo-cultural (Ysmal, 1985; Gallagher e Marsh, 1988; Allum, 1995; Norris, 1996 e 1997; Norris e Lovenduski, 1995; Best e Cotta, 2000). Ou seja, também nesses outros países se verifica um predomínio dos indivíduos de meia idade nos respectivos parlamentos.

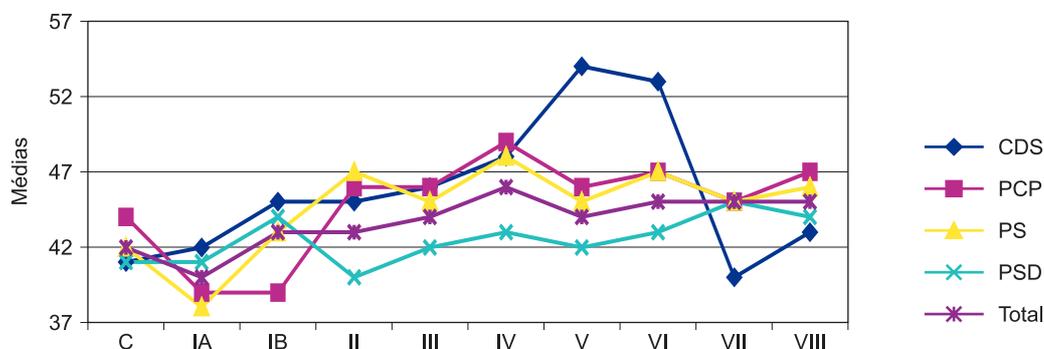
²⁾ As pequenas divergências nas percentagens de mulheres por bancadas parlamentares, face aos dados relatados por Viegas e Faria (2001: 64-73), dever-se-ão, muito provavelmente, ao facto de estes autores terem utilizado fontes diversas das utilizadas neste trabalho.

As diferenças entre a média etária de cada um dos partidos e a do conjunto da AR não são geralmente muito marcadas, embora as divergências inter-partidários o sejam mais vezes.³⁾

O PSD apresenta geralmente uma média etária ligeiramente mais baixa do que o conjunto dos deputados (total), entre a II e a VI legislaturas, e idêntica à média da AR nas restantes.

O PCP apresenta geralmente uma média etária muito próxima da do conjunto dos deputados, ainda que ligeiramente abaixo na I legislatura (IB: 1979-80) e ligeiramente acima entre a II e a VI legislaturas, bem como na VIII.

Gráfico 3: Médias de idades dos deputados por partidos



Entre a II e a VI legislaturas o PS teve uma bancada parlamentar mais ligeiramente mais envelhecida do que o conjunto do Parlamento, embora as diferenças tenham sido um pouco mais salientes na II, na IV e na VI legislaturas. É significativo que tais aumentos da idade média dos deputados do PS tenham ocorrido quando o partido perdeu as eleições (1979: II; 1985: IV; 1991: V) e a sua bancada parlamentar se contraiu. Todavia, há variações que não decorrem apenas das fortunas eleitorais, pois na IB (1979) e na V legislaturas o PS integrava a oposição e a média etária dos seus deputados foi semelhante à do conjunto da AR. De qualquer modo, é muito significativo que é quando o partido vence as eleições (Constituinte, IA, III, VII e VIII) que a média de idades dos respectivos deputados se aproxima mais (Constituinte, III, VII e VIII) ou fica mesmo abaixo (IA) da do conjunto da AR (total).

No caso do CDS, até à IV legislatura a média de idades dos seus deputados andava geralmente um pouco acima da do conjunto da AR (total). Todavia, na V e na VI legislaturas

³⁾ Para cada partido político foi calculada a média etária do conjunto dos seus deputados em cada legislatura.

o desvio para cima torna-se especialmente saliente. Nestas duas legislaturas a média etária dos deputados do CDS foi de 54 e 53 anos, respectivamente, enquanto que para o conjunto da AR tais valores eram de 44 e 45 anos. Esta forte divergência ficou a dever-se à substancial contracção do grupo parlamentar do CDS nestas duas legislaturas (4 e 5 deputados, respectivamente), a qual reduziu a bancada parlamentar ao topo da elite dirigente do partido. Ora os estudos sobre as elites tem revelado que quanto mais se sobe na hierarquia das posições dirigentes mais aumenta a idade dos respectivos membros (Ysmal, 1985: 620-622).

Na VII legislatura verificou-se uma nova divergência bastante significativa na média etária do grupo parlamentar do CDS/PP (40) perante o conjunto da AR (45). Aliás, aquela média etária foi uma das mais baixas do conjunto do período democrático e para todos os partidos. A explicação é simples: trata-se de um efeito da derrota eleitoral de 1991 e da subsequente tomada do poder no partido por uma nova e jovem elite dirigente (sobre a transformação do CDS em CDS/PP, ver Robinson, 1996).

Na VIII legislatura o CDS/PP (43) retomou uma certa convergência com a média do conjunto da AR (45), ainda que ligeiramente abaixo desta. Também neste caso as explicações terão de encontrar-se nas transformações ao nível da elite dirigente do partido. Após a primeira fase da transformação do CDS em CDS/PP, sob a liderança de Manuel Monteiro, seguiu-se uma segunda fase liderada por Paulo Portas. Apesar de ter sido considerado como o ideólogo de Manuel Monteiro, quando chegou à liderança do CDS/PP Paulo Portas rompeu com o passado recente: passou a aceitar a moeda única europeia, a que Monteiro se tinha oposto “ferozmente”, e procurou recuperar a herança democrata cristã do velho CDS. Esta recuperação traduziu-se, nomeadamente, em repescar algumas figuras carismáticas do velho CDS (Basílio Horta, Rosado Fernandes, Narana Coissoró, Anacoreta Correia) e daí um certo retomar do envelhecimento (relativo) da bancada parlamentar.

A análise das idades dos deputados por recurso às médias pode gerar algumas distorções caso existam significativas dispersões em torno do valor médio. Por isso, nos gráficos 4, 5 e 6 apresentam-se as idades dos deputados divididas em três escalões.

A análise por escalões etários confirma a ideia de uma tendência para o envelhecimento dos deputados portugueses, que já tinha sido desenvolvida a partir do estudo das médias.

O grupo mais jovem (“até 35 anos”) apresenta um marcado declínio, embora pontuado por pequenas irregularidades em termos do padrão evolutivo: com um peso de 34% e 38%, na Constituinte e na I legislatura (IA) respectivamente, este grupo passou a representar apenas 16% e 19% do conjunto dos deputados, respectivamente na VII e VIII legislaturas.

Gráfico 4: Idades dos deputados por escalões etários

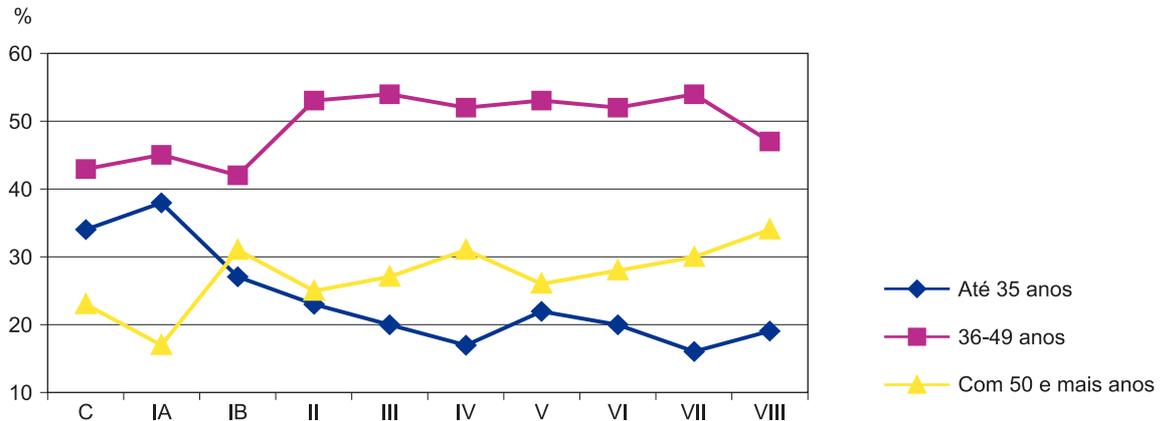
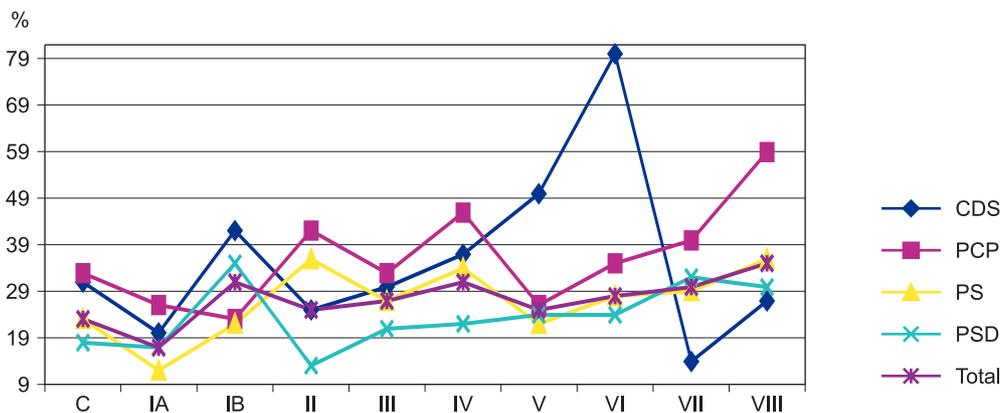


Gráfico 5: Deputados com 50 e mais anos, por partidos



O subconjunto mais velho (“50 e mais anos”) apresenta exactamente uma evolução contrária ao anterior: com um peso relativo situado à volta dos 20% na Constituinte e na I legislatura (IA), este grupo aproxima-se muito dos 30% na VI (28%) e VII (30%) legislaturas, ultrapassando mesmo este valor na VIII (34%).

O estrato etário mais numeroso (“36 a 49 anos”) demonstra uma certa estabilização após um certo crescimento inicial. Até à II legislatura este grupo representou cerca de 40% dos deputados. Da III até à VII o peso relativo dos deputados com idades entre “36 e 49 anos” situou-se um pouco acima dos 50%. Só na VIII legislatura o seu peso desceu um pouco abaixo dos 50%.

Em termos do peso relativo do grupo mais envelhecido (“50 e mais anos”), podemos verificar no gráfico 5 que os pequenos partidos (PCP e CDS) são aqueles nos quais o referido estrato etário tem maior presença.⁴⁾ Em ambos estes dois partidos a percentagem de

⁴⁾ No seio de cada partido político foi calculada a percentagem dos deputados em cada escalão etário, por legislaturas.

deputados com “50 e mais anos” está geralmente bastante acima daquilo que se verifica para o conjunto dos deputados (total). No caso do PCP esta divergência para cima acentua-se ainda mais na II, IV, VII e VIII legislaturas.

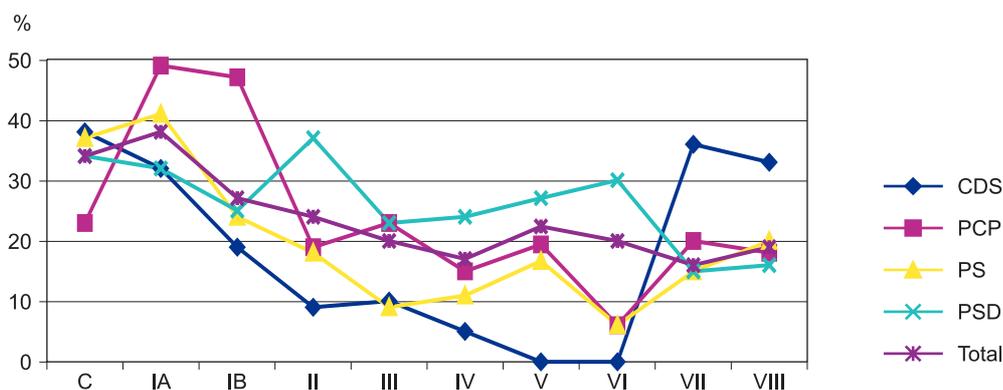
No caso do CDS a referida divergência por excesso acentua-se sobretudo na V e VI legislaturas. A renovação da elite dirigente deste partido, com a passagem de CDS a CDS/PP, explica a completa inversão do padrão anterior na VII e VIII legislaturas.

Assim, pode dizer-se que a relativa pequenez destes dois partidos explica o peso dos indivíduos mais velhos nas respectivas bancadas parlamentares: a reduzida dimensão impede o recrutamento para além de um pequeno círculo de dirigentes mais envelhecidos, excepto em períodos de grande transformação dos partidos e das respectivas elites.

No caso do PS, a percentagem de deputados com “50 e mais anos” apresenta quase sempre valores praticamente idênticos ao conjunto da AR (total). Exceptuam-se as I (IA e IB) e II legislaturas, respectivamente abaixo e acima do conjunto do Parlamento.

No PSD a percentagem de deputados com “50 e mais anos” tem estado geralmente abaixo (sobretudo da II à VI legislaturas) ou muito próximo daquilo que se verifica para o conjunto dos deputados. Portanto, o PSD tem tido geralmente a bancada parlamentar menos envelhecida.

Gráfico 6: Deputados até 35 anos, por partidos



No caso do peso relativo do grupo etário mais jovem (“até 35 anos”) as diferenças entre os partidos políticos são em alguns casos um contraponto daquilo que se verificou para o grupo etário mais idoso.

No caso do PCP, o estrato mais jovem tem menor peso do que aquele que se verifica para o conjunto da AR (total) em cinco legislaturas: Constituinte, II, IV, V e VI legislaturas. Todavia, tal como na III e VIII legislaturas, também em algumas das anteriormente referidas o PCP

está praticamente *ex aequo* com a AR. Na I (IA e IB) legislatura o estrato etário mais jovem tem muito maior peso no PCP do que no conjunto dos deputados.

Apesar de ter geralmente uma bancada parlamentar envelhecida (em termos médios e do peso relativo do escalão “50 e mais anos”), o Partido Comunista apresenta também muitas vezes uma presença significativa de jovens no seu grupo parlamentar. Daqui podemos concluir que o relativo envelhecimento da bancada do PCP resulta sobretudo do significativo peso dos mais velhos (“50 e mais anos”) e de um défice da presença de deputados de meia idade (“36 a 49 anos”).

No CDS verifica-se que, se exceptuarmos o período coincidente com a transformação do partido em CDS/PP e a Assembleia Constituinte, o escalão mais jovem tem tido neste partido sempre menor peso do que aquele que tem no conjunto da AR, sobretudo na V e VI legislaturas.

Entre a II e a VI legislaturas os mais jovens têm no Partido Socialista um peso relativo inferior àquele que se verifica para o conjunto da AR. Nas restantes legislaturas (Constituinte, I, VII e VIII legislaturas) a percentagem do escalão mais jovem é idêntico na AR (total) e no PS. Este perfil indica-nos que o maior recrutamento de jovens deputados ocorre geralmente no PS quando o partido é maioritário na Assembleia da República (Constituinte, IA, VII e VIII legislaturas) e, por isso, pode permitir a entrada de deputados de segunda linha, fruto da saída dos seniores para o governo.

No caso do PSD o perfil evolutivo é idêntico ao do PS. Ou seja, é sobretudo quando o PSD é maioritário na AR que o partido recruta deputados mais jovens (exceptua-se apenas a I (IB) legislatura). Apesar das semelhanças com os socialistas em termos de flutuações, quando é maioritário o PSD denota muito maior recrutamento de jovens do que o PS. Nas outras legislaturas este grupo etário apresenta geralmente no PSD um peso relativo idêntico ou até inferior ao do conjunto dos deputados.

Portanto, a dimensão dos partidos está directamente relacionada com a sua capacidade em recrutar deputados mais jovens. No caso dos maiores partidos, a abertura aos mais jovens está ainda dependente dos resultados eleitorais.

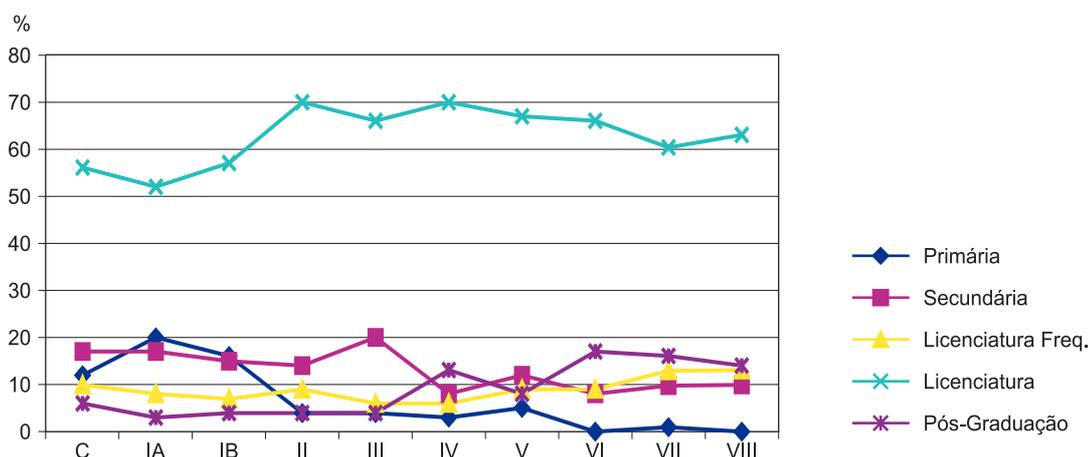
Escolaridade

Uma característica praticamente transversal a todos os parlamentos é a presença maioritária de indivíduos com educação universitária (Ysmall, 1985; Gallagher e Marsh, 1988; Allum, 1995; Norris, 1996 e 1997; Norris e Lovenduski, 1995; Schmitter, 1999; Best e Cotta, 2000). Exceptua-se o período entre as duas guerras mundiais, em alguns países. Neste período, com a extensão do sufrágio, o acesso de novos partidos à arena

parlamentar e a mobilização política dos grupos de baixo estatuto social, verificou-se em alguns países um marcado declínio do peso relativo dos parlamentares com educação universitária. Esta transformação esteve associada a uma maior presença dos trabalhadores manuais nos Parlamentos. Todavia, após a segunda guerra mundial, com a progressiva integração dos partidos de esquerda no sistema parlamentar e o declínio da importância dada à representação política como “espelho” da sociedade, foi retomado o predomínio dos deputados com educação universitária, ainda que com diversas características (Best e Cotta, 2000: especialmente 515-518).

Em matéria de escolaridade dos deputados, merecem ainda uma especial referência os países nórdicos, onde a presença de parlamentares com educação universitária nunca foi tão forte como na generalidade das outras democracias (Best e Cotta, 2000: 29-49, 50-87, 310-340, 505-506).

Gráfico 7: Níveis de escolaridade dos deputados



Conforme podemos verificar no gráfico 7, Portugal não constitui exceção face ao padrão internacional em matéria de instrução dos deputados: só na Constituinte e na I (IA e IB) legislatura a percentagem de licenciados (“licenciatura”) esteve abaixo de 60%, mas este grupo constituía já a maioria absoluta de deputados.⁵⁾ Da II legislatura em diante as percentagens de licenciados estiveram sempre acima dos 60%. Aliás, se ao grupo dos licenciados juntarmos os deputados com pós graduações verificamos que a partir da III legislatura em diante as percentagens de deputados com instrução universitária (“licenciatura” e “pós graduação”) andam sempre muito próximas dos 80%. Em termos evolutivos verifica-se um claro crescimento do peso relativo dos deputados com educação universitária (licenciados e pós graduados).

⁵⁾ Na verdade na categoria “licenciatura” inclui-se também outro grau de ensino superior não pós graduado: o bacharelato. O mesmo procedimento foi adoptado para os deputados que apenas frequentam ou frequentaram o ensino universitário: “licenciatura frequência”. Ou seja, incluem-se nesta última categoria os parlamentares que frequentam ou frequentaram licenciaturas ou bacharelatos, mas não tem grau universitário concluído.

Este forte aumento nos níveis de instrução dos deputados pode ser interpretado como o resultado da crescente complexidade das matérias com que os deputados têm de lidar. Por isso, este aumento do capital escolar dos parlamentares traduz uma crescente especialização técnica resultante das necessidades do trabalho parlamentar. Aliás tal fenómeno estará também ligado ao aumento do trabalho nas comissões parlamentares em detrimento das discussões em plenário, que Leston-Bandeira (1998, 2000 e 2001a) tem documentado abundantemente como um dos traços mais salientes da evolução do Parlamento Português no período democrático.

Todavia, apesar de também a sociedade portuguesa ter conhecido um forte aumento das qualificações escolares durante o período democrático, o forte aumento no capital escolar dos deputados pode igualmente ser interpretado como um crescente enviesamento da composição social do Parlamento perante o eleitorado.

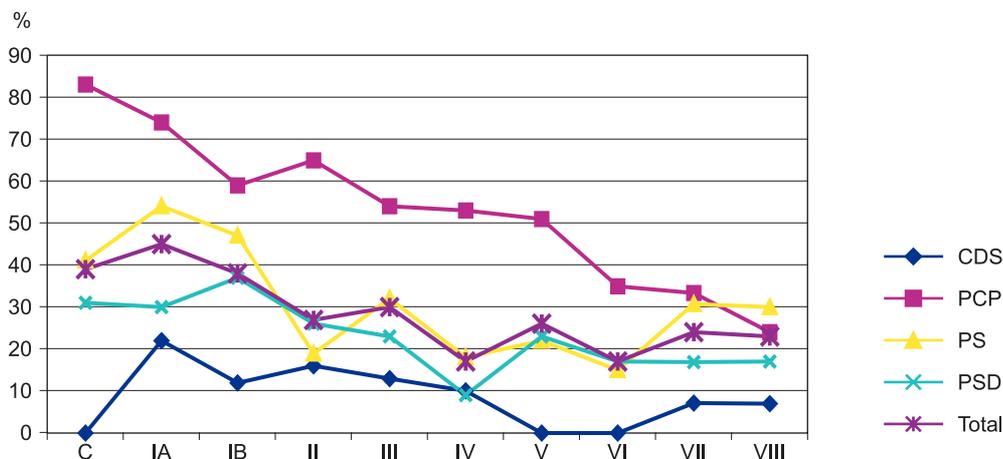
Num estudo realizado no início dos anos 1990 sobre o recrutamento parlamentar em várias democracias ocidentais, verificou-se que a percentagem de deputados com escolaridade universitária era a seguinte: Canadá - 68%; Finlândia - 63%; Alemanha - 77%; Holanda - cerca de 60%; Nova Zelândia - cerca de 70%; Reino Unido - 69% (Norris, 1997: 50, 74, 83-84, 126, 146-147, 169).

Confrontando os resultados Portugueses com os daquele estudo, podemos concluir que não só Portugal não constitui excepção face ao que se passa nas outras democracias da nossa área geo-cultural como apresenta um dos perfis mais “elitistas”. Sobretudo tudo se tivermos em conta as diferenças entre os níveis de instrução dos parlamentares e os do eleitorado em cada um dos países em análise. Ou seja, perante o conjunto de países apresentados Portugal tem uma população com níveis médios de instrução bastante mais baixos. Portanto, o perfil “elitista” do parlamento Português resulta ainda mais reforçado.

O segundo maior grupo de deputados tem instrução secundária completa (“secundária” e “licenciatura-frequência”), embora da IV legislatura em diante tenha tido sempre valores não superiores a 20%.

Os deputados com instrução primária são aqueles que apresentam maior declínio ao longo do período. Entre a Constituinte e a I (IA e IB) legislatura ainda apresentavam valores entre 10% e 20%. Todavia, entre a II e V legislaturas os deputados com instrução primária não representam mais do que cerca de 5% do conjunto. Mais, da VI legislatura em diante o seu peso no conjunto dos deputados é de 0% (VI e VIII) ou muito próximo (VII: 0,9%).⁶⁾ Portanto, um dos grupos que mais peso tem na população adulta Portuguesa, sobretudo entre os mais idosos, está completamente ausente do Parlamento.

⁶⁾ Em algumas legislaturas na categoria de indivíduos com “ensino primário” estão também incluídos deputados com escolaridade até ao preparatório - ver quadros no anexo 3.

Gráfico 8: Deputados com instrução até ao secundário, por partidos

No gráfico 8 podemos verificar que a diferencial implantação dos partidos no espaço social (Bourdieu, 1979, 1989a e 1989b; Gaxie, 1980) tem um claro impacto no perfil dos seus parlamentares. A clivagem mais saliente é entre o PCP e o CDS, o primeiro com um significativo peso dos indivíduos sem instrução superior (até ensino secundário completo), o segundo com baixas (e por vezes nulas) percentagens de deputados não diplomados.⁷⁾ O PS e o PSD ocupam um posição central nesta matéria, traduzindo a maior heterogeneidade da respectiva base social de apoio (Cabral, 1995; Freire, 2001c).

Todavia, em termos evolutivos o dado mais saliente é o de uma forte convergência do perfil dos deputados do PCP com os das outras bancadas.

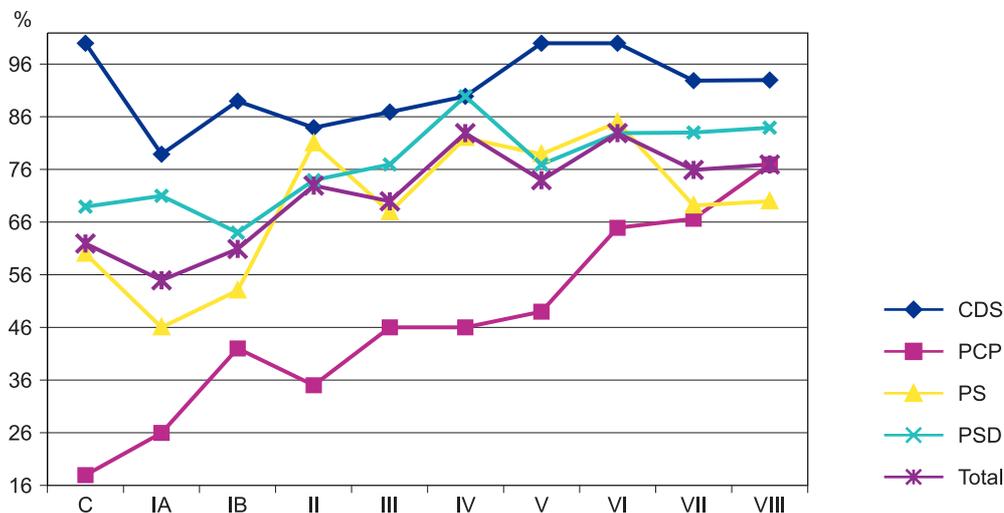
Na Constituinte, a percentagem de deputados não diplomados representava mais de 80% da bancada parlamentar do Partido Comunista. A partir da VI legislatura a percentagem de deputados sem escolaridade universitária desce abaixo da fasquia dos 40%. Na VIII legislatura o peso relativo dos deputados não diplomados não só desce abaixo dos 30% como se fixa num patamar inferior ao registado no PS. Portanto, no caso do PCP podemos considerar que estamos perante um certo “aburguesamento” da respectiva bancada parlamentar, no sentido de uma forte aproximação do perfil dos seus deputados ao dos chamados “partidos burgueses” (Duverger, 1987), à semelhança daquilo que se passou com a esquerda europeia após a segunda guerra mundial (Best e Cotta, 2000). É certo que uma significativa parte do declínio da presença de indivíduos com menores recursos educacionais coincidiu com o recuo eleitoral do PCP. Todavia, não deixa por isso de ser bastante relevante, até porque o referido declínio é bastante anterior aos maiores refluxos eleitorais do partido.

⁷⁾ Para cada partido político foram calculadas as percentagens de deputados com cada nível de escolaridade.

No caso do CDS a tendência para o declínio da presença de deputados com escolaridade não universitária é também notório, sobretudo se compararmos o período até à IV legislatura com o período posterior. Na V e VI legislatura, quando a bancada parlamentar se reduziu a 5 e 4 deputados, não há mesmo quaisquer deputados não diplomados. Mais uma vez estamos perante o efeito da redução do grupo parlamentar ao círculo dirigente mais restrito.

Quer no PS quer no PSD há também uma tendência para o declínio do peso relativo dos deputados sem diploma universitário, sobretudo se tomarmos em consideração o conjunto do período.

Gráfico 9: Deputados com escolaridade universitária, por partidos



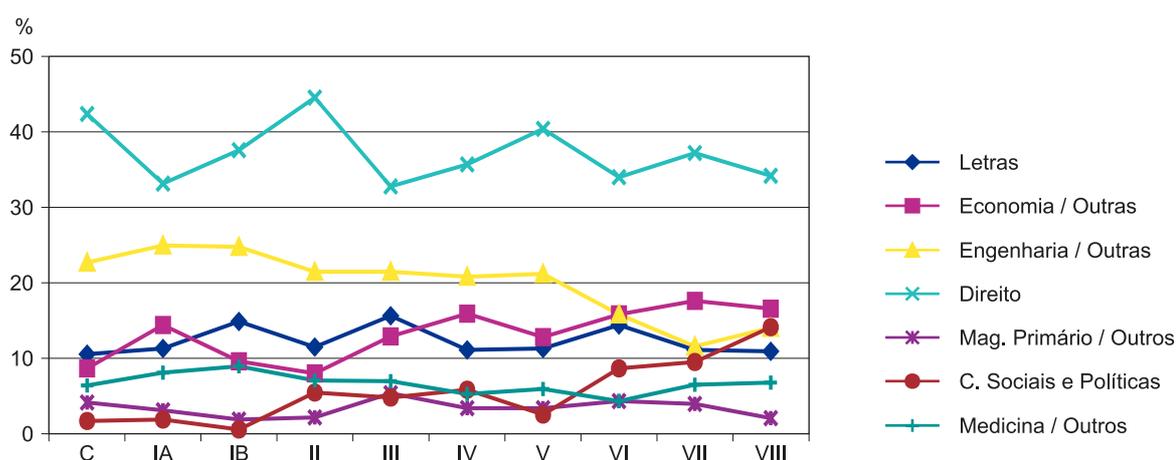
Já se disse que, perante o PCP e o CDS, o PS e o PSD ocupam uma posição central em termos do peso relativo dos não diplomados nas respectivas bancadas parlamentares. Tal padrão reflecte também o perfil sociológico dos respectivos simpatizantes e eleitores (Cabral, 1995; Freire, 2001c). Todavia, podemos dizer que o PS apresenta uma certa tendência para ter no seio da sua bancada parlamentar maiores percentagens de não diplomados. Sobretudo quando saiu vitorioso da contenda eleitoral: Constituinte, I (IA), III, VII e VIII legislaturas. Apesar de existirem alguns pequenos desvios a este padrão (IB e IV legislaturas), estes parecem ser menos relevantes porque a distância entre os dois partidos é menor do que aquela que se verifica nas legislaturas em que o PS é maioritário na AR. Portanto, pode dizer-se que, face ao PSD, o perfil dos deputados do PS revela uma penetração ligeiramente superior deste partido nas camadas sociais mais desfavorecidas. Todavia, a diferença entre os dois partidos é reduzida e, sobretudo, quase só se revela quando o PS liberta os seus melhores quadros para o governo. Portanto, quando tais vitórias permitem que avancem as figuras de segunda linha para o Parlamento.

A representação gráfica da percentagens de deputados com educação universitária concluída (gráfico 9), por partidos, constitui um perfeito negativo do gráfico 8.

Área de estudos universitários

Em termos da área de estudos universitários apenas são considerados os deputados que pelo menos frequentaram a universidade/ensino politécnico: “licenciatura – frequência”, “licenciatura”, “pós graduação”. Nos casos em que os indivíduos têm mais de uma licenciatura, é considerada apenas aquela que está mais directamente relacionada com a profissão que exerciam antes de ingressarem na carreira parlamentar. Quando os deputados são titulares de pós graduações, são estas que são consideradas para classificar a respectiva área de estudos universitários. Também neste caso, quando os parlamentares possuem várias pós graduações apenas é considerada aquela que está mais directamente relacionada com a carreira profissional anterior ao ingresso no Parlamento.

Gráfico 10: Área de estudos universitários dos deputados



Para o conjunto dos deputados (gráfico 10) podemos ver que os estudos universitários na área do Direito prevalecem claramente sobre todos os outros.

Efectivamente, a área do Direito atinge sempre valores superiores a 30% do conjunto dos deputados com estudos universitários. Mais, na Assembleia Constituinte, na II e na V legislaturas o referido grupo atinge (ou ultrapassa) a fasquia dos 40%.

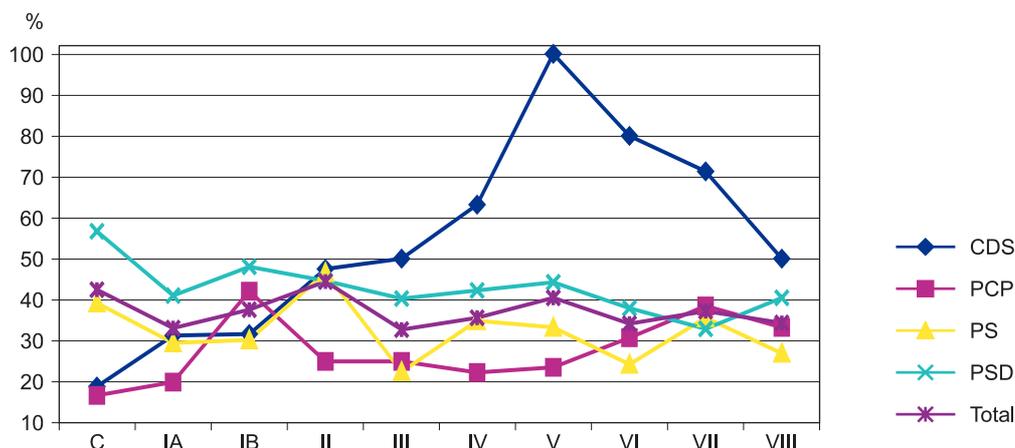
Se considerarmos o conjunto do período em análise, podemos dizer que o peso dos deputados com estudos na área do Direito apresenta uma certa tendência para o declínio, apesar de se manter como o mais importante. Todavia, o padrão evolutivo é bastante irregular

e, por isso, é talvez um pouco arriscado falar-se numa efectiva tendência para o declínio: as descidas verificadas na I (IA), na III e na VI legislaturas foram sempre seguidas por recuperações nas legislaturas imediatamente subsequentes.

Uma das funções da instituição parlamentar é precisamente a produção legislativa e, por isso, não admira esta proeminência dos estudos na área do Direito. Aliás, ao nível das profissões anteriores dos deputados o forte peso dos advogados/juristas é um traço comum à generalidade das democracias ocidentais (Gaxie, 1980; Norris e Lovenduski, 1995; Norris, 1996 e 1997; Dogan, 1999; Best e Cotta, 2000). Voltarei a esta matéria na próxima secção.

A seguir ao Direito, embora a uma significativa distância, há três outras áreas de estudos universitários que se destacam. A Engenharia, a Economia e as Letras.⁸ Os deputados destas áreas têm geralmente um peso superior a 10% no conjunto dos parlamentares que pelo menos frequentaram a universidade. No caso da Engenharia, os valores andam mesmo muito próximos dos 20%, salvo a partir da VI legislatura em diante.

Gráfico 11: Deputados com estudos em Direito, por partidos



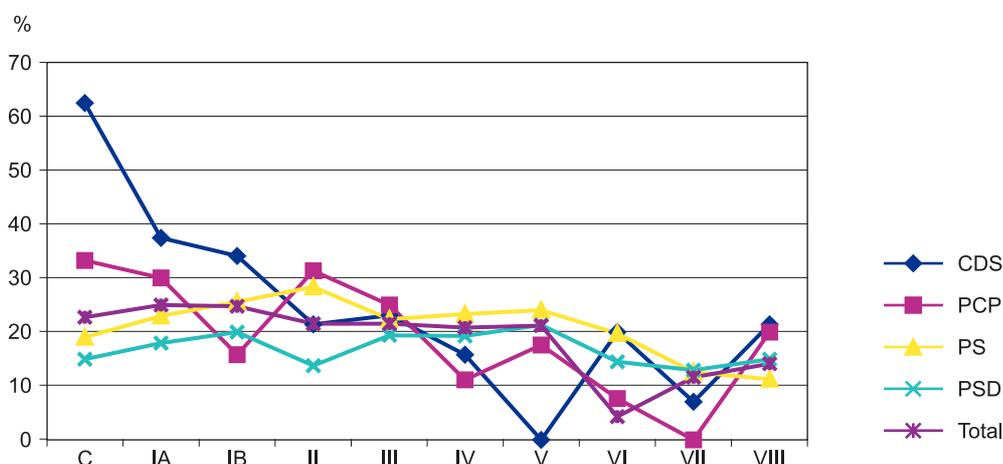
Em termos evolutivos, há um certo declínio do peso da “Engenharia”, a par de um aumento da importância da “Economia”. Cada vez mais as questões económicas têm enorme peso na governação e, por isso, é compreensível este aumento. Aliás, curioso é que não tenha sido ainda maior. No caso das “Letras” verifica-se uma certa estabilização em torno dos 10%, apesar da evolução ser irregular.

⁸⁾ Na “Engenharia/Outras” incluem-se todos os cursos de Engenharia, bem como os cursos médios do Instituto Industrial de Lisboa ou do Porto, os de Agronomia e os de Arquitectura. Incluem-se ainda alguns dos cursos designados sob o título “Ciências Exactas e Naturais”. Mas as Engenharias e a Agronomia abrangem a larga maioria dos casos. No caso da “Economia/Outras”, para além de Economia incluem-se igualmente os cursos de Gestão, Contabilidade, Administração e Marketing. Como cursos na área das “Letras” são considerados a Literatura, a Linguística, a História, a Filosofia e a Geografia. Nesta matéria, tal como no anterior estudo (Freire, 1997 e 1998) seguimos a classificação usada em INE, 1984.

Todas as outras áreas (“Magistério Primário”, “Ciências Sociais e Políticas”, “Medicina”) apresentam um peso no conjunto dos deputados com estudos universitários que muito raramente ultrapassa os 10%. A única exceção diz respeito às “Ciências Sociais e Políticas” na VIII legislatura.⁹⁾

Nos gráficos 11, 12, 13, 14 e 15 apresentam-se as áreas de estudos universitários com maior peso no conjunto dos deputados, bem como aquelas onde se encontra uma maior diferenciação partidária, nomeadamente em termos da clivagem esquerda *versus* direita. As distribuições quanto às restantes áreas de estudos podem ser encontrada nos quadros constantes no anexo 3.

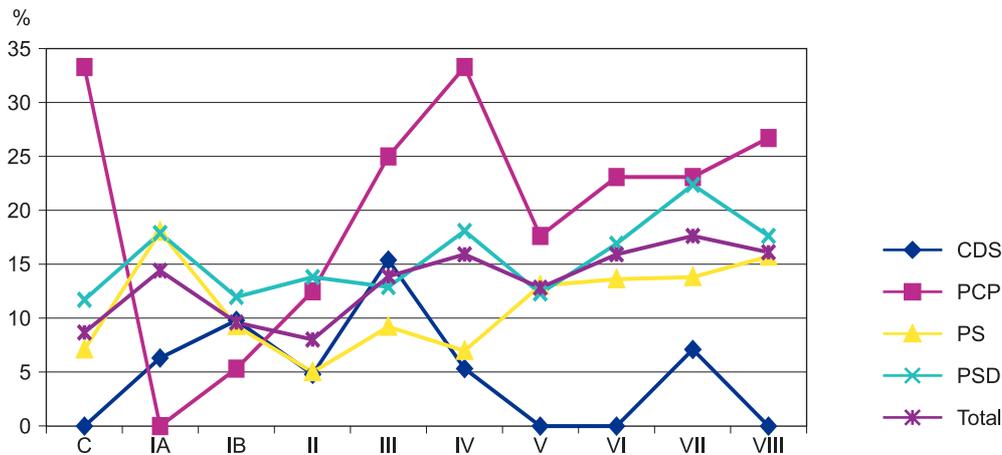
Gráfico 12: Deputados com estudos em Engenharia, por partidos



Nas sociedades capitalistas o tipo de capital com maior importância é o económico. Desde logo porque é aquele que é mais facilmente conversível nos restantes (capital cultural, social e simbólico) (Bourdieu, 1979, 1989a e 1998b). Por isso, a perspectiva de Pierre Bourdieu sobre a estrutura de classes sociais (espaço social) apresenta dois tipos de divisões principais. Uma que diz respeito ao volume dos capitais, o qual permite distinguir entre as classes dominadas (menores volumes de capitais) e as classes dominantes (maiores volumes de capitais). A segunda divisão diz respeito à estrutura do capital. Nesta matéria há que ter em conta o pólo económico (dominante) *versus* o pólo cultural (dominado).

⁹⁾ Na categoria “Medicina/Outras” incluem-se os cursos de Medicina ou Medicina Veterinária, bem como alguns dos cursos incluídos no item “Ciências Médicas, Paramédicas e Farmacêuticas”, sendo que os cursos de Medicina são os que largamente predominam. No atributo “Magistério Primário/Outros”, para além dos cursos do Magistério Primário estão também os cursos de enfermagem e outros cursos médios (INE, 1984), mas são os primeiros que predominam entre os deputados. Nas “Ciências Sociais e Políticas” incluem-se os cursos de Sociologia, Antropologia, Psicologia, Comunicação Social, Ciências Políticas e Relações Internacionais.

Gráfico 13: Deputados com estudos em Economia, por partidos



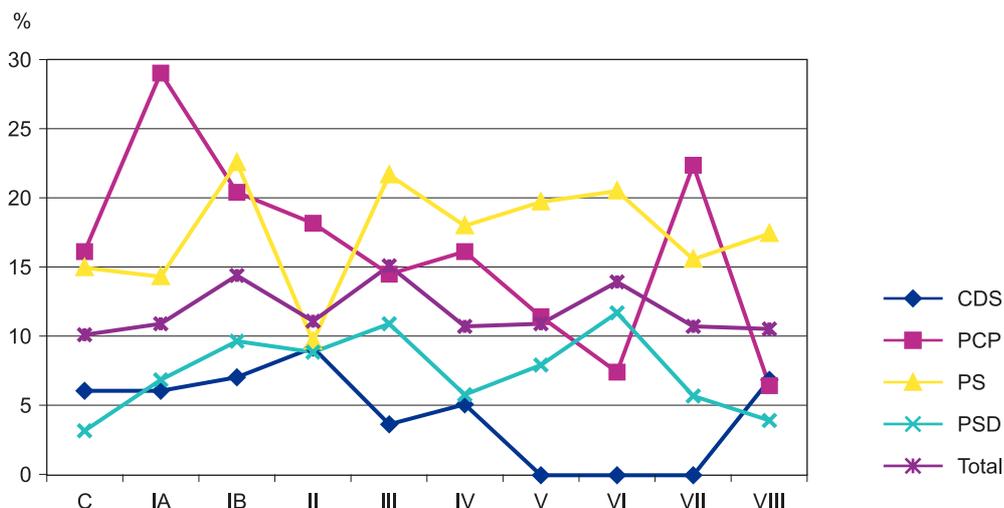
Segundo a teoria de Bourdieu (1979) existe uma homologia entre as classes dominadas em matéria de volume de capital e os grupos sociais pertencentes às classes dominantes mas com uma posição dominada – pólo cultural.

Também os tipos de capitais escolares têm uma diferencial taxa de conversão em capital económico. Mantendo todos os outros factores constantes, nomeadamente em termos do grau de sucesso escolar dos alunos, pode dizer-se que os cursos da área das letras ou das ciências sociais e políticas, por exemplo, têm uma menor taxa de conversão em capital económico do que, por exemplo, o direito, as engenharias, a economia e a medicina.

No gráfico 11 pode verificar-se que no conjunto dos deputados com estudos universitários de cada um dos partidos de direita (CDS e PSD) há geralmente um maior peso dos indivíduos que cursaram Direito do que no seio dos deputados que em cada um dos partidos de esquerda (PCP e PS) frequentaram a universidade.¹⁰⁾ Todavia, na VII e VIII legislaturas as diferenças entre o PSD e os dois partidos de esquerda esbateram-se significativamente. Pelo contrário, na área das Letras (gráfico 14) verifica-se precisamente o contrário e de uma forma ainda mais nítida. Ou seja, no conjunto dos deputados diplomados (ou com frequência universitária) de cada um dos partidos de esquerda (PCP e PS) há um peso muito maior dos cursos da área das Letras do que ao nível dos partidos de direita (CDS e PSD). Todavia, no caso do PCP aquela característica praticamente desapareceu na VI e VIII legislaturas.

¹⁰⁾ As percentagens foram calculadas face ao total de indivíduos com estudos universitários em cada partido político/bancada parlamentar, salvo as que se referem ao conjunto dos deputados (total).

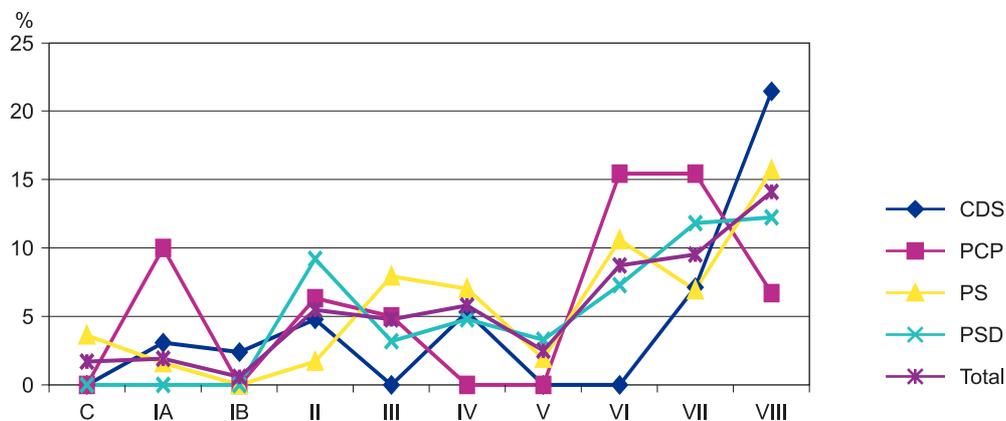
Gráfico 14: Deputados com estudos em Letras, por partidos



Portanto, em termos de cursos de Direito *versus* cursos de Letras podemos dizer que existe geralmente uma maior proximidade da esquerda aos grupos sociais dominados e que na direita existe em regra uma maior proximidade aos grupos sociais dominantes.

Todavia, em termos da Engenharia e da Economia a situação não segue tal padrão. No caso da Engenharia, até à III legislatura o CDS e o PCP apresentaram geralmente maiores percentagens de parlamentares com estudos nesta área. Daí em diante e até à VII legislatura é aos dois partidos mais ao centro (PS e PSD) que cabem as maiores percentagens de diplomados nesta área. Na VIII legislatura a situação inverte-se de novo em favor dos dois partidos mais pequenos.

Gráfico 15: Deputados com estudos em Ciências Sociais e Políticas, por partidos



No caso da Economia, a partir da III legislatura em diante é o PCP que tem maiores percentagens de deputados com estudos nesta área. Todavia, o segundo partido com maiores percentagens de parlamentares que cursaram Economia (ou áreas similares) é o PSD. Portanto, no caso destas duas áreas de estudos não podemos falar de uma homologia entre dominantes e dominados ao nível do posicionamento ideológico dos partidos.

No caso das Ciências Sociais e Políticas (gráfico 15), apesar de ser uma área em relativa ascensão em todos os partidos, também não há uma diferenciação partidária clara e regular, até porque estamos a falar de percentagens muito pequenas.

Profissão

As carreiras políticas, em geral, e as carreiras parlamentares, em particular, são muito exigentes. Para além das competências requeridas em diferentes domínios, são carreiras dificilmente conciliáveis com muitas profissões. Ou seja, poucas são as profissões que permitem interrupções de carreira para ingresso na política activa sem que isso implique elevados custos em termos da progressão (e mesmo do lugar) na carreira profissional de base. Por isso, há profissões que são mais propícias à prossecução de carreiras políticas (Dogan, 1999).

Estão na situação anteriormente descrita profissões tais como as de advogado e de docente, bem como as profissões científicas e técnicas (dirigentes e não dirigentes) no âmbito da administração pública. Estas profissões proporcionam suficiente flexibilidade para permitir uma carreira política simultânea ou pelo menos para permitir um retorno sem problemas após a interrupção para ingresso na política activa.

Por exemplo, muitos são os advogados que exercem a sua profissão em regime de acumulação com o cargo de deputado, em Portugal e não só (Dogan, 1999; Norris, 1996 e 1997; Norris e Lovenduski, 1995; Best e Cotta, 2000). Aliás, o desempenho de funções políticas pode ser, e é muitas vezes, um factor de prestígio e visibilidade importante para o exercício bem sucedido da advocacia.

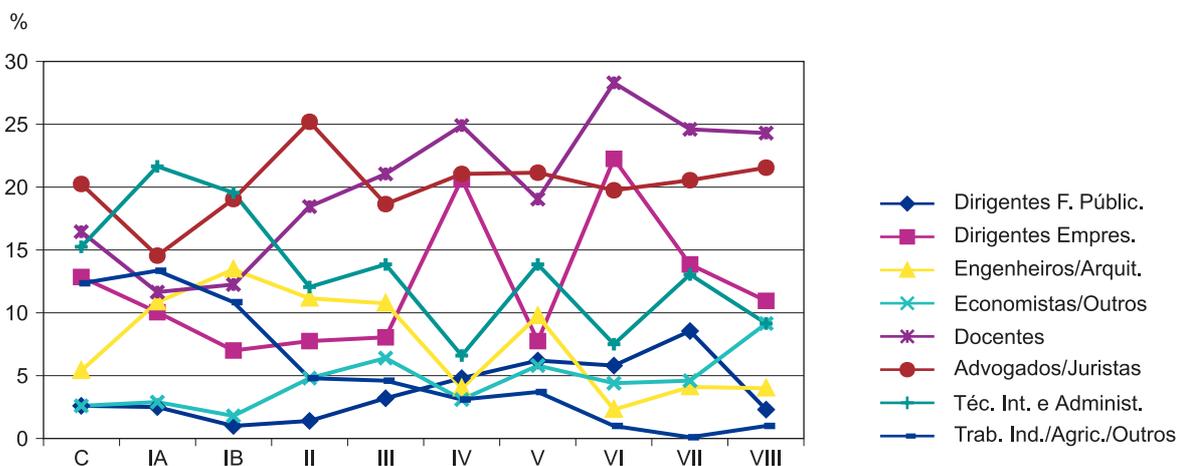
No caso do funcionalismo público, pelo menos em Portugal e em França (Dogan, 1999), os indivíduos podem interromper as suas actividades na administração pública para ingressar na política activa sem que isso implique quaisquer perda de direitos em termos da sua carreira original. Ou seja, os docentes e os outros funcionários públicos podem ser requisitados para funções políticas sem limite temporal, sendo o seu posto de trabalho conservado para, quando os mandatos políticos terminarem, poderem regressar sem problemas à função (e ao lugar) profissional de origem.

Noutros casos poderá existir flexibilidade para abandono da carreira profissional (para se desempenharem cargos políticos) e regresso posterior, mas a progressão na profissão original ficará seriamente comprometida. Estão neste caso os médicos, por exemplo. Um cirurgião pode ter a possibilidade de interromper a carreira profissional para se dedicar à política sem que isso implique a perda do seu lugar na administração pública. Todavia, se ficar muitos anos sem operar o seu retorno efectivo à carreira médica será muito difícil (Dogan, 1999). De idêntico modo, um empresário poderá ter a possibilidade de abandonar a(s) empresa(s) que dirige para se dedicar à política, deixando alguém em seu lugar a fazê-lo. Contudo, o seu sucesso nos negócios ficará algo comprometido (Dogan, 1999).

Pelo contrário, certas actividades profissionais como a docência e a advocacia não só são perfeitamente desempenháveis em simultâneo com as funções políticas como o exercício destas pode ser benéfico para a progressão profissional na carreira anterior.

Obviamente que o ingresso na carreira política tem sempre custos em termos da carreira profissional de base, mesmo no caso dos docentes e dos advogados, mas em algumas profissões têm muito mais do que em outras.

Gráfico 16: Profissões dos deputados



Também é verdade que em muitos casos os indivíduos ingressam na política activa e deixam de exercer profissão por quase toda a restante parte da vida.

Mais, em muitas situações o ingresso na carreira política activa é muito anterior ao cargo de deputado e o indivíduo quase nunca exerceu efectivamente a profissão que declara. Em todos estes casos a profissão anterior é um indicador bastante falível da inserção profissional anterior. Ou seja, nestas situações trata-se sobretudo de políticos profissionais.

No gráfico 16 apresentam-se as profissões dos deputados portugueses, em percentagem face ao total de deputados em cada legislatura. A classificação utilizada é aquela que resulta da adaptação portuguesa da Classificação Internacional das Profissões 1988 (ver Lima e outros, 1991) e que é actualmente utilizada pelos aparelhos estatísticos nacionais (INE, IEFP, etc.).¹¹⁾ Sempre que os deputados declaravam mais do que uma profissão foi considerada apenas a profissão principal, em alguns casos por mera aproximação.

A partir da II legislatura em diante há dois grupos profissionais que se destacam: os advogados/juristas e os docentes (dos vários graus de ensino). Neste período são estas as duas profissões dos deputados com maior peso no conjunto da AR, sempre com valores entre cerca de 20% e 25%. A partir da II legislatura, a proeminência destes grupos só é secundarizada pelos dirigentes de empresas na VI legislatura. Mais, esta secundarização atinge os advogados/juristas mas não os docentes. Na Constituinte e na I legislatura os advogados/juristas repartiam a duas primeiras posições com os técnicos intermédios e empregados administrativos. Todavia, da III legislatura em diante estes são guindados à terceira (III e V legislaturas) ou quarta posição (IV, VI, VII e VIII legislaturas), trocando de posição com os dirigentes empresariais.

Em termos evolutivos há a destacar o percurso ascendente dos docentes: a partir da III legislatura só na V não ocupam a primeira posição. Pelo contrário, no caso dos advogados/juristas a tendência é para um relativo declínio ou para uma certa estabilização, consoante se tome como ponto de comparação a II ou a III legislaturas.

Para além de uma maior flexibilidade para abraçarem a carreira parlamentar, já referida atrás, os dois grupos profissionais maioritários a partir da II legislatura têm algumas características que os tornam especialmente vocacionados para a actividade parlamentar (Norris e Lovenduski, 1995: 110-113; Dogan, 1999: 177-180). O exercício da função de deputado exige um bom domínio da palavra e da arte da argumentação, quer para o trabalho em plenário e em comissões, quer para a comunicação com o eleitorado e com os jornalistas. Quer os docentes, quer os advogados/juristas, caracterizam-se exactamente pelo facto de os seus titulares terem de falar frequentemente em público para apresentarem e defenderem os mais diversos argumentos. Aliás, nesta última matéria os advogados têm ainda dois trunfos acrescidos. A sua profissão caracteriza-se pela necessidade de defender as mais diversas causas dos seus clientes, independentemente de estes terem ou não razão. Por outro lado, o domínio das técnicas de produção legislativa é um outro trunfo acrescido dos advogados/juristas.

¹¹⁾ As profissões dos deputados apresentadas nos gráficos 16 a 22 não são exaustivas face ao total de profissões recenseadas. Ou seja, apenas apresento graficamente as mais significativas. O conjunto de todas as profissões dos deputados pode ser consultado nos quadros constantes no anexo 3. Nestes quadros há uma categoria que carece de um esclarecimento adicional quanto ao procedimento de classificação, os "dirigentes partidários". Esta categoria inclui sobretudo indivíduos que se declaram funcionários dos partidos e que simultaneamente exercem cargos dirigentes nas organizações partidárias a que pertencem. Todavia, esta categoria inclui também alguns deputados que são apenas funcionários partidários e não exercem qualquer cargo dirigente no partido. Esta situação é, no entanto, residual face à primeira.

Em termos comparativos podemos dizer que estes dois grupos profissionais tem tido geralmente um forte peso relativo nos vários parlamentos democráticos, embora mais em alguns do que em outros (Norris e Lovenduski, 1995: 96-99 e 110-113; Norris, 1996 e 1997; Dogan, 1999; Best e Cotta, 2000).

Mais, de algum modo à semelhança do que passa no Parlamento Português, também nesses outros parlamentos se tem assistido a um relativo declínio do peso relativo dos advogados e a um forte crescimento das percentagens de docentes, sobretudo desde a segunda guerra mundial com o aparecimento dos “políticos profissionais”. Contudo, tal como o regime democrático foi tardiamente implantado em Portugal, também estas duas tendências se têm vindo a fazer sentir apenas a partir dos anos 1980 e no caso dos advogados a tendência tem sido mais para uma certa estabilização do que propriamente para o declínio.

Os outros três grupos mais numerosos (técnicos intermédios e empregados administrativos, dirigentes de empresas e engenheiros/arquitectos) apresentam geralmente um peso relativo que varia entre 5% e 15%. A importância dos engenheiros será compreensível pela suas especialidades técnicas, nomeadamente tendo em conta a importância das obras públicas em Portugal. Todavia, são claramente um grupo profissional em declínio no Parlamento Português, traço algo paradoxal tendo em conta que os investimentos em obras públicas tem crescido sobretudo a partir dos anos 1980.

Estranho é que os economistas não estejam também pelo menos entre este grupo, tendo em conta o significativo papel de regulação que o Estado tem numa economia capitalista. Todavia, ao contrário dos engenheiros, no período em análise são claramente um grupo em ascensão: passaram de valores inferiores a 5%, até à I legislatura, para valores próximos dos 10% na VIII.

Já a proeminência dos dirigentes empresariais, os quais ocupam quase sempre a terceira posição a partir IV legislatura, é um traço algo atípico face à generalidade dos parlamentos da Europa ocidental e que nos aproxima das singularidades Francesa e Inglesa (Best e Cotta, 2000: 506).

Os técnicos intermédios e os empregados administrativos são ainda um grupo profissional bastante importante no Parlamento Português, com um peso relativo próximo dos 10% na VIII legislatura. Todavia, a tendência é para um forte declínio da sua importância na AR.

Outro grupo com menores recursos (materiais, educacionais e de *status*) são os trabalhadores manuais da indústria e agricultura. Este é claramente o grupo profissional que apresenta maior declínio na AR: de valores próximos de 15%, na Constituinte, para valores próximos de 0%, a partir da VI legislatura. Refira-se que esta é mais uma tendência que se faz sentir muito tardiamente em Portugal: nos parlamentos das democracias

européias, os trabalhadores manuais conheceram um significativo peso entre as duas guerras mundiais, mas desde o final da segunda guerra têm conhecido um pronunciado declínio (Best e Cotta, 2000: 511-518).

A *contrario* dos dois grupos profissionais anteriores, a partir da II e até à VII legislaturas verifica-se uma tendência regular para o crescimento do peso dos dirigentes da função pública, que chegam mesmo a ultrapassar os economistas e os engenheiros. Contudo, na VIII legislatura verifica-se um pronunciado recuo dos dirigentes da função pública. De qualquer modo, mesmo nos períodos de maior proeminência este grupo profissional nunca chega aos valores que atinge em países como a França, onde os altos funcionários da administração têm forte presença no parlamento (Dogan, 1999: 182-186 e 197-199).

De acordo com a teoria das classes sociais de Pierre Bourdieu (1979), as clivagens no espaço social estruturam-se de acordo com dois princípios fundamentais: o volume e a estrutura do capital (económico e cultural).

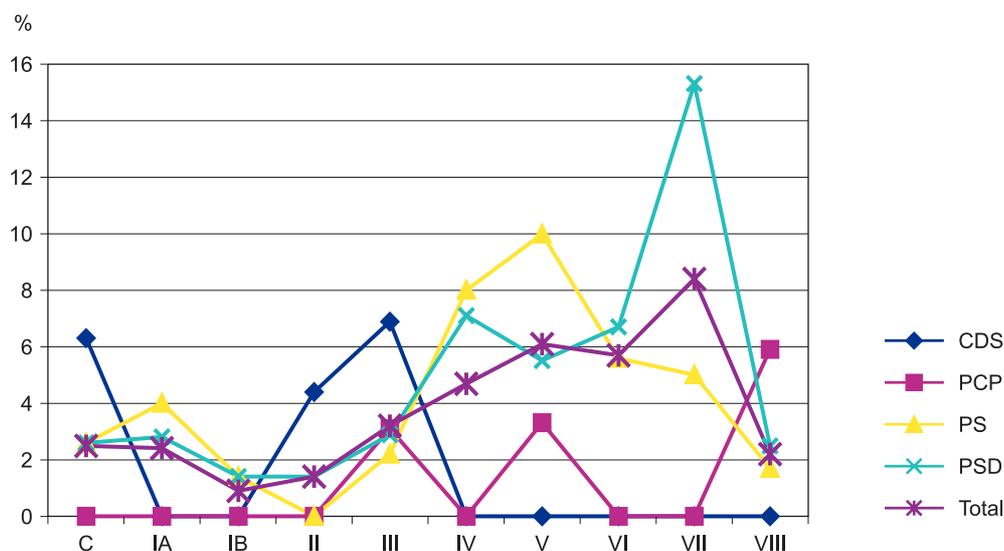
Em termos do volume do capital podemos distinguir as classes dominantes (maior volume) das classes dominadas (menor volume). Em termos de categorias profissionais podemos distinguir os trabalhadores manuais e os técnicos intermédios e empregados administrativos (menor volume de capitais) de todas as outras profissões científicas, técnicas e dirigentes (maior volume de capitais). Tendo em conta o respectivo posicionamento político-ideológico e o perfil dos respectivos eleitores (Cabral, 1995; Freire, 2001c), é expectável que os partidos de esquerda (PS e PCP) apresentem maior peso relativo de deputados com o primeiro grupo de profissões do que os partidos de direita (CDS e PSD).

Em termos de estrutura dos capitais podemos distinguir o pólo económico (dominante) do pólo cultural (dominado). Ao primeiro podemos associar os empresários, os dirigentes das empresas e as profissões liberais. No pólo cultural (dominado) encontramos, por exemplo, os docentes (dos vários graus de ensino) e outros assalariados do sector público com profissões científicas e técnicas, especialmente na área das funções sociais do Estado. Tendo em conta os respectivos perfis ideológicos e bases eleitorais de apoio, é expectável que os partidos de esquerda (PS e PCP) apresentem maior peso relativo das profissões próximas do pólo cultural e que os partidos de direita (CDS e PSD) tenham maiores percentagens de deputados com profissões próximas do pólo económico.

Nos gráficos 18 a 22 apresentamos as percentagens de alguns grupos profissionais no seio da bancada parlamentar de cada um dos partidos, por legislaturas.¹²⁾

¹²⁾ Portanto, as percentagens de cada profissão são calculadas face ao total de deputados em cada partido, excepto quando se referem ao conjunto da AR (total).

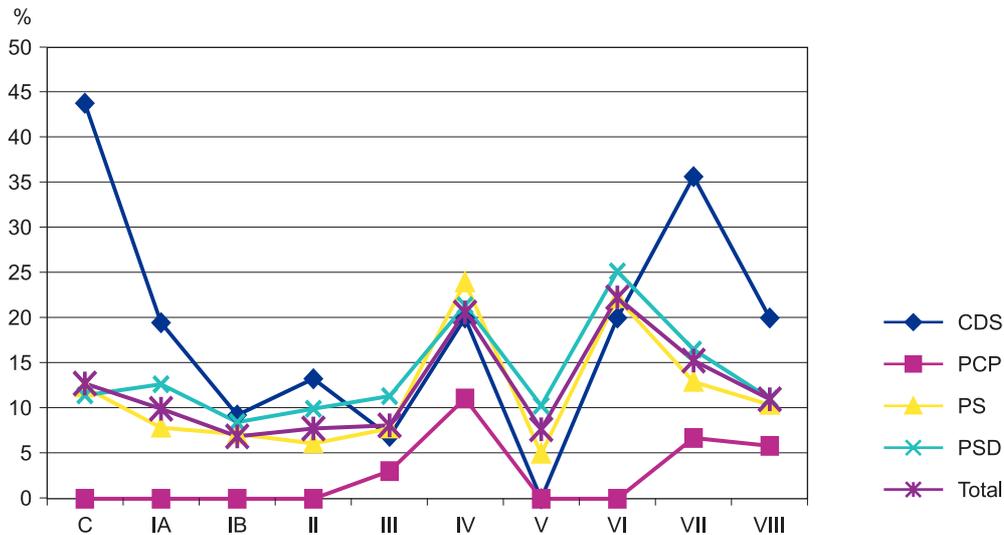
Gráfico 17: Deputados Dirigentes da Função Pública, por partidos



Em matéria de estrutura do capital, pode dizer-se que os dirigentes da função pública ocupam um posição intermédia. Ou seja, em termos de recursos económicos terão uma posição simultaneamente menos vantajosa do que os dirigentes de empresas ou os profissionais liberais e mais vantajosa do que outros assalariados (diplomados) do sector público. Já quanto ao capital cultural a situação é menos clara.

De qualquer modo, as distribuições apresentadas no gráfico 17 são consistentes com as expectativas. Ou seja, tendo em conta a posição intermédia dos dirigentes da função pública em termos de estrutura do capital, é compreensível que seja no PSD e no PS que estes profissionais têm maior peso relativo, exceptuam-se a Constituinte, a II, a III (face ao CDS) e a VIII legislaturas (face ao PCP). Todavia, este dado pode também ser interpretado como resultado de serem estes dois partidos que regularmente controlam a máquina do Estado, retirando daí fortes recursos, nomeadamente em termos de distribuição de lugares e extracção de quadros políticos. Estaremos pois perante um possível indicador da “cartelização” destes dois partidos (Mair e Katz, 1995). De qualquer modo, é importante sublinhar que as percentagens de dirigentes da função pública são geralmente baixas e as diferenças entre os partidos são muitas vezes reduzidas, para além de apresentarem um padrão irregular.

Gráfico 18: Deputados Dirigentes de Empresas, por partidos

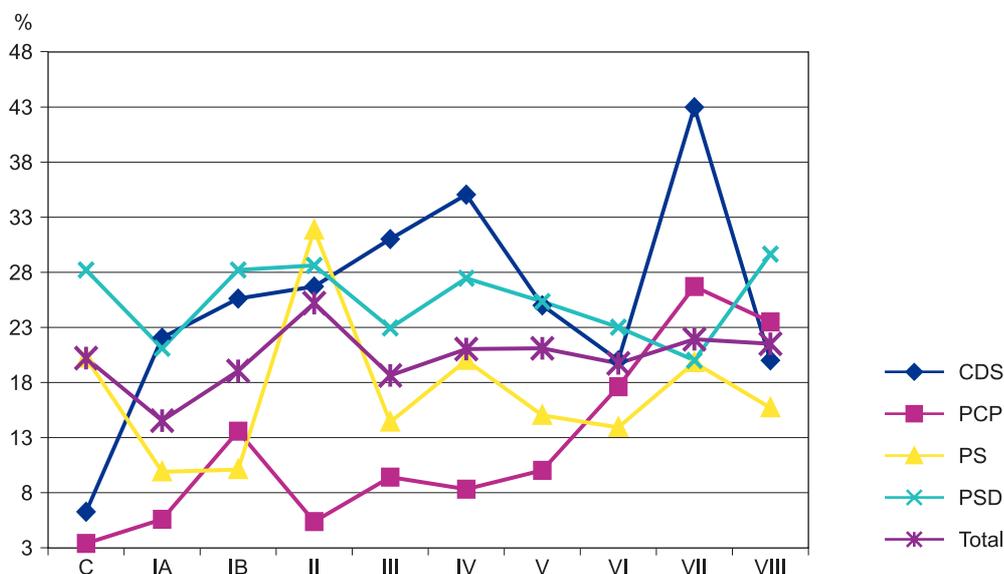


No gráfico 18 podemos verificar que também quanto aos dirigentes de empresas os dados são conformes com as expectativas. Por um lado, o PCP apresenta sempre as menores percentagens nesta matéria. Por outro lado, o PSD e o CDS têm geralmente maior peso relativo destes profissionais nos respectivos grupos parlamentares do que o PS e, sobretudo, o PCP. Todavia, há alguns casos desviantes em algumas legislaturas. Por outro lado, os casos do PSD e do PS são razoavelmente próximos, apesar de o primeiro ter geralmente maiores percentagens de dirigentes empresariais do que o segundo. Esta situação reflecte algumas semelhanças nas respectivas bases sociais de apoio e no centrismo político destes dois partidos.

No caso dos economistas e dos engenheiros o padrão não é nada claro e sobretudo não é conforme com as expectativas teóricas. Por isso, os respectivos gráficos não são apresentados. Todavia, os dados podem ser consultados nos quadros do anexo 3.

No grupo dos deputados advogados e juristas há com certeza vários indivíduos que exercem a respectiva profissão em regime de trabalho assalariado. Todavia, não será muito arriscado considerar que uma grande parte deles exercem a respectiva função em regime de profissão liberal, apesar de os dados constantes nas fichas biográficas e nas biografias publicadas pela AR não permitirem, pelo menos na maior parte dos casos, efectuar tal especificação.

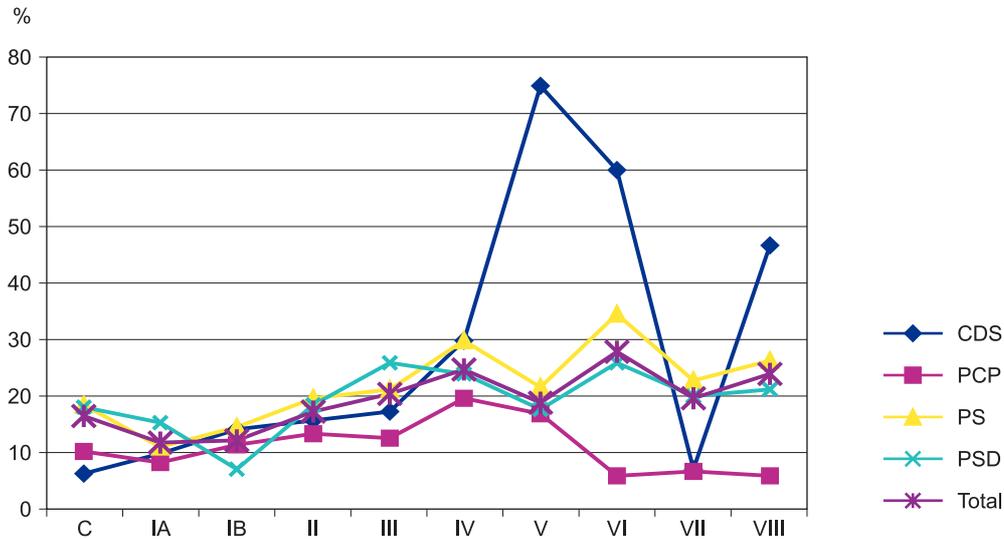
Gráfico 19: Deputados Advogados e Juristas, por partidos



No gráfico 19 pode-se verificar-se que os dados são claramente conformes com as expectativas. Ou seja, as percentagens de deputados advogados e juristas nos dois partidos de direita (CDS e PSD) são geralmente maiores do que no conjunto da AR (total) e do que nos dois partidos de esquerda, especialmente do que no PCP. Todavia, este partido apresenta um padrão evolutivo que poderá vir a inverter a situação anterior. Primeiro, os advogados e juristas são um grupo em ascensão no PCP. Segundo, a partir da VI legislatura o PCP teve sempre maiores percentagens destes profissionais do que o PS. Terceiro, mesmo perante o PSD e o CDS os comunistas apresentam vantagem nas VII e VIII legislaturas, respectivamente. Portanto, também neste caso estamos perante um indicador do “aburguesamento” do PCP.

A situação quanto aos docentes não parece apresentar grande diferenciação e, sobretudo, não é coincidente com as hipóteses de pesquisa (gráfico 20).

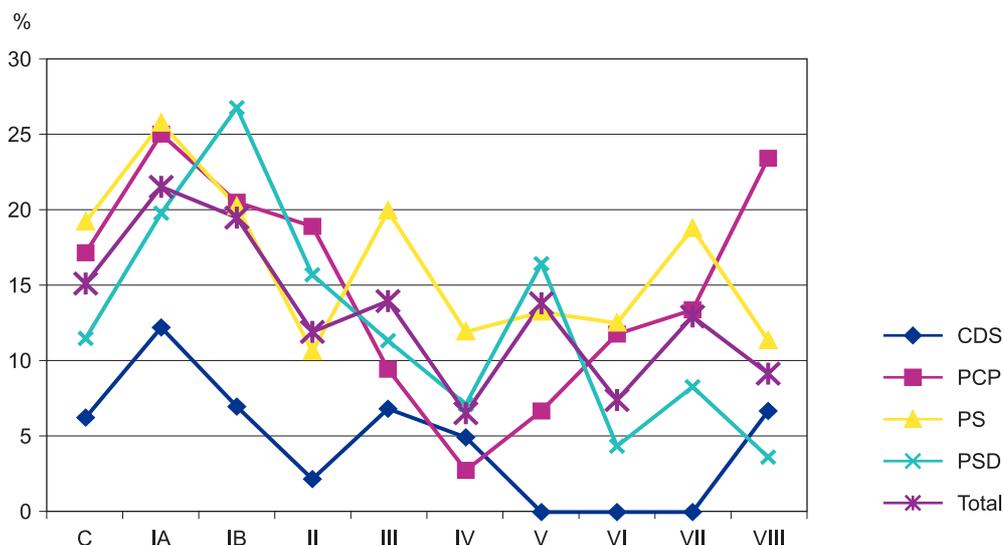
Gráfico 20: Deputados Docentes, por partidos



A diferenciação na distribuição dos docentes entre PS e PSD é tudo menos nítida: em três períodos o PSD tem mais docentes; em sete legislaturas é o PS que está à frente, mas em pelo menos três destas os dois partidos estão praticamente *ex aequo*. Todavia, da IV legislatura em diante o PS está sempre à frente do PSD nesta matéria.

Por outro lado, o CDS tem em todos os períodos maiores percentagens de docentes do que o PCP, exceptuando a Constituinte e a VII legislatura. Mais, o CDS está muitas vezes abaixo do PS ou do PSD nesta matéria, excepção feita à IV, V, VI e VIII legislaturas. Consequentemente, estes dados não conformes com as hipóteses ou são-no apenas parcialmente no contraste PS/PSD.

Gráfico 21: Deputados Técnicos Intermédios e Empregados Administrativos, por partidos

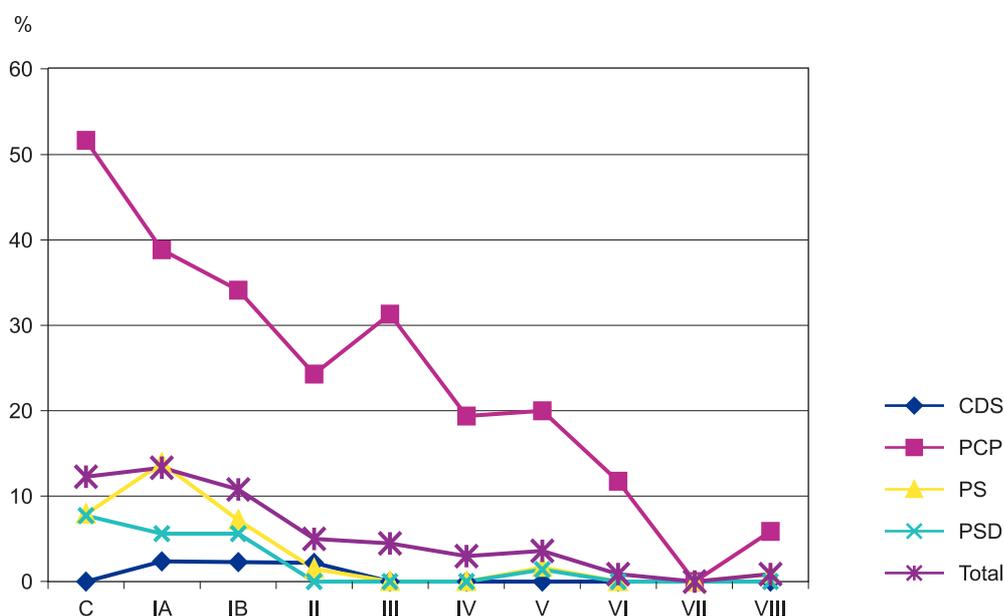


Também no caso dos técnicos intermédios e empregados administrativos os dados são apenas parcialmente consistentes com as hipóteses (gráfico 21).

Em primeiro lugar, o PS apresenta geralmente bastante maiores percentagens deste grupo profissional do que o PSD, excepto na I (IB), II e V legislaturas. Nestes três períodos o PSD toma a dianteira face ao PS. Mais, nestas três situações o PS faz parte da oposição e, por isso, o PSD pôde libertar os seus melhores quadros para o executivo, deixando maior espaço à entrada de figuras de segunda linha. Portanto, em termos da diferenciação PS *versus* PSD podemos considerar que os dados são consistentes com as hipóteses.

Todavia, o PCP tem muitas vezes menores percentagens destes profissionais do que o PS e mesmo do que o PSD. Contudo, face ao CDS os comunistas apresentam sempre maiores peso relativo de técnicos intermédios e empregados administrativos, excepção feita à IV legislatura. Portanto, quando se incluem os quatro partidos na comparação os dados são apenas parcialmente consistentes com as hipóteses. Assim, podemos dizer que em matéria de camadas sociais intermédias a diferenciação partidária se faz sobretudo do centro esquerda (PS) para a direita (PSD e CDS).

Gráfico 22: Deputados Trabalhadores Manuais da Indústria e Agricultura, por partidos



Um dos elementos mais marcantes da bancada parlamentar comunista era a significativa presença de trabalhadores manuais no seu seio, tal como se passava em grande parte dos partidos de esquerda (sociais democratas, trabalhistas, socialistas, comunistas) na Europa, desde a primeira guerra mundial até aos anos 1950 e 1960 (Best e Cotta, 2000). Aliás, face aos outros três partidos portugueses a presença dos trabalhadores manuais no grupo parlamentar era uma quase exclusividade do PCP. Todavia, tal como aconteceu com a esquerda Europeia, um dos traços mais significativos da evolução do PCP é o “aburguesamento” da sua bancada, traduzido nomeadamente no quase desaparecimento dos trabalhadores manuais.

4 Capital Social dos Deputados Portugueses

André Freire

4. CAPITAL SOCIAL DOS DEPUTADOS PORTUGUESES

As sociedades raramente são compostas por massas de indivíduos indiferenciados. Ou seja, os indivíduos organizam-se geralmente em grupos. Alguns grupos são formados para simples recreação e debate entre os seus membros, enquanto outros se formam para fornecer determinados serviços aos seus associados. Outros ainda organizam-se para defender determinada causa ou ideia (Norton, 1999: 1). Um dos traços fundamentais das sociedades democráticas é precisamente a presença destes grupos. Aliás, quanto maior é a sua vitalidade maior é a qualidade da democracia porque maior é a capacidade de exigência da sociedade civil face ao sistema político e maior é a responsabilização deste perante aquela.

A maioria dos referidos grupos sociais organizados não se forma com o objectivo de influenciar a formulação e implementação das políticas públicas. Todavia, as políticas públicas influenciam muitas vezes o funcionamento dos diversos grupos sociais (em matéria de impostos, de normas reguladoras do desenvolvimento da respectiva actividade, etc.) e, por isso, pelo menos ocasionalmente a maioria dos grupos de interesse tenta influenciar a formulação das políticas públicas. Alguns grupos são mesmo formados para influenciar estas mesmas políticas em determinado aspecto relacionado com a causa e/ou os interesses que defendem (Norton, 1999: 1-2).

As definições clássicas de grupos de pressão ou interesse consideram que se trata de organizações que tentam influenciar o governo na distribuição de recursos (materiais e simbólicos), sem contudo pretenderem assumir a responsabilidade pelo governo. Pelo contrário, os partidos políticos procuram assumir a responsabilidade pela condução do governo e contestam as eleições precisamente com esse fim (Norton, 1999: 2).

Nas tipologias clássicas de grupos de pressão ou interesse estes são geralmente definidos como seccionais e de causa ou tema único (Norton, 1999: 3).

Os grupos seccionais existem para promover e defender os interesses de um sector particular da sociedade, geralmente definido em termos de uma actividade económica e/ou profissional. Estes grupos têm geralmente uma existência permanente e os seus membros potenciais estão bem definidos: os médicos, os professores, os advogados, os operários metalúrgicos, os patrões da indústria de construção civil, etc., conforme os casos (Norton, 1999: 3). Incluem-se neste tipo as associações patronais, os sindicatos, as ordens profissionais, etc.

Os grupos de causa ou tema único existem para promover um tipo particular de causa ou ideia. Quando a causa ou tema são muito específicos, estes grupos podem ter uma existência efémera: assim que a causa pela qual se batem obtém vencimento a existência do grupo pode deixar de justificar-se. Os seus membros potenciais não estão bem definidos. Ou seja, toda a população que concorde com a causa por eles defendida é um potencial membro.

Os grupos de interesse e/ou pressão podem ainda classificar-se de acordo com o grau de legitimidade que lhes é atribuída pelo governo enquanto parceiros negociais. Os grupos de pressão *insiders* são formalmente reconhecidos pelo governo como parceiros negociais e são ouvidos por este numa base regular. Estão neste caso os sindicatos, as organizações patronais e as ordens profissionais. Os grupos de pressão *outsiders* não são consultados numa base regular, seja porque eles próprios não o pretendem seja porque os governos não os reconhecem como parceiros legítimos, pelo menos em grau idêntico ao dos anteriores (Norton, 1999: 3).

Os grupos de interesse, sobretudo os seccionais, procuram influenciar a formulação e a implementação das políticas públicas. Essa acção é dirigida a diferentes “alvos” do sistema político (parlamento e governo, por exemplo) e por diferentes “canais” (parlamento e governo, por exemplo) (Norton, 1999).

Os sindicatos, as organizações profissionais e as ordens profissionais são geralmente grupos de pressão *insiders* e, por isso, têm regularmente acesso directo ao governo. Assim, é natural que muitas das acções que desenvolvem para influenciar as políticas públicas sejam directamente dirigidas ao governo e sem passar pelo parlamento, nomeadamente através da “concertação social” (Rodrigues, 1996). Todavia, usam também o parlamento para influenciar as políticas, seja como “canal” para chegar ao governo seja como “alvo” da sua acção.

A influência dos grupos de pressão e/ou interesse sobre o parlamento pode ser aferida de diferentes formas (Cruz, 1988: 109-112 e 119; Norton, 1999; Leston-Bandeira, 2001b). Uma das formas de aferir essa influência é através da contabilização da presença de deputados com cargos dirigentes nesses grupos (Cruz, 1988: 119). Todavia, os grupos sociais, seccionais ou não, têm geralmente uma implantação específica no espaço social, nomeadamente em função dos interesses que defendem, e, por isso, desenvolvem relações privilegiadas com determinados partidos políticos. Nesta linha, há geralmente uma ligação preferencial entre os sindicatos e os partidos de esquerda e entre as organizações patronais e os partidos de direita (Bourdieu, 1989b; Norton, 1999; Dogan, 1999: 187-188; Best e Cotta, 2000).

Assim, através da análise das ligações dos deputados aos sindicatos, organizações patronais e ordens profissionais pretende-se aferir quer a influência dos grupos de interesse

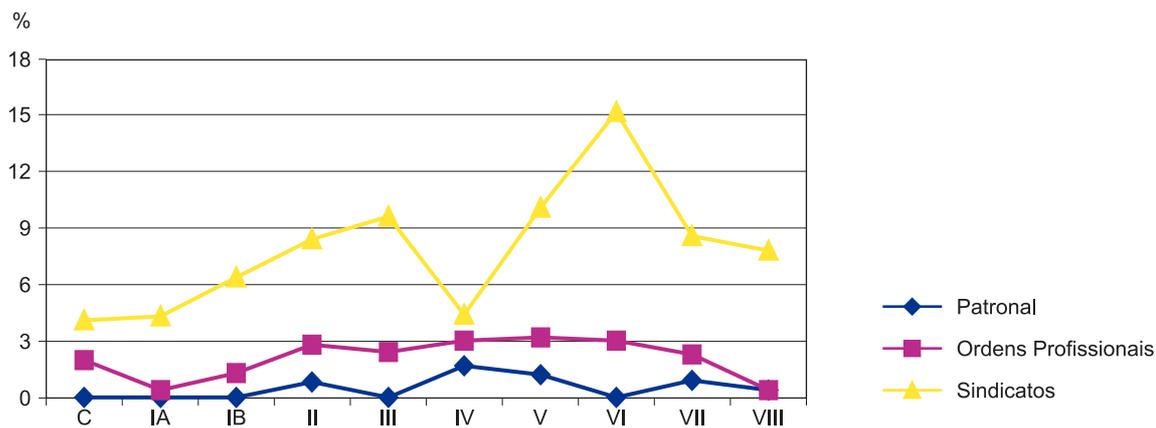
sobre o Parlamento, quer a implantação dos partidos no espaço social (Bourdieu, 1979, 1989a e 1989b). Para cada legislatura, os deputados foram classificados de acordo com o facto de deterem (ou terem detido) cargos dirigentes (executivos e representativos, delegados sindicais incluídos) nessas organizações de interesses.

Em matéria de organizações cívicas haverá também algumas ligações preferenciais a determinadas clientelas sociais e ideológicas, consoante o objecto e/ou a causa que esses grupos defendem. Portanto, através da análise das ligações dos deputados às diferentes organizações cívicas pretende-se também aferir da implantação dos partidos no espaço social (Bourdieu, 1979, 1989a e 1989b). Para cada legislatura, os deputados foram classificados de acordo com o facto de participarem (ou terem participado) ou não em vários tipos de associações cívicas: recreativas e culturais, religiosas, de solidariedade social, sócio-políticas, ambientais, académicas e ainda nos movimentos de oposição ao Estado Novo.

Organizações de interesses

Em matéria da evolução da presença de deputados portugueses com cargos dirigentes em organizações de interesses, a situação é diferenciada consoante o tipo de grupo de pressão (gráfico 23).¹⁾

Gráfico 23: Deputados com cargos dirigentes em organizações de Interesses



¹⁾ Cada categoria é uma variável autónoma. Portanto, para cada caso trata-se das percentagens de deputados com cargo dirigente em determinada organização (por exemplo, sindicato) face ao total de deputados.

No caso dos sindicatos o padrão evolutivo aponta para um certo aumento do peso relativo dos deputados com cargos neste tipo de organizações: na Assembleia Constituinte e na I (IA) legislatura representavam cerca de 4% do conjunto dos deputados; na VII e VIII legislaturas representavam cerca do dobro, ou seja, mais ou menos 8%. Todavia, a evolução ao longo do período democrático está marcada por forte irregularidade.

De qualquer modo, podemos considerar que apesar de este tipo de organizações ter desde 1986 acesso directo e regular ao governo, por via da “concertação social” (Rodrigues, 1986), a influência que se faz sentir através do canal parlamentar tem ganho maior significado. Obviamente que estamos apenas a considerar apenas a influência através das ligações organizacionais dos deputados, mas há várias outras vias. Portanto, daqui não pode inferir-se que, para as organizações sindicais portuguesas, o parlamento tenha ganho necessariamente maior relevo enquanto canal e/ou alvo das suas influências.

Em termos das organizações patronais, o traço mais saliente é a sua muito fraca (ou nula) presença no parlamento, medida através do peso relativo dos deputados com cargos em organizações patronais: as percentagens são geralmente nulas ou muito próximas de zero. Mais do que um crescimento ou decréscimo, parece mais adequado falar-se em estabilização à volta de um patamar muitíssimo baixo.

No caso das ordens profissionais (dos médicos, engenheiros, advogados, etc.), a tendência aponta para um certo declínio do peso relativo dos deputados com cargos dirigentes em tais organizações, nomeadamente ao compararmos as últimas legislaturas (VII e VIII) com as anteriores. De qualquer modo as percentagens são sempre muito baixas (máximos à volta dos 3%), embora geralmente maiores do que no caso das associações patronais.

Em Portugal, as percentagens de deputados com cargos nas duas mais importantes organizações de interesses (sindicatos e associações patronais) são geralmente mais baixas do que aquilo que se tem verificado em países como a Alemanha, a Bélgica, o Reino Unido, a Nova Zelândia e a França (Norton, 1999: 48, 92; Norris e Lovenduski, 1995: 159-160; Norris, 1997: 85, 151-153; Dogan, 1999: 187-188). Todavia, também nestes e noutros países se tem assistido a um declínio da presença de parlamentares com ligações organizacionais (dirigentes) aos sindicatos e às associações patronais (Best e Cotta, 2000: 519-520). Mais, nos anos 1990, em países como a Alemanha e o Reino Unido, o referido declínio veio colocar as percentagens de dirigentes sindicais nos respectivos parlamentos abaixo daquelas que se verificam para o caso português no mesmo período (Norton, 1999: 48; Norris, 1997: 85, 1979-181)

De algum modo, em Portugal as reduzidas percentagens de deputados com cargos em sindicatos serão explicáveis pelo tipo de relações genéticas que se estabeleceram entre este tipo de associações e os partidos políticos. Ao contrário daquilo que se passou em

grande parte dos países europeus, em Portugal os sindicatos foram geralmente criados a partir dos partidos e não o contrário, embora em menor medida no caso da CGTP-IN. Talvez por isso a força dos sindicatos em Portugal nunca tenha sido tão grande como naqueles outros países.

Gráfico 24: Deputados com cargos dirigentes em sindicatos, por partidos



Historicamente há uma ligação preferencial dos sindicatos aos partidos de esquerda, até porque muitos dos sindicatos foram os embriões da formação de tais partidos políticos e mantiveram e mantém muitas vezes relações orgânicas com eles (Duverger, 1987; Norris e Lovenduski, 1995; Norris, 1997; Best e Cotta, 2000).

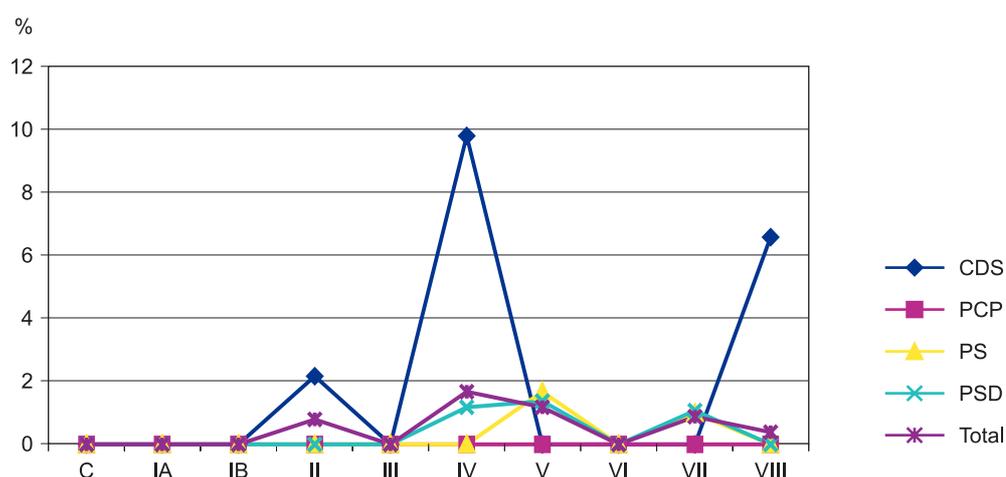
Conforme disse atrás, em Portugal foram mais os partidos políticos que estiveram na origem da criação dos sindicatos do que o contrário, embora em menor medida no caso da CGTP-IN. De qualquer modo, há uma ligação preferencial dos partidos de esquerda aos sindicatos: a CGTP-IN, no caso do PCP, e a UGT, no caso do PS. Contudo, também o PSD mantém uma significativa ligação ao mundo sindical através da presença da tendência social democrata da UGT. Aliás, a UGT foi criada durante os anos 70 pelo PS e pelo PSD para fazer face à estratégia hegemónica do PCP através da tentativa de instituição da unicidade sindical.

Os dados constantes no gráfico 24 traduzem de algum modo as ligações daqueles partidos ao movimento sindical, pois o CDS quase nunca tem no seio da sua bancada parlamentar deputados com cargos dirigentes em sindicatos, excepto na I (IA) legislatura.

Todavia, a situação dos outros três partidos não é linearmente interpretável à luz da clivagem esquerda-direita. Da V legislatura em diante o PCP e/ou o PS apresentam sempre maiores percentagens de deputados com cargos em sindicatos do que o PSD. Mas as diferenças entre o PS e o PSD não são muito pronunciadas, sobretudo na VII legislatura. Aliás, nesta legislatura o PSD (8,0%) tem mais sindicalistas do que o PS (7,6%). Contudo,

no período que medeia entre a Constituinte e a IV legislatura a situação é tudo menos linear. Geralmente, um dos partidos de esquerda (PCP ou PS) tem na respectiva bancada parlamentar mais sindicalistas do que o PSD. Mas na II e IV legislaturas o PSD apresenta um maior peso de dirigentes sindicais do que o PS e o PCP. Por outro lado, na III legislatura o PSD está à frente do PS nesta matéria, mas não do PCP. Por último, entre a Constituinte e a I (IA e IB) legislatura, as percentagens de sindicalistas no PSD e no PCP estão praticamente *ex aequo*.²⁾ Portanto, pode dizer-se que em termos de recrutamento parlamentar existe uma relação preferencial da esquerda aos sindicatos. Contudo, comparativamente o PSD apresenta também uma significativa penetração neste meio. Esta situação reflecte não só a génese e o desenvolvimento dos sindicatos no Portugal democrático, como o próprio posicionamento político-ideológico do PSD (centro direita) e a heterogeneidade da sua base social de apoio.

Gráfico 25: Deputados com cargos dirigentes em organizações patronais, por partidos



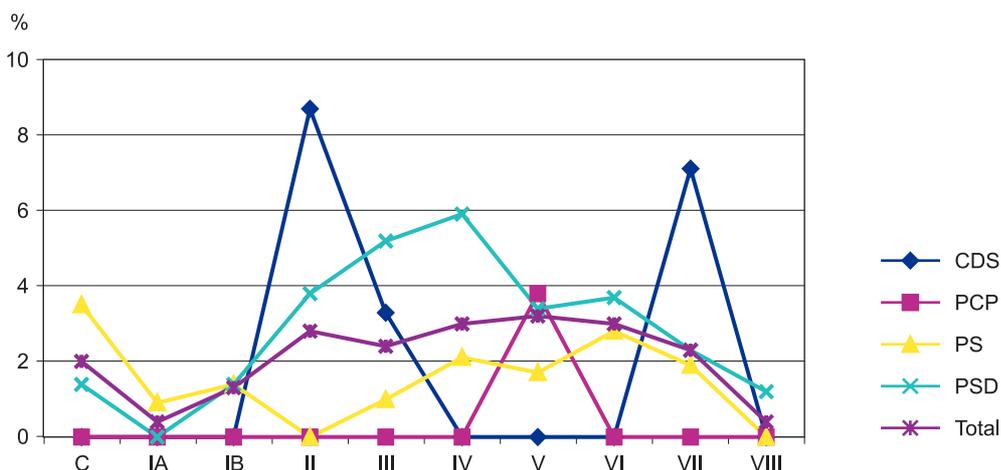
Em termos de dirigentes de organizações patronais (gráfico 25) o CDS destaca-se claramente dos outros partidos: na II, IV e VIII legislaturas têm no seu seio percentagens de deputados com ligações às associações que ultrapassam as que qualquer dos outros partidos atingiu ao longo de todo o período. Por outro lado, o PCP nunca apresenta dirigentes de organizações patronais nas suas bancadas parlamentares.

As percentagens de deputados com cargos dirigentes em organizações patronais são muito baixas e, por isso, as diferenças que por vezes se verificam entre o PS e o PSD são negligenciáveis.

²⁾ Para a Constituinte e IV legislatura, os dados apresentados em Freire (1998:134-135) são diferentes destes. Em ambas as legislaturas o PSD têm menores percentagens de sindicalistas do que o PS e o PCP. Todavia, as diferenças são muito reduzidas. Por outro lado, deve ter-se em conta que para o estudo que agora se apresenta foram de novo pedidas as fichas dos deputados destas legislaturas à AR. Considerando as reduzidas diferenças percentuais de que estamos a falar, pequenas alterações na amostra podem alterar os resultados. Daí as diferenças.

As ordens profissionais são organizações tradicionais de defesa do interesses de determinadas corporações (médicos, advogados, engenheiros, etc.) e exercem medidas de controle (corporativo) no acesso às profissões que tutelam. Estes grupos de pressão têm aliás origem nas corporações da sociedade aristocrática tradicional. Portanto, é expectável uma ligação preferencial dos partidos de direita a este tipo de organizações.

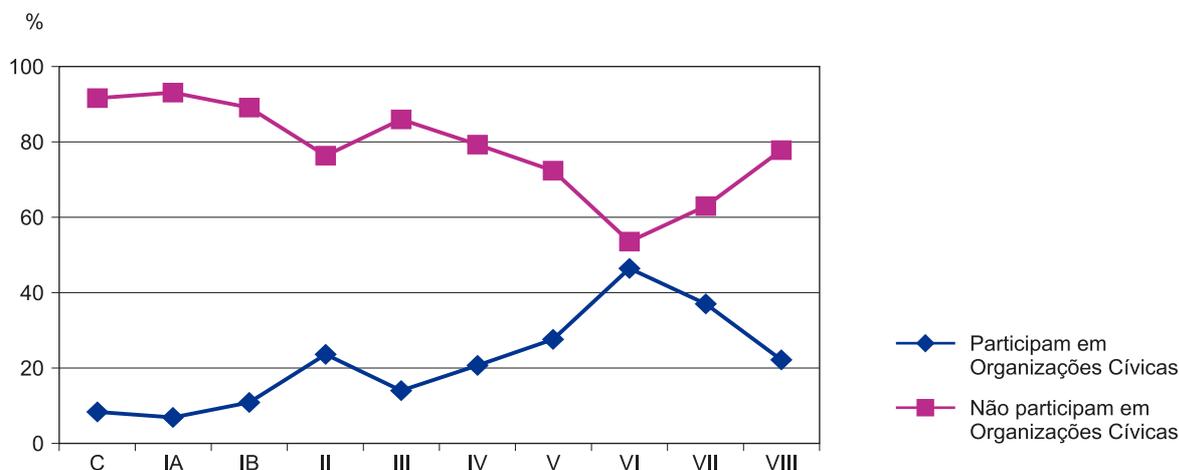
Gráfico 26: Deputados com cargos dirigentes em ordens profissionais, por partidos



Efectivamente é geralmente isso que se verifica (gráfico 26). No caso do CDS, nas únicas duas legislaturas (II e III) nas quais existem deputados seus com cargos dirigentes em ordens profissionais, o respectivo peso relativo é muito elevado face ao que se verifica nos outros partidos. Por outro lado, excepto na Constituinte, na I (IA) e na V legislaturas o PSD apresenta maiores percentagens de deputados com ligações às ordens profissionais do que os dois partidos de esquerda. Aliás, na V legislatura o PSD está à frente do PS mas não do PCP. Portanto, podemos dizer que neste caso os dados são geralmente conformes com as hipóteses, sobretudo em termos do contraste entre o PSD e o dois partidos à sua esquerda (PCP e PS).

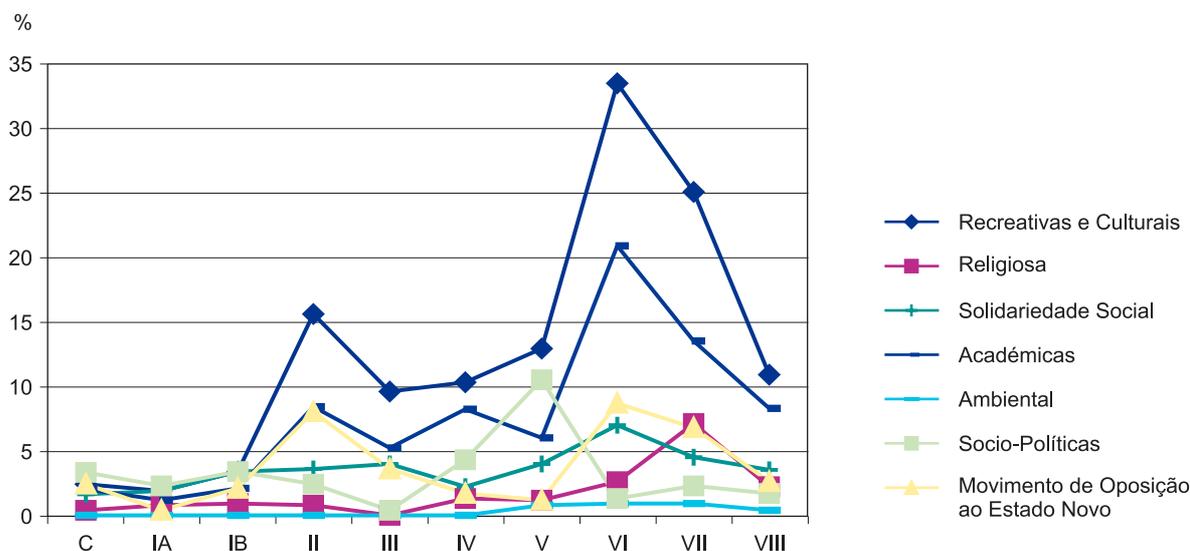
Organizações cívicas

Gráfico 27: Deputados que participam em organizações cívicas



Em termos dos deputados que participam (ou participaram) em pelo menos um dos sete tipos de organizações cívicas considerados, podemos verificar uma certa tendência para o aumento do respectivo peso relativo (gráfico 27). Sabemos que quanto maior o nível de recursos (materiais e simbólicos) maior a propensão dos indivíduos para a participação cívica e política (Cabral, 2000; Freire, 2001b). Portanto, o referido aumento do nível de envolvimento dos deputados em associações da sociedade civil poderá resultar de uma maior mobilização cognitiva dos mesmos, reflectindo por exemplo o forte aumento dos respectivos níveis de instrução.

Foram considerados sete tipos de organizações cívicas: “recreativas e culturais” (organizações de carácter desportivo, recreativo e cultural); “religiosas” (organizações ligadas a confissões religiosas); de “solidariedade social” (associações de cariz assistencialista, humanitário ou filantrópico); “académicas”; “ambientalistas”; “sócio-políticas” (associações de defesa dos direitos humanos - ex. Amnistia Internacional -, de defesa de minorias e de povos oprimidos, bem como de reflexão cívica - ex. Fórum Justiça e Liberdades); “movimentos de oposição ao Estado Novo” (SEDES, MUD, MUNAF, CEUD, CDE, etc.).

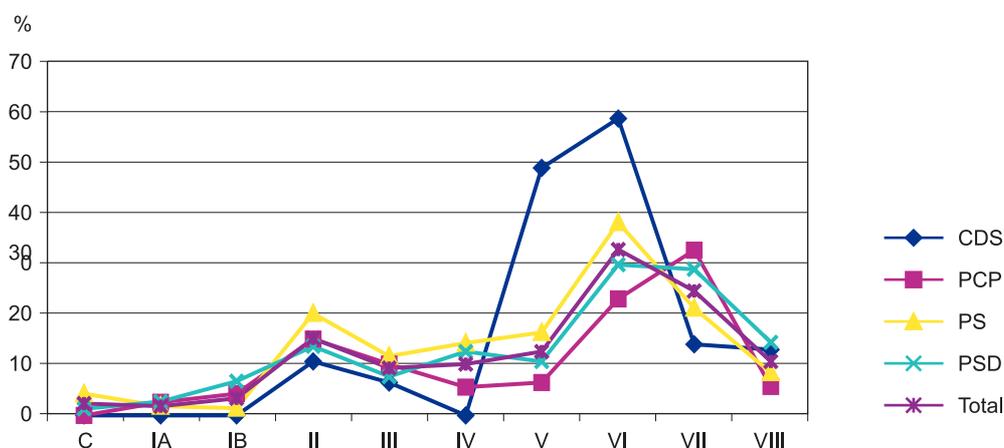
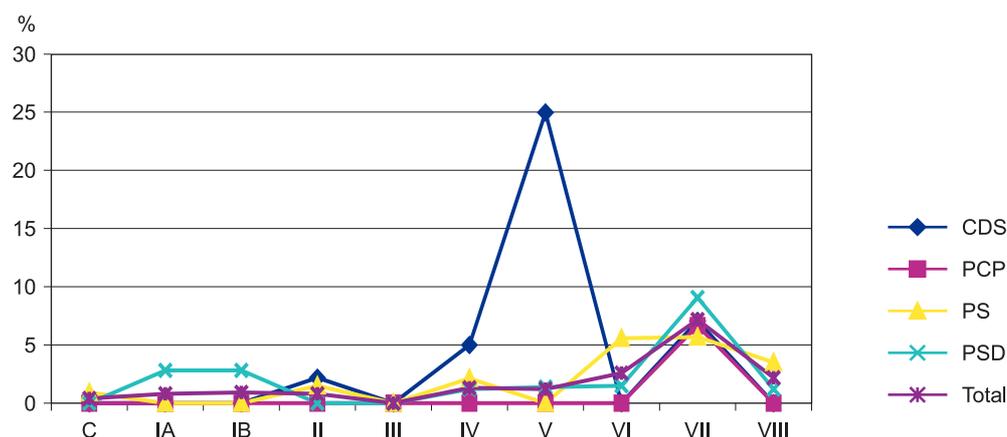
Gráfico 28: Tipo de organizações cívicas em que os deputados participam

Conforme pode verificar-se no gráfico 28, as organizações recreativas e culturais, seguidas das associações académicas são geralmente aquelas em que os deputados portugueses mais participam/participaram.³⁾ A proeminência das associações de carácter recreativo e cultural reflecte o relevo que elas também apresentam no seio da população portuguesa. Por outro lado, a saliência das associações académicas releva que o activismo estudantil é um significativo meio de socialização nas actividades cívicas e políticas dos parlamentares portugueses, bem como um bom “viveiro” (Dogan, 1999) para a extracção de deputados.

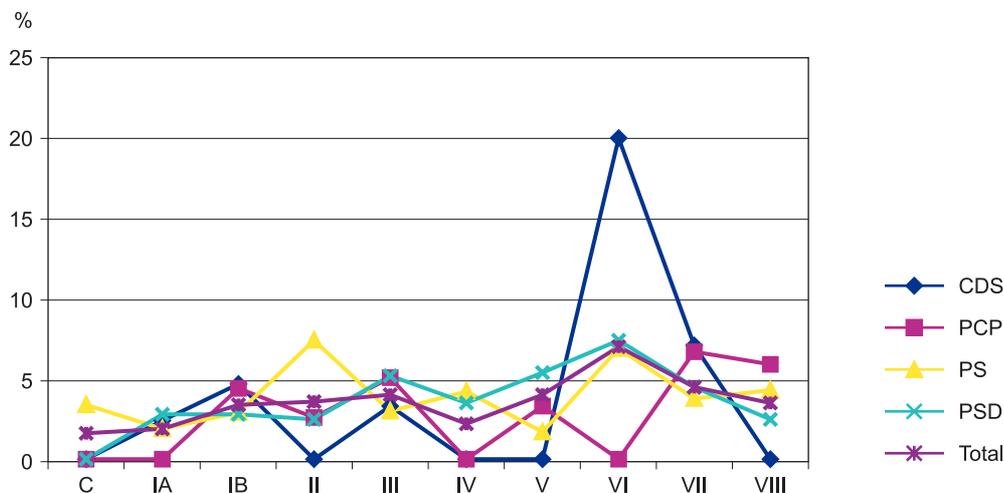
Para além dos dois tipos de associações referidas, apenas se destacam as organizações de carácter sócio-político e os movimentos de oposição ao Estado Novo, as quais atingem valores superiores a 5% do conjunto dos deputados. Todavia, esta fasquia só atingida na II, na V, VI e VII legislaturas.

Conforme pode ver-se no gráfico 29 as associações recreativas e culturais não apresentam qualquer padrão de diferenciação regular entre os parlamentares dos diferentes partidos políticos.

³⁾ Cada tipo de organização é uma variável e as percentagens são, portanto, calculadas para cada variável de *per se* face ao conjunto dos deputados.

Gráfico 29: Participação em organizações recreativas e culturais, por partidos**Gráfico 30: Participação em organizações religiosas, por partidos**

Apesar da ligação preferencial dos partidos de direita ao universo religioso (Freire, 2001c), não pode dizer-se que tal relação seja muito clara ao nível da participação associativa das elites parlamentares em termos da participação em associações ligadas à(s) Igreja(s). Por um lado, o CDS apresenta percentagens destacadas dos outros partidos nesta matéria, mas só na IV e V legislaturas. Nas restantes a diferenciação é reduzida ou nula. Por outro lado, o PCP é o partido que apresenta regularmente as percentagens mais baixas de deputados que participam em organizações religiosas, salvo na VII legislatura (face ao PS). Todavia, as percentagens são tão baixas em todos os partidos que é difícil tirar quaisquer ilações destes dados.

Gráfico 31: Participação em organizações de solidariedade social, por partidos

A diferenciação partidária em termos de participação dos deputados em organizações de solidariedade social apresenta um padrão algo errático (gráfico 31). Ou seja, os diferentes partidos alternam entre maiores e menores percentagens de deputados com filiação neste tipo de organizações. Por outro lado, tal como no caso anterior as percentagens são geralmente tão baixas que é difícil tirar quaisquer ilações.

Apesar de o PSD ser geralmente o partido que apresenta maiores percentagens de jovens (até 35 anos) na sua bancada parlamentar, é no PCP que se registam geralmente as maiores taxas de activismo em associações académicas (gráfico 32). As diferenças entre PSD e PS são demasiado pequenas e, sobretudo, irregulares para se tirarem mais ilações. Salvo na VI e VIII legislaturas, o associativismo académico dos deputados está praticamente ausente no CDS.

Em Portugal, as questões do ambiente e o associativismo ligado a este tema ganhou saliência a partir dos anos 1980. Essa periodização está também presente na filiação dos deputados em organizações ambientalistas, a qual só adquire importância a partir da V legislatura (gráfico 33). Conforme pode ver-se no referido gráfico, a participação dos deputados neste tipo de associações é um traço praticamente exclusivo do PS e, embora em menor medida, do PSD. Portanto, aqui se reconhece o carácter transversal das questões ambientais perante a tradicional clivagem esquerda-direita (Freire, 2001b).

Gráfico 32: Participação em organizações académicas, por partidos

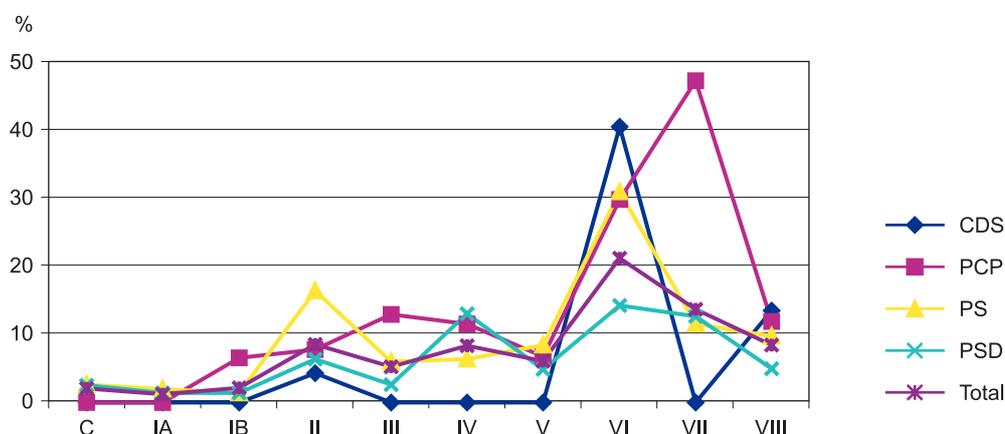
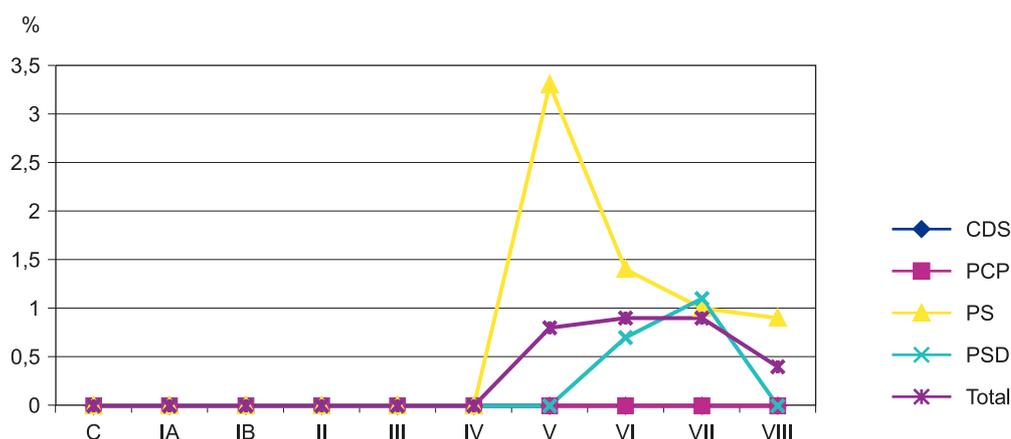
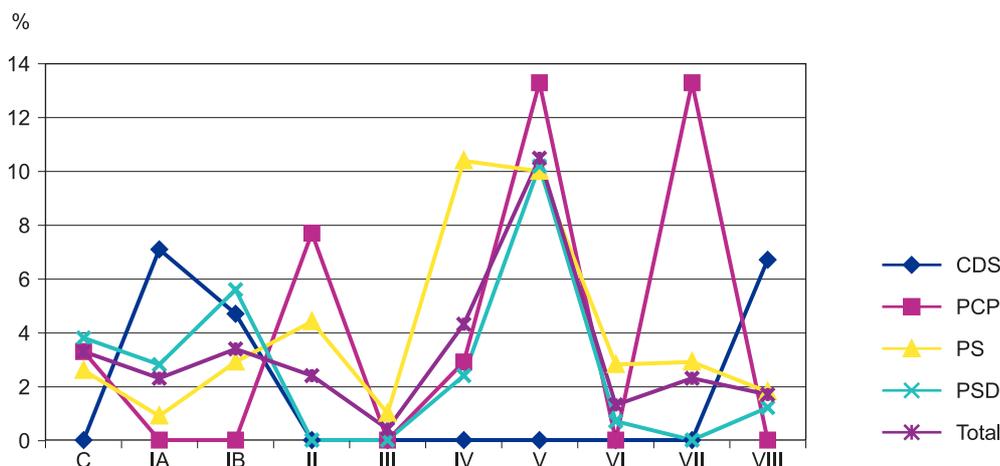


Gráfico 33: Participação em organizações ambientais, por partidos



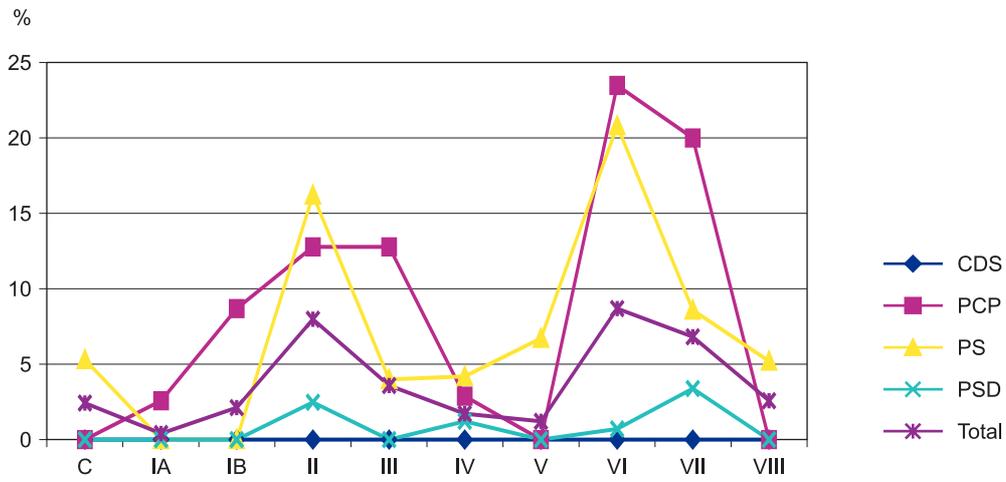
O tipo de causas ligadas às associações de tipo sócio-político (gráfico 34) está, tal como no caso dos temas ambientais, estreitamente associado à chamada “nova política” (Freire, 2001b), nomeadamente em termos das associações de defesa das minorias (étnicas, sexuais, etc.). Todavia, parece existir neste caso uma maior adesão da diferenciação partidária à tradicional clivagem esquerda-direita do que na participação dos deputados em associações ambientalistas. Na maioria das legislaturas, o PCP e/ou o PS têm maiores percentagens de deputados que participam em organizações sócio-políticas do que os partidos de direita. Todavia, nem sempre é assim: Constituinte, I (IA e IB) e VIII legislaturas. Em outros casos, o PSD está à frente do PCP: VI e VIII legislaturas.

Gráfico 34: Participação em organizações sócio-políticas, por partidos

É no caso da participação dos deputados em movimentos de oposição ao Estado Novo que a divisão esquerda-direita é mais clara (gráfico 35). O PCP e o PS apresentam sempre maiores percentagens de deputados que participaram neste tipo de movimentos do que qualquer dos partidos de direita, sobretudo do que o CDS. Apesar de o PSD apresentar também alguns deputados que participaram neste tipo de movimentos, o respectivo peso relativo é substancialmente mais reduzido do que nos dois partidos de esquerda.

Estes dados são totalmente consistentes com a história dos principais partidos políticos da democracia portuguesa. Ou seja, enquanto que muitos dos políticos que formaram o PS se notabilizaram na oposição ao regime Salazarista e Marcelista, no caso do PSD os casos conhecidos apesar de notáveis são em número reduzido. Por outro lado, o PCP é o partido mais antigo da democracia portuguesa e muitos dos seus militantes e dirigentes foram combatentes activos (e clandestinos) do Estado Novo. Por último, é sabido que o CDS foi formado por muitos dos que tinham cooperado activamente com o regime ditatorial anterior e, por isso, não admira que as percentagens de opositoristas ao Estado Novo sejam sempre nulas nesta bancada parlamentar.

Gráfico 35: Participação em movimentos de oposição ao Estado Novo, por partidos



5
Carreiras Políticas
dos Deputados
Portugueses

André Freire

5. CARREIRAS POLÍTICAS DOS DEPUTADOS PORTUGUESES

Cargos dirigentes nos partidos políticos

Antes da adopção do sufrágio universal (masculino e, mais tarde, também feminino), como o mercado eleitoral era restrito os partidos políticos tinham pouca importância fora dos períodos eleitorais. Ou seja, apenas nestes períodos os partidos tinham uma existência efectiva na tarefa de captação de votos. Mas, mesmo nestas conjunturas eleitorais, os notáveis nacionais e locais tinham uma preponderância fundamental sobre as ténues organizações partidárias (Duverger, 1987; Best e Cotta, 2000; Almeida, 1991). O universo eleitoral era restrito e, por isso, não eram necessárias organizações fortes para angariar votos. Mais, nestas épocas de sufrágio restrito (censitário e/ou capacitário) o grupo (partido) parlamentar tinha um claro ascendente sobre a organização partidária propriamente dita (Duverger, 1987).

Pelo contrário, com o alargamento do mercado eleitoral à maioria da população (masculina e, mais tarde, também feminina) os partidos dominados pelos notáveis (“partidos de quadros”) transformaram-se em “partidos de massas” (Duverger, 1987) ou “partidos de integração” (Neuman, 1956).

Em primeiro lugar, com o sufrágio universal acederam à arena parlamentar vários partidos políticos que representavam os interesses dos grupos de baixo estatuto social e económico, sobretudo os trabalhadores manuais assalariados da indústria e agricultura. A generalidade destes novos partidos políticos tiveram uma origem externa à arena parlamentar, muitas vezes formados a partir de movimentos sociais (sindicatos) das classes baixas. Por isso, não admira que nestes casos se verificasse uma clara predominância das organizações partidárias (e, por vezes, sindicais) perante o partido (grupo) parlamentar. Mais, estes novos partidos não eram meras agências eleitorais pois pretendiam socializar e mobilizar os seus constituintes em praticamente todos os domínios da vida (Duverger, 1987; Neuman, 1956).

Em segundo lugar, ao contrário dos deputados com ascendência aristocrata e/ou burguesa, com um peso muito significativo nos períodos de sufrágio restrito, os políticos oriundos das classes baixas não tinham meios autónomos de sobrevivência que lhes permitissem ingressar na actividade política. Até porque a remuneração regular da actividade parlamentar só terá começado a ter mais significado tardiamente. Assim, para que os políticos oriundos das classes baixas pudessem exercer o cargo de deputados, os respectivos partidos políticos (e os sindicatos) tinham de lhes proporcionar as condições materiais necessárias. Surgiu desta forma a categoria dos funcionários partidários (típica dos partidos de esquerda:

socialistas, trabalhistas, sociais democratas e comunistas), que de algum modo são também os embriões dos políticos profissionais.

Em terceiro lugar, da extensão do universo eleitoral resultou a necessidade de organizações partidárias mais fortes para as tarefas de mobilização do eleitorado. Por isso, a extensão do sufrágio teve efeitos muito significativos na generalidade dos partidos políticos e não apenas nos novos partidos representantes das classes baixas. Ou seja, a transformação dos “partidos de quadros” em “partidos de massas” ou “partidos de integração” estendeu-se também às organizações partidárias da ala direita do espectro ideológico, nomeadamente aos partidos democrata cristãos e conservadores (Duverger, 1987; Neuman, 1956).

Por tudo isto, na Europa é sobretudo a partir dos anos 1920 que se dão as maiores transformações na arena parlamentar: significativo declínio da presença de deputados com origem aristocrática e dos notáveis (locais e nacionais) não aristocratas; decréscimo da presença de parlamentares com actividades económicas ligadas ao sector primário; aumento da presença dos deputados sem escolaridade universitária, embora este traço tenha declinado fortemente a partir da segunda guerra mundial; aumento do peso relativo dos deputados com profissões ligadas ao trabalho manual na indústria e agricultura, embora com declínio acentuado após a segunda guerra mundial; aumento do peso dos deputados que exercem cargos dirigentes nos partidos políticos (Best e Cotta, 2000: 515-518).

Em Portugal, o sufrágio universal e a livre competição partidária pelo voto popular surgiram pela primeira vez após a revolução de 25 de Abril de 1974. Portanto, algumas das transformações atrás descritas, nomeadamente aquelas que respeitam ao controle partidário do recrutamento parlamentar, só surgiram muito tardiamente tal como o processo de democratização. Aliás, por isso não admira que se tenha pretendido fortalecer as organizações partidárias portuguesas, nomeadamente através do monopólio da apresentação de candidaturas aos cargos políticos electivos (excepto nas freguesias e, a partir de 1997, nos municípios). De idêntico modo, é compreensível que se tenha procurado fortalecer o papel dos partidos na representação política através da adopção de um sistema eleitoral proporcional com voto em listas fechadas.

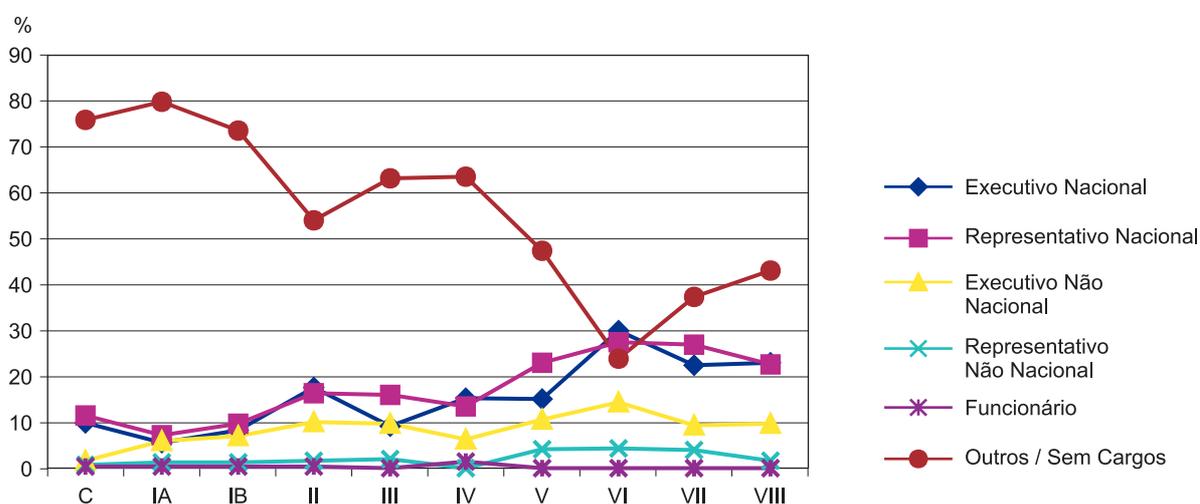
A presença de deputados com cargos dirigentes nos partidos políticos é um indicador de modernização e desenvolvimento político (Huntington, 1968; Polsby, 1968; Cruz, 1988; Best e Cotta, 2000). Ou seja, representa uma diferenciação da esfera do político face aos outros subsistemas sociais, a qual se traduz entre outras coisas pela profissionalização das carreiras políticas.

Por outro lado, sendo o voto nas democracias ocidentais sobretudo uma escolha entre partidos com programas políticos e ideológicos alternativos, a existência de deputados socializados na arena partidária, como é o caso dos dirigentes, é uma garantia de que os

parlamentares procurarão assegurar o cumprimento dos programas dos partidos nos quais estão integrados.

Todavia, a presença de dirigentes partidários na arena parlamentar também pode ser um indicador de uma certa “partidocracia”. Ou seja, os processos de profissionalização política são de algum modo contraditórios com os imperativos democráticos de maior inclusividade (Norris, 1997: 76-78; Best e Cotta, 2000: 523). Por um lado, a modernização política traduz-se numa institucionalização (autonomização e profissionalização) da esfera do político face aos outros subsistemas. Por outro lado, representa um certo fechamento da arena política, nomeadamente em termos de recrutamento, perante as outras esferas da vida social.

Gráfico 36: Deputados com cargos dirigentes nos partidos, por tipo de cargo



Na Assembleia Constituinte e na I legislatura, as percentagens de deputados sem cargos nos órgãos dirigentes dos partidos representavam cerca entre 75% a 80% do total de parlamentares. Entre a II e a IV legislaturas, tais valores fixavam-se já à volta dos 60%. Na V legislatura o limiar desceu para baixo dos 50%. Nas legislaturas seguintes (VI, VII e VIII) a percentagem de deputados sem cargos dirigentes nos partidos desceu para valores de cerca de 40% ou menos. Portanto, ultrapassada a fase inicial de fraca institucionalização da democracia e dos partidos políticos, que se traduzia na fraca presença dos seus dirigentes no parlamento, rapidamente se entrou numa fase de forte presença da hierarquia partidária na AR.^{1) 2)}

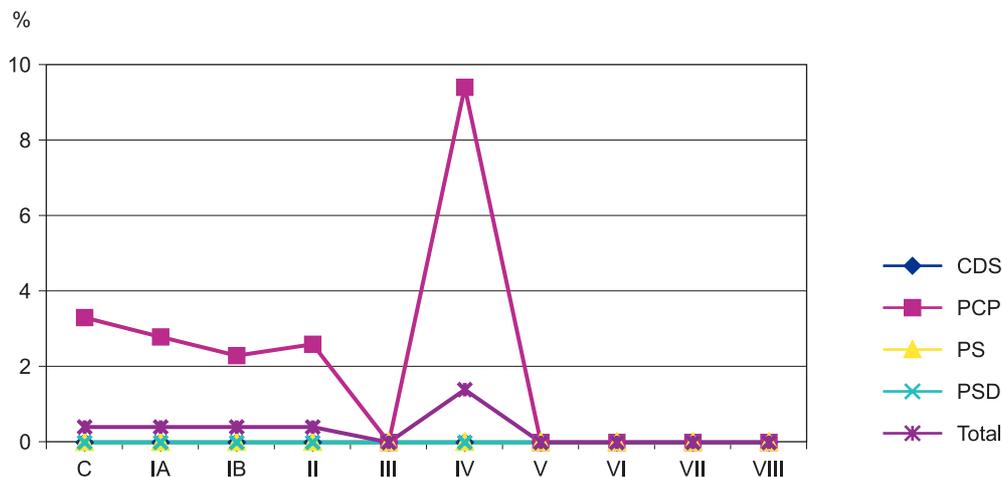
1) Foram considerados os cargos exercidos no início de cada eleição. Todavia, nem sempre foi possível determinar a data exacta tendo em conta o carácter incompleto das informações constantes nas fichas biográficas dos deputados e nas biografias publicadas pela AR. Para cada partido político, os cargos/órgãos dirigentes que se enquadram em cada categoria de tipos de órgãos pode ser consultados no anexo 2.

2) Aliás, na categoria “outros/sem cargo” (gráfico 36) estão também incluídos alguns deputados com cargos em organizações autónomas dos partidos – de mulheres, de trabalhadores, etc. Sobre as normas de codificação ver anexos 2 e 3.

Dito de outro modo, estes dados traduzem uma crescente autonomização da esfera do político face aos outros subsistemas sociais e, por isso, podem ser interpretados como indicativos de crescente modernização do sistema político português. Por outro lado, resultam também de uma crescente partidocracia no recrutamento parlamentar. De qualquer modo, este fenómeno também não deve ser exagerado porque mesmo no período de maior presença de dirigentes partidários na AR (V à VIII legislaturas) há cerca de 30% a 40% de deputados sem tal característica.

Em termos comparativos podemos dizer que estes níveis de “partidarização” do Parlamento Português estão em sintonia com aquilo que se passa geralmente em várias outras democracias ocidentais (Alemanha, Finlândia, França, Grã-Bretanha, Holanda, Itália, Noruega), embora um pouco acima da média Europeia desde os anos 1970: desde a segunda guerra mundial a presença de dirigentes partidários nos parlamentos varia entre cerca de 30% a 80%, consoante os países, mas a média Europeia situa-se à volta dos 40%/50% (Best e Cotta, 2000: 496-506). Todavia, em alguns países têm-se registado um declínio da presença de dirigentes partidários nas assembleias representativas nacionais, sobretudo desde finais dos anos 1970 (Best e Cotta, 2000: 498 e 519-520). Mas estas serão “novas tendências” nas quais a jovem democracia Portuguesa ainda não se enquadrou, tal como algumas democracias consolidadas.

Gráfico 37: Deputados que são funcionários dos partidos, por partido

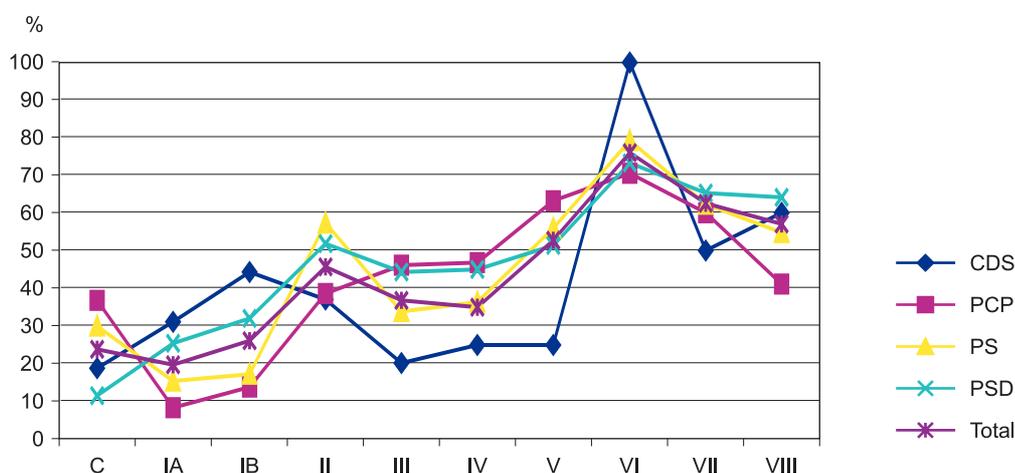


Em termos de tipos de cargos dirigentes nos partidos políticos podemos ver que prevalecem os de âmbito nacional (executivos e representativos) sobre os de âmbito não nacional (executivos e representativos). Todavia, na Constituinte e na I (IA e IB) legislaturas as diferenças entre as percentagens de cargos nacionais e não nacionais são muito reduzidas, só começando a tornar-se um pouco mais relevantes a partir da II legislatura. De qualquer modo, é só a partir da V legislatura que as referidas diferenças atingem valores próximos ou superiores a 20%. Portanto, para além do aumento do peso relativo de deputados com cargos dirigentes nos partidos políticos, verifica-se também um aumento da centralização

partidária traduzido no crescimento da diferença entre as percentagens de dirigentes nacionais e não nacionais.

A categoria dos funcionários partidários têm sido sempre perfeitamente residual, para além de que constitui uma singularidade do PCP. Mas mesmo neste partido constitui uma categoria em marcado declínio (gráfico 37). Esclareça-se, todavia, que esta categoria estará um pouco subestimada porque sempre que os indivíduos se declaravam funcionários dos partidos e, simultaneamente, exerciam cargos dirigentes nos mesmos foram classificados como dirigentes. Aliás, este mesmo procedimento foi utilizado para classificar as profissões dos deputados (ver as regras de classificação nos anexos 2 e 3).

Gráfico 38: Deputados com cargos dirigentes nos partidos, por partido



No gráfico 38 podemos verificar que o aumento da percentagem de deputados com cargos dirigentes nos respectivos partidos tem sido transversal a todos os quatro maiores partidos portugueses. Apesar de existirem diferenças relevantes entre os diferentes partidos políticos, elas têm um padrão muito irregular consoante as legislaturas, sobretudo no PCP e no CDS que são os partidos que mais se afastam do conjunto da AR (total) em determinadas legislaturas.

Da análise dos estatutos dos partidos e também das entrevistas realizadas junto dos respectivos dirigentes concluiu-se que o PSD é o partido que apresenta um padrão de recrutamento mais descentralizado, no qual as distritais aparecem como agências fundamentais com as quais os dirigentes nacionais têm de negociar a elaboração das listas de candidatos a deputados (ver secção 2).

Por outro lado, daquela análise concluiu-se também que o PCP é o partido com o recrutamento parlamentar mais centralizado (ver secção 2): os estatutos prevêem apenas um papel consultivo para os órgãos regionais (e locais) no processo de elaboração das listas de candidatos a deputados (ver quadro 3, secção 2).

De acordo com os estatutos do PS (ver quadro 3, secção 2), os órgãos regionais têm um papel importante no processo de elaboração das listas de candidatos a deputados. Todavia, a direcção nacional do partido tem um enorme poder neste processo pois pode designar 30% dos candidatos em cada círculo eleitoral e escolher o lugar que estes irão ocupar nas listas. Portanto, o centro político tem um papel determinante no processo.

O CDS é um caso particular, fruto da transformação recente (após 1991) do partido em CDS/PP. Actualmente, antes de cada acto eleitoral cabe à Comissão Nacional (CN) do partido estabelecer as normas a que deve obedecer a elaboração das listas de candidatos a deputados. Quanto a este processo é tudo o que os actuais estatutos dizem (ver quadro 3 e CDS/PP, 2000). Portanto, este normativo deixa uma grande margem de manobra ao centro político. Por outro lado, os dirigentes do CDS/PP entrevistados revelaram-nos que, nas últimas legislativas, as normas emanadas da CN estipulavam que a direcção nacional tinha o direito de designar o cabeça de lista em todos os distritos, mais os 5 e os 3 primeiros candidatos em Lisboa e no Porto, respectivamente (ver secção 2). Portanto, o grau de centralização deste partido parece ser idêntico ao do PS, pelo menos segundo as normas da Comissão Nacional do CDS/PP para as legislativas de 1999. Mas a diferença nas dimensões dos dois partidos são muito grandes e, por isso, arriscaria dizer que o centralismo é ainda maior no CDS/PP do que no PS.

Gráfico 39: Deputados com cargos dirigentes nos órgãos nacionais dos partidos, por partido

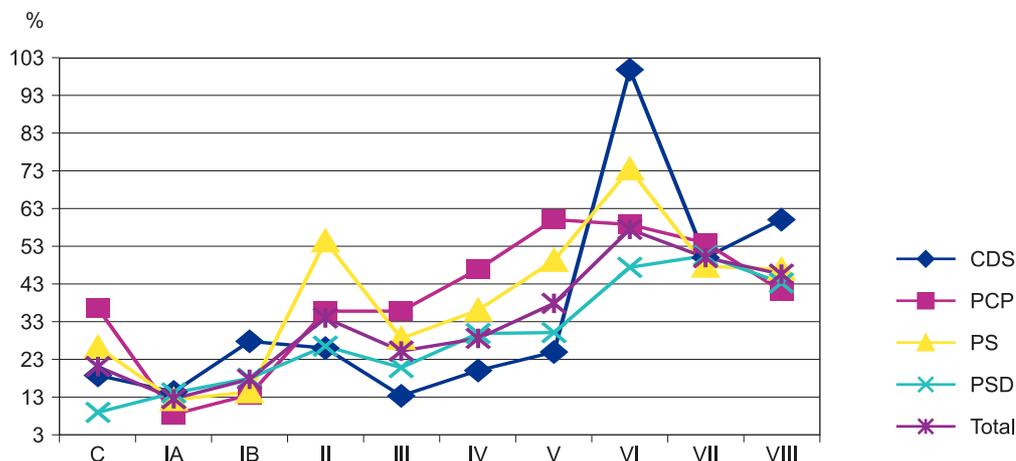
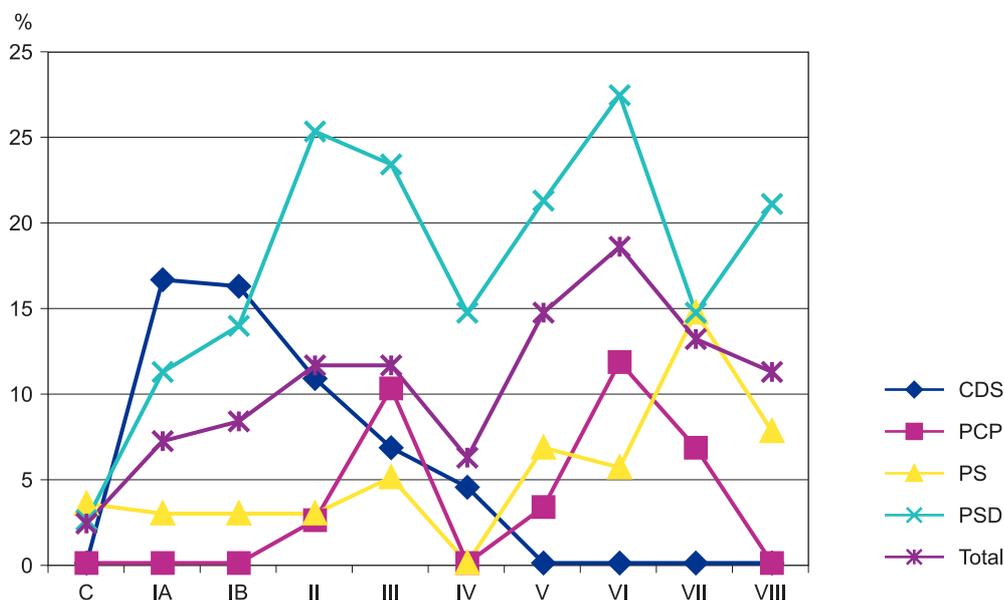


Gráfico 40: Deputados com cargos dirigentes nos órgãos regionais e locais dos partidos, por partido



Todavia, no “velho” CDS era dado mais poder aos órgãos regionais no processo de elaboração das listas, poder este consignado nos estatutos (ver quadro 3, secção 2, e CDS, 1988). Consequentemente, um dos efeitos da passagem do CDS para CDS/PP parece ter sido o da maior centralização no processo de recrutamento parlamentar.

Os gráficos 39 e 40 permitem-nos analisar alguns efeitos dos processos de recrutamento parlamentar em termos de centralização e descentralização. Ou seja, permitem-nos analisar, para cada partido, qual o peso relativo que têm os dirigentes dos órgãos nacionais (executivos e não executivos) e dos órgãos regionais e locais (executivos e não executivos) dos partidos. Daqui poderemos concluir se o grau de centralização e descentralização no recrutamento tem ou não efeitos sobre os perfis das bancadas parlamentares.

A primeira nota sobre os gráficos 39 e 40 é a de que, geralmente, em todos os partidos o peso relativo dos deputados com cargos dirigentes nos órgãos nacionais respectivos é maior do que o peso relativo dos parlamentares que são dirigentes de órgãos regionais e locais. Portanto, em todos os partidos o perfil das respectivas bancadas parlamentares aponta para que a centralização seja mais importante do que a descentralização. Dito de outro modo, as diferenças no nível de centralização serão mais de grau do que de qualidade.

Em termos da presença de dirigentes nacionais, as diferenças entre os partidos apontam para um maior grau de centralização nos partidos de esquerda (PCP e PS) do que nos partidos de direita (CDS e PSD), excepto da V legislatura em diante quando o CDS passa a ser o partido mais centralista do sistema.

No caso do CDS esta inversão de tendência tem duas explicações. Na V e VI legislaturas a redução da elite parlamentar levou a que o recrutamento se tenha reduzido ao círculo mais restrito dos dirigentes máximos: órgãos nacionais. Nas VII e VIII legislaturas o maior centralismo parece resultar das directrizes da nova elite dirigente do agora CDS/PP, aliás traduzidas nas alterações estatutárias (ver quadro 3, secção 2).

Todavia, as diferenças entre os partidos de esquerda e os partidos de direita nas duas primeiras legislaturas não são muito claras, sobretudo na I legislatura. Mais, nesta legislatura (IB) o CDS chega mesmo a exibir maior centralismo do que os dois partidos de esquerda, se considerarmos apenas o peso relativo dos dirigentes em órgãos nacionais dos partidos. Todavia, mesmo nesta legislatura, se compararmos o peso dos dirigentes nacionais (gráfico 39) com o peso dos dirigentes regionais e locais (gráfico 40) a situação muda de figura: a esquerda continua a evidenciar-se como mais centralista.

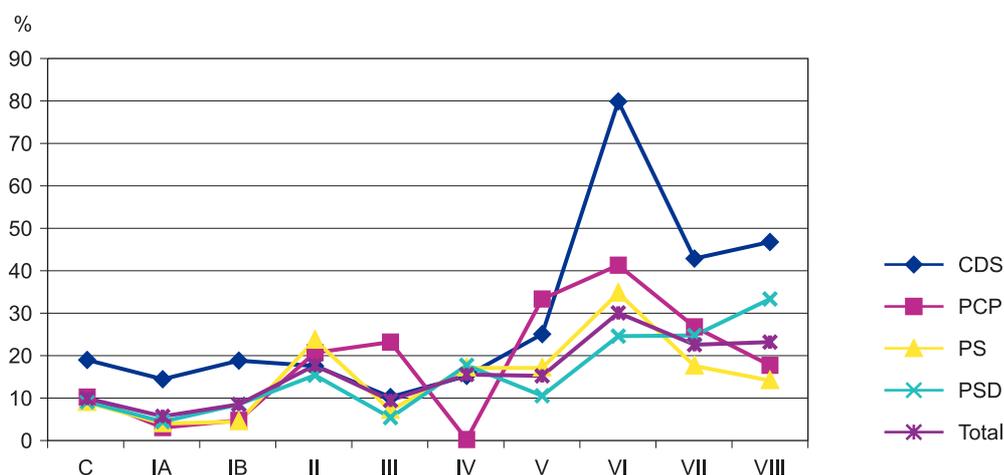
No caso da presença de deputados com cargos dirigentes nos órgãos regionais e locais do partido, o PSD destaca-se claramente como o partido mais descentralizado (gráfico 40). Este partido tem sempre maiores percentagens de dirigentes regionais e locais do que qualquer outro, excepção feita à I legislatura e à VII, nas quais é ultrapassado pelo CDS e está *ex aequo* com o PS, respectivamente. Aliás, as diferenças entre o PSD e os restantes partidos são geralmente substanciais. Mais, este partido é o único que exhibe regularmente percentagens de dirigentes regionais e locais mais elevadas do que o conjunto da AR (total). Nesta matéria o CDS apresenta um percurso cada vez mais centralista que já vem desde a II legislatura, mas que atinge o grau zero da descentralização da V até à VIII.

O PS e o PCP apresentam geralmente baixos níveis de descentralização nesta matéria, com percentagens de dirigentes regionais e locais quase sempre abaixo do conjunto da AR (total). Todavia, na VII e VIII legislaturas o PS evidencia uma maior descentralização do que nas legislaturas anteriores, traço a que não será alheio o forte crescimento eleitoral do partido em 1995 e 1999. O PS apresenta-se sempre mais descentralizado do que o PCP, excepto nas III e VI legislaturas. A comparação entre o CDS e os dois partidos de esquerda revela dois períodos distintos: até à IV legislatura o CDS era geralmente mais descentralizado; da V legislatura em diante este partido apresenta-se sempre como claramente menos descentralizado do que a esquerda parlamentar.

No gráfico 41 apresenta-se o peso que tem o topo da hierarquia partidária (órgãos executivos nacionais) em cada bancada parlamentar. As diferenças entre os partidos não são muito claras e, sobretudo, muito regulares. Exceptuam-se os casos do CDS (Constituinte, I, VI, VII e VIII legislaturas) e do PCP (III, V e VI legislaturas). Aliás, é compreensível que a direcção nacional executiva dos partidos tenha que ter uma presença sólida em todas as bancadas parlamentares. Primeiro, porque os partidos são ainda os agentes fundamentais da representação política e esta passa em larga medida pela arena parlamentar. Segundo, porque se não houvesse uma forte presença da direcção executiva nacional no parlamento

correr-se-ia o risco de os partidos terem lideranças bicéfalas, uma dentro e outra fora do parlamento. A maior demarcação dos pequenos partidos (CDS e PCP) face aos grandes (PS e PSD) dever-se-á exactamente às diferenças nas respectivas dimensões.

Gráfico 41: Deputados com cargos dirigentes nos órgãos executivos nacionais dos partidos, por partido



Cargos em órgãos políticos electivos

Se a presença de deputados com cargos dirigentes nos partidos é já um indicador de profissionalização política, a experiência anterior em cargos políticos electivos é o indicador por excelência de institucionalização (autonomização e profissionalização) da esfera política (parlamentar) face aos outros subsistemas sociais (gráficos 42 a 50).

Alguns dos cargos políticos considerados (governo nacional e regional; comissões administrativas autárquicas no período pré constitucional) não são efectivamente electivos, mas por facilidade de expressão referimo-nos a todas as funções políticas consideradas como “cargos políticos electivos”. De qualquer modo, excepto no período pré constitucional, a nomeação do Primeiro Ministro, que depois nomeia os ministros, pelo Presidente da República decorre dos resultados eleitorais e, por isso, a designação não é inteiramente imprecisa.

Em termos de experiência política anterior em cargos electivos foram considerados cinco tipos de cargos: deputado; governo nacional; governo regional; autarca; deputado do Parlamento Europeu.

Em matéria de experiência parlamentar anterior foram considerados três indicadores para cada legislatura. Primeiro, o peso relativo de membros do parlamento que já tinham sido deputados na legislatura imediatamente anterior (“deputado face à última legislatura”).

Segundo, o peso relativo de deputados que já tinham sido parlamentares em alguma legislatura anterior (“deputado [alguma vez]”). Terceiro, o número médio de mandatos parlamentares anteriores dos deputados. A codificação dos dados decorreu de uma comparação sistemática dos deputados efectivamente analisados em cada legislatura com os parlamentares que foram considerados nas legislaturas anteriores.

Todavia, os procedimentos de amostragem utilizados resultam em algumas limitações em termos das taxas de reeleição de deputados. Nas primeiras legislaturas (Constituinte à IV), como foi utilizada a matriz dos eleitos publicada em DR (ver secção 1: “amostragem e fontes primárias”) para decidir quais os deputados a considerar na análise, alguns dos parlamentares efectivamente analisados nunca exerceram o mandato na legislatura correspondente, seja porque ingressaram no executivo, seja por outro motivo qualquer. Mas, conforme se disse no início (secção 1: “amostragem e fontes primárias”), nem sempre as fichas disponibilizadas pela AR continham os nomes de todos os deputados eleitos segundo o DR. Da V legislatura em diante, como se recorreu às biografias de deputados publicadas pela AR, os deputados considerados na análise foram aqueles que estavam em exercício efectivo de funções em determinado período da legislatura em causa (ver Assembleia da República, 1990-97 e 2000a). Tendo em conta a diversidade de procedimentos de amostragem, é natural que nas primeiras legislaturas (Constituinte até à IV) encontremos vários deputados que foram reeleitos mas que nunca exerceram o mandato e que nas legislaturas subsequentes (V à VIII) estejam mais deputados que foram eleitos pela primeira vez porque apenas são considerados os parlamentares que estavam em exercício de funções em determinado período das legislaturas em causa. Em termos relativos, bem entendido.

Um dos indicadores da experiência política anterior dos deputados é o que se refere à passagem pelo governo nacional e/ou regional. Em qualquer caso foram apenas considerados os cargos no governo (nacional ou regional) que são anteriores à legislatura em causa. Os cargos considerados foram os de ministro, secretário de estado e subsecretário de estado.

No caso do governo nacional, a codificação dos dados decorreu de uma comparação sistemática dos deputados efectivamente analisados em cada legislatura com os elencos governativos correspondentes a todas as legislaturas anteriores, mais os cargos no executivo desempenhados no período pré constitucional (governos provisórios). A fonte utilizada para os elencos governativos (constitucionais e pré constitucionais) foi a obra de Guimarães e outros, 2001.

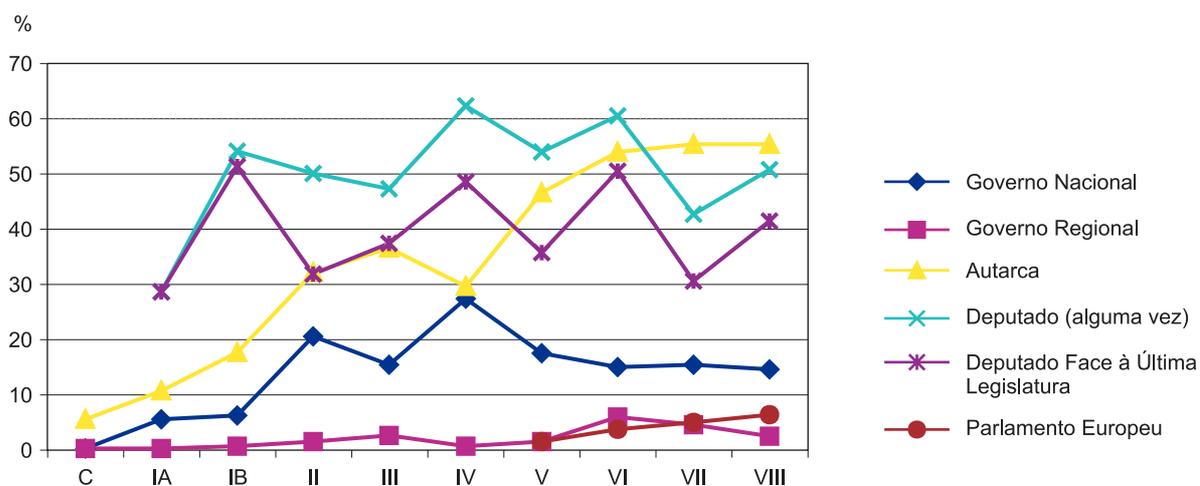
No caso do governo regional, a informação utilizada foi aquela que consta das fichas biográficas (Constituinte à IV legislatura) ou das biografias publicadas pela AR (V à VIII legislaturas).

Em termos de cargos autárquicos dos deputados foram consideradas as funções exercidas antes de cada legislatura (constitucional e pré constitucional – comissões administrativas), bem como em simultâneo com a legislatura em causa. Como é sabido, apenas os cargos autárquicos executivos são incompatíveis com a função parlamentar (Assembleia da República, 2000b: 166-167). Por isso, em muitos casos a função parlamentar é exercida em acumulação com cargos autárquicos representativos. Na maior parte dos casos, a informação constante nas fichas biográficas e nas biografias impediu-nos de separar as funções autárquicas anteriores e concomitantes com o cargo de deputado. Em termos de cargos autárquicos foram considerados os executivos (presidente da câmara municipal e vereadores; membros da junta de freguesia) e os representativos (deputado na assembleia municipal e na assembleia de freguesia).

Por último, utilizando como fonte de informação as fichas biográficas ou as biografias publicadas pela AR, foram considerados os cargos anteriores no Parlamento Europeu (PE). Recorde-se que a primeira eleição de representantes portugueses ao PE ocorreu em 1987.

Note-se que cada cargo político é uma variável autónoma e, por isso, as percentagens apresentadas nos gráficos 42 a 50, bem como nos quadros constantes no anexo 3, dizem respeito ao peso de relativo dos deputados com cada tipo de experiência política (anterior) face ao total de deputados ou perante o total de deputados em cada partido, consoante se analisa o conjunto da AR ou as diferenças por partidos. Portanto, as percentagens não somam 100%, já que um mesmo deputado pode ter diferentes experiências políticas.

Gráfico 42: Experiência política dos deputados, por tipo de cargos



Em Portugal, face à legislatura imediatamente anterior as percentagens de “novos deputados” (*turnover*) oscilaram entre cerca de 70% (IA, II e VII legislaturas), 60% (III, V e VIII legislaturas) e 50% (IB, IV e VI legislaturas) (gráfico 42).³⁾ Por isso, as percentagens de reeleição de deputados face à legislatura imediatamente anterior (“deputado face à última legislatura”) são bastante baixas em termos comparativos (Polsby, 1968; Norris, 1997; Best e Cotta, 2000: 504-506), excepto em países como o Canadá ou em períodos de profunda mudança como foi o caso do colapso da I República Italiana, consubstanciado nas eleições legislativas de 1994 (Briquet, 1999), e da passagem da IV para a V República Francesa (Gaïti, 1999). Por exemplo, para a média dos países europeus analisados por Best e Cotta (2000: 504-506), no período desde a segunda guerra mundial a taxa de “novos deputados” anda à volta de 20%/30%.⁴⁾ Em vários outros países as taxas são semelhantes a estas, sobretudo naqueles que têm sistemas eleitorais com círculos uninominais (Norris e Lovenduski, 1995: 196-197)

Todavia, os resultados apresentados no gráfico 42 (e no anexo 3) têm algumas limitações resultantes dos efeitos conjugados dos processos de amostragem utilizados e das elevadas taxas de substituições no Parlamento Português.

Por outro lado, não podemos esquecer-nos de dois outros elementos fundamentais para a relativização das baixas taxas de profissionalização parlamentar dos deputados portugueses:

Primeiro, em muitas das democracias europeias os governantes podem (ou devem) acumular este cargo com o de deputado. Recorde-se que, de um conjunto de 24 países da OCDE, Portugal está entre os únicos 7 nos quais os governantes não podem ser simultaneamente deputados (Norris e Lovenduski, 1995: 196-197). Aliás, a necessidade de abandonar o cargo de deputado para ingressar no governo é um dos factores fundamentais da elevada taxa de substituições no Parlamento Português (Leston-Bandeira, 2001b). Consequentemente, este é um dos factores que explica as baixas taxas de profissionalização parlamentar dos deputados portugueses aferidas pelos dados constantes no gráfico 42, 43, 44 e 45.

Segundo, Portugal é uma jovem democracia com apenas cerca de um quarto de século e, por isso, é “natural” encontrar diferenças significativas com as democracias consolidadas em termos do nível de institucionalização (autonomização e profissionalização) do sistema político. Aliás, na também jovem democracia Espanhola as taxas de reeleição de deputados face à legislatura imediatamente anterior foram as seguintes: 1979, 52,8%;

³⁾ Em cada legislatura, a percentagem de “novos deputados” face à legislatura imediatamente anterior é calculada pela diferença entre 100% e as percentagens de parlamentares que tinham estado presentes na legislatura imediatamente anterior.

⁴⁾ Recorde-se que os países analisados comparativamente por Best e Cotta (2000: 493-526) são a Alemanha, a Finlândia, a França, a Grã-Bretanha, a Holanda, a Itália e a Noruega.

1982, 36,4%; 1986, 70,9%; 1989, 51,1%; 1993, 64,5%; 1996, 53,3% (Juan Linz e outros in Best e Cotta, 2000: 440). Para este período a média é de 54,8% ou 58,5%, consoante consideremos ou não as eleições de 1982, as quais estiveram ligadas a profundas transformações no sistema partidário espanhol, nomeadamente o colapso da UCD. No caso português, para o período que medeia entre a I (1976) e VIII (1999) legislatura a média das percentagens de deputados reeleitos entre cada duas legislaturas foi de 39,4% (ver percentagens base no anexo 3).

Da comparação do caso português com o espanhol podemos tirar duas ilações fundamentais. Primeiro, as duas jovens democracias exibem taxas de reeleição de deputados inferiores à generalidade das democracias consolidadas. Ou seja, a idade/maturidade do sistema democrático parece ser efectivamente um factor explicativo de mais elevadas taxas de “novos deputados” em cada legislatura. Segundo, a Espanha exhibe maior profissionalização parlamentar do que Portugal: em média cerca de mais 15,4% (ou 19,1% se não se considerarem as eleições Espanholas de 1982). Todavia, em Espanha os ministros podem acumular esta função com o cargo de deputados (Norris e Lovenduski, 1995: 197). Esta será muito provavelmente uma das explicações para as diferenças no nível de profissionalização parlamentar entre Portugal e Espanha.

Mas se para cada legislatura utilizarmos como indicador de profissionalização a percentagem de parlamentares que já alguma vez tinham sido deputados (“deputado [alguma vez]”) verificamos que as taxas são mais elevadas do que no caso anterior (gráfico 42). Em cada legislatura, a percentagem de deputados com alguma experiência parlamentar anterior anda à volta dos 45%/50% (IB, II, III, VII, VIII) ou dos 60% (IV e VI legislaturas). Só na I (IA) legislatura tais valores descem a cerca de 30%. Para o período que medeia entre 1976 (IA) e 1999 (VIII), a taxa média de deputados com alguma experiência parlamentar foi 50,1%. Estes valores estão mais de acordo com a média europeia após segunda guerra mundial, embora ainda bastante abaixo desta. Portanto, este indicador dá-nos informação de um maior grau de profissionalização parlamentar do que o anterior. Ainda assim, as percentagens de “novos deputados” rondam em média cerca de metade da Câmara. Mas, por outro lado, esta reduzida taxa de profissionalização parlamentar representa uma certa abertura do sistema político aos outros subsistemas sociais.

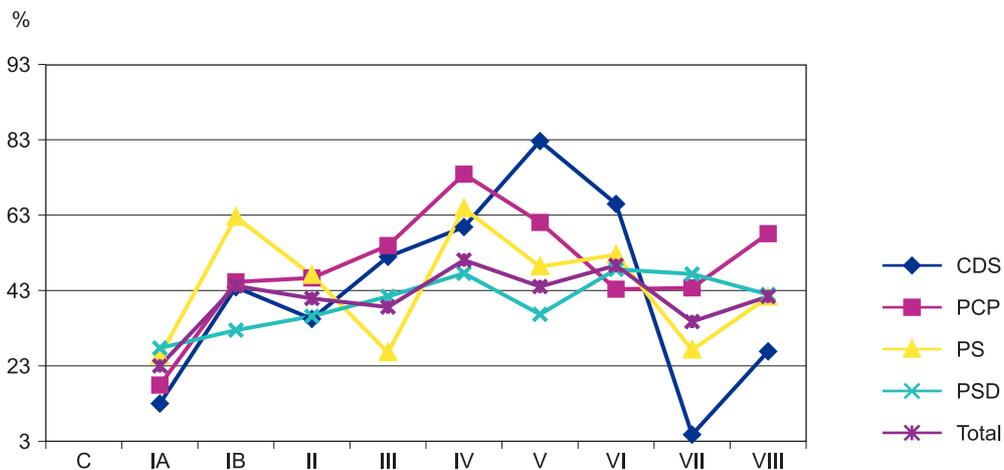
Mas a profissionalização política não se resume à experiência parlamentar. Dos vários tipos de cargos políticos anteriores dos deputados há um outro que se destaca no gráfico 42, o de “autarca”. Com valores inferiores a 10% na Constituinte e I (IA) legislatura, as percentagens de deputados que tiveram experiências anteriores (ou simultâneas) no poder local atinge valores próximos ou superiores a 50% da V legislatura em diante, sendo este exactamente o grande ponto de viragem, o qual coincide exactamente com uma mudança de ciclo político (Leston-Bandeira, 2000 e 2001a). Portanto, a passagem pelo poder local é cada vez mais um ponto importante na carreira política dos deputados. Aliás, na VII e VIII legislaturas a experiência política autárquica tem maior importância

relativa do que a experiência parlamentar (medida por qualquer um dos dois indicadores usados no gráfico 42). Mais, a experiência autárquica e parlamentar são os dois principais elementos de profissionalização política dos deputados portugueses ao longo do período democrático. A partir da V legislatura, a passagem pelo governo local é uma característica de cerca de 50% ou mais dos parlamentares portugueses. Neste caso, a experiência autárquica dos deputados portugueses está em linha com a “média europeia” desde a segunda guerra mundial até final dos anos 1990: entre 40% a 50% (Best e Cotta, 2000: 498-505).

A partir da II legislatura a experiência política dos deputados ao nível do governo nacional assume também algum relevo, embora nunca atinja os 20%, excepto na II e IV legislaturas.

A experiência política anterior no governo das Regiões Autónomas (RA's) –“governo regional”- e no Parlamento Europeu (PE) é bastante mais reduzida, nunca chegando aos 10% de deputados em cada legislatura. De qualquer modo, a experiência no PE apresenta uma ligeira tendência para crescer, enquanto que a presença de deputados com *curriculum* nos executivos regionais é bastante mais oscilante.

Gráfico 43: Experiência parlamentar dos deputados, por partidos



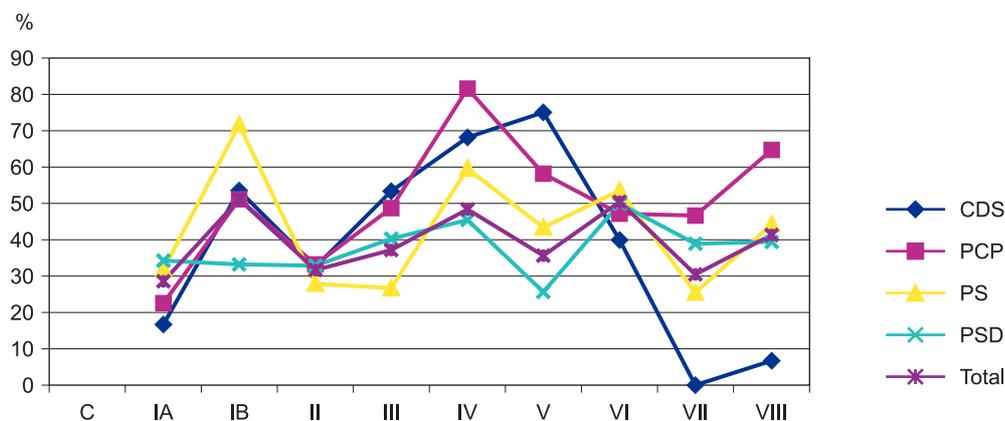
A variável apresentado no gráfico 43 resulta da contabilização dos deputados que, em cada legislatura, tinham tido experiência parlamentar em alguma legislatura anterior.

As diferenças por partidos são bastante irregulares. Entre a III e a VI legislaturas, o PCP e/ou o CDS apresentam os mais elevados níveis de profissionalização parlamentar, bastante acima do conjunto da AR (total) e dos outros dois partidos. Fora deste período, apenas o PCP apresenta geralmente taxas de profissionalização ligeiramente superiores ao conjunto da AR ou muito próximas deste valor.

No caso do CDS, as baixas taxas de profissionalização parlamentar apresentadas durante a I e II legislatura prendem-se com a libertação dos quadros mais experientes para o executivo. Recorde-se que o CDS participou num governo com o PS (IA legislatura) e em governos da coligação “Aliança Democrática” (AD) (IB e II legislatura) (ver quadro 3.1, secção 2). Por outro lado, a passagem de CDS a CDS/PP (VII e VIII legislaturas), explica as baixíssimas taxas de profissionalização parlamentar: a renovação da elite dirigente do partido implicou a entrada de deputados com muito pouca ou nenhuma experiência na AR.

No caso do PS, a presença de indivíduos com maior experiência parlamentar anterior ocorre quando o partido perdeu as eleições: IB, II, IV, V e VI legislaturas. Pelo contrário, quando é este partido que conduz o governo verificam-se as maiores percentagens de deputados inexperientes na bancada parlamentar: IA, III, VII e VIII legislaturas. Ou seja, quando o partido ganha as eleições isso permite-lhe o controle do executivo e para preencher os lugares neste a bancada parlamentar abre-se a indivíduos sem experiência parlamentar.

Gráfico 44: Experiência parlamentar dos deputados na legislatura anterior, por partidos

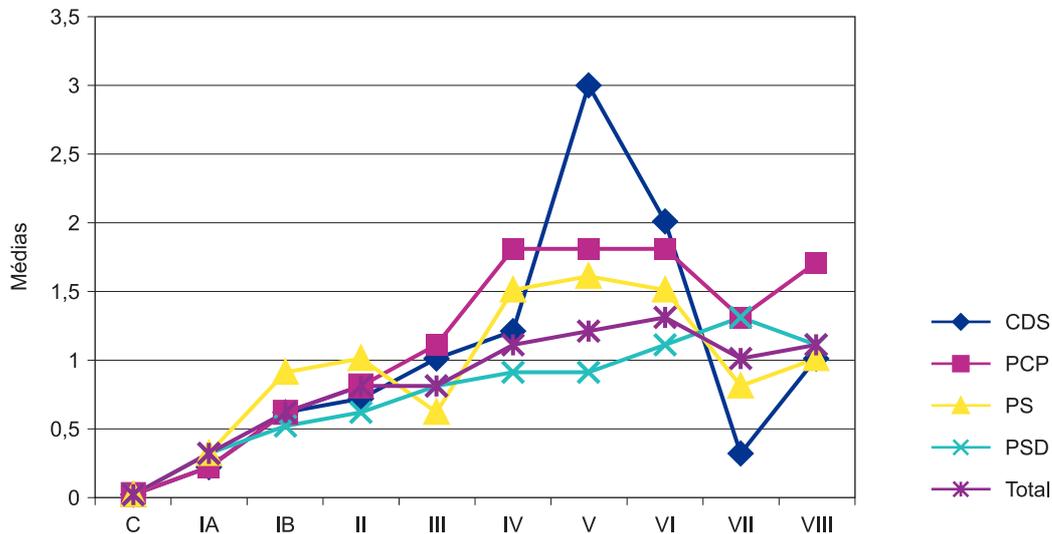


No caso do PSD a situação é diversa do PS: a profissionalização parlamentar do pessoal político apresenta uma certa estabilização à volta dos 40/45% a partir da III legislatura em diante. Este padrão deve-se em parte à obtenção de uma presença consecutiva no governo em várias legislaturas (da III até à VI legislaturas), e à circulação do pessoal político da AR para o executivo e vice-versa, a qual se traduz num aumento da taxa de profissionalização dos deputados (da III para a IV e da V para a VI legislaturas). Por outro lado, a primeira maioria absoluta do PSD (1987, V legislatura) traduziu-se numa significativa abertura a políticos sem experiência parlamentar anterior.

No gráfico 44 apresenta-se a experiência parlamentar dos deputados apenas perante a legislatura imediatamente anterior. Para além de algumas diferenças de escala, as taxas

de reeleição de deputados nos quatro partidos em análise apresentam um padrão evolutivo basicamente idêntico ao apresentado no gráfico anterior (43).

Gráfico 45: Número médio de mandatos parlamentares dos deputados, por partidos



Um ultimo indicador de profissionalização parlamentar diz respeito ao número médio de mandatos dos deputados em cada legislatura (gráfico 45). Ou seja, para cada legislatura calculou-se o número médio de vezes que os deputados tinham sido eleitos antes.

Conforme pode verificar-se no gráfico 45, há claramente um aumento do número médio de mandatos parlamentares consoante se avança no tempo. Para o conjunto dos deputados (total), até à III legislatura os valores médios não chegavam a 1,0. Da IV legislatura em diante tais valores médios são sempre praticamente iguais a 1,0 (IV e VII) ou superiores (V, VI e VIII). De qualquer modo, estes valores estão abaixo da “média europeia”: cerca de 2,5 para o período desde a segunda guerra mundial (Best e Cotta, 2000: 504-505).⁵⁾ Ou seja, tal como revelaram os indicadores usados anteriormente, também o número médio de mandatos evidencia um baixo nível de profissionalização parlamentar dos deputados portugueses.

No caso do CDS verificam-se claramente três períodos em termos do número médio de mandatos parlamentares dos respectivos deputados. Até à IV legislatura os referidos valores são idênticos aos do conjunto da AR (total), embora subam um pouco com o retorno de governantes ao Parlamento com o fim das coligações AD (III e IV legislaturas). Na V e VI

⁵⁾ Esta média Europeia refere-se exclusivamente aos países analisados comparativamente por Best e Cotta (2000: 493-526).

legislaturas, a forte contracção da dimensão do grupo parlamentar leva a uma enorme elevação da experiência parlamentar dos deputados do CDS. Com a passagem do CDS a CDS/PP regista-se uma entrada esmagadora de deputados com pouca ou nenhuma experiência parlamentar: VII legislatura. Na VIII verifica-se um retomar da convergência com o conjunto da AR, embora ligeiramente abaixo do PSD e do PCP.

Os deputados do PCP são os que revelam geralmente maiores níveis médios de mandatos parlamentares, em cada legislatura: até à III legislatura os valores são praticamente idênticos ao conjunto da AR (total); da IV legislatura em diante estão sempre acima do total de deputados. Mais, a partir da IV legislatura o número médio de mandatos parlamentares dos deputados comunistas está sempre acima do mesmo número para os outros partidos, excepto na V e VI (abaixo do CDS) e na VII (*ex aequo* com o PSD).

Nos casos do PS e do PSD o número médio de mandatos dos seus deputados oscila geralmente de acordo com as vitórias e derrotas eleitorais: menor nas primeiras, dada a circulação dos deputados mais experientes para o executivo, e maior nas segundas, quando os veteranos regressam do governo para a AR.

Assim, os picos de deputados mais experientes registam-se na I (IB), II e da IV à VI legislaturas, no caso do PS; no PSD estes picos ocorrem sobretudo nas VII e VIII legislaturas.

A experiência política dos deputados resultante da sua passagem pelo governo da nação apresenta notáveis (e expectáveis) diferenças entre os partidos.

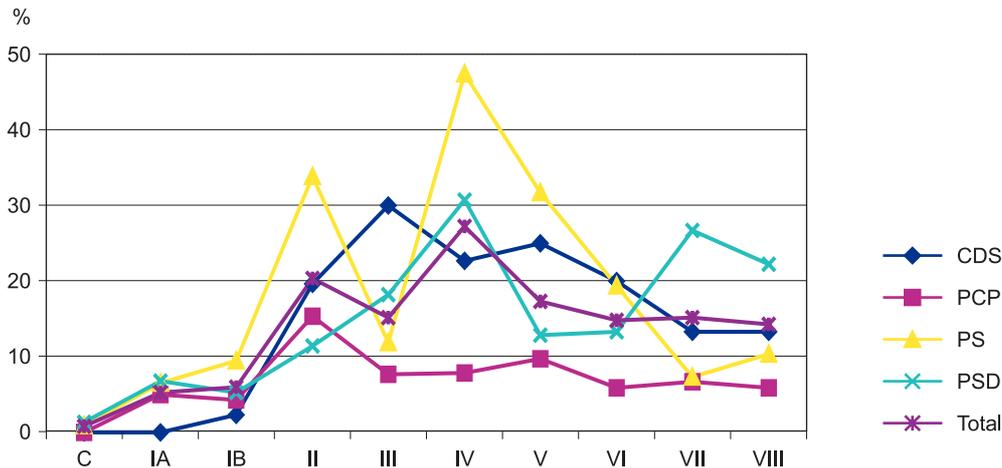
Salvo nos governos provisórios (período pré constitucional), o PCP nunca esteve no governo. Por isso, não admira que seja este o partido cujos deputados exibem menores níveis de experiência governativa: geralmente com valores inferiores a 10% e abaixo de todos os outros partidos.

O CDS foi o único dos quatro partidos em análise que não esteve nos governos provisórios do período pré constitucional. Por isso, não admira que os níveis de experiência governativa dos seus deputados sejam os mais baixos de todos na I legislatura. Todavia, entre 1979 e 1983, inclusive, o CDS esteve sempre no governo: com o PS (1978-1979) e com a AD (1979-1983). Daí que as respectivas percentagens de deputados com experiência governativa se elevem a partir na II legislatura. Todavia, as percentagens são maiores quando o partido deixou o executivo: da IV à VI legislaturas. Nas duas últimas legislaturas (VII e VIII) os baixos níveis de experiência governativa revelam a renovação da elite dirigente do partido com a passagem a CDS/PP.

Nos casos do PS e do PSD as oscilações nas percentagens de deputados com experiência governativa traduzem sobretudo as vitórias e derrotas eleitorais destes dois partidos. Quando

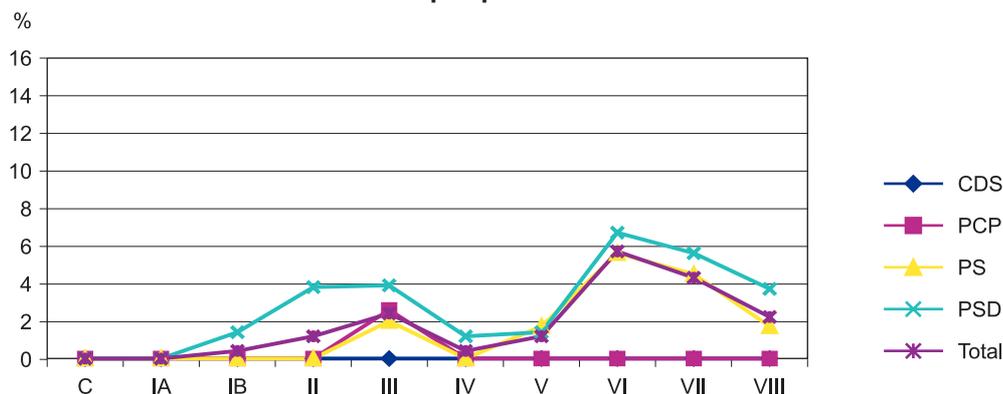
estes partidos perderam as eleições foi quando tiveram maiores percentagens de deputados com experiência no executivo nacional: 1979 (IB), 1980 (II), 1985 (IV), 1987 (V) e 1991 (VI), para o PS; 1983 (III), 1995 (VII) e 1999 (VIII), para o PSD.

Gráfico 46: Deputados com experiência política no governo nacional, por partidos



Este padrão tem duas situações singulares. O PS tem as maiores percentagens de deputados que passaram pelo governo da nação na IV legislatura. Neste caso, o aparecimento do PRD, que reduziu o PS à sua mais baixa percentagem de votos (20,8%) e número de mandatos (57) de sempre, explica tal subida. Curiosamente, apesar de ser o partido mais votado na IV legislatura, é também nesta data que o PSD apresentam a mais elevada percentagem de deputados com experiência governativa. Apesar de o PSD ter maior percentagem de votos e número de mandatos do que em 1983 (III), este partido mudou de liderança (de Mota Pinto para Cavaco Silva). Aliás, o novo líder começou por denunciar a coligação PS/PSD (“bloco central”) e levou, por isso, a que o PR convocasse eleições antecipadas. Tendo vencido estas, Cavaco Silva parece terá relegado os antigos veteranos do PSD (governantes durante a coligação PS/PSD) à bancada parlamentar e terá optado por renovar as equipas governativas.

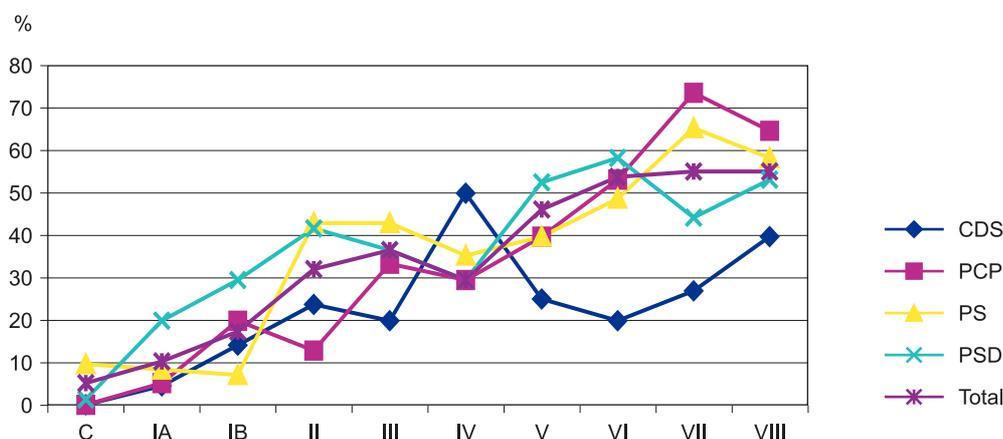
Gráfico 47: Deputados com experiência política nos governos regionais, por partidos



O PSD tem dominado quase exclusivamente os governos das RA's dos Açores e da Madeira. Na Madeira este partido tem dominado o governo sempre com maiorias absolutas de votos e mandatos no Parlamento Regional. Nos Açores tal domínio absoluto do PSD foi interrompido em 1996 e 2000. Em 1996 o PS ganhou as eleições em percentagem de votos (45,8%) mais ficou empatado com o PSD em mandatos parlamentares (24). De qualquer modo, o PS liderou só o governo regional dos Açores entre 1996 e 2000. Nas eleições de 2000 o PS venceu com maioria absoluta de votos e mandatos. Portanto, não admira que a experiência política no governo regional das RA's seja sobretudo apanágio do PSD. Todavia, mesmo antes de 1995 o PS denota percentagens não negligenciáveis de deputados com experiência no governo regional. Os deputados dos outros dois partidos estão praticamente excluídos desta passagem pelo executivos regionais.

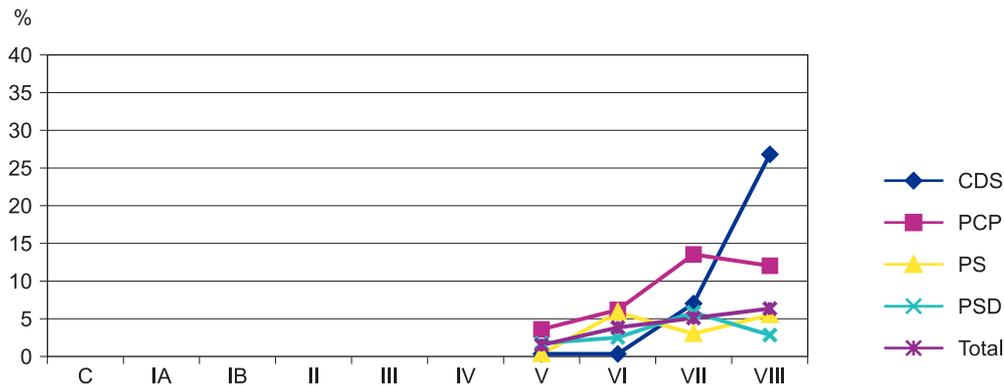
Conforme se disse atrás, a experiência política autárquica é cada vez mais importante nas carreiras parlamentares, sendo superior à experiência parlamentar nas duas últimas legislaturas. Em todos os partidos há uma clara tendência para a subida do peso relativo das carreiras autárquicas como porta de acesso ao Parlamento, excepto no caso do CDS. Salvo neste partido, o padrão evolutivo denota uma irregularidade dificilmente interpretável.

Gráfico 48: Experiência política autárquica dos deputados, por partidos



Na V e VI legislaturas o grupo parlamentar do CDS ficou reduzido ao círculo dirigente mais restrito, evidenciado esta uma muito reduzida experiência autárquica. Daí a forte quebra que se verifica nestas duas legislaturas. A passagem a CDS/PP, bem como o crescimento eleitoral do partido, indica um certo retomar da importância da experiência autárquica como ponto de passagem para a carreira parlamentar.

Gráfico 49: Deputados com experiência política no Parlamento Europeu, por partidos

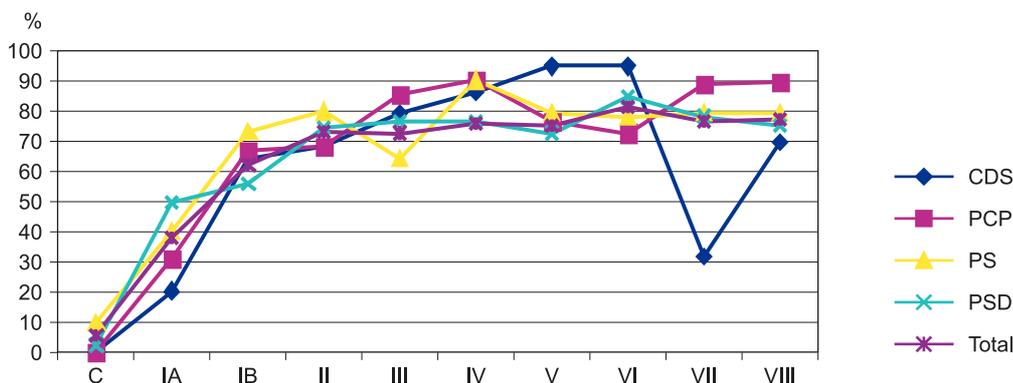


Em todos os partidos as percentagens de deputados com experiência política no Parlamento Europeu (PE) são relativamente baixas.⁶⁾ Todavia, em todos há uma certa tendência de crescimento da importância deste tipo de capital político. Mas é sobretudo nos pequenos partidos que este tipo de experiência têm maior importância relativa e que denota maior crescimento. No caso do PCP estas duas características vem desde as primeiras eleições ao PE (1987, V legislatura). No CDS estes dois traços só surgem com a passagem a CDS/PP (VII e VIII legislaturas). De algum modo é como se se verificasse uma certa compensação face ao défice que estes dois partidos têm perante o PS e o PSD em matéria de experiência governativa (nacional e regional).

A finalizar analisa-se a experiência política dos deputados em sentido lato. Ou seja, no gráfico 50 apresentam-se as percentagens de deputados que já tiveram experiência política em pelo menos uma das funções anteriormente consideradas: parlamentares (alguma vez), governativas (nacionais e regionais), autárquicas e no PE.

⁶⁾ Apesar de a primeira eleição para o PE ter ocorrido em 1987, em simultâneo com a eleição de deputados à V legislatura, nesta legislatura já há alguns parlamentares com experiência no PE. Trata-se, obviamente, de indivíduos que interromperam o mandato no PE para regressar à AR. Aliás, recorde-se que a fonte utilizada para a V legislatura é a biografia de deputados publicada pela AR (Assembleia da República, 1990) e que nas biografias constam os parlamentares que estavam em exercício de funções em determinado período da legislatura posterior ao seu início.

Gráfico 50: Experiência política dos deputados, por partidos



Este último indicador dá-nos uma imagem de elevados níveis de profissionalização política dos deputados portugueses: a partir da IV legislatura em diante, os deputados que têm pelo menos uma experiência anterior num cargo político electivo rondam sempre valores à volta dos 80% ou mais (total). Ou seja, a partir da IV legislatura a abertura do sistema parlamentar a novos políticos situa-se à volta de 20%. Portanto, se por um lado isto indicia uma forte profissionalização do pessoal político, por outro lado aponta para uma muito fraca abertura do sistema político à renovação das elites dirigentes.

A única excepção ao padrão anteriormente referido é o CDS/PP na VII legislatura e, embora em muito menor medida, na VIII legislaturas. A explicação reside na total renovação da elite dirigente do partido: VII legislatura. Na VIII legislatura os jovens políticos do CDS/PP já adquiriram alguma experiência política e, por outro lado, há uma certa recuperação de políticos experientes do “velho” CDS. De qualquer modo, apesar da recuperação, na VIII legislatura o nível de experiência política dos parlamentares do CDS/PP fica ainda cerca de 10% abaixo do conjunto da AR (total).

O PCP apresenta-se muitas vezes como o partido com mais políticos experientes. A partir da III legislatura é sempre assim, excepto na V e VI onde não só é ultrapassado pelo CDS, o qual ficou restringido ao círculo mais restrito da elite dirigente mais experiente (100%), como se situa em níveis idênticos (V) ou mesmo abaixo (VI) do conjunto da AR. Portanto, parece ter-se verificado aqui um esforço significativo de renovação do pessoal político.

Em geral, o PS e o PSD são os partidos que mais se aproximam dos valores do conjunto da AR e, por isso, são estas formações políticas que mais incorporam políticos sem experiência. Os únicos desvios mais salientes são algumas das legislaturas que corresponderam a derrotas eleitorais do PS, a seguir às quais a bancada parlamentar deste partido ficou “povoada” de muitos políticos experientes: I (1979), II (1980) e IV (1985) legislaturas. A vitória de 1983 (III) apresenta também um desvio significativo em relação ao conjunto da AR, embora de sinal contrário: entrada de mais parlamentares sem experiência política anterior.

Atitudes de Responsáveis Partidários sobre o Recrutamento Parlamentar

Tito Matos e Vanessa Duarte de Sousa

6. ATITUDES DE RESPONSÁVEIS PARTIDÁRIOS SOBRE O RECRUTAMENTO PARLAMENTAR

Origem social

Nos últimos anos, há um crescente interesse no estudo dos processos de recrutamento para aceder a cargos políticos, em geral, e parlamentares, em particular. Como refere Pippa Norris (1997), “ (...) *one of the primary concerns driving interest in political recruitment lies in issues of «social representation», meaning how far legislatures reflect the society from which they are drawn in terms of salient political cleavages like gender, class and region.* (Norris, 1997: 209)”

Neste âmbito, interessa perceber quais os factores que explicam o perfil dos candidatos a deputados para a Assembleia da República (AR) dos quatro maiores partidos políticos (PS, PSD, PCP e CDS). Ou seja, é importante perceber como se desenvolve o processo de elaboração das listas de candidatos a deputados para a AR e que efeitos este processo tem na composição social do parlamento. Especificamente, através do discurso dos dirigentes nacionais e distritais dos partidos (dos órgãos com responsabilidades directas na elaboração das listas) que foram entrevistados pretende-se saber qual a importância que atribuem a diferentes critérios na composição das listas de candidatos à AR. Em matéria de origem social, importa perceber qual a importância relativa que os diferentes partidos dão a factores como o sexo e a idade, o nível e os tipos de competências técnicas e profissionais e as ligações organizacionais dos potenciais candidatos a deputados.

Convém salientar que se está aqui ao nível dos discursos e que estas entrevistas são apenas um primeira aproximação (exploratória) à compreensão dos processos de recrutamento parlamentar. Em primeiro lugar, aquilo que os entrevistados revelam como sendo as suas preocupações e do respectivo partido (no que respeita à elaboração das listas de candidatos a deputados) pode não ter tradução prática. Ou seja, o discurso expresso pelos entrevistados pode traduzir sobretudo um desejo de ajustamento ao que é socialmente desejável (“politicamente correcto”) e não ter grandes efeitos nos comportamentos efectivos dos responsáveis pela elaboração das listas. Por outro lado, há ainda que ter em conta que os processos de recrutamento parlamentar são negociados e, por isso, resultam de várias influências muitas vezes contraditórias. Em segundo lugar, estas entrevistas têm um carácter meramente exploratório porque não são exaustivas face ao total de dirigentes com responsabilidades no processo de recrutamento parlamentar.

Género e Idade

A análise do discursos dos entrevistados, permite desde logo fazer uma clara distinção entre «direita» e a «esquerda» no que respeita à importância atribuída ao género na elaboração das listas de candidatos a deputados.

Só os estatutos do PS estabelecem quotas (que indicam que tem de haver pelo menos 25% de mulheres nas suas listas de candidatos), o que por si só é representativo da importância que este partido atribui a este critério (sexo) na elaboração das listas de candidatos a deputados para a AR.

“ Quanto ao sexo, os nossos estatutos internos, dado que esse problema não se coloca ao nível externo, nós somos internamente obrigados a cumprir uma quota que está nos estatutos de 25% (...). (PS, membro da Comissão Política Distrital de Castelo Branco)”.

Todavia, recorde-se que há muito o PS tinha quotas internas para os dois sexos e não as conseguia cumprir... Contudo, em 1999 este partido apresentou propostas legislativas para que todos os partidos tivessem de respeitar uma quota mínima de candidatos para cada sexo e este foi um ponto de viragem no comportamento do partido sobre esta matéria, restando apenas saber se se manterá no futuro (ver secção 3; ver também Viegas e Faria, 2001).

Mas também os dois dirigentes do PCP entrevistados vincam claramente no seu discurso a preocupação em introduzir mulheres nas suas listas, assumindo assim este critério como de uma importância fundamental. Isto apesar de salientarem que o seu partido é contra a existência de quotas:

“ (...) Somos o partido que tem maior percentagem de mulheres...há uma linha de orientação, é obrigatório que as listas tenham uma distribuição por sexo que corresponda à realidade nacional e ao papel das mulheres na sociedade (...) é um dos critérios mais importantes, embora sejamos contra as quotas (PCP, membro do Comité Central).”

De facto, ao nível do discurso, os dirigentes destes dois partidos atribuem uma importância semelhante a este factor/critério. Ainda assim o PCP declara-se contra a existência de quotas por considerar que se trata de uma questão interna dos partidos, para além de na opinião dos seus dirigentes a questão da participação das mulheres na política ser muito mais complexa, mais um problema de estatuto social do que de género.

Já os dirigentes dos partidos de direita, CDS/PP e PSD, tanto ao nível nacional como distrital, para além de se oporem totalmente ao estabelecimento de quotas no que respeita

ao sexo, consideram que este não é um factor muito relevante, pois o que importa são as competências dos candidatos:

“ (...) A preocupação é sobretudo com a juventude, independentemente do sexo (...) Agora não há discriminação positiva nem negativa pelo sexo, as pessoas valem pelas suas competências. (CDS/PP, membro da Comissão Política Distrital de Aveiro)”

“ Quanto ao sexo (...) (o partido) não dá relevância nenhuma. Ou seja, não é por ser mulher que não entra nas listas (...) Isto é, se tiver qualidade para o exercício das funções, entra independentemente da idade ou do sexo. (PSD, membro da Comissão Política Nacional)”

No que concerne à idade, a análise dos discursos dos entrevistados parece indicar que todos os partidos têm a preocupação de inserir jovens nas suas listas. No entanto, as respostas indicam que, “naturalmente”, a grande maioria dos jovens escolhidos para as listas são escolhidos porque fazem parte das «juventudes» dos partidos, distritais ou nacionais (ainda que nos estatutos isso não esteja definido), ou então porque se considera que têm uma experiência política e/ou técnica importante:

“ Quanto à idade, tudo depende dos distritos e da participação dos jovens e notoriedade que forem adquirindo, assim como a experiência política que os jovens têm (PS, membro da Comissão Política Distrital de Castelo Branco).”

“ Em relação à juventude socialista (JS) (...) não há nada escrito. No entanto, instituiu-se que o Presidente e o Secretário Geral da JS teriam sempre direito (a estar no parlamento) e, actualmente, há 15 deputados da JS no Parlamento (...). (PS, membro da Comissão Política Nacional)”

“ É evidente que o partido defende cada vez mais a participação dos jovens na vida política activa (...) Consideramos que tem qualidade acaba por se afirmar por si mesmo, não tem necessidade das quotas para se afirmar. Eu já cá estive (no parlamento), na última maioria do professor Cavaco Silva, pela JSD, não tive dificuldade nenhuma em entrar. (PSD, membro da Comissão Política Distrital de Viseu)”

“ O que temos como assente é que haja deputados da JCP. (PCP, membro do Comité Central)”

“ Não há nenhum critério definido em como se deve incluir o líder da juventude distrital, ou outra pessoa qualquer. Não é imposto, é algo que nasce de baixo

para cima, sendo auscultados todos os órgãos dos partidos (...). (CDS/PP, membro da Comissão Política Distrital de Aveiro)”

No entanto, é relevante referir que ao nível dos discursos há uma clara contradição entre o discurso do entrevistado do PSD da distrital de Viseu, cujo excerto foi apresentado, onde se sublinha a importância deste critério embora muito associado às qualidades e competências pessoais dos candidatos, e o discurso do membro da Comissão Política Nacional deste partido, que desvaloriza completamente a importância deste critério assim como do sexo (ver sinopse das entrevistas no anexo 1).

Outra questão importante é o facto de a grande maioria dos entrevistados, independentemente do partido, chamar a atenção para o problema da falta de participação política dos jovens, à semelhança do que acontece com as mulheres, o que dificulta o seu recrutamento. Ou seja, os próprios entrevistados chamam à atenção para a importância da “oferta” no processo de recrutamento parlamentar (Norris, 1996 e 1997; Norris e Lovenduski, 1995).

Por último, considerando que a análise das entrevistas permite não só encontrar regularidades mas também singularidades, importa mencionar que o discurso do membro da Comissão Política Distrital de Castelo Branco do PS sugere que no seu partido a maioria dos jovens que são incluídos nas listas são colocados em lugares/posições de difícil eleição. Este elemento põe de alguma forma em causa a importância que ele e o seu colega dizem atribuir à inserção de jovens nas listas:

“ (...) Se o partido for ganhador e formar governo, pode acontecer que com a ida dos mais experientes para o governo possam emergir muitos jovens que chegam a deputados (...) muitos jovens podem chegar ao parlamento desde que haja substituições. (PS, membro da Comissão Política Distrital de Castelo Branco).

Ou seja, a inclusão dos jovens nas listas é importante mas na verdade a sua entrada no parlamento depende muito do facto de a conjuntura eleitoral ser ou não favorável ao partido.

Níveis e tipos de competências escolares e profissionais

No que concerne aos níveis e tipos de competências profissionais, todos os entrevistados, quer ao nível distrital, quer ao nível nacional, consideram que a profissão e experiência profissional em determinadas áreas são sem dúvida critérios de peso na elaboração das listas de candidatos à AR.

Todos reconhecem que é importante para qualquer partido ter na sua bancada parlamentar especialistas em determinadas áreas (finanças, economia, defesa, saúde,

toxicodependência, direito, relações internacionais, juventude, etc.). Ou seja, independentemente de estarem no governo ou não, todos os partidos necessitam de “mão de obra qualificada e preparada” para apresentarem propostas legislativas (ou outras como o Orçamento Geral do Estado) ou para discutirem as propostas alheias.

Para além disso, os partidos necessitam de especialistas, ou pelo menos deputados com um conhecimento mais aprofundado em determinadas áreas, com capacidade para integrarem as várias comissões parlamentares existentes.

No entanto, e o discurso dos entrevistados ilustra isso mesmo, enquanto que os dirigentes do PS, PSD e PP atribuem também bastante importância ao nível de instrução na escolha dos candidatos (procurando escolher pessoas com escolaridade universitária), já os dirigentes do PCP salientam que o nível de instrução não é importante, o que interessa é a actividade profissional desenvolvida pelos indivíduos e o seu conhecimento em relação a uma determinada área (ver sinopse das entrevistas no anexo 1).

Esta posição do PCP é justificada pelos seus dirigentes entrevistados como sendo uma consequência da base social e ideológica do seu partido. Assim, consideram que o importante é encontrar candidatos que tenham experiência profissional numa área específica e uma grande capacidade política (assumindo assim esta uma importância mais acentuada do que o nível de instrução).

Vejamos algumas declarações ilustrativas das posições assumidas pelos dirigentes partidários entrevistados:

“ É também um factor importante (a instrução e as competências profissionais). Procura-se essencialmente não competência política mas uma mais valia numa determinada área específica, pode ser uma área de formação académica de especialidade, pode ser uma área de intervenção social ao nível de sindicatos, que assumam um papel em determinadas áreas de intervenção. Porque o que se procura na Assembleia é que nós sejamos divididos por comissões e que cada um esteja numa área que conheça com alguma profundidade. Portanto, é um critério de peso, porque quando nós estamos a eleger-lo, estamos a eleger-lo para quê? Nessa perspectiva o processo não termina aquando da eleição, é preciso que o deputado tenha condições para uma participação efectiva na Assembleia. (PS, Comissão Política Distrital de Castelo Branco)”

“ Valorizamos o máximo possível e tentámos diversificar o mais possível. Não interessa ao partido ter 15 advogados na AR, porque é preciso ter 3 ou 4 advogados, mas ter um especialista em jovens, outro nas questões de defesa e militares, outro na área da saúde, outro na habitação, outro na segurança social – isto na quota nacional. (CDS/PP, Comissão Política Nacional)”

“ Apesar de tudo, não menosprezando quem tem níveis de escolaridade mais abaixo, um nível razoável é a licenciatura. (...) Há uma preocupação de inserir pessoas que na vida quotidiana de uma comissão política podem ser necessárias para a assessoria (jurídica ou económica), não é obrigatório, mas se for possível, é bom. (CDS/PP, Comissão Política Distrital de Aveiro)”

Quanto ao CDS/PP e ao PCP, e uma vez que elegem poucos deputados para a Assembleia da República, uma boa escolha dos candidatos torna-se essencial. De facto, tal como referem os seus dirigentes entrevistados, estes partidos não podem correr o risco de ter nas suas listas, por exemplo, 5 ou 6 advogados e nenhum economista. Têm de tentar ter pelo menos um especialista em cada área de modo a puderem responder às necessidades dos seus eleitores e do próprio trabalho parlamentar, nomeadamente nas comissões especializadas (ver sinopse das entrevistas no anexo 1).

Nos casos do PSD e do PS, apesar de elegerem um número muito superior de deputados, o que à partida lhes permite ter vários especialistas das mais variadas áreas, têm de ter em conta que no caso de obterem maioria parlamentar irão formar governo. Por isso, se não se prepararem na altura de elaboração das listas as suas bancadas parlamentares poderão ficar desfalcadas, pois uma parte significativa dos deputados do partido vencedor (possivelmente aqueles que detêm as qualificações técnicas e profissionais mais elevadas) vão abandonar o Parlamento para ocupar cargos no governo (ver sinopse das entrevistas no anexo 1).

O discurso dos entrevistados realça ainda duas outras questões de grande importância. O dirigente da Comissão Política Nacional do PSD sublinha que, apesar de o seu partido dar bastante importância às qualificações académicas e profissionais, não lhe dá toda a importância que deveria dar-lhe. Este dirigente alerta para o facto de no seu partido não se fazerem contas. Ou seja, de os deputados não serem escolhidos de acordo com uma contabilização específica das necessidades que o partido espera vir a ter no que respeita às comissões parlamentares:

“ Alguma (dão alguma importância), não talvez toda a que deveria ser dada. Como sabe os deputados que integram o grupo parlamentar depois integram também comissões parlamentares especializadas da AR. (...) é necessário ter uns tantos economistas, para a Comissão de Economia, uns tantos juristas, para a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, etc. (...). Bem, nunca têm sido feitas ao pormenor estas contas, em todo o caso isso não tem impedido que a diversidade existente nas listas permita que o partido esteja suficientemente bem representado em cada comissão. Mas de facto é mais um fruto do acaso do que propriamente por contas feitas (...). (PSD, membro da Comissão Política Distrital de Viseu).”

Por outro lado, apesar de o discurso dos entrevistados das comissões políticas distritais evidenciar claramente que este critério tem uma importância significativa na elaboração das listas ao nível distrital, os membros das Comissões Políticas Nacionais do PSD e do CDS/PP consideram que ao nível distrital este critério não é importante:

“ Nas distritais isso já depende deles. Mais aí é mais pela notoriedade pessoal e pela pessoa, não estão preocupados com isso, até porque já sabem que a direcção nacional, na quota nacional, já teve essa preocupação. (CDS/PP, Comissão Política Nacional)”

“Nas estruturas concelhias e distritais não atribuem a isso grande importância. A Comissão Política Nacional, aí sim (...). (PSD, Comissão Política Nacional)”

“ Damos grande importância à sociedade civil. Aqueles (...) que na sua actividade privada desempenham uma actividade de relevância e que sejam atraídos pela política, (...), o PSD tenta recrutar pessoas com grande competência profissional e com um estatuto social importante (...) As áreas de estudos são importantes. Por exemplo, no Norte, com o peso da indústria, o PSD dá importância a pessoas que venham dessa área, da agricultura, indústria, etc. (PSD, Comissão Política Distrital de Viseu)”

Ligações organizacionais dos candidatos

Um outro critério de recrutamento sobre o qual os entrevistados foram questionados foi o das ligações organizacionais dos candidatos. Ou seja, se os diferentes dirigentes partidários entrevistados consideram importante ter nas suas listas candidatos que pertençam ou tenham já pertencido a sindicatos, a associações empresariais, etc.

Assim, ainda que de algum modo quase todos os entrevistados, à excepção do entrevistado do CDS/PP da Comissão Política Distrital de Aveiro, salientem que este critério é importante, a verdade é que a análise do conjunto das entrevistas sugere que, de todos os critérios, este será aquele a que é atribuída menos importância. Aliás, as baixas percentagens de deputados que têm (ou tiveram) cargos dirigentes em sindicatos, organizações patronais e ordens profissionais atesta isto mesmo (ver secção 4).

De qualquer forma, a análise dos discursos permite evidenciar que os partidos atribuem uma importância diferencial às diferentes organizações.

No CDS/PP privilegia-se essencialmente a ligação dos candidatos a associações empresariais, o que sem dúvida está relacionado com o próprio posicionamento político e ideológico do partido, bem como com a sua base social de apoio:

“ Sim, é importante. Normalmente uma pessoa quando escolhe a carreira política tem um passado de associativismo, de ligações a associações empresariais (por exemplo, o professor Rosado Fernandes). Há um eco muito variado de ligação à sociedade civil. (CDS/PP, membro da Comissão Política Nacional)”

Pela mesma razão, no PCP é atribuída maior importância à ligação dos candidatos aos sindicatos e organizações de trabalhadores:

“À ligação dos potenciais candidatos com organizações empresariais não damos muita importância, por razões óbvias. Mas temos um duplo critério: é desejável que alguns desses candidatos sejam dirigentes activos de comissões de trabalhadores (por exemplo, da Lisnave), dirigentes sindicais, de comissões de mulheres, etc.; depois tentamos que haja um contacto regular com as organizações sociais: reuniões periódicas, divulgação de informação, etc. (PCP, membro do Comité Central)”

Os entrevistados do PS e do PSD declaram que incluem sempre nas suas listas alguns representantes dos sindicatos, mas sobretudo (aliás à semelhança do que acontece também no PCP e CDS/PP) seleccionam indivíduos das suas próprias associações de trabalhadores (trabalhadores sociais democratas (TSD), trabalhadores socialistas, etc.). No caso do PSD sublinham-se ainda as ligações às organizações patronais.

“É preciso ter em conta as ligações aos grupos sindicais, ..., há sempre dois, três ou quatro deputados que são sindicalistas, e que estão ligados aos sindicatos, assim como à Universidade (...) em relação aos trabalhadores socialistas não há nada escrito (...) não há uma quota para os trabalhadores socialistas, mas entram sempre 3 ou 4. (PS, membro da Comissão Política Nacional)”

“Em relação aos sindicatos (...) existe essa preocupação. O PSD teve sempre nos seus deputados trabalhadores que integram os TSD. Aqui à uns anos convidou-se um dirigente da CAP (...). (PSD, membro da Comissão Política Nacional).”

Assim, e de acordo com as expectativas, o discurso dos dirigentes entrevistados sugere que os partidos de direita dão maior importância às ligações dos candidatos às associações empresariais, critério que é completamente posto de lado pelo PCP. Por outro lado, as entrevistas aos dirigentes partidários revelam que a importância dada às ligações dos candidatos ao mundo sindical não é exclusivo da esquerda parlamentar, pois também o PSD sublinha este aspecto. Aliás, a análise do capital social dos entrevistados (secção 4) já tinha evidenciado isso mesmo.

Curriculum partidário e político dos candidatos

Neste domínio, procurar-se-á explorar um conjunto de variáveis directamente relacionadas com a carreira política dos indivíduos como critério para a elaboração das listas de candidatos à AR.

Obviamente, que a atribuição de importância a esta dimensão poderá diferir entre partidos como entre diferentes sistemas políticos: *“The personal experiences, political attitudes and abilities which politicians bring to public life can vary substantially across different political systems, depending upon the qualifications which are regarded as relevant for elected office. Unlike those who become physicians or civil engineers, there are no standardised and internationally recognised qualifications to be a politician. (Norris, 1997: 3)”*

Curriculum partidário

Quer a nível nacional, quer distrital, existe uma coerência no tipo de importância atribuída a esta variável pelo PCP, PS e PSD, se bem que estes dois últimos revelando posições antagónicas face ao primeiro. No primeiro, o *curriculum* partidário não parece assumir-se como critério relevante para a selecção dos candidatos. Sugere-se mesmo que é necessário diferenciar o exercício de cargos dirigentes no partido do exercício de outros cargos políticos.

“Não é pelo facto de ser dirigente do partido que tem de ser candidato a deputado ou a autarca. Há partidos em que isso funciona mas aqui não. Nós consideramos que é importante haver essa diferenciação entre o partido e os seus dirigentes e os deputados do parlamento. (PCP, membro da Comissão Política Distrital de Beja)”

Esta posição remete para a tradicional herança ideológica dos comunistas que não via na arena parlamentar o principal palco da luta política e, por isso, se concebe uma separação entre o partido externo e o partido parlamentar. Por outro lado, esta posição parece também traduzir a origem externa (extra parlamentar) deste partido. Todavia, os dados analisados na secção 5 revelaram que a presença de dirigentes do PCP na AR é idêntica à dos outros partidos.

Pela parte do PS assume-se que o *curriculum* partidário é especialmente relevante no domínio das distritais e concelhias, se bem que as competências técnicas se possam sobrepor à experiência partidária.

“(…) os jovens, não quer dizer que seja obrigatório, surgem muito por sugestões das concelhias, da JS. Muitos dos que aparecem pertencem ou são dirigentes dessas instituições. (PS, membro da Comissão Política Distrital de Castelo Branco)”

À semelhança do PS, o PSD atribui uma relevância significativa ao *curriculum* partidário na selecção dos elementos a integrar nas listas de candidatos à AR. Ambos os dirigentes do PSD entrevistados assumem a experiência partidária como importante, nomeadamente no que se refere à experiência na JSD ou nos TSD. Dão especial importância àqueles que pertencem a órgãos internos do partido. Sublinhe-se, no entanto, que ambos dizem que a experiência profissional adquire um peso primordial perante a experiência partidária e mesmo parlamentar. Aliás, esta hierarquização de critérios é também assinalada pelos dirigentes do PS (ver sinopse das entrevistas no anexo 1).

“Temos sempre preocupação de incluir gente da JSD e dos TSD, sempre.
(PSD, membro da Comissão Política Nacional)”

“(…) atenta-se mais à experiência profissional, e no caso daqueles já pertenceram no passado ao grupo parlamentar, à sua experiência parlamentar. (PSD, membro da Comissão Política Nacional)”

À semelhança do PS e PSD, ao nível da Comissão Política Nacional do CDS/PP assume-se que o *curriculum* partidário é importante, embora a par da diversificação das áreas profissionais e de intervenção. No domínio distrital, opta-se por candidatos que já detenham conhecimento sobre essa realidade. Por parte do órgão distrital do PP, revelou-se atribuir privilégio aos militantes, aos grupos da Juventude, trabalhadores e mulheres do partido.

“Tem alguma importância (o *curriculum* partidário) mas não é uma coisa deliberada. (CDS/ PP, membro da Comissão Política Nacional)

“Normalmente, privilegiam-se de facto os militantes, e nós temos muitos quadros que se iniciaram na juventude do partido, e noutros órgãos, que depois saíram para progredir numa profissão, e que agora, no auge da sua actividade profissional, voltam para o partido. Ou então, pessoas que estiveram sempre em continuidade no partido, em paralelo com a actividade profissional. (CDS/ PP, membro da Comissão Política Distrital de Aveiro)”

Curriculum político

Segundo Norris (1997:3), as carreiras políticas podem ser diferenciadas entre verticais ou horizontais. A este respeito, Norris (1997) identifica uma diferença fundamental entre o modelo europeu e norte americano: o primeiro com predominância de trajectórias políticas verticais (caso britânico, alemão e norueguês); o segundo com forte presença de carreiras políticas horizontais (EUA).

Em termos de carreiras verticais, a passagem pelas autarquias locais para aceder ao Parlamento parece assumir uma importância relevante no CDS/PP e no PS, bem como no PSD, pelo menos segundo o discursos dos entrevistados destes partidos. Aliás, ficou bem demonstrado na secção 5 que a experiência política autárquica é um elemento cada vez mais relevante no acesso ao Parlamento, mais até do que a experiência parlamentar na VII e VIII legislatura, e, sobretudo, que tal importância da experiência no sistema político local é extensível à esmagadora maioria dos deputados de todos os quatro partidos políticos.

Aliás a importância da passagem pelos órgãos de governo local como ponto de acesso à carreira parlamentar é claramente apontada por Lowenberg: *“the selection process «seems to favour candidates enjoying the support of locally prominent interest groups, including those local government officials having an influential local political clientele».* (Lowenberg citado em Allum, 1995: 328-329)” Este elemento é claramente evidente nas estratégias de recrutamento político em França, onde se procuram candidatos com fortes posições ao nível local (Allum, 1995:330; ver também Gallagher e Marsh, 1988: 72-93).

Por outro lado, o tempo de carreira política (parlamentar, etc.) pode também exercer um papel fulcral na selecção de eventuais candidatos. Cite-se a título exemplo o caso britânico com os níveis mais reduzidos em termos de renovação dos parlamentares (*turnover*), sendo que é esta continuidade que justifica a noção de ‘classe política’ (Allum, 1995:330)

Outro factor fulcral na análise do *curriculum* político diz respeito às competências inerentes ao exercício de cargos políticos. Norris (1997) e Ysmal (1985) salientam a inexistência de um perfil (político) delineado de forma tão clara como os perfis das outras profissões. *“(…) les hommes politiques doivent maîtriser un langage spécifique que constituera «une compétence politique» dont ils auront le monopole. (...) Cette compétence assure ce que Weber appelle la «vocation» de l’homme politique.* (Ysmall, 1985: 610 -611)”

Para o CDS/PP, assume-se o *curriculum* político como fundamental na selecção dos candidatos. No entanto, os entrevistados sublinharam que na anterior direcção do partido (liderada por Manuel Monteiro) era atribuído privilégio a pessoal mais novo e com notoriedade, ao passo que a actual (liderada por Paulo Portas) aposta na diversificação

das diferentes frentes do partido. Aliás, isto ficou também evidenciado na secção 5 em termos da comparação entre os níveis de experiência política dos deputados do CDS/PP na VII e VIII legislaturas.

“(…) é importante buscá-los (os mais experientes a nível parlamentar) para o início, para se saber como se interpela a mesa, que figura utilizar, uma pessoa que conheça bem todo o processo (…) não é por acaso que o líder parlamentar é o Dr. Basílio Horta. (CDS/PP, membro da Comissão Política Nacional)”

“Nas últimas eleições, primeiro foi uma figura nacional líder do partido, o Dr. Paulo Portas, que é filiado na concelhia de Aveiro. A partir daí foram os Presidentes da Câmara eleitos pelo CDS (…) depois foi o líder da Distrital do CDS e o líder da juventude distrital. (CDS/PP, membro da Comissão Política Distrital de Aveiro)”

Também para o PS se assume o *curriculum* político como critério relevante na elaboração das listas, dado existir um conhecimento prévio do modo de funcionamento da AR.

“Geralmente aproveita-se essas pessoas com mais experiência, não só porque já lá estiveram e conhecem o parlamento e seu funcionamento, como acabam por ser os especialistas num determinado conjunto de áreas. (PS, membro da Comissão Política Nacional)”

A perspectiva do PSD aponta para a supremacia de outras variáveis em detrimento do *curriculum* político. Ou seja, embora se reconheça que este é um factor relevante, não é considerado determinante. Algumas dimensões respeitantes ao *curriculum* político são realçadas: pertença ao grupo parlamentar, experiência de governo, experiências nas autarquias e nas próprias distritais. Por parte do membro da Comissão Política Distrital do PSD de Viseu foi defendida a opção pela defesa da limitação do número de mandatos para a AR e para as autarquias, de forma a se promover a renovação no partido. Portanto, o *curriculum* político não é assumido como condição *sine qua non* para a inclusão nas listas de candidatos a deputados, privilegiando-se também a renovação do pessoal político.

“Evidentemente que este critério pesa. Mas isso não significa um seguro de vida para continuar no grupo parlamentar, não é decisivo. (PSD, membro da Comissão Política Nacional)”

“(…) isto tem a ver com o desempenho das pessoas. Se o desempenho é positivo é evidente que às pessoas lhe interessa que esses quadros se mantenham. Agora, aqui não há generais nem cargos. Às vezes há pessoas que não são licenciadas mas que são importantes para captar o voto, nas assembleias

municipais, etc., mas não é fundamental e falo pelo meu distrito (...). (PSD, membro da Comissão Política Distrital de Viseu)

“(...) eu defendo que deveria haver limitação de mandatos para todos os cargos políticos (Assembleia da República e autarcas) - há vícios e há gente nova na política com qualidade, que é bom a renovação. Eu e a minha estrutura distrital defendemos que haja limitação do número de mandatos. (PSD, membro da Comissão Política Distrital de Viseu)”

O PCP, pese embora a sua defesa da renovação no partido, assume a importância da manutenção das mesmas pessoas na AR. Torna-se fundamental a existência de um trabalho que seja desenvolvido em continuidade com os mais antigos do partido. Se bem que as competências profissionais não sejam menosprezadas, as competências políticas sobrepõem-se-lhes. Tem, no entanto, de se associar aos diferentes cargos políticos diferentes perfis de competências, o que significa postular a não existência de uma relação linear entre estas duas variáveis na construção das listas para a AR. Admite-se ainda que, na maioria das vezes, tem sido o *curriculum* como deputado que tem conduzido ao exercício de outros cargos políticos e não o contrário.

“(...) é mais frequente deputados que passaram a Presidentes de Câmara (Beja e Alcácer do Sal), do que o inverso (não me lembro de nenhum caso). Somos aliás contra aquilo que alguns partidos têm feito, que é pôr Presidentes de Câmara como chamariz de votos, parece-me que nem dá saúde ao regime democrático pôr pessoas que depois não assumem funções, e que estão lá só para efeitos mediáticos. (PCP, membro do Comité Central)”

“Nós temos a preocupação de renovar, de mudar os deputados. Procuramos é assegurar que haja continuidade no trabalho. Embora seja de dizer que a experiência adquire-se e que os deputados não têm de ficar para sempre. (PCP, membro da Comissão Política Distrital de Beja)”

Notoriedade e prestígio regionais

Quando se aborda esta questão tem-se por detrás a concepção de que a notoriedade se faz também pela via da representação dos interesses regionais e/ou nacionais.

Ysmal (1985) postula que as pessoas ao serviço dos partidos deverão ir ao encontro daquilo que é a procura social. “(...) *précisément dans la mesure où la conquête et l'exercice du pouvoir placent les différentes élites- généralement divisées selon leur appartenance à un parti ou à une ideologie- en situation de concurrence, elles doivent s'assurer des soutiens en jouant des besoins et des revendications de ceux qui constituent leur clientèle voulue ou*

supposée. (...) Pourtant le personnel politique retraduit les demandes sociales en termes politiques ou les pense selon ses propres catégories. (Ysmal, 1985: 611)”

Citando Ranney, Gallagher e Marsh (1988) salientam a importância de haver uma ligação dos candidatos à região pela qual irão ser eleitos. “*Ranney notes that pejorative terms like ‘carpetbagger’ or ‘parachutist’ are often given to aspirants who seek a nomination in a part of the country with which they have no connections. One reason for aversion to outsiders is that selectors are likely to feel that it reflects poorly on an aspirant if he chooses not to seek selection in the part of the country where he is best known. In addition, local candidates may be more appealing electorally, especially in countries where deputies are expected to involve themselves deeply in casework on behalf of constituents. (Ranney citado em Gallagher e Marsh: 1998, 251)”*

Todos os dirigentes dos partidos políticos portugueses que foram entrevistados dão especial importância à notoriedade e prestígio regionais dos candidatos na elaboração das listas para a AR, mas sobretudo para os pequenos círculos eleitorais da província/zonas rurais.

Para o CDS/PP, se ao nível nacional se opta pela diversidade de áreas de especialização, ao nível distrital a notoriedade das pessoas é uma condição para a selecção dos candidatos. A notoriedade e prestígio regionais assumem-se como critérios dependendo, no entanto, do contexto territorial- em meios rurais este é um aspecto relevante o que já não acontece nos meios urbanos.

“Em Lisboa, as pessoas votam no partido. Mas nos meios rurais isso já é diferente, as pessoas votam nas pessoas (...). (CDS/ PP, membro da Comissão Política Nacional)”

“No geral, o que nos interessa mais é o currículo político e sentido de defesa dos interesses de Aveiro- saber-se que poderá «morrer» pelas causas Aveirenses e que, simultaneamente, tem competências para as defender: currículo e grande sentido regionalista, sobre a perspectiva evidentemente, do CDS/PP. (CDS/PP, membro da Comissão Política Distrital de Aveiro)”

Os dirigentes do PS assinalaram que, para além do prestígio regional, se presta especial atenção aos elementos com reconhecimento a nível nacional. A notoriedade e a experiência política ao nível regional podem ser mais relevantes, por exemplo, na escolha de jovens candidatos.

“Geralmente o que se tenta, e porque há pessoas com grande prestígio nacional, quadros do partido, com grande projecção, que não têm ligação regional (...) como não há um círculo nacional onde se pudesse pôr estas pessoas, acabam por ser os primeiros nas listas dos distritos(...) embora às vezes haja pessoas

que vão para os primeiros lugares, porque têm grande prestígio regional (...).
(PS, membro da Comissão Política Nacional)”

Também os dirigentes do PSD dão idêntica importância à notoriedade regional e nacional, à semelhança dos dirigentes do PS, embora nos órgãos regionais se dê maior relevo à primeira. Assume-se que a notoriedade e o prestígio são uma mais valia para obter maiores votações, mas também que este critério tem de ser ponderado face a outros: ligações à sociedade e capacidade política.

“(…) as estruturas de escalão mais baixo fazem este raciocínio: na nossa área de jurisdição vive esta figura nacional e por isso seguramente vão fazer parte das listas. (PSD, membro da Comissão Política Nacional)”

“É um critério fundamental. Mesmo que uma pessoa seja mau autarca, se for conhecido e tiver notoriedade, atinge quase 90% de simpatias. (PSD, membro da Comissão Política Distrital de Viseu)”

“(…) os critérios mais importantes (e não distinguimos entre a Comissão Política Nacional e a Distrital), são a notoriedade e a representação social; a representação na sociedade e a capacidade política são fundamentais na escolha dos deputados pelo PSD. (PSD, membro da Comissão Política Distrital de Viseu)”

Quer o dirigente distrital, quer o dirigente nacional do PCP, afirmaram que se procuram encontrar qualidades humanas nos candidatos de forma a não defraudar o eleitorado. Assim, indo um pouco contra o património ideológico do partido, estes dirigentes admitem que a notoriedade pode prevalecer sobre as características (políticas) dos candidatos.

“O ideal, seria que as pessoas fossem eleitas por aquilo que propõem e aquilo que são, mas infelizmente, o mediático e a notoriedade são mais fortes (...).
(PCP, membro do Comité Central)”

7 Conclusões

André Freire

7. CONCLUSÕES

Sistema eleitoral, sistema partidário e recrutamento parlamentar

Em Portugal as oportunidades de carreira política (electiva) passam pelos órgãos políticos das autarquias locais, das regiões autónomas, pelo Parlamento Europeu (desde 1987), pela Assembleia da República, pelo governo e pela Presidência da República.

Excluindo as candidaturas à Presidência da República e às autarquias locais, todas as outras são monopolizadas pelos partidos políticos. Ou seja, os candidatos não precisam de ser militantes, mas as candidaturas têm que ser apresentadas pelos partidos.

Uma das dimensões do sistema político que claramente influencia o processo de recrutamento parlamentar é o sistema eleitoral.

Desde logo porque no Continente os círculos eleitorais coincidem com os distritos administrativos e as listas de candidatos à Assembleia da República têm de ser apresentadas nesse âmbito. Todavia, há significativas diferenças entre os partidos políticos quanto ao poder que é dado aos órgãos distritais no processo de recrutamento.

O sistema de representação proporcional com bastantes círculos de grande e média dimensão, associado ao sufrágio em listas fechadas, implica que é difícil aos eleitores conhecerem e responsabilizarem os seus representantes políticos. Por outro lado, os candidatos/deputados também não têm grandes incentivos para desenvolverem ligações com os seus representados nos círculos respectivos. Em primeiro lugar, porque muitos dos círculos são muito grandes e, por isso, abarcam grande número de eleitores e, por vezes, também grandes extensões territoriais. Em segundo lugar, porque a eleição dos deputados depende muito mais dos lugares nas listas de candidatos que as direcções partidárias lhes atribuem do que da influência dos eleitores. Por tudo isso, os deputados estão muito mais dependentes das direcções dos partidos do que dos eleitores: são os primeiros e não os segundos que decisivamente controlam as carreiras políticas dos parlamentares. Destes constrangimentos e (falta de) incentivos que o sistema eleitoral impõe resulta um certo défice na qualidade da representação política.

Quase desde os primórdios da sua instituição que o sistema eleitoral para as eleições de deputados à Assembleia da República tem sido alvo de críticas e propostas de reforma. Todavia, desde as maiorias absolutas do PSD que os projectos de reforma do sistema eleitoral tem sido fundamentados mais em critérios que têm a ver com o incremento da

qualidade da representação política do que com a governabilidade do sistema. Muito embora a questão da governabilidade esteja longe de estar assegurada, a verdade é que tem sido mais o aumento da densidade das ligações entre eleitos e eleitores que tem sido apresentada como justificação dos projectos de reforma do sistema eleitoral apresentados durante os anos 1990, quer os que vieram da parte do PSD, quer os que vieram da parte do PS. Mesmo apesar de os projectos apresentados pelo PSD no início dos anos 1990 terem dado maior atenção à questão da governabilidade do que os projectos do PS apresentados no final dos anos 1990.

Em finais dos anos 1990, os projectos de reforma do sistema eleitoral apresentados pelo PS e pelo PSD apontava para a instituição de sistemas de membros mistos com pendor proporcional (MMP). Ou seja, sistemas em que coexistem círculos uninominais com círculos plurinominais, sendo que estes teriam a função de compensar as distorções à proporcionalidade geradas nos primeiros. Por seu lado, os círculos uninominais deveriam promover incentivos para uma maior ligação dos deputados aos respectivos círculos/eleitores.

As oito entrevistas que realizámos junto de dirigentes dos órgãos executivos (nacionais e distritais) dos quatro principais partidos políticos portugueses (CDS/PP, PCP, PS e PSD) não são, obviamente, uma amostra representativa das opiniões dos dirigentes destes partidos. De qualquer modo, são entrevistas realizadas junto de responsáveis máximos dos partidos e dão-nos uma primeira indicação (significativa) das sensibilidades reinantes nos partidos sobre as possibilidades de reforma do sistema eleitoral.

Da análise das referidas entrevistas conclui-se que o consenso inter e intra partidário sobre a reforma do sistema eleitoral está longe de ser uma realidade.

Os dirigentes do PCP declararam-se totalmente contra uma reforma do sistema eleitoral, nomeadamente contra a criação de círculos uninominais, quer porque consideram uma falácia a questão das fracas ligações entre eleitores e eleitos no sistema actual, quer porque receiam o aumento das distorções à proporcionalidade com a criação de tais círculos. Esta posição não constitui obviamente uma novidade perante aquilo que já conhecíamos da posição do PCP.

Pelo contrário, os dirigentes do CDS/PP consideraram a reforma do sistema eleitoral, no sentido da criação de um sistema com membros mistos, como uma necessidade urgente e inevitável. Para além disso, ambos os dirigentes deste partido sublinharam a necessidade de se criar também uma Câmara Alta (Senado) como forma de assegurar a representação dos interesses regionais e precaver o eventual localismo resultante da criação dos círculos uninominais.

Foi no PSD e no PS que ressaltaram as divisões intra-partidárias. Ou seja, as declarações dos dirigentes de cada um destes dois partidos relevaram a existência de significativas divisões internas quanto a uma reforma do sistema eleitoral no sentido da criação de um sistema de membros mistos com uma componente com círculos uninominais. Os receios e resistências assentarem sobretudo nos riscos de localismo na política e na possível ingovernabilidade resultante da existência de deputados com fortes ligações locais e menor dependência (disciplina) perante as direcções partidárias. Muitas destas resistências apareceram aliás estreitamente ligadas ao episódio da aprovação do orçamento de Estado para 2001. Recorde-se que este orçamento foi aprovado graças à abstenção de um deputado do CDS/PP (Daniel Campelo), em dissidência com a posição tomada pelo seu partido e para obter benefícios para o seu círculo eleitoral (Viana do Castelo).

Como disse, estas entrevistas não nos dão uma amostra representativa das posições dos partidos sobre a reforma do sistema eleitoral. Todavia, sobretudo no caso das divisões internas no PS e no PSD, partidos com um poder decisivo em qualquer reforma do sistema eleitoral, as declarações dos nossos entrevistados apontam para tal reforma seja bastante difícil, sobretudo no curto prazo e se passar pela criação de círculos eleitorais uninominais.

Mas para melhorar a qualidade da representação política também não tem que se optar necessariamente por um sistema de membros mistos. Ou seja, a densidades das ligações dos deputados aos respectivos círculos/eleitores poderá também ser incrementada através da redução da dimensão dos círculos distritais, sobretudo os de média e grande dimensão, e da simultânea criação de um círculo nacional para compensar as distorções à proporcionalidade gerada em círculos distritais pequenos. Aliás, uma solução de complementaridade entre um círculo nacional e círculos de base distrital é também importante para se garantirem as necessárias qualificações técnicas das bancadas parlamentares. Ou seja, é “natural” que nos círculos distritais a questão das ligações locais dos candidatos prevaleça como critério de recrutamento, mas os partidos também precisam de permitir a presença dos seus melhores quadros no parlamento. Obviamente que este último requisito será muito mais fácil de satisfazer com a existência de um círculo nacional.

Em Portugal, ao contrário do que se passa na maioria dos países da OCDE, os militantes de base não têm intervenção directa no processo de recrutamento parlamentar intra-partidário. Portanto, nesta matéria o nível de democraticidade interna dos partidos portugueses é mais reduzida do que aquela que se verifica na esmagadora maioria das democracias da nossa área geo-cultural. Todavia, a participação dos militantes de base no processo de recrutamento parlamentar contribuiria não só para democratizar a vida interna dos partidos políticos portugueses, como também para dar azo a uma maior autonomia dos deputados perante as direcções partidárias. Por outro lado, criaria incentivos para que os parlamentares desenvolvessem maiores ligações aos respectivos círculos/eleitores, sobretudo se para além de democratizado o processo de recrutamento fosse também mais descentralizado em termos territoriais e da orgânica partidária.

A democratização do processo de recrutamento parlamentar só por si não garante uma maior descentralização. Ou seja, a descentralização do processo depende não só de uma maior participação dos militantes mas também do tipo de intervenção reservada aos órgãos dirigentes regionais/locais e nacionais.

Em termos de descentralização do processo de recrutamento parlamentar o PSD apresenta uma clara vantagem perante os outros três partidos. É neste partido que as distritais têm maior poder na elaboração das listas de candidatos a deputados, pois a direcção nacional do partido não tem direito a nenhuma quota de candidatos próprios a integrar naquelas listas, tal como acontece no CDS/PP ou no PS. Mas o partido com o recrutamento mais centralizado é claramente o PCP: os órgãos executivos distritais têm uma função meramente consultiva no processo de elaboração das listas.

Obviamente que também no PSD a direcção nacional tem um significativo poder no processo de elaboração das listas de candidatos a deputados, mas como os estatutos não lhe reservam nenhuma quota e dão claramente o poder de iniciativa às distritais, os candidatos que entram pela mão do centro político têm que ser negociados caso a caso com os órgãos executivos distritais. Aliás, ao longo das várias legislaturas analisadas o PSD é o partido que apresenta maiores percentagens de deputados com cargos dirigentes em órgãos regionais e locais do partido. Portanto, embora tal como nos outros partidos haja também no PSD um maior peso relativo dos deputados com cargos em órgãos nacionais do que em órgãos regionais/locais, este partido apresenta-se como o mais descentralizado de todos, quer no processo de recrutamento, quer em termos de composição da bancada parlamentar.

Nesta matéria, cabe sublinhar a evolução do CDS: com a passagem a CDS/PP este partido tornou-se claramente mais centralista no processo de recrutamento parlamentar e também na composição da respectiva bancada, excepção feita ao período extraordinário da V e VI legislaturas. Mais, em termos de composição da bancada parlamentar o CDS/PP é hoje o partido mais centralista dos quatro grandes.

A descentralização do processo de recrutamento parlamentar é também um factor que pode contribuir para aumentar a densidade das relações entre os parlamentares e os respectivos círculos/eleitores. Portanto, a par da reforma do sistema eleitoral e da democratização do recrutamento, a descentralização deste parece-me também um dos caminhos para incrementar a qualidade da representação política. A reforma do sistema eleitoral, seja passando pela criação de círculos uninominais, seja pela diminuição da dimensão dos círculos médios e grandes, poderá ser um forte contributo para a descentralização do recrutamento. Mas a democratização do mesmo já depende mais das vontades internas aos partidos.

Origem social dos deputados

Em termos do perfil social e demográfico dos deputados portugueses o quadro é semelhante ao das outras democracias da nossa área geo-cultural. Ou seja, os parlamentares portugueses são na sua esmagadora maioria homens, de meia idade (36 a 45 anos), com escolaridade universitária, formados em direito e com profissões liberais (advogados/juristas), dirigentes (de empresas) ou assalariadas mas de nível superior (docentes dos vários graus de ensino).

Existem efectivamente algumas diferenças significativas entre os partidos, que traduzem quer as respectivas dimensões, quer os seus recortes ideológicos e as suas bases sociais de apoio. Os pequenos partidos (CDS e PCP) tem geralmente uma bancada parlamentar mais envelhecida do que os grandes (PS e PSD), excepto em períodos de grande transformação da elite dirigente (passagem do “velho” CDS para CDS/PP). O PCP recruta sempre mais mulheres do que os outros partidos. Os parlamentares de menores recursos (escolares e profissionais) têm geralmente maior presença à esquerda (PCP e PS) do que à direita (CDS e PSD).

Todavia, na esmagadora maioria dos casos as diferenças são mais de grau do que de qualidade. Por outro lado, são muitas vezes irregulares e não muito pronunciadas, sobretudo entre o PS e os partidos à sua direita, nomeadamente o PSD. Mais, um dos traços evolutivos mais marcantes da evolução da composição social do Parlamento Português é o da convergência dos perfis dos deputados do PCP com os dos “partidos burgueses”, ainda que se mantenham bastantes diferenças relativas. Ou seja, é o crescente “aburguesamento” do PCP.

Portanto, a questão que se coloca é a de saber que factores explicam o perfil “elitista” dos deputados portugueses, que aliás não é diverso daquele que se encontra na generalidade das outras democracias ocidentais.

Há dois tipos de explicações possíveis. As explicações baseadas na “procura” consideram que o perfil (“elitista”) dos parlamentares se deve à acção selectiva que os partidos operam na transformação do subconjunto dos candidatos a candidatos no conjunto dos candidatos. Ou seja, seriam os responsáveis pela elaboração das listas que predominantemente escolheriam pessoas do sexo masculino, de meia idade, com maiores recursos escolares e profissionais, etc.

As explicações assentes na “oferta” consideram que o perfil (“elitista”) dos parlamentares se deve sobretudo às exigências intrínsecas da actividade política, as quais levam a que determinados indivíduos estejam mais disponíveis para ser candidatos do que outros. Por um lado, as actividades parlamentares exigem forte domínio da palavra, forte formação técnica, etc. Por outro lado, as profissões políticas exigem enorme disponibilidade (familiar,

social, profissional, etc.) e comportam fortes risco em termos de progressão nas carreiras profissionais anteriores. Por tudo isto, seriam mais os homens, os mais instruídos e com profissões flexíveis (advogados, docentes, jornalistas, dirigentes empresariais e da função pública) que estariam disponíveis para serem candidatos a deputados.

Várias pesquisas que tem sido levadas a cabo em diferentes países têm revelado que os factores ligados à “oferta” têm claramente maior relevo do que os factores ligados à “procura” (Norris, 1996 e 1997; Norris e Lovenduski, 1995).

No caso português, não estamos obviamente em condições de responder a esta questão. Por um lado, as entrevistas aos “*gatekeepers*” portugueses (dirigentes partidários dos órgãos executivos nacionais e regionais) revelaram algumas diferenças entre os partidos em termos dos critérios sociais e demográficos de recrutamento parlamentar, nomeadamente em termos de género, recursos escolares e ligações às organizações de interesses. Diferenças estas que reflectem de algum modo a implantação social dos mesmos, bem como o seu posicionamento político-ideológico. Portanto, estas diferenças apontam para que a “procura” seja um factor importante no recrutamento parlamentar. Por outro lado, praticamente todos os dirigentes declaram que na selecção dos candidatos se valoriza a competência profissional e académica dos candidatos, bem como a sua experiência política e a respectiva notoriedade e prestígio. Mais, a entrada de indivíduos mais jovens, menos escolarizados e com menos recursos profissionais aquando das vitórias eleitorais dos partidos revela que há candidatos disponíveis com um perfil menos “elitista” mas que eles são geralmente colocados em posições recuadas nas listas. Por isso, só ascendem geralmente à AR quando são deixados vagos os lugares dos parlamentares que ingressam no executivo. Ou seja, também este elemento revela que a “procura” terá um impacto importante. Todavia, não estamos em condições para aferir da importância relativa do factor “procura” e do factor “oferta” no recrutamento parlamentar.

Para aferir esta questão de forma sistemática seria necessário comparar, pelo menos, o perfil dos candidatos nas várias dimensões com o perfil dos eleitos nestas mesmas dimensões. Tendo em conta a importância que têm as posições ocupadas pelos candidatos nas listas, e que lhes são conferidas pelos “*gatekeepers*” (dirigentes partidários), esta estratégia seria um passo importante para aferir o peso relativo da “oferta” e da “procura” no recrutamento parlamentar. Para tal seria desejável realizar simultaneamente um inquérito aos candidatos a deputados e aos parlamentares eleitos em cada legislatura.

Mas será que a correspondência entre o perfil social e demográfico dos eleitores e dos eleitos é importante? Ou seja, deverá o parlamento ser um espelho da sociedade em termos da sua composição social (“parlamento espelho”)? Ou será que o mais importante é que haja uma congruência entre as preferências políticas e ideológicas do eleitorado e dos

eleitos? Ou será que é mais importante que as propostas dos partidos se ajustem às preferências e expectativas dos eleitores e que, uma vez no poder, os partidos cumpram os compromissos estabelecidos com o eleitorado?

Pela nossa parte, muito mais importante do que um “parlamento espelho” é a congruência política entre eleitores, partidos e eleitos. Aliás, várias pesquisas que tem sido levadas a cabo em diferentes países têm revelado que mais do que as diferenças entre a origem social dos deputados, aquilo que explica as suas posições e prioridades políticas, bem como os seus comportamentos, é o partido a que pertencem. Muito embora possam existir algumas diferenças de prioridades políticas dos deputados de cada partido consoante os respectivos perfis sociais e demográficos (Norris, 1996 e 1997; Norris e Lovenduski, 1995).

Também nesta matéria não estamos em condições de responder a estas questões para o caso português. Só um inquérito ao posicionamento político e ideológico dos deputados, bem como às suas prioridades políticas, nos permitiria responder a este tipo de questões. Por outro lado, só uma informação deste tipo poderia permitir estudar os ajustamentos (ou desajustamentos) entre as elites parlamentares e os seus representados, tal como tem vindo a ser feito em vários países Europeus há já vários anos (Biorcio e Mannheim, 1995; Dalton, 1985; Holmberg, 1989; Klingemann, 1995; Miller e outros, 1999).

Por tudo isto, permito-me lançar aqui um desafio ao STAPE para futuras legislaturas: lançar um inquérito regular aos candidatos e aos eleitos sobre as respectivas origens sociais, mas também sobre as respectivas carreiras políticas e posicionamentos político-ideológicos. Só assim se poderiam estudar os efeitos diferenciais da “oferta” e da “procura” no recrutamento parlamentar, bem como analisar as congruências (ou incongruências) entre deputados e eleitores em termos de posições e prioridades políticas.

Não partilhamos da perspectiva que defende que os parlamentos devem ser um espelho da sociedade em que se integram em termos da sua composição social. Pelo contrário, parece-nos bastante mais importante a congruência entre as posições políticas e ideológicas dos partidos e dos deputados perante os seus eleitores. Todavia, tendo em conta o perfil predominante dos deputados portugueses ao longo do período democrático, pensamos também que a AR poderia beneficiar com uma maior integração de indivíduos com experiências de vida diversas, nomeadamente mulheres, jovens e políticos não profissionais. Voltaremos a esta última questão no ponto seguinte.

Carreiras políticas

A modernização política consubstancia-se sobretudo numa forte diferenciação entre o sistema político e os outros subsistemas sociais. Nesta matéria, a profissionalização das carreiras políticas (“viver de e para a política”) é um dos indicadores mais importantes da modernização do sistema político. Os dados portugueses sobre esta matéria não são lineares.

Em matéria de profissionalização partidária, ao longo das várias legislaturas analisadas registou-se um forte crescimento da presença de dirigentes dos partidos na arena parlamentar e, portanto, tem havido um claro crescendo de profissionalização. Desde a V legislatura em diante os deputados que são simultaneamente dirigentes (nacionais, regionais e locais) dos partidos anda à volta dos 50% ou mais.

Todavia, em matéria de experiência parlamentar anterior os dados revelam taxas mais baixas do que as que se verificam geralmente nas democracias da nossa área geo-cultural. Contudo, na nossa perspectiva estes dados tem de ser relativizados por dois motivos essenciais. Primeiro, Portugal tem uma democracia ainda jovem e, por isso, é “natural” algum défice de institucionalização política. Segundo, ao contrário do que se passa na esmagadora maioria dos países da OCDE os deputados portugueses têm de suspender o mandato quando ingressam no executivo e, por isso, as taxas de reeleições são geralmente mais baixas em Portugal do que nesses outros países.

Mas a profissionalização política não passa apenas pela arena parlamentar. A experiência nas autarquias, que teve nas duas últimas legislaturas maior relevo do que a experiência parlamentar, no governo (nacional e regional) e no Parlamento Europeu são também percursos a ter em conta. Considerando os deputados que tiveram pelo menos uma destas experiências políticas antes do ingresso na carreira parlamentar, verificou-se que a partir da III legislatura em diante as percentagens de “profissionais da política” atingia sempre valores à volta dos 80% ou mais. Assim, apesar da reduzida experiência parlamentar dos deputados portugueses em termos comparativos, considero que mais do que falar-se apenas em elevadas taxas de profissionalização política, estamos perante um indício de um relativo fechamento do sistema político face aos outros subsistemas sociais.

O relativo fechamento do sistema político a que aludi atrás poderá levar a um auto-centramento da classe política sobre si mesma e, nessa medida, tornar o regime político menos sensível às solicitações e preferências dos cidadãos. Por isso, o sistema poderia beneficiar da integração de mais candidatos (em posições elegíveis), nas listas dos partidos, que não sejam políticos profissionais.

Referências Bibliográficas

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AA.VV. (1998), *Pareceres sobre o Anteprojecto de Reforma da Lei Eleitoral para a Assembleia da República*, Coimbra, Presidência do Conselho de Ministros/Ministério da Ciência e Tecnologia/Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Allum, Percy (1995), "The national political elite", in *State and Society in Western Europe*, Cambridge, Polity Press, pp. 324-337.

Almeida, Pedro Tavares de (1991), *Eleições e Caciquismo no Portugal Oitocentista (1868-1890)*, Lisboa, Difel.

Antunes, L.F. Colaço (1985), "Elites e Congressos dos partidos políticos", *Economia e Sociologia*, 38/39, pp. 183-208.

Archer, Maria da Graça, e outros (1993), *Caracterização dos eleitos das autarquias locais - 1989*, Lisboa, STAPE/MAI.

Barreto, António (1990), "A Assembleia da República: uma instituição subalternizada", *Risco*, 13, pp. 99-117.

Barreto, António (1992), *Os Silêncios do Regime: Ensaios*, Lisboa, Estampa.

Barroso, José Manuel Durão (1983), "Alguns elementos para o estudo dos partidos políticos portugueses: organização; clivagem ideológica; bibliografia selectiva", *Prospectivas*, 13-14, pp. 9-34.

Barton, Terry (1985), "As bases sociais e ideológicas dos partidos: análise das atitudes e comportamentos dos delegados aos congressos de 1981", *Economia e Sociologia*, 38/39, pp. 129-152.

Best, Heinrich, e Cotta, Maurizio (2000), *Parliamentary Representatives in Europe, 1848-2000*, Oxford, Oxford University Press.

Biorcio, Roberto, e Mannheim, Renato (1995 [1998]), "Relationships between citizens and political parties", in Klingemann, Hans-Dieter, e Fuchs, Dieter (org.), *Citizens and The State*, Oxford, Oxford University Press, pp. 206-226.

Birnbaum, Pierre (s.d.), *Les Sommets de l'État: Essai sur l'Élite du Pouvoir en France*, Paris, Éditions du Seuil, pp. 27-47, 48-57, 69-75.

Blais, André, e Massicotte (1996), "Electoral Systems", in LeDuc, Lawrence, e outros (1996), *Comparing Democracies: Elections and Voting in Global Perspective*, Londres, Sage, pp. 49-82.

Bottomore, Tom (1974), *As Elites e a Sociedade*, Rio de Janeiro, Zahar Editores.

Bourdieu, Pierre (1979), *La Distinction: Critique Sociale du Judgment*, Paris, Minuit.

idem (1989a), *O Poder Simbólico*, Lisboa, Difel.

idem (1989b), *La Noblesse d'État: Grandes Ecoles et Esprit de Corps*, Paris, Les Editions de Minuit.

Briquet, Jean-Louis (1999), "L'impératif du changement. Critique de la classe politique et renouvellement des parlementaires dans la crise italienne (1992-1994)", in Offerlé, Michel, 1999, pp. 255-278.

Busino, Giovanni (s.d.), *Elites e Elitismo*, Porto, RésEditora..

Cabral, Manuel Villaverde (1995), "Grupos de simpatia partidária em Portugal: perfil sociográfico e atitudes sociais", *Análise Social*, XXX (130), pp. 175-206.

Idem (2000), "O exercício da cidadania política em Portugal", in Cabral, M.V. e outros (orgs.), *Trabalho e Cidadania*, Lisboa, ICS, pp. 123-162.

Comissão Nacional de Eleições (1992), *Fórum Eleitoral I: Que Reforma Eleitoral? Intervenções e Debate*, Lisboa, CNE.

Cruz, Manuel Braga da (1988), "Sobre o Parlamento português: partidarização parlamentar e parlamentarização partidária", *Análise Social*, Vol. XXIV, 100, Lisboa, ICS, pp. 97-126.

idem (1994), "O Presidente da República na génese e evolução do sistema de governo português", *Análise Social*, XXIX (125/126), pp. 237-266.

idem (org.) (1998), *Sistema Eleitoral Português: Debate Político Parlamentar*, Lisboa, INCM.

idem (2000), "A revisão falhada do sistema eleitoral", *Análise Social*, XXXV (154/155), pp. 45-54.

Curtice, John, e Shivley, Phillips W. (2000), *Who Represents Us Best? One Member or Many?*, Comunicação apresentada no XVIII Congresso da Associação Internacional de Ciência Política (IPSA), cidade do Quebec/Canadá, Agosto 2000.

Dahl, Robert (1976), *Democracy in the United States: Promise and Performance*, Chicago, Rand McNally College Publishing Company.

idem (1989), *Democracy and Its Critics*, New Haven, Yale University Press.

idem (1998), *On Democracy*, New Haven, Yale University Press.

Dalton, Russell J. (1985), "Political parties and political representation: party supporters and party elites in nine nations", *Comparative Political Studies*, 18, pp. 267-299.

Dogan, Mattei (1999), "Les professions propices à la carrière politique. Osmoses, filières et viviers", in Offerlé, Michel, 1999, pp. 171-200.

Duverger, Maurice (1987 [1951]), *Os Partidos Políticos*, Rio de Janeiro, editora Guanabara.

Farrell, David M. (1997), *Comparing electoral systems*, London, Prentice Hall.

Freire, André (1997), *Lógicas de Recrutamento Político: Caracterização Sócio-Política dos Parlamentares Eleitos entre a Constituinte de 1975 e as Legislativas de 1995*, Lisboa, STAPE/MAI.

Idem (1998), "Lógicas de recrutamento parlamentar: Os Deputados Portugueses, 1975-1999", *Sociologia Problemas & Práticas*, 28, pp. 115-148.

idem (1999), "Reforma eleitoral adiada por intransigência na defesa do número de deputados" in *Finisterra*, 31/32.

idem (2001a), "Eleições presidenciais e sistema de governo no Portugal democrático", in António Costa Pinto (coordenador), *Os Presidentes da República*, Temas & Debates/Círculo de Leitores (no prelo).

idem (2001b), "«Velha» e «Nova Política»: o caso português em perspectiva comparada", in Vala, Jorge, e Cabral, Manuel Villaverde (orgs.), *Estudo Europeu de Valores 1990-1999, Atitudes Sociais dos Portugueses*.

idem (2001c), "Religião e política em Portugal, Irlanda e Noruega", in Manuel Villaverde Cabral, J.M. Pais, J. Vala. (orgs.), *Religião e Bioética*, Lisboa, ICS, Imprensa de Ciências Sociais.

idem (2001d), *Mudança Eleitoral em Portugal: Clivagens, Economia e Voto em Eleições Legislativas, 1983-1999*, Oeiras, Celta.

Gaïti, Brigitte (1999), “«Syndicat des anciens» contre «forces vives» de la Nation. Le renouvellement politique de 1958”, in Offerlé, Michel, 1999, pp. 279-308.

Gallagher, Michael, e Marsh, Michael (1988), *Candidate Selection in Comparative Perspective. The Secret Garden of Politics*, Londres, Sage

Gangas, Pilar (2000), “Los diputados españoles, 1977-1996”, in Antonia Martínez (org.), *El Congreso de los Diputados en España: Funciones e Rendimiento*, Madrid, Tecnos.

Gaxie, Daniel (1980), “Les logiques du recrutement politique”, *Revue Française de Science Politique*, Vol. 30, 1, pp. 5-44.

Grupo Parlamentar do Partido Socialista (2000), *Parlamento 2000: A Assembleia da República a Caminho do Século XXI*, Oeiras, Celta.

Holmberg, Sören (1989), “Political representation in Sweden”, *Scandinavian Political Studies*, 12, pp. 1-36.

Huntington, Samuel P. (1968), *El Orden Político en las Sociedades en Cambio*, Buenos Aires, Editorial Paidós.

Klingemann, Hans-Dieter (1995 [1998]), “Party positions and voter orientations”, in Klingemann, Hans-Dieter, e Fuchs, Dieter (org.), *Citizens and The State*, Oxford, Oxford University Press, pp. 183-205.

Leston-Bandeira, Cristina (1998), “Relationship between Parliament and Government in Portugal: an expression of the maturation of the political system”, in Norton, Philip (org.) (1998), pp. 142-166.

Leston-Bandeira, Cristina (2000), “A Assembleia da República de 1976 a 1999: da legislação à legitimação”, *Análise Social*, Vol. XXXV, 154-155, pp. 175-206.

Leston-Bandeira, Cristina (2001a), “The Portuguese Parliament during the first two decades of democracy”, *West European Politics*, Vol. 24, 1, pp. 137-156.

Leston-Bandeira, Cristina (2001b), “Parliament and citizens in Portugal: still looking for the links”, in Norton, Philip (2001), *Parliaments and Citizens in Western Europe*, London, Frank Cass (no prelo).

Lijphart, Arend (1999), *Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries*, New Haven, Yale University Press.

Lima, Pedro, e outros (1991), "Classificações de profissões nos Censos 91", *Sociologia, Problemas & Práticas*, 10, pp. 43-66.

Magalhães, José (1999), *Dicionário da Revisão Constitucional*, Lisboa, Editorial Notícias.

Magone, José (2000), "Political recruitment and elite transformation in modern Portugal 1870-1999: The late arrival of mass representation", in Best, Heinrich, e Cotta, Maurizio (2000), pp. 341-370.

Mair, Peter, e Katz, Richard (1995 [1997]), "Party organization, party democracy and the emergence of the cartel party", in Mair, Peter, *Party System Change: Approaches and Interpretations*, Oxford, Oxford University Press, 93-119.

Ministério dos Assuntos Parlamentares (1998), *Lei Eleitoral para a Assembleia da República: Proposta de Lei 194/VIII*, de 25 de Junho.

Saint-Maurice, Ana, e outros (1997), *Caracterização Sociográfica das Mulheres Eleitas para as Autarquias Locais 1993*, Lisboa, STAPE.

Michels, Roberto (1912 [1989]), "A base conservadora da organização", "A demografia e a lei férrea da oligarquia", in Cruz, Manuel Braga da, *Teorias Sociológicas: Os Fundadores e os Clássicos*, Lisboa, FCG, 1989, pp. 479-498.

Miller, Warren, e outros (1999), *Policy Representation in Western Democracies*, Oxford, Oxford University Press.

Mills, Wright (1969), *L'Elite du Pouvoir*, Paris, Maspero.

Miranda, Jorge (1999), "Estudo com vista a uma nova lei dos partidos políticos", *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa*, Vol. XL, 1-2, pp. 541-571.

Idem (2000), *Manual de Direito Constitucional - Tomo V: Actividade Constitucional do Estado*, Coimbra, Coimbra Editora, 2ª edição.

Mosca, Gaetano (1923 [1989]), "A classe política", in Cruz, Manuel Braga da, *Teorias Sociológicas - Os Fundadores e os Clássicos*, Lisboa, FCG, 1989, pp. 405-422.

Neuman, Sigmund (1956, 1990), "The party of democratic integration", in Mair, Peter (org.), *The West European Party System*, Oxford, Oxford University Press.

Norris, Pippa (1996), “Legislative recruitment”, in LeDuc, Lawrence, e outros (1996), pp. 184-215.

Norris, Pippa (org.) (1997), *Passage to Power: Legislative Recruitment in Advanced Democracies*, Cambridge, Cambridge University Press.

Norris, Pippa, e Lovenduski, Joni (1994), *Political Recruitment: Gender, Race and Class in the British Parliament*, Cambridge, Cambridge University Press.

Norton, Philip (org.) (1998), *Parliaments and Governments in Western Europe*, London, Frank Cass.

Norton, Philip (org.) (1999), *Parliaments and Pressure Groups in Western Europe*, London, Frank Cass.

Offerlé, Michel (1999), *La Profession Politique: XIX^e-XX^e Siècles*, Paris, Belin.

Opello Jr., Walter C. (1988), “O Parlamento português: análise organizacional da actividade legislativa”, *Análise Social*, Vol. XXIV, 100, Lisboa, ICS, 1988, pp. 127-150.

Opello Jr., Walter C., e Clemo, Lorrie A. (1993), “Organização e funcionamento do Congresso dos Estados Unidos”, *Legislação*, 6 ,pp. 45-76.

Pareto, Vilfredo (1916 [1989]) “Os resíduos”, “Circulação das elites”, “Forma geral da sociedade”, in Cruz, Manuel Braga da, *Teorias Sociológicas: Os Fundadores e os Clássicos*, Lisboa, FCG, pp. 433-438, 449-464.

Pedroso, Paulo, e outros (1995), “Mulheres parlamentares e ex-parlamentares: trajectórias pessoais e carreiras políticas”, in Bettencourt, Ana Maria, e Pereira, M. Margarida Silva (org.), *Mulheres Políticas: as Suas Causas*, Lisboa, Quetzal, pp. 289-323.

Pinto, António Costa (2001), “O império do professor: Salazar e a elite ministerial do Estado Novo (1933-1945)”, *Análise Social*, XXXV, 157, pp. 1055-1078.

Polsby, Nelson (1968), “The institutionalization of the U.S. House of the Representatives”, *American Political Science Review*, 62, pp. 144-168.

Presidência do Conselho de Ministros (1997), *Revisão da Lei Eleitoral para a Assembleia da República: Anteprojecto de Articulado e Relatório*, Lisboa, fotocopiado.

Reynolds, Andrew, e Reilley, Ben (1997), *The International IDEA Handbook for Electoral System Design*, Stockholm, International IDEA.

Robinson, R. (1996), "Do CDS ao CDS/PP: o partido do centro democrático social e o seu papel na política portuguesa", *Análise Social*, XXXI (138), pp.951-974.

Rodrigues, H. Nascimento (1996), "Os acordos de concertação social", in Barreto, António (org.), *A Situação Social em Portugal, 1960-1995*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, pp. 499-510.

Rosário, Eugénia, e outros (1989), "Imagem dos eleitos locais - Presidentes e Vereadores municipais - 1989", *Eleições*, 1, pp. 7-20

Sá, Luís (1994), *O Lugar da Assembleia da República no Sistema Político*, Lisboa, Caminho.

Sawicki, Frédérick (1999), "Classer les hommes politiques. Les usages des indicateurs de position sociale pour la compréhension de la professionnalisation politique", in Offerlé, Michel, 1999, pp. 135-170.

Scarrow, Susan, e outros (2000), "From social integration to electoral contestation: the changing distribution of power within political parties", in Dalton, Russell, e Wattenberg, Martin P., *Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies*, Oxford, Oxford University Press, pp. 129-156.

Schmitter, Philippe (1999), *Portugal: do Autoritarismo à Democracia*, Lisboa, ICS.

Schumpeter, J. (1979), *Capitalism, Socialism and Democracy*, Londres, George Allen & Unwin.

Shugart, Matthew, e Wattenberg, Martin (org.) (2000), *Mixed-Member Electoral Systems: The Best of Both Worlds*, Oxford, Oxford University Press

Silva, Lucinda, e outros (1986), *Caracterização dos Eleitos das Autarquias Locais - 1982*, Lisboa, STAPE/MAI.

Sousa, Marcelo Rebelo de (1983), *Os Partidos Políticos no Direito Constitucional Português*, Braga, Livraria Cruz, 1983.

Sousa, Vinício Alves da Costa (1984), *Caracterização da Classe Política Portuguesa*, Lisboa, Instituto Damião de Góis.

Stock, Maria José (1985a), "Delegados, activistas, quadros médios: importância de uma abordagem empírica", *Economia e Sociologia*, 38/39, pp. 7-26.

Stock, Maria José (1985b), “A base social de apoio e o recrutamento dos líderes do PSD e do CDS”, *Revista de Ciência Política*, 1, pp. 103-121.

Stock, Maria José, e Rosa, Luís F. Valente (1985), “Perfil dos delegados aos Congressos dos partidos políticos em 1981”, *Economia e Sociologia*, 38/39, pp. 59-94.

Ysmal, Collete (1985), “Elites et leaders”, in Grawitz, Madeleine, e Leca, Jean, *Traité de Science Politique - L'Action Politique*, Vol. 3, Paris, PUF, pp. 603-642.

Vallès, Josep, e Bosch, Agustí, (1997), *Sistemas Electorales y Gobierno Representativo*, Barcelona, Ariel.

van Schuur, Wijbrandt H. (1985), “A estrutura do ideário político dos activistas partidários”, *Economia e Sociologia*, 38/39, pp. 153-182.

Viegas, J. M. L. e Sérgio Faria (2001), *As Mulheres na Política*, Oeiras, Celta.

Fontes
Primárias

FONTES PRIMÁRIAS

Assembleia da República (1976), *Fichas Biográficas dos Deputados da Assembleia Constituinte*, Arquivo Histórico Parlamentar, (fotocopiado).

Assembleia da República (1980), *Fichas Biográficas dos Deputados da I Legislatura*, Arquivo Histórico Parlamentar, (fotocopiado).

Assembleia da República/Arquivo Histórico Parlamentar (1983), *Fichas Biográficas dos Deputados da II Legislatura*, Arquivo Histórico Parlamentar, (fotocopiado).

Assembleia da República (1985), *Fichas Biográficas dos Deputados da III Legislatura*, Arquivo Histórico Parlamentar, (fotocopiado).

Assembleia da República (1987), *Fichas Biográficas dos Deputados da IV Legislatura*, Direcção de Serviços de Apoio ao Plenário, (fotocopiado).

Assembleia da República (1990), *Biografia dos deputados - V Legislatura*, Lisboa, Assembleia da República/Divisão de edições.

Assembleia da República (1993), *Biografia dos deputados - VI Legislatura*, Lisboa, Assembleia da República/Divisão de edições.

Assembleia da República (1997), *Biografia dos deputados - VII Legislatura*, 1º Volume, Lisboa, Assembleia da República/Divisão de edições.

Assembleia da República (1997), *Constituição da República Portuguesa: Quarta Revisão 1997*, Lisboa, Quid Juris?.

Assembleia da República (2000a), *Biografia dos deputados - VIII Legislatura*, Lisboa, Assembleia da República/Divisão de edições.

Assembleia da República (2000b), *Regimento da Assembleia da República*, Lisboa, Assembleia da República/Divisão de edições.

Assembleia da República (2001), *Constituinte 25 Anos: A Constituição de 1976 – Debates, Imagens, Sons*, Lisboa, Assembleia da República/Divisão de edições, CDROM.

- Azevedo, Cândido (org.) (1989), *Classe Política Portuguesa*, Lisboa, Reproscan.
- Azevedo, Cândido (org.) (1993), *Classe Política Portuguesa*, Lisboa, Reproscan.
- Azevedo, Cândido (org.) (1994), *Classe Política Portuguesa*, Lisboa, Reproscan.
- Centro Democrático Social (CDS/PP) (1985), *Estatutos – Aprovados em Fevereiro de 1985*, Lisboa, CDS.
- Centro Democrático Social (CDS) (1986), *Estatutos – Abril 1986*, Lisboa, CDS.
- Centro Democrático Social (CDS) (1988), *Estatutos do CDS (com as Alterações Introduzidas pelo Congresso da Póvoa do Varzim, de 29 a 31 de Janeiro de 1988)*, Lisboa, CDS.
- Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS/PP) (1993), *Estatutos – Aprovados no XI Congresso (Extraordinário)*, Lisboa, CDS/PP.
- Centro Democrático Social-Partido Popular (CDS/PP) (2000), *Estatutos do Partido Popular – CDS/PP*, Lisboa, CDS/PP.
- Guimarães, Alberto Laplaine, e outros (2000), *Os Presidentes e os Governos da República no Século XX*, Lisboa, Caixa Geral de Depósitos/Imprensa Nacional Casa da Moeda.
- Partido Comunista Português (PCP) (1988), *Projecto de Alteração aos Estatutos do PCP – Discutidos em Dezembro de 1988, no XII Congresso*, Lisboa, PCP.
- Partido Comunista Português (PCP) (1988), *Estatutos do PCP Aprovados no XII Congresso, Dezembro de 1988*, Lisboa, PCP.
- Partido Comunista Português (PCP) (1992), *Estatutos do PCP Aprovados no XIV Congresso, Dezembro de 1992*, Lisboa, PCP.
- Partido Socialista (PS) (1974), *Declaração de Princípios, Programa e Estatutos – Aprovado no Congresso do PS em Dezembro de 1974*, Lisboa, PS.
- Partido Socialista (PS) (1977), *Estatutos – Aprovados na 2ª Parte do Congresso do Porto, 1977*, Lisboa, PS.
- Partido Socialista (PS) (1981), *Estatutos – Aprovados no IV Congresso Nacional, 1981*, Lisboa, PS.

Partido Socialista (PS) (1983), *Estatutos – Aprovados no V Congresso Nacional, 1983*, Lisboa, PS.

Partido Socialista (PS) (1986), *Estatutos – Aprovado no VI Congresso Nacional, 1986*, Lisboa, PS.

Partido Socialista (PS) (1988), *Estatutos – Aprovado no VII Congresso Nacional, 1988*, Lisboa, PS.

Partido Socialista (PS) (1992), *Estatutos do PS Aprovados na Reunião da Comissão Nacional de 92/07/04*, Lisboa, PS.

Partido Socialista (PS) (1998), *Estatutos do PS Aprovados na Reunião da Comissão Nacional de 98/03/14*, Lisboa, PS.

Partido Social Democrata (PSD) (2000), *Estatutos do PSD Aprovados no XXIII Congresso, 2000*, www.psd.pt/psdetxt.html.

União Interparlamentar (2001, Setembro), *Women in National Parliaments*, www.upi.org.

Anexos

Anexo 1

*Entrevistas aos dirigentes dos quatro maiores
partidos políticos portugueses*

ANEXO 1:

Entrevistas aos dirigentes dos quatro maiores partidos políticos portugueses

I - Amostragem

CDS/PP:

1 membro da Comissão Política Nacional;

1 membro de uma Comissão Política Distrital (aquela em o partido obteve, durante os anos 90 – AR 91, 95 e 99-, a maior percentagem média de votos): **Aveiro**.

PCP:

1 membro da Comissão Política do Comité Central;

1 membro de uma Comissão Política Distrital (aquela em que o partido tenha obteve, durante os anos 90 – AR 91, 95 e 99-, a maior percentagem média de votos): **Beja**.

PS:

1 membro da Comissão Política Nacional;

1 membro do Secretariado de uma Federação Regional (aquela em o partido obteve, durante os anos 90 – AR 91, 95 e 99-, a maior percentagem média de votos): **Castelo Branco**.

PSD:

1 membro da Comissão Política Nacional;

1 membro de uma Comissão Política Distrital (aquela em o partido obteve, durante os anos 90 – AR 91, 95 e 99-, a maior percentagem média de votos): **Viseu**.

II – Guião das entrevistas a realizar aos dirigentes dos quatro maiores partidos políticos portugueses

II.1 Introdução:

Somos um grupo de investigadores do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia que está a fazer um trabalho sobre as “lógicas de recrutamento dos deputados portugueses”.

A equipa de investigação é constituída pelo Dr. André Freire (coordenador), o Dr. Tito Matos, a Dra. Vanessa Sousa e a Cristina Marinho, para além de contar com a consultoria do Doutor José Manuel Leite Viegas.

Este estudo pretende contribuir para um melhor conhecimento do funcionamento da democracia portuguesa, centrando-se em dois dos seus principais actores: os partidos políticos e os deputados à Assembleia da República.

Certos de que compreenderão a importância de estudos como este, bastante comuns nas democracias consolidadas da nossa área geo-cultural, agradecemos desde já a sua colaboração.

As respostas a estas entrevistas serão mantidas sob anonimato, sendo apenas revelado os órgãos dos diferentes partidos a que os dirigentes entrevistados pertenciam.

II.2 Guião:

Em primeiro lugar, gostaríamos de colocar-lhe algumas questões sobre o papel dos diferentes órgãos do seu partido na elaboração das listas de candidatos a deputados à Assembleia da República:

- 1ª - Quais os diferentes órgãos do seu partido que tem responsabilidades na elaboração das listas de candidatos a deputados à Assembleia da República?
- 2ª - Qual o papel que cada um desses diferentes órgãos do seu partido desempenha no processo de elaboração das listas de candidatos a deputados à Assembleia da República?
- 3ª - Qual o papel do órgão (**nomear cada órgão específico, consoante o partido/entrevistado**) a que pertence no processo de elaboração das listas de candidatos a deputados à Assembleia da República?
- 4ª - Qual o papel do líder do partido no processo de elaboração das listas de candidatos a deputados à Assembleia da República?
- 5ª - Considera que os órgãos regionais e locais do partido tem um papel adequado no processo de elaboração das listas de candidatos a deputados à Assembleia da República? Porquê?

Em segundo lugar, gostaríamos de colocar-lhe algumas questões sobre o perfil dos candidatos a deputados do seu partido.

- 6ª - Tendo em conta sua experiência enquanto dirigente do ... **(nomear o partido)**, qual considera ser a importância atribuída pelo seu partido a factores tais como o sexo e a idade dos potenciais candidatos, no processo de elaboração das listas de candidatos a deputados à Assembleia da República?
- 7ª - Tendo em conta sua experiência enquanto dirigente do ... **(nomear o partido)**, qual considera ser a importância atribuída pelo seu partido a factores tais como o nível e os tipos de competências técnicas e profissionais dos potenciais candidatos (nível de instrução, a área de estudos e a experiência profissional), no processo de elaboração das listas de candidatos a deputados à Assembleia da República?
- 8ª - Tendo em conta sua experiência enquanto dirigente do ... **(nomear o partido)**, qual considera ser a importância atribuída pelo seu partido às ligações organizacionais dos potenciais candidatos (a sindicatos, organizações sócio profissionais, organizações patronais, organizações de juventude, associações, etc), no processo de elaboração das listas de candidatos a deputados à Assembleia da República?
- 9ª - Tendo em conta sua experiência enquanto dirigente do ... **(nomear o partido)**, qual considera ser a importância atribuída pelo seu partido ao *curriculum* partidário dos potenciais candidatos (experiência nos diferentes órgãos de direcção do partido, bem como nas suas organizações autónomas – de jovens, de mulheres, de trabalhadores, etc.), no processo de elaboração das listas de candidatos a deputados à Assembleia da República?
- 10ª - Tendo em conta sua experiência enquanto dirigente do ... **(nomear o partido)**, qual considera ser a importância atribuída pelo seu partido ao *curriculum* político dos potenciais candidatos (experiência no governo, na assembleia da república, nas autarquias e nos governos e assembleias regionais), no processo de elaboração das listas de candidatos a deputados à Assembleia da República?
- 11ª - Tendo em conta sua experiência enquanto dirigente do ... **(nomear o partido)**, qual considera ser a importância atribuída pelo seu partido à notoriedade e prestígio regionais dos candidatos (a deputados) em cada círculo eleitoral respectivo?
- 12ª - Tendo em conta sua experiência enquanto dirigente do ... **(nomear o partido)**, de forma considera que o sistema eleitoral vigente para as eleições de deputados à Assembleia da República condiciona a relação dos parlamentares com os seus eleitores? E que reformas entende serem mais necessárias para melhorar a relação entre eleitos e eleitores?

III – SINOPSES DAS ENTREVISTAS AOS DIRIGENTES NACIONAIS (1-2)

Problemáticas / Temáticas	Entrevista N° 1 Partido Popular (PP) – Membro da Comissão Política Nacional	Entrevista N° 2 Partido Socialista (PS) – Membro da Comissão Política Nacional
<p>Órgãos com responsabilidades na elaboração das listas de candidatos a deputados à A.R. Responsabilidades dos diferentes órgãos do partido</p>	<p>“Todos têm responsabilidades. Desde a simples concelhia até à direcção do Partido”</p> <p>“As listas de deputados são compostas por duas partes: a quota nacional, que é a direcção que escolhe e vai a conselho nacional para ser votado/aprovada”</p> <p>“O resto da lista é a assembleia distrital que aprova (...) as concelhias participam na elaboração da lista, vai a comissão política distrital, que faz algumas alterações e aprova (...) e vai à Assembleia distrital (onde todas as concelhias estão representadas) e aí é votada”</p> <p>“Nas últimas eleições, a quota nacional foi o cabeça de lista em todos os distritos, e 5 em Lisboa e 3 no Porto”</p> <p>“É o conselho Nacional que aprova antes de cada eleição as quotas nacionais”</p> <p>“Os cabeças de lista são da direcção nacional, mas ouvem-se as distritais – exemplo do Daniel Campelo que não era da direcção do partido”</p> <p>“A direcção não se mete na quota distrital”</p>	<p>“(…) As respectivas competências estão definidas em estatutos (...) apesar dos deputados serem eleitos por círculos segue-se uma lógica mais geográfica (...) há um órgão que é a Comissão Política Nacional (...) que é um órgão intermédio entre o órgão executivo (secretariado nacional – espécie de governo) e a Comissão Nacional (espécie de assembleia) (...)”</p> <p>“A CPN define as regras de início, os critérios a que as listas devem obedecer e na parte final, rectifica o resultado final das listas (...)”</p> <p>“Pelo meio, há um órgão (comissões políticas de federação), nós estamos organizados em regra geral, a cada distrito corresponde uma federação, excepção da região Oeste, (...) em que há uma federação Oeste, englobando vários distritos”</p> <p>“A CPN estabelece os critérios, depois o processo passa para as federações onde são elaboradas e aprovadas as listas respeitantes a um determinado círculo eleitoral (...) o processo volta ao nível superior (CPN) para ser rectificada e para ver se os critérios foram ou não cumpridos)”</p>

Problemáticas / Temáticas	Entrevista N° 1 Partido Popular (PP) – Membro da Comissão Política Nacional	Entrevista N° 2 Partido Socialista (PS) – Membro da Comissão Política Nacional
<p>Papel do líder no processo de elaboração das listas de candidatos a deputados</p>	<p>“ É um papel importante (...) Participa na escolha dos cabeças de lista em todos os distritos”</p> <p>“ É óbvio que o Dr. Paulo Portas, ou qualquer outro Presidente, antes de entregar as listas dá</p>	<p>“ Há uma reserva consagrada nos estatutos, que é a CPN – geralmente o Secretário Geral – tem direito a indicar 30 % dos deputados em cada círculo eleitoral”</p> <p>“ Esses 30% só são indicados em geral no final, as listas vêm em bruto, e depois, a CPN introduz os 30 % - isso é o que está nos estatutos – mas geralmente o que se faz é articular e negociar com as federações para que se saiba à partida onde vão entrar estes 30 % e quem vai entrar – varia de eleição para eleição”</p> <p>“ Na última eleição, foram definidos 3 critérios base: 1) tinha a ver com as quotas das mulheres. Portanto tinha de ser colocada uma mulher em cada 4 candidatos, para cumprir a quota dos 25%; 2) foi dada também a indicação que se pusessem vários jovens nas listas”</p> <p>“ Estes 30% servem para introduzir correções de perfil profissional, é preciso ter atenção às pessoas ligadas à parte económica e questões económico-financeiras; porque um dos momentos mais importante é o orçamento”.</p>
		<p>“Geralmente delega num conjunto de pessoas a elaboração das listas. Em 1999, eram basicamente 3 pessoas: Dr. António José Seguro (comissão permanente), Dr. Jorge Coelho (membro do secretariado) e eu (Secretário geral</p>

Problemáticas / Temáticas	Entrevista N° 1 Partido Popular (PP) – Membro da Comissão Política Nacional	Entrevista N° 2 Partido Socialista (PS) – Membro da Comissão Política Nacional
	<p>uma vista de olhos, para ver se não há nada de extraordinário, nada que choque (...) às vezes até dá conselhos. Diz ponham esta pessoa, e esta, na lista...mas é recomendação e não imposição”</p>	<p>para a organização) – fomos acompanhando as listas para que na aprovação não houvesse problemas”</p> <p>“ Quando os distritos são pequenos e elegem pouca gente, os 30% levantam sempre problemas (...) aliás uma coisa é quando se está numa expectativa de crescimento eleitoral e outra de diminuir a votação”</p>
<p>Papel dos órgãos regionais e locais na elaboração das listas de candidatos a deputados</p>	<p>“O papel é adequado. Como todo o partido se envolve na elaboração das listas, obviamente todo o partido se envolve na campanha e tudo mais. A direcção nacional tem de ter uma quota nacional onde possa encaixar as pessoas que entende e o resto cabe às concelhias...”</p> <p>“Poderá ficar com a ideia que a direcção fica com todos os lugares elegíveis, mas não, ...em Aveiro o 2º deputado é de Aveiro, é escolhido por eles”</p> <p>“O Daniel Campelo é de lá, não foi escolhido por nós”</p> <p>“No Porto, o 2º e 3º são do Porto”</p> <p>“É preciso ver quais são os melhores candidatos para cada distrito”</p> <p>“Basicamente isto é assim: a direcção nacional indica os primeiros; as distritais são responsáveis pela elaboração das listas, e pedem às</p>	<p>“Parece-me que o papel é adequado (...)</p> <p>Acontece é que há federações que descentralizam mais o processo – solicitam às comissões políticas concelhias que sugiram 5 ou 6 candidatos a deputados ordenados e depois, com essas sugestões elaboram as listas finais – portanto, há umas federações que, não estando consagrado em estatutos, democratizam ainda mais o processo”</p> <p>“A de Lisboa e do Porto fazem isso, para acalmar os ânimos, uma vez que é sempre um processo de agitação interna”</p> <p>“Não tem havido muitas alterações, em termos de processo, mas houve ao nível do critérios a partir de 1995, com a questão das quotas, e dos jovens – não há um documento enquadrador, nem está nos estatutos, mas ficou definido em Assembleia da Comissão Política”</p>

Problemáticas / Temáticas	Entrevista Nº 1 Partido Popular (PP) – Membro da Comissão Política Nacional	Entrevista Nº 2 Partido Socialista (PS) – Membro da Comissão Política Nacional
	<p>concelhias nomes e depois ordenam as listas consoante o peso que essas mesmas concelhias/ próprios candidatos têm”</p> <p>“Depois há o papel das organizações do partido, que participam quer na quota nacional quer na quota distrital (...) não há nenhuma regra escrita, mas a tradição diz que em regra o Presidente da JP é deputado, isto é, vai na quota nacional”</p> <p>“Quer os trabalhadores democrata-cristãos, quer os jovens da Juventude Centrística nas distritais, entram como se fosse mais uma concelhia, entrando em acordo com as outras concelhias”</p> <p>“Há um protocolo entre a Juventude Popular e a Direcção nacional, que não costuma ser utilizado, uma vez que se chega a um acordo, mas com a Federação de Trabalhadores Democrata Cristãos não, embora sejam sempre incluídos”</p> <p>“Para além disso, todas essas pessoas pertencem ao partido, por isso acabam sempre por participar de uma maneira ou de outra”</p> <p>“Ao longo dos anos houve mudanças: no início do partido era a direcção nacional que fazia as listas todas, abolindo as distritais, tendo depois havido uma abertura às distritais e concelhias (...) alargou-se a base de escolha, houve uma evolução positiva”</p>	

Problemáticas / Temáticas	Entrevista N.º 1 Partido Popular (PP) – Membro da Comissão Política Nacional	Entrevista N.º 2 Partido Socialista (PS) – Membro da Comissão Política Nacional
<p>Importância atribuída por parte do partido aos seguintes critérios/factores (ou características dos candidatos a deputados) na elaboração das listas para a A.R.:</p> <p>1) Sexo e Idade</p> <p>2) Níveis e tipos de competências Profissionais</p>	<p>1) Sexo e Idade</p> <p>“Não temos grande preocupação; somos totalmente contra as quotas, sendo essa a posição oficial do partido (...) Tivemos em Leiria uma cabeça de lista, a Dra. Celeste Cardona, nós vamos mais pela competência não pela obrigatoriedade de ser mulher ou jovem”</p> <p>“No entanto, nas últimas eleições acusaram-nos de ter em Lisboa uma lista extremamente jovem, o 3º era o Dr. João Rebelo com 30 anos, o 5º era o LP (Luís Pedro?) com 26, o Feist é mais velhote; o Dr. Monteiro, 32; o João Almeida com 24, depois era eu com 26 – foi coincidência, mas não temos essa preocupação”</p> <p>“Hoje a equipe é jovem porque veio muita gente da JP e com o Dr. Manuel Monteiro houve uma quebra no partido, deixando um papel de um partido muito conservador, de elite, para passar a ser um partido inter-classista – houve uma ruptura de postura política”</p> <p>“É uma coisa muito natural, não há conflitos dentro do partido a nível do sexo”</p> <p>2) Níveis e tipos de competências Profissionais</p> <p>“Valorizamos o máximo possível e tentámos</p>	<p>1) Sexo e Idade</p> <p>Atribuímos muita importância, embora tenhamos aqui um problema, como todos os partidos: que é estarmos a fazer omeletes sem ter os ovos, porque há uma grande disparidade entre o n.º de militantes do sexo masculino e do feminino – é uma diferença brutal”</p> <p>“E daí a necessidade de introduzir estes critérios e de fazer algumas campanhas de forma a recrutar mais mulheres”</p> <p>“Nos distritos é muito complicada a participação das mulheres, são muito poucas”</p> <p>“Nos jovens, nós temos aqui uma particularidade: tanto quanto eu sei, o PSD e a JSD têm uma base de dados comum (um ficheiro comum), o que facilita muito em termos de participação dos jovens no partido – é directa. Nós temos um mecanismo que ajuda, mas espero que num futuro próximo também o PS venha a juntar os 26 000 jovens militantes da JS no partido”</p> <p>2) Níveis e tipos de competências Profissionais</p> <p>“Esse é um exercício que não se tem com uma</p>

Problemáticas / Temáticas	Entrevista Nº 1 Partido Popular (PP) – Membro da Comissão Política Nacional	Entrevista Nº 2 Partido Socialista (PS) – Membro da Comissão Política Nacional
<p>3) Curriculum partidário</p>	<p>diversificar o mais possível. Não interessa ao partido ter 15 advogados na AR, porque é preciso ter 3 ou 4 advogados, mas ter um especialista em jovens, outro nas questões de defesa e militares, outro na área da saúde, outro na habitação, outro na segurança social – isto na quota nacional”</p> <p>“Nas distritais isso já depende deles. Mais aí é mais pela notoriedade pessoal e pela pessoa, não estão preocupados com isso, até porque já sabem que a direcção nacional, na quota nacional, já teve essa preocupação”</p> <p>3) Curriculum partidário</p> <p>“Tem alguma influência mas não é uma coisa deliberada. Posso dar-lhe exemplos: Muitos que</p>	<p>visão global, que se calhar se deveria ter mais no total do grupo parlamentar (...) agora quando um partido está na expectativa de ganhar eleições também é um bocadinho difícil saber como vai ser o grupo parlamentar, porque há um conjunto de pessoas que fazem parte das listas, mas que saem para o governo, outros ficam, não se sabe muito bem, a opção final será do secretário geral e nesse caso, primeiro-ministro. Há cuidados a ter ao nível da representatividade distrital e geográfica e de perfil profissional. Por exemplo, na área económica-financeira, como vamos acompanhando o processo, sugerimos que se arranje uma pessoa com esta ou aquela formação (...) em todo caso temos sempre a hipótese de recorrer à quota, para introduzir critérios de correcção “</p> <p>“Há uma percentagem de renovação, mas há sempre aqueles que são reeleitos e portanto, por esta via, há logo um número de sectores que ficam cobertos”</p> <p>“Há o problema de um conjunto de deputados que vão para o governo e que regressam e que vão, destacando o partido”</p> <p>3) Curriculum partidário</p> <p>“Conta mais ao nível das distritais e concelhias, quando estão a elaborar as listas (...) embora</p>

Problemáticas / Temáticas	Entrevista N° 1 Partido Popular (PP) – Membro da Comissão Política Nacional	Entrevista N° 2 Partido Socialista (PS) – Membro da Comissão Política Nacional
<p>4) Curriculum Político</p>	<p>não tinham nada a ver com o partido foram directamente para deputados, como é o caso do Dr. Pires de Lima (...) depois foi para a direcção do partido/ mas foi ao contrário: era um simples militante com um currículo profissional e depois é que veio para direcção do partido”</p> <p>“ É claro que tem peso, o Dr. João Rebelo foi n.º 3 porque era secretário-geral do partido, é óbvio que isso tem alguma importância, mas não é o peso fundamental, o critério fundamental é diversificar em termos profissionais e áreas de intervenção”</p> <p>“Mesmo ao nível distrital, tem de haver uma ligação com o distrito, porque senão não conhece os problemas, etc. Para além disso, como não elegemos deputados em todas as regiões nós temos deputados padrinhos: isto é, cada um dos 15 deputados tem o seu distrito mais um, para haver uma ligação com essas distritos, para haver um acompanhamento nas questões mais locais”</p> <p>4) Curriculum Político</p> <p>“Com certeza que sim: Dr. Narana Coissoró já é deputado há muito tempo. Um grupo parlamentar muito novo em idade mas também em experiência parlamentar, da última para esta eleição só o Dr. Silvio Cervan é que ficou (...) foi</p>	<p>também se escolham independentes, etc.”</p> <p>4) Curriculum Político</p> <p>“Geralmente aproveita-se essas pessoas com mais experiência, não só porque já lá estiveram e conhecem o parlamento e seu funcionamento, como acabam por ser os especialistas num determinado conjunto de áreas”</p>

Problemáticas / Temáticas	Entrevista Nº 1 Partido Popular (PP) – Membro da Comissão Política Nacional	Entrevista Nº 2 Partido Socialista (PS) – Membro da Comissão Política Nacional
<p>5) Ligações organizacionais dos candidatos</p>	<p>importante buscá-los para o início, para se saber como se interpela a mesa, que figura utilizar, uma pessoa que conheça bem todo o processo (...) não é por acaso que o líder parlamentar é o Dr. Basílio Horta.”</p> <p>“ Não há nenhum critério depende da estratégia do partido: com o Dr. Manuel Monteiro foi diferente, toda a gente nova e com notoriedade, enquanto que a actual direcção quis incluir gente de todas as partes do partido”</p> <p>5) Ligações organizacionais dos candidatos</p> <p>“Sim, é importante. Normalmente uma pessoa quando escolhe a carreira política tem um passado de associativismo, de ligações a associações empresariais (Ex.: Prof. Rosado Fernandes). Há um eco muito variado de ligação à sociedade civil. (...) Mais uma vez as concelhias e distritais não dão muita importância a isto, é mais o papel da direcção nacional”</p>	<p>“Desde a Constituinte, há só 2 ou 3, e desde a última legislatura, há para aí uma redução de 40 ou 50%”</p> <p>“Actualmente, e depois da saída de deputados para o governo, essa redução é ainda maior (...) é interessante, porque por um lado, o PSD tem uma bancada cheia de ex-ministros, e o PS tem uma bancada cheia de gente nova e inexperiente”</p> <p>5) Ligações organizacionais dos candidatos</p> <p>“É preciso ter em conta as ligações aos grupos sindicais, ..., há 2 ou 3 ou 4 deputados que são sindicalistas, e que estão ligados aos sindicatos, assim como à pessoas ligadas à universidade”</p> <p>“Em relação à juventude socialista e aos trabalhadores socialistas, não há nada escrito. No entanto, instituiu-se que o presidente e secretário-geral da JS teriam sempre direito, e actualmente, há 15 deputados da JS no parlamento (...) Tudo o resto, resulta de uma negociação, da prática, do percurso histórico não há uma quota para os trabalhadores socialistas, mas entram sempre 3 ou 4”</p>

Problemáticas / Temáticas	Entrevista N° 1 Partido Popular (PP) – Membro da Comissão Política Nacional	Entrevista N° 2 Partido Socialista (PS) – Membro da Comissão Política Nacional
<p>6) Notoriedade e prestígio regionais dos candidatos</p>	<p>6) Notoriedade e prestígio regionais dos candidatos</p> <p>“ Em Lisboa, as pessoas votam no partido. Mas nos meios mais rurais isso já é diferente, as pessoas votam nas pessoas. (...) se não fosse o Dr. Daniel Campelo, nós não tínhamos eleito um deputado por Viana do Castelo”</p> <p>“ A nível das legislativas, é muito importante essa dimensão em alguns distritos; em Aveiro, como é o Dr. Paulo Portas essa questão não se põe, em Leiria como é um meio mais urbano, também não – foi a Dr. Celeste Cardona (...) isso também depende dos recursos disponíveis”</p>	<p>6) Notoriedade e prestígio regionais dos candidatos</p> <p>“geralmente o que se tenta, e porque há pessoas com grande prestígio nacional, quadros do partido, com grande projecção, que não têm ligação regional (...) como não há um círculo nacional onde se pudesse por estas pessoas, acabam por ser os primeiros das listas nos distritos (...) embora às vezes haja pessoas que vão para os primeiros lugares das listas, porque têm grande prestígio regional – Braga é um exemplo disso (...) nos círculos mais pequenos é que se levanta mais esse problema - Guarda – a cabeça de lista era a Presidente da Câmara, etc.”</p>
<p>Influência do actual sistema eleitoral na relação estabelecida entre os deputados e os eleitores.</p> <p>Reformas necessárias para melhorar a relação entre os eleitos e os eleitores</p>	<p>“Acho que é preciso reformular mais. Criar círculos uninominais, e criar um círculo nacional. Reduzir o número de deputados e criar um senado (...) para que todas as regiões ou distritos do país estejam representados na AR, e junto do governo. Porque aí acaba-se o problema do queijo limiano porque à partida todos os distritos estão já representados.”</p> <p>“Aí reduzíamos o número de deputados, já não seria necessário, para baixar a despesa, e criavam-se círculos uninominais e círculos nacionais. Isto é, eu se morar em Beja, votar no CDS é deitar o voto fora,...., e para quê votar no</p>	<p>“Círculos uninominais, e os círculos nacionais, o que levanta 2 problemas centrais: por um lado, a questão dos círculos mais pequenos, que nalguns casos teriam de dar um lugar para o círculo nacional, ficando só com 1 ou 2; por outro lado, os círculos uninominais introduz a proximidade dos deputados às populações, embora os círculos uninominais pudessem depois sofrer a influência negativa do dinheiro e do poder de certos grupos (...) para além disso, pode levar a que pessoas queiram ser eleitas só para levar coisas para as suas terras, ou seja, levar à ingovernabilidade, por assim dizer, na medida em que o governo para fazer passar o</p>

Problemáticas / Temáticas	Entrevista Nº 1 Partido Popular (PP) – Membro da Comissão Política Nacional	Entrevista Nº 2 Partido Socialista (PS) – Membro da Comissão Política Nacional
	<p>PSD, se tivermos um novo sistema, o meu voto já conta, mesmo que não seja para o bolo uninominal, conta para o bolo nacional (...) O actual sistema desvirtua o resultado (...) como determinados partidos não elegem deputados, as pessoas preferem votar noutros que possam disputar votos com o PCP ou com o PS”</p> <p>“Portugal está demasiadamente agarrado aos partidos (...) independentemente dos presidentes ou líderes, os partidos têm sempre uma votação mínima (...)”</p> <p>“há deputados que nunca se vêm, nunca abrem a boca, e por isso é que há esse desrespeito da AR (...) nós propomos 180 deputados mais 20 para o senado”</p> <p>“Estas reformas vão demorar um bocadinho (...) mais ano menos anos acaba por se implantar o regime uninominal, ou tentam mudar isso, ou então tudo pode tornar-se perigoso”</p> <p>“A questão do senado não é consensual, é negociável</p>	<p>seu orçamento tem de negociar com todos”</p> <p>“Mas é uma reforma que tem de se fazer e que conta sempre com a oposição dos deputados que lá estão”</p> <p>“Somos contra a redução de deputados , porque pode introduzir uma distorção da proporcionalidade dos deputados em certas regiões”</p> <p>“Somos contra o senado, e acho piada que o PP que é sempre contra a criação de mais lugares, venha propor a criação de um Senado, que obviamente envolve custos”</p> <p>“ Acho que a participação não passa pelo Senado, mas pela descentralização de funções para órgãos regionais (apesar da regionalização ter sido chumbada) (...) é preciso descentralizar e desconcentrar mais”</p> <p>“ A questão da proximidade com os eleitores sente-se mais nos grandes centros urbanos onde há mais deputados eleitos (...) Ao nível dos distritos mais pequenos, essa proximidade é maior, porque os deputados são mais solicitados para colóquios, e o deputado está identificado”</p> <p>“ Mas em Lisboa ou Porto, como há vários deputados, são mais anónimos (...) mas isso passa por dar mais condições aos deputados.</p>

Problemáticas / Temáticas	Entrevista N° 1 Partido Popular (PP) – Membro da Comissão Política Nacional	Entrevista N° 2 Partido Socialista (PS) – Membro da Comissão Política Nacional
		<p>Não deve haver muitos parlamentos no mundo, onde o deputado não tenha uma secretária, mas dividem secretárias para vários deputados e assessores para vários deputados. - é preciso criar mais condições”</p> <p>“ de qualquer forma, a 2ª e 3ª feira de 15 em 15 dias é destinada justamente a isso (atendimento dos eleitores no Distrito pelo qual é eleito)”</p> <p>“ Há visitas, agora lançamos a linha verde, onde as pessoas podem deixar um problema, e depois é distribuído a um deputado e tem 48 horas para responder – são questões normalmente relacionadas com o meio laboral (...)é uma boa iniciativa que foi divulgada mas que ainda não teve a suficiente divulgação”</p>

IV – SINOPSES DAS ENTREVISTAS AOS DIRIGENTES NACIONAIS (3-4)

Problemáticas / Temáticas	Entrevista N° 3 Partido Comunista Português (PCP) – Membro do Comité Central	Entrevista N° 4 Partido Social Democrata (PSD) – Membro da Comissão Política Nacional
<p>Órgãos com responsabilidades na elaboração das listas de candidatos a deputados à A.R. Responsabilidades dos diferentes órgãos do partido</p>	<p>“O órgão que decide sobre as listas são a comissão política e o secretariado. São os chamados organismos executivos, ..., que decidem em conjunto com as Direcções Regionais que têm uma responsabilidade extremamente importante”</p> <p>“A decisão final compete naturalmente aos órgãos executivos em discussão com os Distritos e Direcções- Regionais (que correspondem todas a Distritos com algumas excepções), e que têm a responsabilidade da elaboração da própria lista.”</p> <p>“Têm de se assegurar uma certa composição do grupo, e se cada Distrito decidisse per se segundo os seus interesses, e a sua visão, daria uma somatório que poderia não corresponder às necessidades de um grupo parlamentar”.</p> <p>“Os organismos distritais e outros organismos propõem nomes e depois nós vemos em quais é que elegemos deputados (...) a decisão é do Secretariado e da Comissão Política”</p> <p>“Aqui o decidir é o de aprovar (...) Há partidos que decidem eles, como o PS, onde os cabeças de lista são decididos por eles, aqui não, nós não funcionamos assim”</p>	<p>“As Comissões Políticas de Secção de nível concelho, as Comissões Políticas Distritais, a Comissão Política Nacional e o Conselho Nacional”</p> <p>“Normalmente, aquilo que está estatutariamente definido é que as Comissões Políticas de Secção podem apresentar uma proposta de nomes que depois é submetida à Comissão Política Distrital, que também dá parecer sobre essa proposta. Que depois chega à Comissão Política Nacional, que finalmente compõe as listas e as submete à aprovação do Conselho Nacional. São aprovadas na Comissão Política Nacional e depois, no Conselho Nacional.”</p> <p>“Não há quotas nem nada referido estatutariamente em relação às figuras cabeças-listas e à sua escolha, mas de facto normalmente as estruturas de escalão mais baixo fazem este raciocínio: na nossa área de jurisdição vive esta, aquela figura nacional e por isso seguramente vão fazer parte das listas. Não vamos propo-los, porque a Comissão Política Nacional tratará dos incluir nas listas. Sendo assim propomos 2 ou 3 nomes diferentes, porque dão por garantida a participação dessas figuras nacionais”.</p>

Problemáticas / Temáticas	Entrevista N° 3 Partido Comunista Português (PCP) – Membro do Comité Central	Entrevista N° 4 Partido Social Democrata (PSD) – Membro da Comissão Política Nacional
Papel do líder no processo de elaboração das listas de candidatos a deputados	<p>“No nosso caso o Secretário-geral é um cargo mas não é um órgão, portanto, não tem voto de qualidade. Está inserido num órgão colectivo, e portanto, decide no colectivo. A sua opinião, é uma apreciação geral em que se tem em conta o cargo e a pessoa, mas em termos estatutários, não há decisão do secretário-geral”.</p> <p>“Ele pertence à Comissão Política e ao Secretariado”.</p> <p>“Enquanto membro participa nesses órgãos, mas não tem um papel específico, não tem mais poder que os outros”</p>	<p>“Em regra, exemplo de Lisboa, a Comissão Política Distrital conduz as coisas de forma a que cada uma das secções apresente um número de candidatos que tenha alguma viabilidade de ser incluídos na lista, em função de toda a dimensão da lista. Imaginemos que há um distrito que elege 15 deputados, com 15 concelhos, e à partida cada uma das Comissões Políticas de secção deverá apresentar um nome. Por vezes, propõem 2 e depois escolhe-se 1. Uma outra alteração recente, ainda não praticada em todas as secções, é submeter a votos os nomes apresentados pela Comissão Política de Secção. Não está definido estatutariamente este modelo, mas em algumas secções pratica-se, embora não seja um prática generalizada.”</p>
		<p>“Da percepção que eu tenho, tem muito pouca participação nesse processo. Aquilo que a Comissão Política Nacional faz é destacar um pequeno número de representantes seus, para com as Comissões Políticas Distritais e eventualmente as Comissões Políticas de Concelhia/secção, mas sobretudo para acertarem a lista.. Ele vai tendo conhecimento do desenvolvimento do processo, das dificuldades e decisões que vão sendo tomadas, mas não intervêm directamente.”</p>

Problemáticas / Temáticas	Entrevista N° 3 Partido Comunista Português (PCP) – Membro do Comité Central	Entrevista N° 4 Partido Social Democrata (PSD) – Membro da Comissão Política Nacional
<p>Papel dos órgãos regionais e locais na elaboração das listas de candidatos a deputados</p>	<p>“Têm um papel fundamental. Em princípio, as organizações regionais fazem auscultações sobre eventuais candidatos, ver quem se destacou nas diferentes áreas económica, social, partidária. É a partir de um conjunto de sugestões que as direcções regionais propõem as pessoas”</p>	<p>“Considero que é um papel adequado. É evidente, que há um ou outro aspecto que inclusivamente é reflectido pela comunicação social, bem...daquelas pessoas que gostavam de integrar as listas e que por qualquer razão acabam por ser preteridos e que depois, em regra tem alguma manifestação negativa, mas enfim, é algo que acontece em todos os partidos.”</p> <p>“Mas parece-me um processo que já está estabilizado, e que corre bem, com algumas destas excepções”</p> <p>“Este processo tem já muito anos, tal como está estatutariamente definido. As próprias estruturas vão introduzindo algumas alterações como aquela que eu referi à pouco, dos candidatos a deputados serem submetidos à votação da secção, por exemplo, a escolha de três nomes,, são mais métodos internos do que consagrados nos estatutos”.</p>
<p>Importância atribuída por parte do partido aos seguintes critérios/factores (ou características dos candidatos a deputados) na elaboração das listas para a A.R.:</p> <p>1) Sexo e Idade</p>	<p>1) Sexo e Idade</p> <p>“ São definidos nas listas pelos órgãos executivos não pessoas mas critérios. Por exemplo, as listas têm de ter uma determinada representação feminina, podem é escolher as mulheres que quiserem”</p>	<p>1) Sexo e Idade</p> <p>“ Quanto ao sexo e à idade não dá relevância nenhuma. Ou seja, não é por ser mulher que não entra nas listas, não é por ter ultrapassado os 50 ou 60 anos que também não entra. Isto é, se tiver qualidade para o exercício da função, entra independentemente da idade ou do sexo.”</p>

Problemáticas / Temáticas	<p align="center">Entrevista N° 3 Partido Comunista Português (PCP) – Membro do Comité Central</p>	<p align="center">Entrevista N° 4 Partido Social Democrata (PSD) – Membro da Comissão Política Nacional</p>
	<p>“Nós somos contra as quotas impostas por lei, nós pensamos que isso é uma questão interna dos partidos, porque isso não é o problema. O problema da participação das mulheres na vida política é um problema mais complexo, mais geral, o que lhes permite ter participação política não é as quotas mas sim o estatuto social (...) o único partido que tem tido mulheres operárias nas suas listas é o PCP, se vir a composição social das mulheres que passam pelo parlamento, e mesmo as do nosso partido, são pessoas que têm apoios familiares, ou têm criadas, senão é óbvio que não conseguem”.</p> <p>“Mas somos o partido que tem maior percentagem de mulheres (tirando os Verdes, que são 100% - Risos!), ..., há uma linha de orientação, é obrigatório que as listas tenham uma distribuição por sexo que corresponda à realidade nacional e ao papel das mulheres na sociedade (...) é um dos critérios mais importantes, embora sejamos contra as quotas”</p> <p>“O que temos como assente é que haja deputados da JCP”</p> <p>“Nós temos a juventude (é a única organização autónoma), não tem poder de decisão nesta matéria, mas há um critério definido que diz que as listas devem incluir pessoas da juventude (...) e é a juventude que escolhe os seus representantes”</p>	<p>“Em todas as eleições, há uma coisa que se faz, que se diz e se pratica, que é a necessidade de renovação. Hoje, a nossa democracia tem 27 anos, e dos primórdios penso que só está um desde o início. A grande maioria dos deputados que hoje integra o nosso grupo parlamentar, tem menos de 8 anos de A.R. (...) No PSD o único deputado da Constituinte, salvo erro, é o deputado Pedro Roseta. Tem havido uma grande renovação, mas não entendida como pessoas de um escalão etário mais baixo. Nas próximas eleições pode entrar uma pessoa pela primeira vez com 65 anos.”</p>

Problemáticas / Temáticas	Entrevista Nº 3 Partido Comunista Português (PCP) – Membro do Comité Central	Entrevista Nº 4 Partido Social Democrata (PSD) – Membro da Comissão Política Nacional
<p>2) Níveis e tipos de competências Profissionais</p>	<p>“Mas também jovens, porque há jovens que são da JCP e do Partido, há outros que são só da JPC (é um dos nossos problemas, dado o envelhecimento da nossa estrutura), e há outros que são do Partido mas não são da JCP e o que acontece muitas vezes, é que as estruturas regionais propõem estes últimos para as listas, embora as listas continuem a ter na mesma, para além destes, membros da JCP, senão seria um absurdo”</p> <p>2) Níveis e tipos de competências Profissionais</p> <p>“Este partido, pela sua natureza, objetivos, pela sua forma de fazer política, das camadas Sociais (aliás é um estudo muito importante, você vai ver que a composição social varia muito consoante os partidos). Isto que lhe vou dizer não pode ser desligado da nossa base social, daquilo que somos: as listas têm que obedecer a critérios técnicos e sociais. Porque ser deputado, implica ter certos conhecimentos culturais, não se pode discutir um orçamento sem conhecer bem a economia, ainda que haja deputados que não sejam formados, embora tenhamos que assegurar que os nossos parlamentares tenham certos conhecimentos. Mas se for ver as nossas listas vai ver que ela representa todas as camadas da sociedade portuguesa.”</p>	<p>2) Níveis e tipos de competências Profissionais</p> <p>“Alguns (dão alguma importância), não talvez toda a que deveria ser dada. Como sabe, os deputados que integram o grupo parlamentar depois integram também comissões permanentes especializadas da Assembleia da República. E que eu me recorde, nunca se teve como objectivo muito bem definido e muito bem atingindo este de: é necessário ter uns tantos economistas, para a Comissão de Economia, uns tantos juristas, para a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias; uns tantos especialistas em defesa nacional para a Comissão de Defesa Nacional; uns tantos mais vocacionados para a política externa para integrar a Comissão Parlamentar de Negócios Estrangeiros, umas quantos pessoas peritas em questões de saúde para integrar a Comissão</p>

Problemáticas / Temáticas	<p align="center">Entrevista N° 3 Partido Comunista Português (PCP) – Membro do Comité Central</p>	<p align="center">Entrevista N° 4 Partido Social Democrata (PSD) – Membro da Comissão Política Nacional</p>
	<p>“Depois, naturalmente, as listas têm de ter uma arrumação que tenha em conta o n.º de deputados que vamos eleger. Não podemos chegar ao fim, depois das eleições, e ter só camponeses, só jovens ou só mulheres e não ter nenhum economista. Depois da distribuição, entram os interesses do grupo parlamentar. Nós sabemos que precisamos de um especialista em Agricultura, que pode ser formado ou não, ode uma pessoa que conheça as áreas laborais, etc. A diversidade sexual e da juventude, e temos sempre um deputado operário, mas em sítios onde sejam elegíveis, porque podíamos pô-los todos na lista de Trás-os –Montes onde não elegemos ninguém”.</p> <p>“Nós temos uma grande vantagem em relação aos outros partidos, do nosso grupo parlamentar, os dirigentes partidários estão reduzidos à ínfima espécie. Ao contrário de outros partidos, onde os dirigentes estão todos deputados, por razões de ordem financeira...”</p> <p>“Pensamos que os dirigentes do partido se devem dedicar ao partido”</p>	<p>Parlamentar de Saúde e Prevenção da Toxicodependência. Bem, nunca têm sido feitas ao pormenor estas contas, em todo o caso, isso não tem impedido que a diversidade existente nas listas não permita que o partido esteja suficientemente bem representado em cada comissão. Mas de facto, é mais um acaso porque propriamente por contas feitas. Em boa verdade essas contas deveriam ser feitas, mas não o são.”</p> <p>“Nas estruturas concelhias e distritais não atribuem a isso grande importância. A Comissão Política Nacional, ali sim, mas não de uma forma muito meticulosa, em boa verdade, deveriam ser feitas estas contas: a Comissão Parlamentar de Saúde e Prevenção da Toxicodependência tem 26 deputados. Se nós obtivermos 32% dos votados, iríamos ter a tantos lugares na Comissão Parlamentar de Saúde e Prevenção da Toxicodependência. Imagine que eram 12. Temos que ver se incluímos 12 especialistas em Saúde. Vamos incluir outros 12 deputados na Comissão Parlamentar de Economia, Finanças e Plano, então, vamos encontrar 12 pessoas particularmente vocacionadas para isso, que conheçam bem a área das finanças públicas, para que haja uma forte participação do PSD na discussão do Orçamento do Estado. Essas contas não se fazem, mas apesar disso, quando se trata de repartir os deputados, o grupo parlamentar fica satisfatoriamente representado nas comissões”</p>

Problemáticas / Temáticas	Entrevista N° 3 Partido Comunista Português (PCP) – Membro do Comité Central	Entrevista N° 4 Partido Social Democrata (PSD) – Membro da Comissão Política Nacional
<p>3) Curriculum partidário</p>	<p>3) Curriculum partidário</p> <p>“Não é dos critérios mais importantes. A grande maioria dos nossos deputados não são dirigentes do partido. E alguns dos que são dirigentes, como o Dr. Octávio Teixeira, já eram deputados antes de serem dirigentes do partido. Há o caso do secretário-geral, que é deputado por razões institucionais, por razões de interesse e de tradição institucional”</p>	<p>“Nos partidos mais pequenos esta questão é mais relevante. No PSD, cada deputado integra no máximo 2 comissões parlamentares, o que já não acontece no Bloco de Esquerda, ou nos Verdes ou até mesmo no Partido Comunista Português e Partido Popular”.</p> <p>3) Curriculum partidário</p> <p>“Temos sempre a preocupação de incluir gente da Juventude Social Democrata (JSD) e dos Trabalhadores Sociais-Democratas (TSD), sempre. (...) A organização de mulheres existe, mas não é muito activa. Não funciona da mesma forma que os TSD ou que a JSD. As mulheres que estão no grupo parlamentar, não estão lá por isso, nem sei se alguma delas pertence a esse órgão. Eu acho que houve uma altura em que a Dr. Leonor Beleza era a responsável por esse organismo e ele ainda mostrou alguns sinais de vida, mas muito fracos.”</p> <p>“Em regra, as pessoas que integram a Comissão Política Nacional vão nas listas para deputados, em regra. Eu não digo que não se atenta a essa experiência, mas atenta-se mais à experiência profissional, e no caso daqueles que já pertenceram no passado ao grupo parlamentar, à sua experiência parlamentar. Isso evidentemente que sim.”</p>

Problemáticas / Temáticas	Entrevista N° 3 Partido Comunista Português (PCP) – Membro do Comité Central	Entrevista N° 4 Partido Social Democrata (PSD) – Membro da Comissão Política Nacional
4) Curriculum Político	<p>4) Curriculum Político</p> <p>“É um critério que não é muito importante. É importante assegurar a continuidade na assembleia, porque há uma experiência acumulada, que não é desprezível. Mas é preciso ir pondo gente nova, assegurar a renovação. É preciso fazer a ligação com os que entram pela 1ª vez”</p> <p>“Julgo que é mais frequente deputados que passaram a Presidentes de Câmara (Beja e Alcácer do Sal), do que o inverso (não me lembro de nenhum caso). Somos aliás contra aquilo que alguns partidos têm feito, que é pôr Presidentes de Câmara como chamariz de votos, parece-me que nem dá saúde ao regime democrático por pessoas que depois não assumem funções, e que estão lá só para efeitos mediáticos. Aliás, um partido como o PS que usa e abusa das figuras públicas, Presidentes de Câmara, julgo que eles praticamente candidatam todos a deputados já sabendo que depois não os vão eleger, etc.: É um contraceno, porque depois defendem os círculos uninominais, aliás isso devia acabar”</p> <p>“Deveria haver um compromisso, mas eles (PS) não quer alterar nada.”</p>	<p>4) Curriculum Político</p> <p>“Evidentemente que este critério pesa. Mas isso não significa um seguro de vida para continuar no grupo parlamentar, não é decisivo. Mas é fundamental ter alguém que assegure a transição até que os novos se adaptem. A experiência de governo também é relevante. Faz sentido que se integrem no grupo parlamentar (...) ajuda, quem já fez parte e conhece o governo, tem alguma vantagem em relação ao exercício da actividade parlamentar - conhece o que já foi feito e o que ficou por fazer – ou pelo menos tem obrigação disso”</p> <p>“A experiência no poder local e em particular nas autárquicas é algo de recente, não tem mais de 12 anos. Os partidos descobriram que integrando autarcas com muita popularidade nas listas, porventura teria a vantagem de concentrar os votos daquele município onde o candidato exerce funções. Depois também se criou a ideia de que era importante que os autarcas estivessem na assembleia quando se discutisse o PIDAC. Depois, houve aquele episódio (Dr. Daniel Campelo e o Queijo Limiano), o que deu origem à alteração da lei.. Os partidos e os políticos de alguma maneira abriram os olhos, isto não pode ser. Se em todos os cargos políticos a pessoa tem de optar por um, também para os autarcas têm de ser assim. Tem um tempo para pensar, mas têm de optar por um, o que me parece bem.”</p>

Problemáticas / Temáticas	Entrevista N° 3 Partido Comunista Português (PCP) – Membro do Comité Central	Entrevista N° 4 Partido Social Democrata (PSD) – Membro da Comissão Política Nacional
5) Ligações organizacionais dos candidatos	5) Ligações organizacionais dos candidatos “À ligação dos potenciais candidatos com organizações não damos importância, por razões óbvias. Mas temos um duplo critério: é desejável que alguns desses candidatos sejam dirigentes activos de comissões de trabalhadores (ex: Lisnave), dirigentes sindicais, de comissões mulheres, etc.; depois, tentamos que haja um contacto regular com as organizações sociais: reuniões periódicas, divulgação de informação, etc.”	5) Ligações organizacionais dos candidatos “Em relação aos sindicatos e ao mundo laboral, existe essa preocupação. O PSD teve sempre nos seus deputados trabalhadores que integram os trabalhadores Sociais-Democratas. Aqui à uns anos convidou-se um dirigente da CAP, mas de resto não. Poderá ter havido outros, mas não foi por isso que foram convidados.”
6) Notoriedade e prestígio regionais dos candidatos	6) Notoriedade e prestígio regionais dos candidatos “O ideal, seria que as pessoas fossem eleitas por aquilo que propõem e aquilo que são, mas infelizmente, o mediático e a notoriedade são mais fortes (...) basta ver como o Santana Lopes foi eleito Presidente da Figueira da Foz, foi eleito porque é uma pessoa meidática, porque ele sabe tanto da Figueira da Foz como eu”. “O mediático sobrepe-se às ideias, às propostas, já não se discute as ideias mas as pessoas – é uma perversão do regime democrático – não podemos ignorar esse factor, mas fazemos um esforço para que as pessoas sejam eleitas por aquilo que são, pela sua honestidade”	6) Notoriedade e prestígio regionais dos candidatos “É fulcral e faz sentido. Pensa-se que um candidato com notoriedade e prestígio congrega votos, faz sentido.” “Eu penso que se for cumprido o que está estabelecido (de 15 em 15 dias, à 2ª e à 3ª o trabalho parlamentar é contacto com o eleitorado, não há razão nenhuma para falar nessa questão. Diz-se que os círculos uninominais resolvem esse problema, mas não resolvem. Porque eu posso ser eleito e não voltar a esse círculo que me elegeu. Dir-me-á, nas próximas não será eleito, é verdade, mas nas primeiras já foi.”

Problemáticas / Temáticas	Entrevista N° 3 Partido Comunista Português (PCP) – Membro do Comité Central	Entrevista N° 4 Partido Social Democrata (PSD) – Membro da Comissão Política Nacional
<p>Influência do actual sistema eleitoral na relação estabelecida entre os deputados e os eleitores.</p> <p>Reformas necessárias para melhorar a relação entre os eleitos e os eleitores</p>	<p>“Eu creio que está criada um grande mistificação. Não é o sistema eleitoral que deve ser aperfeiçoado. A aperfeiçoar deve ser o sistema de proporcionalidade, único garante do voto genuíno. O voto uninominal como querem o PS e o PSD é uma subversão do sistema, isto é, uma parte do eleitorado deixa de ter representação”.</p> <p>“A responsabilização dos eleitos passa pelos eleitores terem a possibilidade de aferir entre os compromissos eleitorais e as práticas de governação. Aquilo que afasta os cidadãos da política é ir-se generalizando a ideia de que os políticos não cumprem com os seus compromissos (um estudo interessante, é ver o que está nos compromissos eleitorais e o que os deputados votaram em concreto, você vai ver que mais de 90% votam contra aquilo que prometeram (foi o que aconteceu com o PS a reforma das mulheres para os 62 anos)”</p> <p>“Nós somos contra a existência de duas Câmaras, contra a redução do número de deputados, porque é óbvio que a redução do n.º de deputados conduz à subversão do sistema proporcional. Hoje, em muitos sítios, a proporcionalidade está viciada. Ou há uma reconfiguração dos círculos eleitorais com tudo que isso implica na nossa tradição, o que serviu muitas vezes para Engenharia eleitoral. Uma ideia era criar um círculo nacional, onde todos</p>	<p>Nem tudo carece de estar escrito, não é preciso dizer que os deputados têm responsabilidades com as pessoas que os elegeram (...) Acho que se fizesse mais falava-se menos de divórcio ente eleitos e eleitores”</p> <p>“A redução de deputados não me parece importante. É minha opinião pessoal: os círculos uninominais só podem fomentar uma coisa: o caciquismo. Se me disserem que isso é bom para a democracia (...) a aprovação do orçamento para 2001, com a abstenção de um deputado com a contrapartida de fazer obras públicas na área do seu concelho, deve fazer as pessoas pensar e em particular as comissões políticas dos partidos. Principalmente devido à questão da disciplina de voto. Os círculos uninominais podem neste sentido, fomentar a anarquia. Ninguém percebe que um determinado grupo parlamentar de um partido, quando se trate da aprovação do orçamento de estado, metade, vote contra, a outra a favor, ou vice-versa. Cada um possa votar pela sua cabeça não é benéfico.”</p>

Problemáticas / Temáticas	Entrevista Nº 3 Partido Comunista Português (PCP) – Membro do Comité Central	Entrevista Nº 4 Partido Social Democrata (PSD) – Membro da Comissão Política Nacional
	<p>os votos vão para o molho e depois tudo se dividia”.</p> <p>“ Nesta questão da reforma eleitoral, há uma grande convergência ente o PSD e PS, por duas razões. O PS quer eliminar-nos a nós e o PSD ao PP, para terem um sistema de dois partidos; os partidos pequenos tenderiam a desaparecer completamente”</p> <p>“ A solução é trabalhar na para o compromisso entre as promessas feitas e o que depois se faz e rever a questão da proporcionalidade das regiões” .</p>	

V – SINOPSES DAS ENTREVISTAS AOS DIRIGENTES DISTRITAIS (5-6)

Problemáticas / Temáticas	Entrevista Nº 5 Partido Popular (PP) – Membro da Comissão Política Distrital de Aveiro	Entrevista Nº 6 Partido Comunista Português (PCP) – Membro da Com. Política Distrital de Beja
<p>Órgãos com responsabilidades na elaboração das listas de candidatos a deputados à A.R.</p> <p>Responsabilidades dos diferentes órgãos do partido</p>	<p>“Na parte distrital, a coordenação política pertence à Comissão Política Distrital, mas deve interagir com as concelhias e levar em atenção as suas sugestões, e também de certo modo a representação autárquica que tiver no próprio distrito. Isto é, há um «fenómeno» de topo de coordenação Política Distrital que convida a sugestões das concelhias e por outro lado, os nossos representantes autárquico.”</p> <p>“Nós devemos ter o seguinte critério: o distrito de Aveiro está para o PP como eventualmente o distrito de Lisboa está para os outros partidos, isto é, a «capital» da democracia cristã portuguesa é o distrito de Aveiro. Vive-se aqui uma realidade que é a simbologia que é o distrito de Aveiro, em termos do CDS/PP. Por consequência temos o seguinte critério: primeiro são as denominadas figuras nacionais, isto é, a primeira vaga é ocupada por uma figura nacional desde que aceite obviamente pelos órgãos distritais do partido. A partir daí, poderemos ir auscultando as diferentes personalidades distritais ou locais. O distrito, têm logo à partida determinadas pessoas que pelo seu prestígio pessoal e a sua história, poderão ser logo sugeridos pela Comissão Política Distrital. Assim, ponto 1: pessoas nacionais; ponto 2: figuras</p>	<p>“Os órgãos envolvidos no plano central são: o órgão executivo – Comité Central e o Secretariado; depois, as Direcções das Organizações Regionais (DOR), de nível distrital; e participam ainda organismos a nível concelhio. Na medida em que se trata de um processo que tem, numa primeira fase, o levantamento de candidatos possíveis. Para isso ouvimos as concelhias, que fazem o inventário de possíveis candidatos. No plano da DOR, centralizam-se esses potenciais candidatos, no plano central, há a preocupação de encontrar uma composição tendo em conta as perspectivas do grupo parlamentar a sair dessas eleições, o que se pressupõe pessoas de diferentes áreas, pessoas do sexo masculino e feminino, jovens, os sectores, as regiões (círculos distritais) e a posição social. É importante a representação geográfica, o que é complicado, uma vez que elegemos poucos deputados.”</p> <p>“As DOR’s (Direcções das Organizações Regionais) têm um papel importante, na medida em que são elas que vão afinar a grelha dos candidatos com a Direcção Central, e naturalmente, a sua opinião pesa bastante, pois é necessário encontrar pessoas que tenham um papel específico no todo parlamentar, mas que</p>

Problemáticas / Temáticas	<p align="center">Entrevista Nº 5 Partido Popular (PP) – Membro da Comissão Política Distrital de Aveiro</p>	<p align="center">Entrevista Nº 6 Partido Comunista Português (PCP) – Membro da Com. Política Distrital de Beja</p>
	<p>nacionais de origem aveirense, ponto 3; vamos ouvir as concelhias.”</p> <p>“Nas concelhias adoptou-se a seguinte metodologia: percentagem do PP por cada concelho foi o critério escolhido (nas últimas eleições). O primeiro da lista era indicado pela Concelhia de Aveiro, o segundo, pela concelhia que tinha maior votação a seguir a Aveiro”</p> <p>“No distrito de Aveiro,, nada se faz sem a nossa posição. No caso da figura proposta pela Direcção Nacional (que uma quota, indicando normalmente o primeiro candidato do partido em cada distrito) só nos deu orgulho, porque era uma pessoa filiada pela nossa Concelhia. Não ocorreu aquela expressão do «paraquedista», porque nós encaramos o Dr. Paulo Portas como um Aveirense, porque nasceu para o CDS filiando-se numa cerimónia pública em Aveiro, além de estar ligado a Aveiro na sua actuação (...)”</p> <p>“Não há nenhum critério definido em como se deve incluir o líder da juventude distrital, ou outra pessoa qualquer. Não é imposto, é algo que nasce de baixo para cima, há um trabalho de base, sendo auscultados todos os órgãos do partido, incluindo o conselho de Concelhias, que é um órgão não estatutário, em que se ouvem de maneira informal as concelhias. E só depois é que vamos para a parte estatutária, com a aprovação em assembleia distrital”.</p>	<p>tenham uma profunda ligação à região e que mantenham uma ligação ao eleitorado. Os nossos deputados têm uma preocupação permanente quer em ouvir o realismo da acção distrital que lhe fornece muita informação sobre o distrito, quer com contactos com instituições, com o próprio eleitorado ao longo do mandato.”</p> <p>“Não temos tido qualquer tipo de dificuldade, isto é, os candidatos que temos proposto normalmente correspondem com o interesse geral do partido, e portanto não tem havido dificuldades em conciliar o regional com o nacional”.</p> <p>“ Nós apresentamos uma proposta global que é discutida por todos, não tem havido conflitos entre as distritais e a direcção nacional”</p>

Problemáticas / Temáticas	Entrevista N° 5 Partido Popular (PP) – Membro da Comissão Política Distrital de Aveiro	Entrevista N° 6 Partido Comunista Português (PCP) – Membro da Com. Política Distrital de Beja
<p>Papel do líder no processo de elaboração das listas de candidatos a deputados</p>	<p>“Se o órgão distrital é coordenador político distrital, o líder é coordenador político nacional, isto é, deve ser o coordenador nacional do trabalho feito em cada distrito. Mas, hierarquicamente, trabalhando em simbiose com as próprias estruturas distritais.”</p> <p>“ Faz uma análise e uma negociação em termos nacionais, por exemplo, se houver coligações, mas nada de imposições. As estruturas distritais de Aveiro são soberanas, nada se pode fazer contra elas. Ninguém impõe nada. “</p>	<p>“O Secretário-geral insere-se no colectivo, o critério dos outros partidos é que o secretário-geral decide de todas as matérias e se calhar sem a sua assinatura não há candidaturas. Nós não temos esse processo. Há um mandatário nacional e mandatários distritais que estão em articulação com as distritais, e toda a organização da campanha é feita em articulação com as distritais e o Secretariado.”</p> <p>“ O Secretário-Geral tem um papel importante, na medida em que é o porta-voz das ideias centrais que se colocam em cada acto eleitoral em termos locais. Depois há as especificidades que são tratadas pelos deputados e dirigentes distritais. “</p> <p>(Para além disso, a sua participação é importante porque é um dos membros do Comité Central e do Secretariado, porque o cargo de Secretário-Geral em si não lhe atribui muitos poderes nesta matéria, pelo menos ao nível estatutário)</p>
<p>Papel dos órgãos regionais e locais na elaboração das listas de candidatos a deputados</p>	<p>“ Perfeitamente adequado. A decisão cabe a nós portanto mais adequado não podia ser.”</p> <p>“ Consideramos é que independentemente dos estatutos, deve haver regulamentos para actos específicos, como agora nas autárquicas. A distrital também é soberana, mas obriga as coligações à aprovação do conselho nacional, o</p>	<p>“Nós procuramos aperfeiçoar sempre. Consideramo-nos sempre insatisfeitos nesta matéria, na medida em que pensamos: quanto maior for a participação maior é a possibilidade de acertarmos. “</p> <p>“ Não pensamos que deveríamos ter mais poder, tentamos é que participe mais gente, e o nossa</p>

Problemáticas / Temáticas	<p align="center">Entrevista Nº 5 Partido Popular (PP) – Membro da Comissão Política Distrital de Aveiro</p>	<p align="center">Entrevista Nº 6 Partido Comunista Português (PCP) – Membro da Com. Política Distrital de Beja</p>
	<p>que é útil, para haver uma coerência. Quando menos dúvidas e mais regras estiverem estabelecidas melhor.”</p> <p>“Porque tudo depende de uma estratégia política, principalmente com as coligações, por isso não discordamos disso (do papel da direcção nacional).”</p> <p>“ O papel das concelhias é muito importante. As distritais são órgãos coordenadores das concelhias, mas a concelha é um órgão político que serve os cidadãos, é quem está no terreno, e verdadeiramente, ..., o dirigir uma concelha implica não ser coordenador político, mas exercer políticas sobre os cidadãos e por consequência, é talvez o órgão mais importante porque está junto do cidadão.”</p> <p>“Portanto se é dada às concelhias a proporcionalidade no círculo eleitoral, mais não pode ser feito, portanto o papel é adequado. Isto porque não há círculos uninominais. Menos é impossível, mais não se pode dar porque não existem círculos concelhios”</p> <p>“ Os estatutos são o esqueleto, é a Constituição do partido. Depois, o trabalho que é muitas vezes é realizado são os tais regulamentos, que podem ser nacionais ou distritais. Para além dos regulamentos nacionais, podem ser aprovados regulamentos distritais, da maneira como vai ser</p>	<p>preocupação é chegar mais abaixo. Nós chegamos às concelhias, mas queríamos ir mais abaixo, aos órgãos mais abaixo”.</p> <p>“Na medida em que se trata de um processo que tem numa primeira fase, o levantamento de candidatos possíveis. Para isso ouvimos as concelhias, que fazem o inventário de possíveis candidatos. No plano da DOR, centralizam-se esses potenciais candidatos, no plano central, há a preocupação de encontrar uma composição tendo em conta as perspectivas do grupo parlamentar a sair dessas eleições, o que se pressupõe pessoas de diferentes áreas, pessoas do sexo masculino e feminino, jovens, os sectores, as regiões (círculos distritais) e a posição social. É importante a representação geográfica , o que é complicado, uma vez que elegemos poucos deputados.”</p>

Problemáticas / Temáticas	Entrevista N° 5 Partido Popular (PP) – Membro da Comissão Política Distrital de Aveiro	Entrevista N° 6 Partido Comunista Português (PCP) – Membro da Com. Política Distrital de Beja
<p>Importância atribuída por parte do partido aos seguintes critérios/factores (ou caracaterísticas dos candidatos a deputados) na elaboração das listas para a A.R.:</p> <p>1) Sexo e Idade</p>	<p>o processo e a maneira de deliberação das listas, ou seja, para definir perfis ou métodos, antes de chegar ao nome das pessoas. Somos soberanos”</p> <p>1) Sexo e Idade</p> <p>“O PP tem sido um partido, que nos últimos anos, tem chamado progressivamente jovens, tem havido uma preocupação em inserir jovens. E futuramente com as mulheres, embora a preocupação seja sobretudo com a juventude, independentemente do sexo. E veja-se que no círculo eleitoral de Aveiro, o primeiro é o Dr. Paulo Portas, depois o 2º, tem 30 anos e era até à pouco da Juventude Popular. Ele foi para lá porque era líder da distrital da JP.”</p> <p>“Agora não há discriminação positiva e negativa pelo sexo, as pessoas valem pelas suas competências”.</p> <p>“Na distrital temos 2 mulheres, uma jovem e outra de 50 anos- o que equivale a 20 %”</p> <p>“Não há nenhum critério definido em como se deve incluir o líder da juventude distrital, ou outra pessoa qualquer. Não é imposto, é algo que nasce de baixo para cima, há um trabalho de base, sendo auscultados todos os órgãos do partido, incluindo o conselho de Concelhias, que é um órgão não estatutário, em que se ouvem</p>	<p>1) Sexo e Idade</p> <p>“Nós procuramos ter uma lista que normalmente concilie esses diferentes aspectos: homens, mulheres, jovens, etc. É evidente que num concelho como Beja, que tem à partida 3 candidatos efectivos, 6 no total, com 14 concelhos, isto não é fácil de conciliar, embora nós tenhamos conseguido nos últimos anos. Somos o partido com mais jovens e mulheres nas suas listas. Essa é, no entanto, a orientação geral do partido”</p> <p>“Nós pensamos que os partidos devem ser colonizados pelo eleitorado e não assumirmos compromissos desse tipo: somos contra as quotas. O recurso da legislação para impor quotas, não é na nossa opinião, a melhor forma de dignificar a mulher e os jovens na sociedade. Daí que a nossa preocupação seja superar as próprias quotas de que por aí falam, conseguindo responder a esse objectivo. Também aqui não é fácil, porque é preciso, em primeiro lugar, que as pessoas se disponibilizem e depois conciliar os outros aspectos, como a composição social, etc.”</p>

Problemáticas / Temáticas	Entrevista Nº 5 Partido Popular (PP) – Membro da Comissão Política Distrital de Aveiro	Entrevista Nº 6 Partido Comunista Português (PCP) – Membro da Com. Política Distrital de Beja
<p>2) Níveis e tipos de competências Profissionais</p> <p>3) Currículum partidário</p>	<p>de maneira informal as concelhias. E só depois é que vamos para a parte estatutária, com a aprovação em assembleia distrital”.</p> <p>2) Níveis e tipos de competências Profissionais</p> <p>“Apesar de tudo, não menosprezando quem tem níveis de escolaridade mais abaixo, um nível razoável é a licenciatura.”</p> <p>“Há uma preocupação de inserir pessoas que na vida quotidiana de uma comissão política podem ser necessárias para a acessoria (jurídica ou económica), não é obrigatório, mas se for possível, é bom”</p> <p>3) Currículum partidário</p> <p>“ Normalmente, privilegia-se de facto militantes, e nós temos muitos quadros que se iniciaram na juventude do partido, e outros órgãos, que depois saíram para progredir numa profissão, e que</p>	<p>“Aliás, nas últimas eleições nós tínhamos sempre 1 candidato, 1 candidata, 1 jovem, e uma jovem, etc.”</p> <p>2) Níveis e tipos de competências Profissionais</p> <p>“Nós procuramos em primeiro lugar que os nossos candidatos tenham a capacidade política para a gestão política do cargo para que vão ser eleitos. E encontramos homens e mulheres com diferentes níveis e competências académicas, capazes, capacitados de exercer o seu mandato. Nós temos cidadãos que têm um nível académico elevado, que depois têm alguma dificuldade de intervenção, e temos o inverso..”</p> <p>“ Nós valorizamos principalmente a capacidade política, nós entendemos é que é no nível político que estamos a jogar. A componente técnica também é importante, é importante também termos uma equipa que saiba de economia, educação, etc. “</p> <p>Currículum partidário</p> <p>“ Não é obrigatório, temos situações em que os responsáveis do partido fazem parte da lista, mas outras em que não. Há dinâmicas diferentes, circunstâncias diferentes que conduzem a</p>

Problemáticas / Temáticas	<p style="text-align: center;">Entrevista N° 5 Partido Popular (PP) – Membro da Comissão Política Distrital de Aveiro</p>	<p style="text-align: center;">Entrevista N° 6 Partido Comunista Português (PCP) – Membro da Com. Política Distrital de Beja</p>
<p>4) Curriculum Político</p>	<p>agora, no auge da sua actividade profissional, voltam para o partido. Ou então, pessoas que estiveram sempre em continuidade no partido, em paralelo com a sua actividade profissional”.</p> <p>“ A juventude centrista e a juventude Popular tem sido responsáveis pela continuidade no partido”.</p> <p>“ Nem todos os distritos têm a funcionar organizações de trabalhadores do PP ou de mulheres , mas tendo, são ouvidos como uma concelhia, desde que funcionem. Em Aveiro, a organização de trabalhadores, ela funciona”</p> <p>4) Curriculum Político</p> <p>“Convém a transição de gerações, e que haja uma aprendizagem para as gerações vindoras”.</p> <p>“Nas últimas eleições, primeiro foi uma figura nacional líder do partido, o Dr. Paulo Portas, que é filiado pela Concelhia de Aveiro. A partir daí foram os Presidentes da Câmara eleitos pelo CDS (3): das 5 câmaras, 3 aceitaram; depois foi o líder da Distrital do CDS o líder da juventude distrital. A partir daí, cada concelho nomeou um elemento, tendo em consideração as percentagens das eleições anteriores.”</p>	<p>responsabilidades e competências diferentes. Eu posso considerar que há um cidadão que tem excelentes condições para ser um excelente autarca e considerar que há outros cidadãos que não tendo condições para ser autarcas, são excelentes dirigentes partidários. E portanto, nesta base, temos de procurar adequar as funções aos quadros. Portanto, procuramos não confundir as duas coisas. Não é pelo facto de ser dirigente do partido que tem de ser candidato a deputado ou a autarca; Há partidos em que isso funciona assim mas aqui não. Nós consideramos que é importante haver essa diferenciação entre o partido e os seus dirigentes e os deputados do parlamento”</p> <p>4) Curriculum Político</p> <p>“ Nós temos a preocupação de renovar, de mudar os deputados. Procuramos é assegurar que haja continuidade no trabalho realizado. Embora seja de dizer que a experiência adquiere-se e que os deputados não têm de ficar para sempre.”</p>

Problemáticas / Temáticas	Entrevista N° 5 Partido Popular (PP) – Membro da Comissão Política Distrital de Aveiro	Entrevista N° 6 Partido Comunista Português (PCP) – Membro da Com. Política Distrital de Beja
5) Ligações organizacionais dos candidatos	5) Ligações organizacionais dos candidatos (não atribui grande importância)	5) Ligações organizacionais dos candidatos “Nós procuramos que os nossos candidatos, tenham um perfil de uma implicação à realidade e ao meio onde se inserem. E normalmente são pessoas que estão ligadas ao associativismo, e têm experiência crítica, que é adequada ao cargo que vão exercer”.
6) Notoriedade e prestígio regionais dos candidatos	6) Notoriedade e prestígio regionais dos candidatos “Sem dúvida que é muito importante. Aliás é um dos critérios: 1) é esse da notoriedade e prestígio; 2) é o potencial de credibilidade, tentar arranjar delfins que permitam que o acto político permita fazer a transição entre gerações” “No geral, o que nos interessa mais é o currículo político e sentido de defesa dos interesses de Aveiro – saber-se que poderá «morre» pelas causas Aveirenses e que simultaneamente, tem competências para as defender- currículo e grande sentido regionalista, sobre a perspectiva evidentemente, do CDS/PP”.	6) Notoriedade e prestígio regionais dos candidatos “A notoriedade parte do próprio trabalho que cada um de nós faz na sociedade e é evidente, que nas concelhias, na quase totalidade das concelhias de um distrito, se apontar uma pessoa, é evidente que nós não podemos ignorar isso, temos de ter isso em conta.” “A questão central é arranjar pessoas que sejam capazes de cumprir os compromissos que foram feitos com o eleitorado, o que exige qualidades do tipo humano (da pessoa) e qualidades políticas. Tem de ter capacidade de ouvir, de saber respeitar a opinião dos outros, independentemente de a ceitar ou não, e saber expor o seu pensamento, as suas propostas – o critério da capacidade política. A estas capacidades estão associadas práticas”

Problemáticas / Temáticas	Entrevista N° 5 Partido Popular (PP) – Membro da Comissão Política Distrital de Aveiro	Entrevista N° 6 Partido Comunista Português (PCP) – Membro da Com. Política Distrital de Beja
<p>Influência do actual sistema eleitoral na relação estabelecida entre os deputados e os eleitores.</p> <p>Reformas necessárias para melhorar a relação entre os eleitos e os eleitores</p>	<p>“Se o cidadão confere um mandato a alguém, esse alguém não deve defraudar essa eleição. Deve haver um compromisso, deve cumprir o mandato prazo qual foi eleito e bem- para assegurar o compromisso feito com o cidadão”.</p> <p>“Eu acho que o sistema actual condiciona muito a relação dos deputados com os eleitores. Eu pessoalmente (tal como o partido) defendo que haja círculos uninominais e um círculo nacional. Isso já poderia ter sido feito em Portugal e eventualmente, uma outra câmara para além da legislativa – tipo senado.”</p> <p>“Deveríamos ponderar porque estamos em crise de sistema, e um dos pontos a atacar, é o sistema eleitoral. De facto, sentiríamos que em Aveiro estaria verdadeiramente representado em Lisboa, por um gabinete que por fora dizia Aveiro, está a ver a ideia”.</p> <p>“O uninominal é isso mesmo, é esse grupo que responde por aquele conjunto de cidadãos. Eu defendo a reforma do sistema eleitoral, este sistema esgotou completamente. É um país que adia as reformas e que começa por esta, só para dizer que está a fazer qualquer coisa, em vez de fazer as grandes reformas”.</p> <p>“ Eu pessoalmente, eu até defendo a mudança para o regime monárquico, como causa política,</p>	<p>“ Essa questão da aproximação dos deputados ao eleitorado é, na nossa opinião, uma falsa questão. Primeiro porque é preciso ver o que é a Assembleia da República, que é um órgão de soberania nacional, os deputados têm um estatuto nacional, independentemente da sua origem (geográfica). Nós temos inclusivamente a preocupação de os nossos deputados funções terem de ligação a essas regiões. E vão lá. Os deputados de Beja, por exemplo, vão lá ouvir problemas, apresentar propostas, receber sugestões. Portanto, essa questão de que a proximidade só é possível com os círculos uninominais é falsa, porque nós temos imensos grupos parlamentares eleitos com imensos deputados e não têm essa ligação com os eleitores. Isto depende apenas da disponibilidade dos deputados para irem à sua região e não irem apenas em vésperas de eleição. Se essa vontade existe, não é os círculos uninominais ou não que aumentam ou diminuem essa vontade, o que é preciso é que haja essa vontade. É preciso é que haja um esforço suplementar, muitas vezes acaba-se o dia e tem-se de ir a uma sessão à noite, em Beja, etc. Significa que por vezes é preciso sacrificar fins-de-semana.”</p> <p>“ Aliás isto é uma maneira de afastar o verdadeiro problema. Nós hoje elegemos 15 deputados, como é que vamos conciliar isto com os círculos uninominais, que relação iriam ter com a</p>

Problemáticas / Temáticas	<p align="center">Entrevista Nº 5 Partido Popular (PP) – Membro da Comissão Política Distrital de Aveiro</p>	<p align="center">Entrevista Nº 6 Partido Comunista Português (PCP) – Membro da Com. Política Distrital de Beja</p>
	<p>o que levaria à mudança em termos de câmara, mas já é muito radical. Mas de facto, mais de metade dos nossos militantes defendem a restauração da monarquia”.</p> <p>“ Em termos do nº deputados, é necessário estudar esse assunto, criar uma comissão técnica que encontre o número ideal”.</p> <p>“ Nós defendemos o Estado útil e, por isso somos a favor do Senado, mesmo que isso represente criar mais uma estrutura”.</p> <p>“ A convicção que nós temos, é que este é o melhor caminho, mesmo que estejamos a falar contra nós, porque estas reformas poderão reduzir a participação dos partidos mais pequenos. Mas isso pode ser resolvido pelo círculo nacional.”</p>	<p>população. Como é que a população se iria sentir representada.”</p> <p>“ É preciso é que os deputados aproveitem os dias que o parlamento lhes dá para irem para junto dos eleitores”.</p> <p>“ Estas propostas são para limitar a democracia participativa, porque põe em causa a representatividade de alguns partidos, para além de não aproximarem os deputados dos eleitores, pelo contrário”.</p> <p>“ A redução de deputados também não é boa, também põe em causa a representatividade dos partidos e dos distritos. Beja, por exemplo, representa 5% do total de deputados, qualquer dia não temos deputados. Reduzir é liquidar uns distritos e concentrar o poder nos grandes centros”.</p> <p>“ Mesmo a área geográfica se revela uma injustiça. Em Lisboa, os eleitores estão muito próximos dos deputados e concentrados. No Alentejo não, está tudo disperso, o que implica um esforço muito maior e mais tempo aos deputados que querem estar com os seus eleitores”.</p> <p>“ O critério é o nº habitantes, o que também causa distorções”.</p>

Problemáticas / Temáticas	Entrevista N° 5 Partido Popular (PP) – Membro da Comissão Política Distrital de Aveiro	Entrevista N° 6 Partido Comunista Português (PCP) – Membro da Com. Política Distrital de Beja
		<p>“ Falar é fácil, mas ainda não é uma proposta concreta, que possa ser discutida. Há partida não excluimos nada, o que não se pode é reduzir a participação democrática. “</p> <p>“Há uma desigualdade entre os partidos maiores e mais pequenos, é evidente que os partidos maiores ao elegerem mais deputados têm mais possibilidades de chegarem perto dos seus eleitores, mas é assim o sistema” .</p> <p>“ Esta reforma é perfeitamente desajustada, é uma manobra. Veja-se o caso da reforma fiscal, que é tão essencial,..., há muita coisa para fazer que é uma prioridade antes da reforma do sistema eleitoral” .</p>

VI – SINOPSES DAS ENTREVISTAS AOS DIRIGENTES DISTRITAIS (7-8)

Problemáticas / Temáticas	Entrevista Nº 7 Partido Socialista (PS) – Membro da Comissão Política Distrital de C. Branco	Entrevista Nº 8 Partido Social Democrata (PSD) – Membro da Comissão Política Distrital de Viseu
<p>Órgãos com responsabilidades na elaboração das listas de candidatos a deputados à A.R. Responsabilidades dos diferentes órgãos do partido</p>	<p>“Segundo os nossos estatutos quem tem a iniciativa são as distritais, sendo 1/3 dos lugares à partida reservados para a quota do Secretário-Geral. Portanto este é o processo normal. Se surgir algum conflito entre a distrital e algum outro órgão nacional, cabe à Comissão Política Nacional resolver (mediar esses conflitos). A iniciativa primeira é então da distrital, que indica 2/3 deixando 1/3 para o Secretário-geral. Isto é o que está estatutário, porque normalmente isto é por acordo, normalmente isto funciona por um acordo entre a distrital e a direcção nacional para o cabeça-lista. Na minha Distrital (Castelo Branco) esse problema foi logo à partida ultrapassado, uma vez que foi a distrital que indicou toda a lista indicando logo à partida o Secretário-geral do partido, Engº António Guterres, como cabeça de lista.”</p> <p>“Isto depende de distrito para distrito, porque há distritos que podem não aceitar a indicação, portanto há um acordo prévio, antes de se chegar ao formalismo institucional. Há consultas dizendo que se aceita o candidato B, por determinadas razões. Mas o que interessa é que a quase totalidade da lista é feita pelas indigitações que a distrital faz.”</p>	<p>“Estatutariamente há aqui três órgãos que estão envolvidos na decisão e na escolha dos deputados para a Assembleia da República: começamos pelos órgãos de base, ou seja, as estruturas concelhias – Comissões Políticas de Secção, a quem compete apresentar propostas de candidaturas à Assembleia da República; depois, há uma estrutura intermédia – a Comissão Política Distrital – a quem compete receber essas propostas, analisá-las e julgá-las e sobretudo, fazer uma proposta final de nomes, que seja representativa de todo o distrito. No caso de Viseu, como sabe é um dos maiores distritos do país, tem 24 concelhos, o que não é uma escolha fácil, visto que engloba três áreas importantes do distrito: uma a Norte, com cerca de 10 concelhos, 7 concelhos a Centro e 7 a Sul. Depois dessa proposta, devidamente aprovada em reunião de Comissão Política alargada,, que é a reunião do órgão da Comissão Política Distrital, dos seus membros e dos Presidentes das Comissões Políticas de Secção de todo o distrito, que votam depois uma proposta. Proposta essa que, no caso de Viseu, é seriada por ordem alfabética, com 14/15 nomes, que é enviada para a Comissão Política Nacional, onde são analisadas e seriadas, sendo depois aprovadas por outro órgão – que é o Conselho Nacional do PSD.”</p>

Problemáticas / Temáticas	<p align="center">Entrevista Nº 7 Partido Socialista (PS) – Membro da Comissão Política Distrital de C. Branco</p>	<p align="center">Entrevista Nº 8 Partido Social Democrata (PSD) – Membro da Comissão Política Distrital de Viseu</p>
	<p>“O cabeça de lista fica sempre vago (pela distrital), para que a direcção nacional possa distribuir determinadas figuras, o que é bom, para que se possa valorizar o grupo parlamentar.”</p> <p>“Essa quota que a direcção nacional/Secretário - Geral têm é para os primeiros lugares porque a ideia é que o grupo parlamentar reúna um certo conjunto de características, que tem a ver com a capacidade de intervenção do grupo parlamentar nas diferentes áreas (...) portanto é conveniente que o grupo parlamentar seja suficientemente alargado em termos das suas especialidades e isso é um trabalho normalmente da direcção nacional. Se nós temos diferentes especialistas, para determinadas áreas, mas que não têm uma militância activa no distrito, é nesse caso que a direcção nacional actua, sugerindo que sejam 1º, 2º ou 3º deputados. Mas há distritos em que esse 1/3 significa mais de um deputado e nesse caso, é a direcção nacional que estipula mais ou menos a ordenação, que é feita por consenso. E depois há uma reunião da comissão política nacional que aprova a totalidade das listas.”</p> <p>“O Presidente da distrital faz um conjunto de consultas para saber qual é a opinião que têm. Em última instância, depois de ouvir, é proposta, pelo Secretariado da distrital, uma determinada lista, que já foi suficientemente negociada, falada, e depois a distrital ou propõe alterações, ou vota aquela. Essa lista procura congrega um conjunto</p>	<p>“No PSD, essa questão das chamadas quotas da Comissão Política Nacional não tem acontecido, isso é mais no PS. Dentro do PSD não há muito essa situação, geralmente há a intenção, mas geralmente é de comum acordo, ou seja, o presidente da estrutura nacional do PSD, se tem intenção em colocar (normalmente em cabeça de lista) pessoas que são da confiança do Presidente, na nossa instuição tem havido um diálogo com o presidente da estrutura nacional, por exemplo, nós em Viseu, já tivemos nomes como o do actual Presidente do partido, Dr. Durão Barroso já foi cabeça de lista, o Dr. Vieira de Castro, já foi segundo, mas geralmente procura-se quando há necessidade de encaixar alguém que seja de fora do círculo eleitoral, tenta-se que haja alguma afinidade com o distrito, mas não há quotas específicas da Direcção Nacional, para integrar nomes nas listas”.</p> <p>“Geralmente o processo inicia-se nas estruturas de base. Nós temos de indicar os tais nomes e depois dos nomes devidamente seriados costuma haver, ao mesmo tempo que o processo vai avançando para o final, há uma comissão coordenadora, onde está presente o Secretário-geral, havendo um diálogo com os presidentes das distritais, para não sermos apanhados de surpresa com os cabeças-listas (...)”</p> <p>“No caso de Viseu, o 1º lugar foi para o Presidente da Câmara, Dr. Fernando Ruas, e</p>

Problemáticas / Temáticas	<p align="center">Entrevista Nº 7 Partido Socialista (PS) – Membro da Comissão Política Distrital de C. Branco</p>	<p align="center">Entrevista Nº 8 Partido Social Democrata (PSD) – Membro da Comissão Política Distrital de Viseu</p>
<p>Papel do líder no processo de elaboração das listas de candidatos a deputados</p>	<p>de características: militância, capacidade de intervenção em diferentes áreas com as respectivas propostas; e há o equilíbrio regional, que é procurar que todas as zonas do distrito possam estar representadas nessa lista. Muitas vezes é difícil, porque em certos distritos que elegem poucos deputados, tem-se dificuldade em que a lista e os candidatos tenham contactos com toda a região. Mas, nesses casos, fala-se, consulta-se, pergunta-se às concelhias quem sugerem, tenta-se negociar porque também é preciso (ao nível distrital e nacional) fazer equilíbrios ao nível de sexo, etário, geográfico (...)"</p>	<p>depois, o 2º Dr. Fernando Seara, que não vive em Viseu mas tem casa lá, foi uma pessoa da confiança do Presidente, que não é quota mas pode-lhe chamar assim, mas houve um diálogo, foi de comum acordo” .</p>
	<p>“O Secretário-Geral do partido tem uma primeira fase, em que não tem uma intervenção directa. Portanto, tem alguém na Comissão Política Nacional que vai estanto em contacto com os Presidentes das distritais para saber o que se passa, e para fazer as negociações necessárias. Ou seja, a intervenção dele fica só para casos pontuais em que haja mais complicações. A intervenção directa, e não quer dizer que não se mantenha durante o processo em contacto, é só nesses casos.”</p> <p>“Há um trabalho não estatutário, de contacto, reuniões, negociações que faz com que no fim do processo só fiquem por responder questões mais pontuais.”</p>	<p>“É um papel importante, porque ele deve pensar efectivamente o futuro grupo parlamentar que posteriormente vai ter aqui. Mas é um papel que não se sentee, com um peso extraordinário em relação às estruturas distritais. Mas é evidente que o papel do líder se faz sentir quando nós elencamos no distrito os que são elegíveis, de uma forma directa, e em relação às expectativas que se têm, em relação ao nº de deputados que se mete anteriormente, às sondagens de opinião, etc. Penso que o papel do líder aí é fundamental, e do Secretário-geral, na medida em que em função de determinadas áreas (saúde, ambiente, etc), que é constituir um grupo capaz de dar resposta a este problemas na Assembleia, mas penso que isto acontece mais</p>

Problemáticas / Temáticas	Entrevista Nº 7 Partido Socialista (PS) – Membro da Comissão Política Distrital de C. Branco	Entrevista Nº 8 Partido Social Democrata (PSD) – Membro da Comissão Política Distrital de Viseu
	<p>“Ele é o Presidente da Comissão Política Nacional, ..., que é quem em última instância ratifica as listas, portanto, não é no âmbito do órgão de Secretário-Geral, mas como Presidente da Comissão Política; aliás, o Secretário-Geral não tem competências políticas, e daí não ser Presidente.”</p> <p>“Não tem um papel de expressão política”.</p>	<p>em distritos como o de Lisboa, que tem 50 deputados. Aí penso que se notará mais o papel do líder. É evidente que não conhece os outros deputados, embora antes de as distritais tomarem decisões dêem conhecimento das escolhas às estruturas nacionais”.</p>
<p>Papel dos órgãos regionais e locais na elaboração das listas de candidatos a deputados</p>	<p>“Eu acho que este modelo é um modelo equilibrado, que procurou que haja aqui uma intervenção a dois níveis: originária no Distrito e depois os 30% para Direcção Nacional, o que eu acho que é equilibrado. Procurou-se que a lista tenha uma composição nacional equilibrada mas que simultaneamente tenha uma representação distrital adequada. Há um acordo entre ambas as estruturas. Até agora tem funcionado mais ou menos bem, não tem havido grandes crises.”</p> <p>“Essa quota (que a direcção nacional/Secretário-Geral) têm é para os primeiros lugares porque a ideia é que o grupo parlamentar reúna um certo conjunto de características, que tem a ver com a capacidade de intervenção do grupo parlamentar nas diferentes áreas (...) portanto é conveniente que o grupo parlamentar seja suficientemente alargado em termos das suas especialidades e isso é um trabalho</p>	<p>“As bases são indispensáveis no partido. Os estatutos têm sido sucessivamente alterados e continuo a pensar que ainda hoje as bases acabam por ter algum peso. O que se passa às vezes, é que numa lista como a de Viseu que tem 10 deputados, se temos 24 concelhos, é evidente que temos de ter um filtro. Cada concelho gostava de ter o seu deputado eleito, mas isso não é possível. Agora em termos da participação das concelhias, o processo é correcto. Todas as concelhias têm a oportunidade de serem ouvidas, dialogar e dar soluções, algumas não são aprovadas pelas concelhias. Mas isto tem a ver com as dinâmicas que a candidatura possa dar junto das outras secções (...)”</p> <p>“Acho que neste momento as coisas estão bem (...)”</p>

Problemáticas / Temáticas	Entrevista N° 7 Partido Socialista (PS) – Membro da Comissão Política Distrital de C. Branco	Entrevista N° 8 Partido Social Democrata (PSD) – Membro da Comissão Política Distrital de Viseu
<p>Importância atribuída por parte do partido aos seguintes critérios/factores (ou características dos candidatos a deputados) na elaboração das listas para a A.R.:</p> <p>1) Sexo e Idade</p>	<p>normalmente da direcção nacional (...)"</p> <p>"(...)tenta-se negociar porque também é preciso (ao nível distrital e nacional) fazer equilíbrios ao nível de sexo, etário, geográfico (...)</p> <p>1) Sexo e Idade</p> <p>"Quanto ao sexo, os nossos estatutos internos, dado que esse problema não se coloca ao nível externo, nós somos internamente obrigados a cumprir uma quota que está nos estatutos de 25%. Portanto, esse aspecto esta garantido como valor mínimo de 25%.</p> <p>Quanto à idade, tudo depende dos distritos e da participação dos jovens e notoriedade que foram adquirindo, assim como da experiência política que os jovens têm. Há distritos onde os jovens iniciam cedo a participação política e por isso pode recorrer-se a eles. Há distritos em que a participação política é mais regular, por isso é mais difícil mante-los em lugares de eleição. Se o partido for ganhador e formar governo, pode acontecer que com a ida dos mais experientes para o governo, possam emergir muitos jovens que chegam a deputados. Mas isso depende muito do tamnho dos distritos. De qualquer forma, a sua entrada nas listas tem a ver com a experiência política, mais do que com a experiência técnica. Actualmente, como os</p>	<p>1) Sexo e Idade</p> <p>"É evidente que o partido defende cada vez mais participação dos jovens na vida política activa. Defende-se cada vez mais a inclusão feminina nas listas, mas nas listas não definimos quotas. Consideramos que quem tem qualidade acaba por se afirmar por si mesmo, não tem necessidade das quotas para ser afirmar. Eu já cá estive, na última maioria do Prof. Cavaco Silva, pela JSD, e não tive dificuldade nenhuma em entrar."</p>

Problemáticas / Temáticas	Entrevista N° 7 Partido Socialista (PS) – Membro da Comissão Política Distrital de C. Branco	Entrevista N° 8 Partido Social Democrata (PSD) – Membro da Comissão Política Distrital de Viseu
<p>2) Níveis e tipos de competências Profissionais</p>	<p> jovens estão um bocado afastados da actividade política, só aparecem normalmente depois da formação universitária..”</p> <p>“(...) muitos jovens podem chegar ao parlamento desde que haja substituições”</p> <p>“Quanto às mulheres, são 25 % com outra condicionante, que é não poder haver mais de 3 pessoas do mesmo sexo seguidos. Portanto, significa que a mulher que é o sexo que tem menos participação, terá de haver uma mulher até ao 4º lugar, depois outra até ao 8º, etc. – é uma orientação interna, definida em estatutos.”</p> <p>2) Níveis e tipos de competências Profissionais</p> <p>“É também um factor importante. Procura-se essencialmente não competência política mas que ele seja também uma mais-valia numa determinada área específica, pode ser uma área de formação académica de especialidade, pode ser uma área de intervenção social ao nível de sindicatos, que assumam um papel em determinadas áreas de intervenção. Porque o que se procura na Assembleia é que nós sejamos divididos por comissões e que cada um esteja num área que conheça com alguma profundidade. Portanto, é um critério de peso, porque quando nós estamos a eleger-lo, estamos</p>	<p>2) Níveis e tipos de competências Profissionais</p> <p>“Damos grande importância à sociedade civil. Àqueles que num contexto social desempenham na sua actividade privada, uma actividade de relevância e que sejam atraídos pela política, ...”, o PSD tenta recrutar pessoas com grande competência profissional e com um estatuto social importante”</p> <p>“As áreas de estudos são importantes. Por exemplo, no Norte, com o peso da indústria, o PSD dá importância a pessoas que venham dessa área, da agricultura, indústria, etc”.</p>

Problemáticas / Temáticas	Entrevista N° 7 Partido Socialista (PS) – Membro da Comissão Política Distrital de C. Branco	Entrevista N° 8 Partido Social Democrata (PSD) – Membro da Comissão Política Distrital de Viseu
<p>3) Curriculum partidário</p>	<p>a elegê-lo para quê. Nesta perspectiva, o processo não termina aquando da eleição, é preciso que o deputado tenha condições para uma participação efectiva na Assembleia.”</p> <p>3) Curriculum partidário</p> <p>“Normalmente os jovens, não quer dizer que seja obrigatório, surgem muito por sugestões das concelhias, da JS. Muitos que aparecem pertencem ou são dirigentes dessas instuições. Mas não é regra, há casos que se recorre a independentes, ou a pessoas que tenham uma competência técnica elevada que seja valorizada em relação à sua competência partidária. Mas normalmente para a Assembleia da República procura-se pessoas que já tenham alguma experiência Política, porque estamos a falar de um órgão que fecha a pirâmide da participação, e é suposto que já tenham estado no poder autárquico”.</p> <p>4) Curriculum Político</p> <p>(ver tb alinea 3)</p> <p>“Eu admito que um dos critérios seja a experiência Política, ou seja, estarem ou não longe da eleição. Para um órgão político, uma das características das pessoas a escolher tem de ser a capacidade política, o que não quer dizer que não se possa dozear com pessoas que</p>	<p>3) Curriculum partidário</p> <p>“Essa é uma preocupação da direcção nacional, mas que trespassa para as organizações distritais e autónomas, como na JSD. Entre o partido, os TSD, e a JSD, tenta-se que haja um equilíbrio. A organização das mulheres não existe oficialmente, fala-se do movimento das mulheres sociais-democratas, mas fazem jantares e pouco mais.”</p> <p>4) Curriculum Político</p> <p>“Eu não sei, isto tem a ver com o desempenho das pessoas. Se o desempenho é positivo é evidente que as pessoas lhe interessa que esses quadros se mantenham nas listas. Agora, aqui não há generais nem cargos. Às vezes há pessoas que não são licenciadas mas que são</p>

Problemáticas / Temáticas	Entrevista N° 7 Partido Socialista (PS) – Membro da Comissão Política Distrital de C. Branco	Entrevista N° 8 Partido Social Democrata (PSD) – Membro da Comissão Política Distrital de Viseu
<p>5) Ligações organizacionais dos candidatos</p>	<p>não tenham nenhuma experiência política.”</p> <p>“ Não há um modelo definido, isto depende muito de distrito para distrito. Às vezes o peso geográfico em cada distrito, por causa da rivalidade, tem mais peso que esses critérios todos. Por exemplo, sabemos à partida que a lista tem de ter 1º, 2º, 3º tem de ser de zonas diferentes.”</p> <p>“Isso é um facto importante, porque quando estamos a querer escolher, queremos pessoas que pela sua notoriedade, pela experiência política e instuições, é um factor decisivo. Queremos candidatos que em termos de prestígio não diminuam a lista. É um factor muito importante, que é preciso considerar”</p>	<p>importantes para captar o voto, nas assembleias municipais, etc; mas não é fundamental e falo pelo meu distrito (há deputados de lá que já estiveram aqui e agora não estão: a lista de Viseu está completamente renovada – só há 2 repetentes) – quem dá a resposta é o trabalho produzido, é o distrito e as suas estruturas e não é por cá ter estado que uma pessoa tem o lugar assegurado”</p> <p>“Politicamente (e apesar de haver um deputado por Viseu que já cá está á 20 anos), eu defendo que deveria haver limitação de mandatos para todos os cargos políticos (Assembleia da República e autarcas) – há vícios e há tanta gente nova na política com qualidade, que é bom a renovação. Eu e a minha estrutura distrital defendemos que haja limitação no nº de mandatos” .</p> <p>5) Ligações organizacionais dos candidatos</p> <p>“É um dado importante. Quando fui eleito anteriormente, o Presidente da distrital tinha encontrado uma nova forma de recrutar os candidatos: dividiu o distrito em 6 círculos eleitorais. Entendeu que havia 5 círculos mais 1 que era do juventude. Eu fui eleito por um distrito mais o da juventude, porque era presidente da JSD. E pertencia à Associação juvenil de Viseu, (...) assim preocupamo-nos em seleccionar não</p>

Problemáticas / Temáticas	Entrevista N° 7 Partido Socialista (PS) – Membro da Comissão Política Distrital de C. Branco	Entrevista N° 8 Partido Social Democrata (PSD) – Membro da Comissão Política Distrital de Viseu
<p>6) Notoriedade e prestígio regionais dos candidatos</p>		<p>só pessoas do aparelho político – partidário, mas sim pessoas se revejam na sociedade civil”</p> <p>6) Notoriedade e prestígio regionais dos candidatos</p> <p>“É um critério fundamental. Mesmo que uma pessoa seja mau autarca, se for conhecido e tiver notoriedade, atinge quase 90% de simpatias”.</p> <p>“Para mim os critérios mais importantes (e não distinguimos entre a Comissão Política Nacional e a Distrital), são a notoriedade e representação social; a representação na sociedade e a capacidade política são fundamentais na escolha dos deputados pelo PSD”.</p>
<p>Influência do actual sistema eleitoral na relação estabelecida entre os deputados e os eleitores.</p> <p>Reformas necessárias para melhorar a relação entre os eleitos e os eleitores</p>	<p>“Eu não sou muito favorável aos círculos uninominais por uma razão muito simples. Eu vou tentar explicar num óptica do combate à interioridade. O país é muito dividido em termos de equilíbrio entre o litoral e o interior. Se me disser que perdemos muito por não ter os círculos uninominais, eu digo que sim. O problema é que eu não consigo encontrar um modelo que procure dar saída a estas duas perspectivas que eu dei. Para Lisboa e Porto, um deputado provavelmente não é conhecido pelos seus eleitores. No caso do interior isso não se coloca, porque a</p>	<p>“Este actual sistema não funciona. Acho que há um afastamento claro entre os eleitos e eleitores. Embora se diga que de 15 em 15 dias há contacto com o eleitorado, não há essa ligação. Acho que no fim do mandato a população deve responsabilizar os deputados que elegeu. Neste sistema é muito difícil pedir-se contas, no actual sistema, deve-se mais aos aparelhos e partidos do que às pessoas. Por isso eu defendo os círculos uninominais. Deve haver na mesma a democracia representativa mas deve haver uma ligação maior entre os eleitos e os eleitores. Hoje</p>

Problemáticas / Temáticas	<p style="text-align: center;">Entrevista Nº 7 Partido Socialista (PS) – Membro da Comissão Política Distrital de C. Branco</p>	<p style="text-align: center;">Entrevista Nº 8 Partido Social Democrata (PSD) – Membro da Comissão Política Distrital de Viseu</p>
	<p>comunicação social procura dar destaque ao trabalho dos deputados, as rádios, etc. Há mais ligação. No interior, ao se dividir por círculos uninominais, nós seríamos um factor destabilizador do país aqui na Assembleia da República, porque hoje já somos muito influenciados pela forma como o distrito se apercebe das coisas. Digámos que nos influenciavam, nos círculo uninominais essa instabilidade vai ser maior. Um exemplo: um orçamento em que não se contemple um centro de dia para um determinado local, quase me obrigava a votar contra o orçamento, o que faria com que as funções mais importantes dos deputados seriam postas de lado, afirmando-se com maior impacto os vários interesses regionalistas.”</p> <p>“Ao nível dos grandes centros, os círculos deveriam mais restritos, e aí talvez o distrito não seja a maior referência. Agora, entendia que no distrito deveria haver um gabinete da Assembleia da República, com uma estrutura mínima por forma a haver contactos regulares com o eleitorado. No meu distrito conseguimos dar a volta a isso, pedindo um gabinete ao governo civil. Mas não tem estrutura nenhuma, é só uma sala. O problema da proximidade tem a ver com o criar condições para que um deputado tivesse uma delegação da A.R., o que os eleitores iriam ver com bons olhos.”</p>	<p>não há uma responsabilização directa até porque eu não sou, no actual sistema, deputado de Viseu mas sim deputado nacional, e daí a grande diferença.</p> <p>Deve haver a reforma do sistema eleitoral mas em muitos aspectos, temos de caminhar para os círculos uninominais e também para a redução de deputados. É importante reduzir o nº de deputados para lhes dar mais condições de trabalho. Comparar um deputado português com um dos outros deputados, nós somos dos piores em termos de regalias sociais, condições de trabalho, era melhor dar-se mais dignidade à Assembleia e aos deputados. O divórcio com os eleitores iria ser menor, porque nós neste momento somos mal vistos lá fora, pela sociedade civil.”</p> <p>“Eu acho que esta Assembleia funciona com 150 deputados, com comissões mais pequenas, com trabalho mais intenso”</p> <p>“Mas quem defende os círculos uninominais temos de ter de um lado as questões nacionais e noutras as regionais (dos círculos)...o parlamento teria de funcionar de outra forma...”</p> <p>“Eu acho que tem de haver um debate muito alargado, não sei se com senado ou não, é discutível, são propostas que devem ser discutidas, não quero apontar soluções de varinha mágica”.</p>

Problemáticas / Temáticas	<p align="center">Entrevista Nº 7 Partido Socialista (PS) – Membro da Comissão Política Distrital de C. Branco</p>	<p align="center">Entrevista Nº 8 Partido Social Democrata (PSD) – Membro da Comissão Política Distrital de Viseu</p>
	<p>“ O Senado poderia ser bom para assegurar as questões nacionais, mas não sei”.</p> <p>“Para além disso, os círculos uninominais podem criar problemas de proporcionalidade, e criar alguns problemas. Pode ter mais votos e perder em termos de mandatos. Como a nossa constituição obriga à proporcionalidade, tem de haver um factor corrector que é o seguinte.: Criar-se um círculo nacional (30 – 50 deputados). Ou seja, quem defende os círculos uninominais defende obrigatoriamente um círculo nacional, em que os deputados não têm eleitores. Uns vêm muito presos aos lobbies e outros que não têm eleitores. Passava a ter duas legitimidades: eu estou aqui por votande do eleitoral e tu vens das sobras”</p>	<p>“ Não concordo que esses círculos uninominais vão contribuir para o desaparecimento dos partidos mais pequenos, se houver qualidade das propostas e pessoas com qualidade, e se os eleitores se revire nelas (...)”</p> <p>“ As condições no parlamento são más: há uma secretária para 6 deputados, há poucas salas de atendimento a pessoas que os deputados queiram receber; os gabinetes são muito longe da sala onde se reúne o parlamento. Na minha opinião, os serviços é que deveriam estar no edifício novo e não os deputados.</p>
	<p>“ Assim, sou contra este modelo, e acho que as reformas devem ter a ver mais com a participação dos eleitores. Por exemplo, se houver círculos uninominais, Castelo Branco passa de 5 para 3 deputados, porque 2 são para o círculo nacional, e teríamos 180 para o círculo uninominal e 50 para o nacional. E com isto acham que se estão a aproximar dos eleitores. É preciso é dar-lhes condições de contacto directo, com representações da Assembleia, onde nós pudéssemos atender pessoas, devendo também a reforma ser ampla de forma a que pudéssemos participar no Distrito, em órgãos de natureza consultiva (Assembleia Distrital, etc) “</p>	

Problemáticas / Temáticas	Entrevista N° 7 Partido Socialista (PS) – Membro da Comissão Política Distrital de C. Branco	Entrevista N° 8 Partido Social Democrata (PSD) – Membro da Comissão Política Distrital de Viseu
	<p>“Sou contra a redução de deputados, porque se iria sentir mais no interior, porque se hoje já são poucos e diz-se que há distanciamento com os eleitores. Nós hoje em certos distritos temos o número mínimo de deputados indispensáveis para assegurar a competitividade política. E Portalegre, quando chegar a ter 2 deputados fecha-se o processo, não vale a pena ir lá – não vale a pena fazer campanha porque provavelmente 1 seria para o PS e outro para o PSD.”</p> <p>“Só concordava se se fizesse um critério que dizia por exemplo, em Lisboa é preciso 50 000 votos para eleger um deputado e no interior 15 000.”</p>	

Anexo 2

*Tipologia de Cargos Dirigentes
nos Partidos Políticos Portugueses*

Quadro A1: Tipologia de Cargos Dirigentes no CDS/PP

	Executivo Nacional	Representativo e de Fiscalização Nacional	Executivo não Nacional	Representativo e de Fiscalização não Nacional	Funcionário do Partido	Outros; sem cargos
Cargos/ Órgãos Partidários	Presidente do Partido	Congresso Nacional	Comissão Política Distrital	Plenário Distrital	Sempre que se declarem funcionários e não ocupem qualquer cargo dirigente	Cargos Em outras Organizações do partido;
	Comissão Política Nacional	Mesa do Congresso Nacional		Assembleia Distrital		Sem cargo
	Comissão Directiva	Conselho Nacional		Mesa do Plenário Distrital		
		Mesa do Conselho Nacional		Conselho Distrital de Jurisdição		
		Senado	Comissão Política Concelhia	Assembleia da Concelhia		
		Conselho Nacional de Jurisdição				
		Conselho Nacional de Fiscalização				

Fonte: dados elaborados a partir dos Estatutos do CDS/PP, 2000.

Notas:

1ª - mesmo quando não são explicitamente referidos no quadro, os presidentes estão obviamente incluídos nos órgãos a que presidem.

2ª - quando os deputados exercem mais do que um cargo considera-se apenas o de nível superior, tendo em conta a seguinte hierarquia: 1º - cargos nacionais > cargos não nacionais; 2º - cargos executivos > cargos não executivos.

3ª - os cargos ocupados nas juventudes partidárias são classificados nos órgãos correspondentes ao nível do partido.

4ª - os cargos no grupo parlamentar, bem como os cargos nas organizações autónomas dos partidos (de "trabalhadores", de "mulheres", etc.), são incluídos na categoria "outros; s/cargo".

5ª - apenas os deputados para os quais não se possui qualquer tipo de informação (nas fichas, biografias e fontes complementares, sobre os cargos ocupados nos partidos e sobre todas as outras matérias) são classificados como "sem informação"/missing (código: 0). Caso exista informação em relação a outras variáveis e não sejam referidos quaisquer cargos partidários, os deputados nestas condições são classificados na categoria "outros; s/cargo".

Quadro A2: Tipologia de Cargos dirigentes no PCP

	Executivo Nacional	Representativo e de Fiscalização Nacional	Executivo não Nacional	Representativo e de Fiscalização não Nacional	Funcionário do Partido	Outros; sem cargos
Cargos/ Órgãos Partidários	Comissão Política do Comité Central Secretariado do Comité Central	Congresso Nacional Comité Central Comissão Central de Controlo	Comissão Política Distrital Secretariado da Célula	Assembleia Assembleia das Organizações das Regiões Autónomas Assembleia da Célula	Sempre que se declarem funcionários e não ocupem qualquer cargo dirigente	Cargos Em outras Organizações do partido; Sem cargo

Fonte: dados elaborados a partir dos Estatutos do PCP, 1992.

Notas:

1ª - mesmo quando não são explicitamente referidos no quadro, os presidentes estão obviamente incluídos nos órgãos a que presidem.

2ª - quando os deputados exercem mais do que um cargo considera-se apenas o de nível superior, tendo em conta a seguinte hierarquia: 1º - cargos nacionais > cargos não nacionais; 2º - cargos executivos > cargos não executivos.

3ª - os cargos ocupados nas juventudes partidárias são classificados nos órgãos correspondentes ao nível do partido.

4ª - os cargos no grupo parlamentar, bem como os cargos nas organizações autónomas dos partidos (de "trabalhadores", de "mulheres", etc.), são incluídos na categoria "outros; s/cargo".

5ª - apenas os deputados para os quais não se possui qualquer tipo de informação (nas fichas, biografias e fontes complementares, sobre os cargos ocupados nos partidos e sobre todas as outras matérias) são classificados como "sem informação"/missing (código: 0). Caso exista informação em relação a outras variáveis e não sejam referidos quaisquer cargos partidários, os deputados nestas condições são classificados na categoria "outros; s/cargo".

Quadro A3: Tipologia de Cargos Dirigentes no PS

	Executivo Nacional	Representativo e de Fiscalização Nacional	Executivo não Nacional	Representativo e de Fiscalização não Nacional	Funcionário do Partido	Outros; sem cargos	
Cargos/ Órgãos Partidários	Secretário Geral	Congresso Nacional	Presidente da Federação	Congresso da Federação	Sempre que se declarem funcionários e não ocupem qualquer cargo dirigente	Cargos Em outras Organizações do partido; Sem cargo	
	Secretariado Nacional	Mesa do Congresso Nacional	Secretariado da Federação	Comissão Política da Federação			
	Comissão Permanente	Comissão Política	Comissão Política Nacional				Comissão Federativa de Jurisdição
		Comissão Política Nacional					Comissão Federativa da Fiscalização Económica e Financeira
		Comissão de Verificação de Poderes					
		Mesa do Congresso Nacional	Presidente da Concelhia	Comissão Política Distrital			
		Conselho Consultivo	Secretariado da Concelhia	Comissão Política Concelhia			
	Comissão Nacional de Jurisdição	Secretariado Secção de Residência (SR)	Assembleia Geral SR				
Comissão Nacional de Fiscalização Económica e Financeira							

Fonte: dados elaborados a partir dos Estatutos do PS, 1998.

Notas:

1ª - mesmo quando não são explicitamente referidos no quadro, os presidentes estão obviamente incluídos nos órgãos a que presidem.

2ª - quando os deputados exercem mais do que um cargo considera-se apenas o de nível superior, tendo em conta a seguinte hierarquia: 1º - cargos nacionais > cargos não nacionais; 2º - cargos executivos > cargos não executivos.

3ª - os cargos ocupados nas juventudes partidárias são classificados nos órgãos correspondentes ao nível do partido.

4ª - os cargos no grupo parlamentar, bem como os cargos nas organizações autónomas dos partidos (de "trabalhadores", de "mulheres", etc.), são incluídos na categoria "outros; s/cargo".

5ª - apenas os deputados para os quais não se possui qualquer tipo de informação (nas fichas, biografias e fontes complementares, sobre os cargos ocupados nos partidos e sobre todas as outras matérias) são classificados como "sem informação"/missing (código: 0). Caso exista informação em relação a outras variáveis e não sejam referidos quaisquer cargos partidários, os deputados nestas condições são classificados na categoria "outros; s/cargo".

Quadro A4: Tipologia de Cargos Dirigentes no PSD

	Executivo Nacional	Representativo e de Fiscalização Nacional	Executivo não Nacional	Representativo e de Fiscalização não Nacional	Funcionário do Partido	Outros; sem cargos
Cargos/ Órgãos Partidários	Presidente da Comissão Política Nacional	Congresso Nacional	Comissão Política Regional	Assembleia Distrital	Sempre que se declarem funcionários e não ocupem qualquer cargo dirigente	Cargos Em outras Organizações do partido; Sem cargo
	Secretário Geral	Conselho Nacional	Comissão Política Distrital	Conselho de Jurisdição Distrital		
	Comissão Política Nacional	Conselho de Jurisdição Nacional	Comissão Permanente Distrital			
	Comissão Permanente Nacional		Comissão Política Concelhia	Assembleia Concelhia		
			Comissão Política de Secção	Assembleia de Secção		
			Comissão Política de Núcleo	Assembleia de Núcleo		

Fonte: dados elaborados a partir dos Estatutos do PSD, 2000.

Notas:

1ª - mesmo quando não são explicitamente referidos no quadro, os presidentes estão obviamente incluídos nos órgãos a que presidem.

2ª - quando os deputados exercem mais do que um cargo considera-se apenas o de nível superior, tendo em conta a seguinte hierarquia: 1º - cargos nacionais > cargos não nacionais; 2º - cargos executivos > cargos não executivos.

3ª - os cargos ocupados nas juventudes partidárias são classificados nos órgãos correspondentes ao nível do partido.

4ª - os cargos no grupo parlamentar, bem como os cargos nas organizações autónomas dos partidos (de "trabalhadores", de "mulheres", etc.), são incluídos na categoria "outros; s/cargo".

5ª - apenas os deputados para os quais não se possui qualquer tipo de informação (nas fichas, biografias e fontes complementares, sobre os cargos ocupados nos partidos e sobre todas as outras matérias) são classificados como "sem informação"/missing (código: 0). Caso exista informação em relação a outras variáveis e não sejam referidos quaisquer cargos partidários, os deputados nestas condições são classificados na categoria "outros; s/cargo".

Anexo 3

Tabelas Estatísticas

Anexo 3:

Tabelas estatísticas

Notas metodológicas:

1. Em todos os quadros que a seguir se apresentam incluem-se no total de deputados outros partidos que não apenas os que se desagregam. No caso do PCP, os dados incluem também os outros membros da coligação entre 1979 e 1985 (APU) e entre 1987 e 1999 (CDU). Em 1980 (II legislatura) os dados referentes ao PS incluem também os dos restantes membros da coligação FRS (UEDS e ASDI).
2. As percentagens apresentadas são em linha ou em coluna consoante a variável “partidos” está em linha ou em coluna, respectivamente.
3. Nas profissões dos deputados foi considerada apenas a profissão principal. A categoria “dirigentes partidários” inclui também alguns deputados que são funcionários partidários e que não ocupavam cargos dirigentes nos partidos no início da eleição.
4. Nas variáveis “organizações de interesses” foram considerados todos os deputados com cargos dirigentes (executivos e representativos) nos sindicatos, associações patronais e ordens profissionais. Foram considerados os cargos exercidos antes ou no início da eleição para o cargo de deputado.
5. Nas variáveis referentes à participação em “organizações cívicas” foi considerada a participação antes ou no início da eleição.
6. Na variável “cargos dirigentes” nos partidos foram considerados os cargos ocupados pelos deputados no início da eleição.
7. No que se refere aos “cargos políticos”/deputados foram consideradas três, para cada legislatura: 1) reeleição de deputados face à legislatura imediatamente anterior; 2) reeleição de deputados face a qualquer das legislaturas anteriores; 3) número de mandatos de deputado exercidos antes da legislatura em causa.
8. No que se refere aos “cargos políticos”/governo nacional foram considerados os deputados que tenham participado no governo (ministros, secretários e subsecretários de estado) nacional antes da legislatura em causa.
9. No que se refere aos “cargos políticos”/autarca foram considerados os cargos autárquicos exercidos antes e durante o mandato de deputado em causa.
10. No que se refere aos “cargos políticos”/parlamento europeu foram considerados os cargos de deputados europeus exercidos antes do início do mandato de deputado.

11. No que se refere aos “cargos políticos”/governo regional foram considerados os cargos de ministros, secretários e subsecretários de estado das regiões autónomas exercidos antes da legislatura em causa.
12. Em todos os quadros os deputados por partido correspondem geralmente ao número de mandatos obtidos em cada legislatura. Os casos em que isso não acontece devem-se a ausência total de fichas biográficas ou devido a informação insuficiente/incompleta.
13. Por causa dos arredondamentos, por vezes as percentagens não totalizam exactamente 100%.

Quadro A1: Sexo dos Deputados**ASSEMBLEIA CONSTITUINTE****LEGISLATURA 1976-1979**

Partidos	Masculino	Feminino	Total %	Total N	Masculino	Feminino	Total %	Total N
CDS	94	6	100	16	95	5	100	42
PCP	87	13	100	30	80	20	100	40
PSD	94	6	100	81	97	3	100	73
PS	92	8	100	116	94	7	100	107
Conj. Deputados	92	8	100	250	93	7	100	263

Quadro A2: Sexo dos Deputados**LEGISLATURA 1979-1980****LEGISLATURA 1980-1983**

Partidos	Masculino	Feminino	Total %	Total N	Masculino	Feminino	Total %	Total N
CDS	100	0	100	43	98	2	100	46
PCP	83	17	100	47	85	15	100	39
PSD	92	8	100	75	91	9	100	79
PS	90	10	100	74	99	2	100	68
Conj. Deputados	91	9	100	244	94	6	100	250

Quadro A3: Sexo dos Deputados**LEGISLATURA 1983-1985****LEGISLATURA 1985-1987**

Partidos	Masculino	Feminino	Total %	Total N	Masculino	Feminino	Total %	Total N
CDS	100	0	100	30	100	0	100	22
PCP	87	13	100	39	82	18	100	38
PSD	94	7	100	77	94	6	100	88
PS	96	4	100	101	98	2	100	57
PRD					93	7	100	45
Conj. Deputados	94	6	100	250	94	6	100	250

Quadro A4: Sexo dos Deputados**LEGISLATURA 1987-1991****LEGISLATURA 1991-1995**

Partidos	Masculino	Feminino	Total %	Total N	Masculino	Feminino	Total %	Total N
CDS	100	0	100	4	100	0	100	5
PCP	87	13	100	31	82	18	100	17
PSD	93	7	100	147	90	10	100	135
PRD	86	14	100	7				
PS	92	8	100	60	90	10	100	72
Conj. Deputados	92	8	100	249	90	10	100	230

Conj. Deputados = Conjunto dos Deputados (Total na Assembleia da República)

Quadro A5: Sexo dos Deputados**LEGISLATURA 1995-1999****LEGISLATURA 1999-200?**

Partidos	Masculino	Feminino	Total %	Total N	Masculino	Feminino	Total %	Total N
CDS	80	20	100	15	93	7	100	15
PCP	73	27	100	15	65	35	100	17
PSD	90	10	100	90	88	12	100	81
PS	87	13	100	110	77	24	100	115
Conj. Deputados	87	13	100	230	81	19	100	230

Quadro A6: Média de Idades dos Deputados**ASSEMBLEIA CONSTITUINTE****LEGISLATURA 1976-1979**

Partidos	Média	CV	Total N	Média	CV	Total N
CDS	41	0.25	16	42	0.22	41
PCP	44	0.24	30	39	0.28	35
PSD	41	0.28	79	41	0.25	71
PS	42	0.28	114	38	0.26	73
Conj. Deputados	42	0.27	245	40	0.25	221

Quadro A7: Média de Idades dos Deputados**LEGISLATURA 1979-1980****LEGISLATURA 1980-1983**

Partidos	Média	CV	Total N	Média	CV	Total N
CDS	45	0.23	43	45	0.19	44
PCP	39	0.27	43	46	0.27	26
PSD	44	0.23	69	40	0.21	71
PS	43	0.26	51	47	0.27	33
Conj. Deputados	43	0.25	210	43	0.24	183

Quadro A8: Média de Idades dos Deputados**LEGISLATURA 1983-1985****LEGISLATURA 1985-1987**

Partidos	Média	CV	Total N	Média	CV	Total N
CDS	46	0.18	30	48	0.18	19
PCP	46	0.29	39	49	0.25	33
PSD	42	0.22	77	43	0.23	78
PS	45	0.27	101	48	0.27	47
PRD				44	0.24	41
Conj. Deputados	44	0.25	250	46	0.24	218

CV = Coeficiente de Variação

Conj. Deputados = Conjunto dos Deputados (Total na Assembleia da República)

Quadro A9: Média de Idades dos Deputados

Partidos	LEGISLATURA 1987-1991			LEGISLATURA 1991-1995		
	Média	CV	Total N	Média	CV	Total N
CDS	54	0.17	4	53	0.22	5
PCP	46	0.25	29	47	0.22	17
PSD	42	0.25	147	43	0.24	135
PRD	54	0.25	7			
PS	45	0.24	60	47	0.20	72
Conj. Deputados	44	0.25	247	45	0.23	229

Quadro A10: Média de Idades dos Deputados

Partidos	LEGISLATURA 1995-1999			LEGISLATURA 1999-200?		
	Média	CV	Total N	Média	CV	Total N
CDS	40	0.22	15	43	0.31	15
PCP	45	0.23	14	47	0.21	17
PSD	45	0.22	84	44	0.20	81
PS	45	0.22	112	46	0.22	115
Conj. Deputados	45	0.22	225	45	0.22	228

Quadro A11: Grupos Etários dos Deputados, por Partidos

Grupo Etário	ASSEMBLEIA CONSTITUINTE					LEGISLATURA 1976-1979				
	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Até 35 anos	38	23	34	37	34	32	49	32	41	38
36-49 anos	31	43	48	40	43	49	26	51	47	45
50 e mais anos	31	33	18	23	23	20	26	17	12	17
TOTAL %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
TOTAL N	16	30	79	114	245	41	35	71	73	221

Quadro A12: Grupos Etários dos Deputados, por Partidos

Grupo Etário	LEGISLATURA 1979-1980					LEGISLATURA 1980-1983				
	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Até 35 anos	19	47	25	23	27	9	19	37	18	24
36-49 anos	39	30	41	55	42	66	39	51	46	52
50 e mais anos	42	23	35	22	31	25	42	13	36	25
TOTAL %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
TOTAL N	43	43	69	51	210	44	26	71	33	183

CV = Coeficiente de Variação

Conj. Deputados = Conjunto dos Deputados (Total na Assembleia da República)

Total = Conjunto dos Deputados (Total na Assembleia da República)

Quadro A13: Grupos Etários dos Deputados, por Partidos**LEGISLATURA 1983-1985****LEGISLATURA 1985-1987**

Grupo Etário	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PRD	PS	Total
Até 35 anos	10	23	23	19	20	5	15	24	17	11	17
36-49 anos	60	44	56	55	54	58	39	54	54	55	52
50 e mais anos	30	33	21	27	27	37	46	22	29	34	31
TOTAL %	100										
TOTAL N	30	39	77	101	250	19	33	78	41	47	218

Quadro A14: Grupos Etários dos Deputados, por Partidos**LEGISLATURA 1987-1991****LEGISLATURA 1991-1995**

Grupo Etário	CDS	PCP	PSD	PRD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Até 35 anos	0	14	27	0	17	22	0	6	30	6	20
36-49 anos	50	59	49	43	62	53	20	59	45	67	52
50 e mais anos	50	28	25	57	22	26	80	35	24	28	28
TOTAL %	100										
TOTAL N	4	29	147	7	60	247	5	17	135	72	229

Quadro A15: Grupos Etários dos Deputados, por Partidos**LEGISLATURA 1995-1999****LEGISLATURA 1999-200?**

Grupo Etário	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Até 35 anos	36	20	15	15	16	33	18	16	20	19
36-49 anos	50	40	54	56	54	40	24	54	44	46
50 e mais anos	14	40	32	29	30	27	59	30	36	35
TOTAL %	100									
TOTAL N	14	14	89	107	225	15	17	81	115	228

Quadro A16: Instrução dos Deputados, por Partidos**ASSEMBLEIA CONSTITUINTE****LEGISLATURA 1976-1979**

Instrução	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Primária	0	54	8	8	12	5	51	13	21	20
Secundária	0	25	17	18	17	17	20	10	21	17
Licenciatura-Frequência	0	4	6	15	10	0	3	7	12	8
Licenciatura	88	18	58	57	56	74	26	67	43	52
Pós Graduação	13	0	11	3	6	5	0	4	3	3
Total %	100									
Total N	16	28	79	113	242	42	35	72	104	254

Quadro A17: Instrução dos Deputados, por Partidos

Instrução	LEGISLATURA 1979-1980					LEGISLATURA 1980-1983				
	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Primária	0	35	14	18	16	0	24	0	3	4
Secundária	5	19	17	19	15	13	35	15	6	14
Licenciatura-Frequência	7	5	6	10	7	2	6	12	10	9
Licenciatura	77	40	63	50	57	76	29	71	81	70
Pós Graduação	12	2	1	3	4	9	6	3	0	4
Total %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total N	43	43	72	68	230	45	34	76	67	239

Quadro A18: Instrução dos Deputados, por Partidos

Instrução	LEGISLATURA 1983-1985					LEGISLATURA 1985-1987					
	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PRD	PS	Total
Primária	0	22	0	1	4	0	24	0	0	0	3
Secundária	13	27	17	21	20	10	21	2	0	14	8
Licenc.-Freq.	0	5	5	9	6	0	9	7	9	4	6
Licenciatura	77	46	73	65	66	67	46	75	77	70	70
Pós Graduação	10	0	4	3	4	24	0	15	14	12	13
Total %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total N	30	37	75	98	243	21	33	85	44	50	233

Quadro A19: Instrução dos Deputados, por Partidos

Instrução	LEGISLATURA 1987-1991						LEGISLATURA 1991-1995				
	CDS	PCP	PSD	PRD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Primária	0	17	4	0	2	5	0	0	0	0	0
Secundária	0	24	11	0	8	12	0	24	7	8	8
Licenc.- Freq.	0	10	8	0	12	9	0	12	10	7	9
Licenciatura	50	48	68	83	72	67	60	65	69	61	66
Pós Graduação	50	0	9	17	7	8	40	0	14	24	17
Total %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total N	4	29	144	6	60	243	5	17	135	72	230

Quadro A20: Instrução dos Deputados, por Partidos

Instrução	LEGISLATURA 1995-1999					LEGISLATURA 1999-200?				
	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Primária	0	7	0	1	1	0	6	0	0	1
Secundária	0	7	6	15	10	7	6	3	17	10
Licenciatura- Frequência	0	20	10	16	13	0	12	14	13	13
Licenciatura	86	53	63	56	60	73	71	72	54	63
Pós Graduação	14	13	21	12	16	20	6	11	16	14
Total %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total N	14	15	89	106	224	15	17	79	112	224

Quadro A21: Área de Estudos Universitários dos Deputados, por Partidos

Área Estudos	ASSEMBLEIA CONSTITUINTE					LEGISLATURA 1976-1979				
	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Magistério P./out.	0	0	3.3	6	4.1	3.1	0	3.6	3.3	3.1
Letras	6.3	16.7	3.3	15.5	10.5	6.3	30	7.1	14.8	11.3
Economia/outras	0	33.3	11.7	7.1	8.7	6.3	0	17.9	18	14.4
C. Soc. e Políticas	0	0	0	3.6	1.7	3.1	10	0	1.6	1.9
Engenharia/outras	62.5	33.3	15	19	22.7	37.5	30	17.9	23	25
Medicina	6.3	0	8.3	6	6.4	12.5	0	7.1	8.2	8.1
Direito	18.8	16.7	56.7	39.3	42.4	31.3	20	41.1	29.5	33.1
Outras	6.3	0	1.7	3.6	3.5	0	10	5.4	1.6	3.1
TOTAL %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
TOTAL N	16	6	60	84	172	32	10	56	61	160

Quadro A22: Área de Estudos Universitários dos Deputados, por Partidos

Área Estudos	LEGISLATURA 1979-1980					LEGISLATURA 1980-1983				
	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Magistério P./out.	2.4	0	2	2.3	1.9	2.4	0	3.1	1.7	2.2
Letras	7.3	21.1	10	23.3	14.9	9.5	18.8	9.2	10.0	10.5
Economia/out.	9.8	5.3	12	9.3	9.6	4.8	12.5	13.8	5.0	8.7
C. Soc. Políticas	2.4	0	0	0	0.6	4.8	6.3	9.2	1.7	5.5
Engenharia/out.	34.1	15.8	20	25.6	24.8	21.4	31.3	13.8	28.3	21.9
Medicina/Vet.	12.2	10.5	6	9.3	8.9	9.5	6.3	6.2	6.7	7.1
Direito	31.7	42.1	48	30.2	37.6	47.6	25.0	44.6	46.7	44.3
Outras	0	5.3	2	0	1.9	0	0	0	0	0
TOTAL %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
TOTAL N	41	19	50	43	157	42	16	65	60	18

Quadro A23: Área de Estudos Universitários dos Deputados, por Partidos

Área Estudos	LEGISLATURA 1983-1985					LEGISLATURA 1985-1987					
	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PRD	PS	Total
Magistério P./out.	0	0	9.7	5.3	5.4	0	5.6	6	0	2.3	3.4
Letras	3.8	15	11.3	22.4	15.6	5.3	16.7	6	13.6	18.6	11.1
Economia/out.	15.4	25	12.9	9.2	13.9	5.3	33.3	18.1	18.2	7	15.9
C. Soc. Políticas	0	5	3.2	7.9	4.8	5.3	0	4.8	9.1	7	5.8
Engenharia/out.	23.1	25	19.4	22.4	21.5	15.8	11.1	19.3	27.3	23.3	20.8
Medicina/Vet.	77	5	32	10.5	7	5.3	0	3.6	9.1	7	5.3
Direito	50	25	40.3	22.4	32.8	63.2	22.2	42.2	18.2	34.9	35.7
Outras	0	0	0	0	0	0	11.1	0	4.5	0	1.9
TOTAL %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
TOTAL N	26	20	62	76	186	19	18	83	44	43	207

Quadro A24: Área de Estudos Universitários dos Deputados, por Partidos

Área Estudos	LEGISLATURA 1987-1991						LEGISLATURA 1991-1995				
	CDS	PCP	PSD	PRD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Magistério P./out.	0	5.9	4.9	0	0	3.4	0	7.7	5.6	1.5	4.3
Letras	0	11.8	8.2	0	20.4	11.3	0	7.7	12.1	21.2	14.4
Economia/out.	0	17.6	12.3	16.7	13	12.8	0	23.1	16.9	13.6	15.9
C. Soc. Políticas	0	0	3.3	0	1.9	2.5	0	15.4	7.3	10.6	8.7
Engenharia/out.	0	17.6	21.3	16.7	24.1	21.2	20	7.7	14.5	19.7	15.9
Medicina	0	11.8	5.7	0	5.6	5.9	0	0	4	6.1	4.3
Direito	100	23.5	44.3	33.3	33.3	40.4	80	30.8	37.9	24.2	34.1
Outras	0	11.8	0	33.3	1.9	2.5	0	7.7	1.6	3	2.4
TOTAL %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
TOTAL N	4	17	122	6	54	203	5	13	124	66	208

Quadro A25: Área de Estudos Universitários dos Deputados, por Partidos

Área Estudos	LEGISLATURA 1995-1999					LEGISLATURA 1999-200?				
	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Magistério P./out.	0	0	6	3	4	0	0	2.7	2.2	2.1
Letras	0	23	6	16	11	7.1	6.7	4.1	18	10.9
Economia/out.	7	23	22	14	18	0	26.7	17.6	15.7	16.1
C. Soc. Políticas	7	15	12	7	10	21.4	6.7	12.2	15.7	14.1
Engenharia/out.	7	0	13	13	12	21.4	20	14.9	11.2	14.1
Medicina	7	0	6	8	7	0	6.7	6.8	7.9	6.8
Direito	71	39	33	36	37	50	33.3	40.5	27	34.4
Outras	0	0	2	3	3	0	0	1.4	2.2	1.6
TOTAL %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
TOTAL N	14	13	85	87	199	14	15	74	89	192

Quadro A26: Profissão dos Deputados, por Partidos

Profissão	ASSEMBLEIA CONSTITUINTE					LEGISLATURA 1976-1979				
	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Dir. F. Pública	6.3	0	2.6	2.6	2.5	0	0	2.8	4	2.4
Dir. Partidos	0	13.8	0	0.9	2.1	0	11.1	0	0	1.6
Dir. Empresas	43.8	0	11.5	12.3	12.8	19.5	0	12.7	7.9	10
Engenheiros/Arq.	12.5	3.4	5.1	4.4	5.3	17.1	8.3	11.3	8.9	10.8
Médicos/Veterin.	6.3	0	5.1	2.6	3.3	7.3	0	5.6	3	4
Docentes Univ.	6.3	3.4	12.8	7	8.6	2.4	5.6	7	2	4
Docentes Secund.	0	3.4	2.6	6.1	4.1	7.3	0	5.6	5	4.8
Docentes Prim.	0	3.4	2.6	5.3	3.7	0	2.8	2.8	4	2.8
Economistas	0	0	6.4	0.9	2.5	2.4	0	5.6	2	2.8
Advogados/Juristas	6.3	3.4	28.2	20.2	20.2	22	5.6	21.1	9.9	14.5
Autores/Jornalistas	0	0	0	6.1	2.9	0	0	0	5	2
Téc. Intermédios	6.3	3.4	5.1	9.6	7	9.8	0	9.9	11.9	9.2
Empregados Admi.	0	13.8	6.4	9.6	8.2	2.4	25	9.9	13.9	12.4
Trab. Ind./Agric.	0	51.7	7.7	7.9	12.3	2.4	38.9	5.6	13.9	13.3
Outros	12.5	0	3.8	4.4	4.5	7.3	2.8	0	8.9	5.2
Total %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total N	16	29	78	114	243	41	36	71	101	249

Quadro A27: Profissão dos Deputados, por Partidos

Profissão	LEGISLATURA 1979-1980					LEGISLATURA 1980-1983				
	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Dir. F. Pública	0	0	1.4	1.4	0.9	4.4	0	1.4	0	1.4
Dir. Partidos	0	2.3	0	0	0.4	2.2	18.9	2.9	4.5	6
Dir. Empresas	9.3	0	8.5	7.2	6.9	13.3	0	10	6.1	7.8
Engenheiros/Arq.	23.3	6.8	11.3	14.5	13.4	17.8	8.1	5.7	15.2	11.5
Médicos/Veterin.	11.6	4.5	5.6	2.9	5.6	6.7	2.7	2.9	1.5	3.2
Docentes Univ.	4.7	6.8	1.4	4.3	4.8	11.1	10.8	8.6	9.1	9.6
Docentes Secund.	9.3	2.3	5.6	8.7	6.5	2.2	2.7	5.7	10.6	6
Docentes Prim.	0	2.3	0	1.4	0.9	2.2	0	4.3	0	1.8
Economistas	2.3	2.3	2.8	0	1.7	4.4	2.7	7.1	4.5	5
Advogados/Juristas	25.6	13.6	28.2	10.1	19	26.7	5.4	28.6	31.8	25.2
Autores/Jornalistas	0	0	1.4	5.8	2.2	0	2.7	2.9	1.5	1.8
Téc. Intermédios	4.7	0	14.1	7.2	7.4	2.2	16.2	5.7	6.1	6.9
Empregados Admi.	2.3	20.5	12.7	13	12.1	0	2.7	10	4.5	5
Trab. Ind./Agric.	2.3	34.1	5.6	7.2	10.8	2.2	24.3	0	1.5	5
Outros	4.7	4.5	1.4	15.9	7.3	4.4	2.7	4.3	3	3.7
Total %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total N	43	44	71	69	231	45	37	70	66	218

Quadro A28: Profissão dos Deputados, por Partidos

Profissão	LEGISLATURA 1983-1985					LEGISLATURA 1985-1987					
	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PRD	PS	Total
Dir. F. Pública	6.9	3.1	2.9	2.2	3.2	0	0	7.1	2.3	8	4.7
Dir. Partidos	0	6.3	0	1.1	1.4	0	25	0	0	0	3.9
Dir. Empresas	6.9	3.1	11.4	7.8	8.1	20	11.1	21.4	23.3	24	20.6
Engenheiros/Arq.	13.8	6.3	8.6	13.3	10.9	5	2.8	3.6	9.3	0	3.9
Médicos/Veterin.	6.9	3.1	2.9	7.8	5.4	5	0	2.4	7	2	3
Docentes Univ.	13.8	3.1	8.6	6.7	7.7	30	5.6	16.7	18.6	18	16.7
Docentes Secund.	3.4	9.4	10	8.9	8.6	0	11.1	6	4.7	10	6.9
Docentes Prim.	0	0	7.1	5.6	4.5	0	2.8	1.2	0	2	1.3
Economistas	10.3	12.5	5.7	3.3	6.3	0	8.3	2.4	4.7	0	3
Advogados/Jurist	31	9.4	22.9	14.4	18.6	35	8.3	27.4	14	20	21
Autores/Jornalistas	0	3.1	1.4	3.3	2.3	0	0	0	4.7	4	1.7
Téc. Intermédios	3.4	6.3	2.9	10	6.3	5	2.8	3.6	2.3	0	2.6
Empregados Admi.	3.4	3.1	8.6	10	7.7	0	0	3.6	0	12	3.9
Trab. Ind./Agric.	0	31.3	0	0	4.5	0	19.4	0	0	0	3
Outros	0	0	7.1	5.6	4.5	0	2.8	4.8	9.3	0	3.9
Total %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total N	29	32	70	90	221	20	36	84	43	50	233

Quadro A29: Profissão dos Deputados, por Partidos

Profissão	LEGISLATURA 1987-1991						LEGISLATURA 1991-1995				
	CDS	PCP	PSD	PRD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Dir. F. Pública	0	3.3	5.5	0	10	6.1	0	0	6.7	5.6	5.7
Dir. Partidos	0	23.3	0	0	0	2.8	0	17.6	0	0	1.3
Dir. Empresas	0	0	10.3	14.3	5	7.7	20	0	25.2	22.2	22.3
Engenheiros/Arq.	0	0	10.3	0	15	9.7	0	0	2.2	2.8	2.2
Médicos/Veterin.	0	6.7	4.1	0	3.3	4	0	0	2.2	0	1.3
Docentes Univ.	75	3.3	6.2	0	8.3	7.3	60	0	11.1	11.1	10.5
Docentes Secund.	0	6.7	8.9	0	8.3	8.1	0	0	11.9	11.1	10.5
Docentes Prim.	0	6.7	2.7	0	5	3.6	0	5.9	3	0	2.2
Economistas	0	6.7	4.1	14.3	8.3	5.7	0	17.6	4.4	1.4	4.4
Advogados/Jurist	25	10	25.3	28.6	15	21.1	20	17.6	23	13.9	19.7
Autores/Jornalistas	0	3.3	1.4	14.3	3.3	2.4	0	5.9	0	1.4	0.9
Téc. Intermédios	0	6.7	11	0	8.3	9.3	0	11.8	3	9.7	5.7
Empregados Admi.	0	0	5.5	0	5	4.5	0	0	1.5	2.8	1.7
Trab. Ind./Agric.	0	20	1.4	0	1.7	3.6	0	11.8	0	0	0.9
Outros	0	3.3	3.4	28.6	3.4	4	0	11.8	5.9	5.9	6.1
Total %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total N	4	30	146	7	60	247	5	17	135	72	229

Quadro A30: Profissão dos Deputados, por Partidos

Profissão	LEGISLATURA 1995-1999					LEGISLATURA 1999-200?				
	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Dir. F. Pública	0	0	18.8	2.7	8.5	0	5.9	2.5	1.7	2.2
Dir. Partidos	0	7.1	0	0	0.4	0	5.9	0	0	0.4
Dir. Empresas	33.3	7.1	15.3	10.9	13.8	20	5.9	11.1	10.4	11
Engenheiros/Arq.	0	0	4.7	4.5	4	0	0	6.2	3.5	3.9
Médicos/Veterin.	0	0	2.4	1.8	1.8	0	0	4.9	2.6	3.1
Docentes Univ.	20	0	15.3	15.5	14.7	40	0	11.1	10.4	11.8
Docentes Secund.	0	7.1	5.9	10.9	8	6.7	5.9	6.2	10.4	8.3
Docentes Prim.	0	0	2.4	1.8	1.8	0	0	3.7	5.2	3.9
Economistas	0	21.4	4.7	2.7	4.5	0	11.8	12.3	7.8	9.2
Advogados/Juristas	40	21.4	18.8	19.1	20.5	20	23.5	29.6	15.7	21.5
Autores/Jornalistas	6.7	7.1	0	2.7	2.2	0	0	0	1.7	0.9
Téc. Intermédios	0	7.1	2.4	11.8	7.1	6.7	11.8	1.2	5.2	4.4
Empregados Admi.	0	7.1	2.4	7.3	4.9	0	11.8	2.5	6.1	4.8
Trab. Ind./Agric.	0	0	0	0	0	0	5.9	0	0.9	0.9
Outros	0	14.3	7.1	8.2	7.6	6.7	11.8	6.2	14.8	11
Total %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Total N	15	14	85	110	224	15	17	81	115	228

Dir. F. Pública = Dirigentes da Função Pública
 Dir. Partidos = Dirigentes de Partidos Políticos
 Dir. Empresas = Dirigentes de Empresas
 Arq. = Arquitectos
 Veterin. = Veterinários
 Docentes Univ. = Docentes do Ensino Universitário
 Docentes Secund. = Docentes do Ensino Secundário
 Docentes Prim. = Docentes do Ensino Primário
 Téc. Intermédios = Técnicos Intermédios
 Empregados Admi. = Empregados Administrativos do Comércio e Serviços
 Trab. Ind./Agric. = Trabalhadores Manuais da Indústria e Agricultura

Quadro A31: Deputados com Cargos Dirigentes em Organizações de Interesses

	C.	IA	IB	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Dirigentes	6	4.6	7.2	11.6	12	8.4	13.6	17.8	10	8.7
Não Dirigentes/Outros	94	95.4	92.8	88.4	88	91.6	86.4	82.2	90	91.3
TOTAL %	100									
TOTAL N	250	263	250	250	250	250	250	230	230	230

Organizações de interesses = sindicatos; associações patronais; ordens profissionais
 Dirigentes = têm ou tiveram cargo dirigente em pelo menos uma das três organizações de interesses

Quadro A32: Deputados com Cargos Dirigentes em Organizações de Interesses, por Partidos

Partidos	C.	IA	IB	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
CDS	0	2.4	0	10.9	3.3	9.1	0	0	6.7	6.7
PCP	3.3	2.5	6.8	10.3	17.9	0	16.1	35.3	26.7	29.4
PSD	3.7	2.7	8.3	19	16.9	13.6	12.8	14.8	8.9	4.9
PS	9.5	7.5	10.8	4.4	8.9	5.3	15	20.8	9.1	7.8
TOTAL %	6	4.6	7.2	11.6	12	8.4	13.6	17.8	10	8.7
TOTAL N	250	263	250	250	250	250	250	230	230	230

Notas: as percentagens dizem respeito aos deputados com cargo em pelo menos uma das três organizações de interesses, em cada partido ou no conjunto dos deputados (total %)

Total N = total absoluto de deputados na AR

Quadro A33: Deputados com Cargos Dirigentes em Organizações de Interesses, por Tipo de Organização e por Partidos

Tipo de Organização	ASSEMBLEIA CONSTITUINTE					LEGISLATURA 1976-1979				
	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Patronal	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Ordem Profissional	0	0	1.4	3.5	2	0	0	0	0.9	0.4
Sindical	0	3.3	2.9	6.1	4.1	2.4	2.6	2.9	6.6	4.3
TOTAL N	16	30	79	114	245	42	38	71	106	258

Quadro A34: Deputados com Cargos Dirigentes em Organizações de Interesses, por Tipo de Organização e por Partidos

Tipo de Organização	LEGISLATURA 1979-1980					LEGISLATURA 1980-1983				
	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Patronal	0	0	0	0	0	2.2	0	0	0	0.8
Ordem Profissional	0	0	1.4	1.4	1.3	8.7	0	3.8	0	2.8
Sindical	0	6.8	7.2	10	6.4	0	10.3	16.5	4.4	8.4
TOTAL N	43	46	72	70	235	46	39	79	68	250

Quadro A35: Deputados com Cargos Dirigentes em Organizações de Interesses, por Tipo de Organização e por Partidos

Tipo de Organização	LEGISLATURA 1983-1985					LEGISLATURA 1985-1987					
	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PRD	PS	Total
Patronal	0	0	0	0	0	10	0	1,2	2.3	0	1,7
Ordem Profissional	3.3	0	5,2	1	2,4	0	0	5,9	2.3	2,1	3
Sindical	0	17,9	11,7	7,9	9,6	0	0	7,1	4.8	4,2	4,4
TOTAL N	30	39	77	101	250	20	35	85	42	48	232

Nota: cada variável é um atributo dicotómico (sim/não); apenas são contados os “sim” – deputados com cargo dirigente em cada tipo de organização, para cada partido ou para o total da AR (Total);

Total N = Total de Deputados em cada partido ou na AR (Total)

**Quadro A36: Deputados com Cargos Dirigentes em Organizações de Interesses,
por Tipo de Organização e por Partidos**

Tipo de Organização	LEGISLATURA 1987-1991						LEGISLATURA 1991-1995				
	CDS	PCP	PSD	PRD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Patronal	0	0	1.4	0	1.7	1.2	0	0	0	0	0
Ordem Profissional	0	3.8	3.4	14.3	1.7	3.2	0	0	3.7	2.8	3
Sindical	0	19.2	8.8	0	11.9	10.1	0	35.3	11.9	18.1	15.2
TOTAL N	4	30	147	7	60	248	5	17	135	72	230

**Quadro A37: Deputados com Cargos Dirigentes em Organizações de Interesses,
por Tipo de Organização e por Partidos**

Tipo de Organização	LEGISLATURA 1995-1999					LEGISLATURA 1999-200?				
	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Patronal	0	0	1.1	1	0.9	6.7	0	0	0	0.4
Ordem Profissional	7.1	0	2.3	1.9	2.3	0	0	1.2	0	0.4
Sindical	0	26.7	8	7.6	8,9	0	29,4	3.7	7.8	7.8
TOTAL N	14	15	88	105	222	15	17	81	115	230

Nota: cada variável é um atributo dicotómico (sim/não); apenas são contados os "sim" – deputados com cargo dirigente em cada tipo de organização, para cada partido ou para o total da AR (Total);
Total N = Total de Deputados em cada partido ou na AR (Total)

Quadro A38: Deputados que Participam em Organizações Cívicas

	C.	IA	IB	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
Participam/participaram	8.4	6.8	10.8	23.6	14	20.8	27.6	46.5	37	22.2
Não participam/nunca participaram	91.6	93.2	89.2	76.4	86	79.2	72.4	53.5	63	77.8
TOTAL %	100									
TOTAL N	245	258	234	250	250	250	248	230	222	230

Notas: as percentagens dizem respeito aos deputados que participam/participaram em pelo uma das sete organizações cívicas; a diferença para 100% representam os que não participam/nunca participaram em pelo uma das sete organizações cívicas

Total N = total absoluto de deputados na AR

Quadro A39: Deputados que Participam em Organizações Cívicas, por Partidos

Partidos	C.	IA	IB	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
CDS	0	9.5	9.3	13	10	4.5	50	60	13.3	26.7
PCP	3,3	2.5	13.6	25.6	17.9	15.8	29.6	47.1	53.3	17.6
PSD	6.2	9.6	13.9	19	11.7	25	25.7	37.8	30	21
PS	12,1	5.6	6.8	33.8	15.8	28.1	30.5	61.1	35.5	23.5
TOTAL %	8.4	6.8	10.8	23.6	14	20.8	27.6	46.5	37	22.2
TOTAL N	245	258	234	250	250	250	248	230	222	230

Total % = total % de deputados que participam em organizações cívicas, face ao total absoluto na AR.

Total N = total absoluto de deputados na AR

Quadro A40: Deputados que Participam em Organizações Cívicas, por Tipo de Organizações e por Partido

Tipo de Organização	ASSEMBLEIA CONSTITUINTE					LEGISLATURA 1976-1979				
	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Recreativa e Cultural	0	0	1.3	4.4	2.4	0	2.6	2.8	1.9	1.9
Religiosa	0	0	0	0.9	0.4	0	0	2.8	0	0.8
Solidariedade Social	0	0	0	3.4	1.6	2.4	0	2.8	1.9	1.9
Académica	0	0	2.5	2.6	2	0	0	1.4	1.9	1.2
Ambiental	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Socio-Política	0	3.3	3.8	2.6	3.3	7.1	0	2.8	0.9	2.3
Movimento de Oposição ao Estado Novo	0	0	0	5.3	2.4	0	2.6	0	0	0.4
TOTAL N	16	30	79	114	245	42	38	71	106	258

Nota: cada variável é um atributo dicotómico (sim/não); apenas são contados os “sim” – deputados que participam/participaram em cada tipo de organização, para cada partido e para o conjunto da AR (Total); Total N = total de deputados em cada partido ou no conjunto da AR (Total.)

Quadro A41: Deputados que Participam em Organizações Cívicas, por Tipo de Organizações e por Partido

Tipo de Organização	LEGISLATURA 1979-1980					LEGISLATURA 1980-1983				
	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Recreativa e Cultural	0	4.4	6.9	1.4	3.4	10.9	15.4	13.9	20.6	15.6
Religiosa	0	0	2.8	0	0.9	2.2	0	0	1.5	0.8
Solidariedade Social	4.7	4.4	2.8	2.9	3.4	0	2.6	2.5	7.4	3.6
Académica	0	6.5	1.4	1.4	2.1	4.3	7.7	6.3	16.2	8.4
Ambiental	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Socio-Política	4.7	0	5.6	2.9	3.4	0	7.7	0	4.4	2.4
Movimento de Oposição ao Estado Novo	0	8.7	0	0	2.1	0	12.8	2.5	16.2	8
TOTAL N	43	45	72	70	234	46	39	79	68	250

Total N = total de deputados em cada partido ou no conjunto da AR (Total)

**Quadro A42: Deputados que Participam em Organizações Cívicas,
por Tipo de Organizações e por Partido**

Tipo de Organização	LEGISLATURA 1983-1985					LEGISLATURA 1985-1987					
	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PRD	PS	Total
Recreativa e Cultural	6.7	10.3	7.8	11.9	9.6	0	5.7	12.9	9.1	14.6	10.3
Religiosa	0	0	0	0	0	5	0	1.2	0	2.1	1.3
Solidariedade Social	3.3	5.1	5.2	3	4	0	0	3.5	0	4.2	2.2
Académica	0	12.8	2.6	5.9	5.2	0	11.4	12.9	2.3	6.3	8.2
Ambiental	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Socio-Política	0	0	0	1	0.4	0	2.9	2.4	4.5	10.4	4.3
Movimento de Oposição ao Estado Novo	0	12.8	0	4	3.6	0	2.9	1.2	0	4.2	1.7
TOTAL N	30	39	77	101	250	20	35	85	44	48	250

**Quadro A43: Deputados que Participam em Organizações Cívicas,
por Tipo de Organizações e por Partido**

Tipo de Organização	LEGISLATURA 1987-1991						LEGISLATURA 1991-1995				
	CDS	PCP	PSD	PRD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Recreativa e Cultural	50	6.7	10.9	28.6	16.7	12.9	60	23.5	30.4	38.9	33.5
Religiosa	25	0	1.4	0	0	1.2	0	0	1.5	5.6	2.6
Solidariedade Social	0	3.3	5.4	0	1.7	4	20	0	7.4	6.9	7
Académica	0	6.7	4.8	14.3	8.3	6	40	29.4	14.1	30.6	20.9
Ambiental	0	0	0	0	3.3	0.8	0	0	0.7	1.4	0.9
Socio-Política	0	13.3	10.2	14.3	10	10.5	0	0	0.7	2.8	1.3
Movimento de Oposição ao Estado Novo	0	0	0	0	6.7	1.2	0	23.5	0.7	20.8	8.7
TOTAL N	4	30	147	7	60	248	5	17	135	72	230

**Quadro A44: Deputados que Participam em Organizações Cívicas,
por Tipo de Organizações e por Partido**

Tipo de Organização	LEGISLATURA 1995-1999					LEGISLATURA 1999-2007				
	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Recreativa e Cultural	14.3	33.3	29.5	21.7	25.1	13.3	5.9	14.8	8.7	10.9
Religiosa	7.1	6.7	9.1	5.7	7.2	0	0	1.2	3.5	2.2
Solidariedade Social	7.1	6.7	4.5	3.8	4.5	0	5.9	2.5	4.3	3.5
Académica	0	46.7	12.5	11.4	13.5	13.3	11.8	4.9	9.6	8.3
Ambiental	0	0	1.1	1	0.9	0	0	0	0.9	0.4
Socio-Política	0	13.3	0	2.9	2.3	6.7	0	1.2	1.8	1.7
Movimento de Oposição ao Estado Novo	0	20	3.4	8.6	6.8	0	0	0	5.2	2.6
TOTAL N	14	15	88	105	222	15	17	81	115	230

Total N = total de deputados em cada partido ou no conjunto da AR (Total)

Quadro A45: Deputados com Cargos Dirigentes nos Partidos, por Tipo de Cargo e por Partido

Tipo de Cargo	ASSEMBLEIA CONSTITUINTE					LEGISLATURA 1976-1979				
	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Executivo Nacional	18.8	10	8.9	8.8	9.8	14.3	2.8	4.2	3.8	5.5
Representativo Nacional	0	26.7	0	17.5	11.4	0	5.6	9.9	8.6	7.1
Executivo Não Nacional	0	0	2.5	1.8	1.6	16.7	0	11.3	0	5.9
Represent. Não Nacional	0	0	0	1.8	0.8	0	0	0	2.9	1.2
Funcionário	0	3.3	0	0	0.4	0	2.8	0	0	0.4
Outros/ sem cargos	81.3	60	88.6	70.2	75.9	69	88.9	74.6	84.8	79.9
TOTAL %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
TOTAL N	16	30	79	114	245	42	36	71	105	254

Quadro A46: Deputados com Cargos Dirigentes nos Partidos, por Tipo de Cargo e por Partido

Tipo de Cargo	LEGISLATURA 1979-1980					LEGISLATURA 1980-1983				
	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Executivo Nacional	18.6	4.5	8.3	4.3	8.3	17.4	20.5	15.2	23.5	17.6
Representativo Nacional	9.3	9.1	9.7	10	9.6	8.7	15.4	11.4	30.9	16.4
Executivo Não Nacional	14	0	12.5	1.4	7	10.9	2.6	24.1	0	10
Represent. Não Nacional	2.3	0	1.4	1.4	1.3	0	0	1.3	2.9	1.6
Funcionário	0	2.3	0	0	0.4	0	2.6	0	0	0.4
Outros/ sem cargos	55.8	84.1	68.1	82.9	73.5	63	59	48.1	42.6	54
TOTAL %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
TOTAL N	43	44	72	70	230	46	39	79	68	250

Quadro A47: Deputados com Cargos Dirigentes nos Partidos, por Tipo de Cargo e por Partido

Tipo de Cargo	LEGISLATURA 1983-1985					LEGISLATURA 1985-1987					
	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PRD	PS	Total
Executivo Nacional	10	23.1	5.2	6.9	9.2	15	21.9	17.5	0	17	15.3
Representativo Nacional	3.3	12.8	15.6	21.8	16	5	25	12.5	0	19.1	13.4
Executivo Não Nacional	6.7	10.3	20.8	2	9.6	5	0	15	0	0	6.2
Represent. Não Nacional	0	0	2.6	3	2	0	0	0	0	0	0
Funcionário	0	0	0	0	0	0	9.4	0	0	0	1.4
Outros/ sem cargos	80	53.8	55.8	66.3	63.2	75	43.8	55	100	63.8	63.6
TOTAL %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
TOTAL N	30	39	77	101	250	20	32	80	30	47	209

Total = Conjunto dos Deputados na AR

**Quadro A48: Deputados com Cargos Dirigentes nos Partidos,
por Tipo de Cargo e por Partido**

Tipo de Cargo	LEGISLATURA 1987-1991						LEGISLATURA 1991-1995				
	CDS	PCP	PSD	PRD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Executivo Nacional	25	33.3	10.3	16.7	16.9	15.1	80	41.2	24.4	34.7	30
Representativo Nacional	0	26.7	19.9	0	32.2	22.9	20	17.6	23	38.9	27.4
Executivo Não Nacional	0	3.3	15.1	0	5.1	10.6	0	11.8	22.2	1.4	14.3
Repres. Não Nacional	0	0	6.2	0	1.7	4.1	0	0	5.2	4.2	4.3
Funcionário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros/ sem cargos	75	36.7	48.6	83.3	44.1	47.3	0	29.4	25.2	20.8	23.9
TOTAL %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
TOTAL N	4	30	146	59	6	245	5	17	135	72	230

**Quadro A49: Deputados com Cargos Dirigentes nos Partidos,
por Tipo de Cargo e por Partido**

Tipo de Cargo	LEGISLATURA 1995-1999					LEGISLATURA 1999-200?				
	CDS	PCP	PSD	PS	Total	CDS	PCP	PSD	PS	Total
Executivo Nacional	43	27	25	17	23	46.7	17.6	33.3	13.9	23
Representativo Nacional	7	27	26	30	27	13.3	23.5	9.9	33	22.6
Executivo Não Nacional	0	7	11	9	9	0	0	19.8	5.2	9.6
Represent. Não Nacional	0	0	3	6	4	0	0	1.2	2.6	1.7
Funcionário	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outros/ sem cargos	50	40	35	38	37	40	58.8	35.8	45.2	43
TOTAL %	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
TOTAL N	15	14	85	112	226	15	17	81	115	230

Total = Conjunto dos Deputados na AR

Quadro A50: Deputados com Cargos Dirigentes nos Partidos, por Partido

Partidos	C.	IA	IB	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
CDS	18.8	31	44.2	37	20	25	25	100	50	60
PCP	36.7	8.3	13.6	38.5	46.2	46.9	63.3	70.6	60	41.2
PSD	11.4	25.4	31.9	51.9	44.2	45	51.4	73.3	65	64.2
PS	29.8	15.2	17.1	57.4	33.7	36.2	55.9	79.2	62	54.8
CONJ. DEP.	23.7	19.7	26.1	45.6	36.8	34.9	52.7	76.1	63	57

Quadro A51: Deputados com Cargos Dirigentes nos Órgãos Nacionais dos Partidos, por Partido

Partidos	C.	IA	IB	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
CDS	18.8	14.3	27.9	26.1	13.3	20	25	100	50	60
PCP	36.7	8.3	13.6	35.9	35.9	46.9	60	58.8	54	41.2
PSD	8.9	14.1	18.1	26.6	20.8	30	30.1	47.4	51	43.2
PS	26.3	12.4	14.3	54.4	28.7	36.2	49.2	73.6	47	47
CONJ. DEP.	21.2	12.6	17.8	34	25.2	28.7	38	57.4	50	45.7

Quadro A52: Deputados com Cargos Dirigentes nos Órgãos Regionais e Locais dos Partidos, por Partido

Partidos	C.	IA	IB	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
CDS	0	16.7	16.3	10.9	6.7	4.5	0	0	0	0
PCP	0	0	0	2.6	10.3	0	3.3	11.8	7	0
PSD	2.5	11.3	13.9	25.3	23.4	14.6	21.2	27.4	14	21
PS	3.6	2.9	2.9	2.9	5	0	6.8	5.6	15	7.8
CONJ. DEP.	2.4	7.1	8.3	11.6	11.6	6.2	14.7	18.6	13	11.3

CONJ. DEP. = Total de deputados na AR com cargos nos órgãos dos partidos

Quadro A53: Experiência Política dos Deputados

Experiência Política	C.	IA	IB	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
SIM	6	39.9	65.6	76.8	76.4	79.6	78.9	85.7	80.4	81.3
NÃO	94	60.1	34.4	23.2	23.6	20.4	21.1	14.3	19.6	18.7
TOTAL N	250	263	250	250	250	250	250	230	230	230

Notas: as percentagens dizem respeito aos deputados que antes da legislatura em causa tinham tido experiência política em pelo menos um dos seguintes tipos de cargos políticos ("sim"): governo nacional; governo regional; autarca; deputado (alguma vez); parlamento europeu. A diferença deste valor para 100% dá os indivíduos sem experiência política anterior, em cada legislatura.

TOTAL N = total de deputados na AR.

Quadro A54: Experiência Política dos Deputados, por Partidos

Partidos	C.	IA	IB	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
CDS	0	21.4	67.4	71.7	83.3	90.9	100	100	33.3	73.3
PCP	0	32.5	70.2	71.8	89.7	94.7	80.6	76.5	93.3	94.1
PSD	2.5	52.1	58.7	78.5	80.5	80.7	76.4	88.9	82.2	79.0
PS	10.3	42.1	77	83.8	67.3	94.7	83.3	81.9	83.6	83.5
TOTAL %	6	39.9	65.6	76.8	76.4	79.6	78.9	85.7	80.4	81.3
TOTAL N	250	263	250	250	250	250	250	230	230	230

TOTAL % = Total % de deputados na AR com experiência política.

TOTAL N = Total de deputados na AR.

CONJ. DEP. = Total de deputados na AR com cargos nos órgãos dos partidos

**Quadro A55: Experiência Política dos Deputados no Governo Nacional,
por Partidos**

Partidos	ASSEMBLEIA CONSTITUINTE				LEGISLATURA 1976-1979			
	Sim	Não	Total %	Total N	Sim	Não	Total %	Total N
CDS	0	100	100	16	0	100	100	42
PCP	0	100	100	30	5	95	100	40
PSD	1	99	100	79	7	93	100	73
PS	1	99	100	114	7	94	100	107
CONJ. DEP.	1	99	100	245	5	95	100	263

**Quadro A56: Experiência Política dos Deputados no Governo Nacional,
por Partidos**

Partidos	LEGISLATURA 1979-1980				LEGISLATURA 1980-1983			
	Sim	Não	Total %	Total N	Sim	Não	Total %	Total N
CDS	2	98	100	43	20	80	100	46
PCP	4	96	100	47	15	85	100	39
PSD	5	95	100	75	11	89	100	79
PS	10	91	100	74	34	66	100	68
CONJ. DEP.	6	94	100	250	20	80	100	250

**Quadro A57: Experiência Política dos Deputados no Governo Nacional,
por Partidos**

Partidos	LEGISLATURA 1983-1985				LEGISLATURA 1985-1987			
	Sim	Não	Total %	Total N	Sim	Não	Total %	Total N
CDS	30	70	100	30	23	77	100	22
PCP	8	92	100	39	8	92	100	38
PSD	18	82	100	77	31	69	100	88
PS	12	88	100	101	47	53	100	57
PRD					13	87	100	45
CONJ. DEP.	15	85	100	250	27	73	100	250

CONJ. DEP. = Total na AR.

**Quadro A58: Experiência Política dos Deputados no Governo Nacional,
por Partidos**

Partidos	LEGISLATURA 1987-1991				LEGISLATURA 1991-1995			
	Sim	Não	Total %	Total N	Sim	Não	Total %	Total N
CDS	25	75	100	4	20	80	100	5
PCP	10	90	100	31	6	94	100	17
PSD	13	87	100	147	13	87	100	135
PS	32	68	100	60	19	81	100	72
PRD	14	86	100	7				
CONJ. DEP.	17	83	100	249	15	85	100	230

**Quadro A59: Experiência Política dos Deputados no Governo Nacional,
por Partidos**

Partidos	LEGISLATURA 1995-1999				LEGISLATURA 1999-200?			
	Sim	Não	Total %	Total N	Sim	Não	Total %	Total N
CDS	13.3	86.7	100	15	13	87	100	15
PCP	6.7	93.3	100	15	6	94	100	17
PSD	26.7	73.3	100	90	22	78	100	81
PS	7.3	92.7	100	110	10	90	100	115
CONJ. DEP.	15.2	84.8	100	230	14	86	100	230

CONJ. DEP. = Total na AR.

**Quadro A60: Experiência Política dos Deputados no Governo Regional,
por Partidos**

Partidos	ASSEMBLEIA CONSTITUINTE				LEGISLATURA 1976-1979			
	Sim	Não	Total %	Total N	Sim	Não	Total %	Total N
CDS	0	100	100	16	0	100	100	42
PCP	0	100	100	30	0	100	100	38
PSD	0	100	100	79	0	100	100	71
PS	0	100	100	114	0	100	100	106
CONJ. DEP.	0	100	100	245	0	100	100	258

**Quadro A61: Experiência Política dos Deputados no Governo Regional,
por Partidos**

Partidos	LEGISLATURA 1979-1980				LEGISLATURA 1980-1983			
	Sim	Não	Total %	Total N	Sim	Não	Total %	Total N
CDS	0	100	100	43	0	100	100	46
PCP	0	100	100	46	0	100	100	39
PSD	1	99	100	72	4	96	100	79
PS	0	100	100	70	0	100	100	68
CONJ. DEP.	1	99	100	235	1	99	100	250

**Quadro A62: Experiência Política dos Deputados no Governo Regional,
por Partidos**

Partidos	LEGISLATURA 1983-1985				LEGISLATURA 1985-1987			
	Sim	Não	Total %	Total N	Sim	Não	Total %	Total N
CDS	0	100	100	30	0	100	100	20
PCP	3	97	100	39	0	100	100	34
PSD	4	96	100	77	1	99	100	81
PS	2	98	100	101	0	100	100	47
PRD					0	100	100	44
CONJ. DEP.	2	98	100	250	1	99	100	226

CONJ. DEP. = Total na AR.

**Quadro A63: Experiência Política dos Deputados no Governo Regional,
por Partidos**

Partidos	LEGISLATURA 1987-1991				LEGISLATURA 1991-1995			
	Sim	Não	Total %	Total N	Sim	Não	Total %	Total N
CDS	0	100	100	4	0	100	100	5
PCP	0	100	100	30	0	100	100	17
PSD	1	99	100	147	7	93	100	135
PS	2	98	100	60	6	94	100	72
PRD	0	100	100	7				
CONJ. DEP.	1	99	100	248	6	94	100	230

**Quadro A64: Experiência Política dos Deputados no Governo Regional,
por Partidos**

Partidos	LEGISLATURA 1995-1999				LEGISLATURA 1999-200?			
	Sim	Não	Total %	Total N	Sim	Não	Total %	Total N
CDS	0	100	100	15	0	100	100	15
PCP	0	100	100	15	0	100	100	17
PSD	5.6	94.4	100	90	4	96	100	81
PS	4.5	95.5	100	110	2	98	100	115
CONJ. DEP.	4.3	95.7	100	230	2	98	100	230

CONJ. DEP. = Total na AR.

**Quadro A65: Experiência Política dos Deputados no Parlamento (alguma vez),
por Partidos**

Partidos	ASSEMBLEIA CONSTITUINTE				LEGISLATURA 1976-1979			
	Sim	Não	Total %	Total N	Sim	Não	Total %	Total N
CDS					17	83	100	42
PCP					23	78	100	40
PSD					34	66	100	73
PS					32	68	100	107
CONJ. DEP.					29	72	100	263

Nota: Nos quadros A76 a A4 contabilizam-se os deputados que já alguma vez tinham sido deputados nas legislaturas anteriores.

**Quadro A66: Experiência Política dos Deputados no Parlamento (alguma vez),
por Partidos**

Partidos	LEGISLATURA 1979-1980				LEGISLATURA 1980-1983			
	Sim	Não	Total %	Total N	Sim	Não	Total %	Total N
CDS	54	47	100	43	44	56	100	46
PCP	55	45	100	47	56	44	100	39
PSD	40	60	100	75	44	56	100	79
PS	76	24	100	74	57	43	100	68
CONJ. DEP.	54	46	100	250	50	50	100	250

**Quadro A67: Experiência Política dos Deputados no Parlamento (alguma vez),
por Partidos**

Partidos	LEGISLATURA 1983-1985				LEGISLATURA 1985-1987			
	Sim	Não	Total %	Total N	Sim	Não	Total %	Total N
CDS	63	37	100	30	73	27	100	22
PCP	67	33	100	39	90	10	100	38
PSD	51	49	100	77	59	41	100	88
PS	33	67	100	101	79	21	100	56
PRD					22	78	100	45
CONJ. DEP.	47	53	100	250	63	37	100	249

CONJ. DEP. = Total na AR.

**Quadro A68: Experiência Política dos Deputados no Parlamento (alguma vez),
por Partidos**

Partidos	LEGISLATURA 1987-1991				LEGISLATURA 1991-1995			
	Sim	Não	Total %	Total N	Sim	Não	Total %	Total N
CDS	100	0	100	4	80	20	100	5
PCP	74	26	100	31	53	47	100	17
PSD	45	55	100	147	59	41	100	135
PS	60	40	100	60	64	36	100	72
PRD	71	29	100	7				
CONJ. DEP.	54	46	100	249	60	40	100	230

**Quadro A69: Experiência Política dos Deputados no Parlamento (alguma vez),
por Partidos**

Partidos	LEGISLATURA 1995-1999				LEGISLATURA 1999-200?			
	Sim	Não	Total %	Total N	Sim	Não	Total %	Total N
CDS	6.7	93.3	100	15	33	67	100	15
PCP	53.3	46.7	100	15	71	29	100	17
PSD	57.8	42.2	100	90	51	49	100	80
PS	33.6	66.4	100	110	50	50	100	115
CONJ. DEP.	42.6	57.4	100	230	51	49	100	229

**Quadro A70: Número Médio de Mandatos Parlamentares Anteriores
dos Deputados, por Partidos**

Partidos	C.	IA	IB	II	III	IV	V	VI	VII	VIII
CDS	0	0,2	0,6	0,7	1,0	1,2	3	2,0	0,3	1
PCP	0	0,2	0,6	0,8	1,1	1,8	1,8	1,8	1,3	1,7
PSD	0	0,3	0,5	0,6	0,8	0,9	0,9	1,1	1,3	1,1
PS	0	0,3	0,9	1,0	0,6	1,5	1,6	1,5	0,8	1
TOTAL	0	0,3	0,6	0,8	0,8	1,1	1,2	1,3	1,0	1,6

CONJ. DEP. = Total na AR.

**Quadro A71: Experiência Política dos Deputados no Parlamento
(na Legislatura imediatamente anterior), por Partidos**

Partidos	ASSEMBLEIA CONSTITUINTE				LEGISLATURA 1976-1979			
	Sim	Não	Total %	Total N	Sim	Não	Total %	Total N
CDS					17	83	100	42
PCP					23	78	100	40
PSD					34	66	100	73
PS					32	68	100	107
CONJ. DEP.					29	72	100	263

**Quadro A72: Experiência Política dos Deputados no Parlamento
(na Legislatura imediatamente anterior), por Partidos**

Partidos	LEGISLATURA 1979-1980				LEGISLATURA 1980-1983			
	Sim	Não	Total %	Total N	Sim	Não	Total %	Total N
CDS	54	47	100	43	33	67	100	46
PCP	51	49	100	47	33	67	100	39
PSD	33	67	100	75	33	67	100	79
PS	72	28	100	74	28	72	100	68
CONJ. DEP.	51	49	100	244	32	68	100	250

**Quadro A73: Experiência Política dos Deputados no Parlamento
(na Legislatura imediatamente anterior), por Partidos**

Partidos	LEGISLATURA 1983-1985				LEGISLATURA 1985-1987			
	Sim	Não	Total %	Total N	Sim	Não	Total %	Total N
CDS	53	47	100	30	68	32	100	22
PCP	49	51	100	39	82	18	100	38
PSD	40	60	100	77	46	55	100	88
PS	27	73	100	101	60	40	100	57
PRD					2	98	100	45
CONJ. DEP.	37	63	100	250	48	52	100	250

CONJ. DEP. = Total na AR.

**Quadro A74: Experiência Política dos Deputados no Parlamento
(na Legislatura imediatamente anterior), por Partidos**

Partidos	LEGISLATURA 1987-1991				LEGISLATURA 1991-1995			
	Sim	Não	Total %	Total N	Sim	Não	Total %	Total N
CDS	75	25	100	4	40	60	100	5
PCP	58	42	100	31	47	53	100	17
PSD	26	74	100	148	50	50	100	134
PS	43	57	100	60	54	46	100	71
PRD	57	43	100	7				
CONJ. DEP.	36	64	100	250	50	50	100	228

**Quadro A75: Experiência Política dos Deputados no Parlamento
(na Legislatura imediatamente anterior), por Partidos**

Partidos	LEGISLATURA 1995-1999				LEGISLATURA 1999-200?			
	Sim	Não	Total %	Total N	Sim	Não	Total %	Total N
CDS	0	100	100	15	7	93	100	15
PCP	46.7	53.3	100	15	65	35	100	17
PSD	38.9	61.1	100	90	40	60	100	81
PS	25.5	74.5	100	110	44	56	100	115
CONJ. DEP.	30.4	69.6	100	230	41	59	100	230

CONJ. DEP. = Total na AR.

**Quadro A76: Experiência Política Autárquica dos Deputados,
por Partidos**

Partidos	ASSEMBLEIA CONSTITUINTE				LEGISLATURA 1976-1979			
	Sim	Não	Total %	Total N	Sim	Não	Total %	Total N
CDS	0	100	100	16	5	95	100	42
PCP	0	100	100	30	5	95	100	38
PSD	1	99	100	79	20	80	100	71
PS	10	90	100	114	9	92	100	106
CONJ. DEP.	5	95	100	245	11	90	100	258

**Quadro A77: Experiência Política Autárquica dos Deputados,
por Partidos**

Partidos	LEGISLATURA 1979-1980				LEGISLATURA 1980-1983			
	Sim	Não	Total %	Total N	Sim	Não	Total %	Total N
CDS	14	86	100	43	24	76	100	46
PCP	20	80	100	46	13	87	100	39
PSD	29	71	100	72	42	58	100	79
PS	7	93	100	70	43	57	100	68
CONJ. DEP.	17	83	100	235	32	68	100	250

**Quadro A78: Experiência Política Autárquica dos Deputados,
por Partidos**

Partidos	LEGISLATURA 1983-1985				LEGISLATURA 1985-1987			
	Sim	Não	Total %	Total N	Sim	Não	Total %	Total N
CDS	20	80	100	30	50	50	100	20
PCP	33	67	100	39	29	71	100	34
PSD	36	64	100	77	30	70	100	81
PS	43	57	100	101	35	65	100	48
PRD					14	86	100	44
CONJ. DEP.	36	64	100	250	30	71	100	227

CONJ. DEP. = Total na AR.

**Quadro A79: Experiência Política Autárquica dos Deputados,
por Partidos**

Partidos	LEGISLATURA 1987-1991				LEGISLATURA 1991-1995			
	Sim	Não	Total %	Total N	Sim	Não	Total %	Total N
CDS	25	75	100	4	20	80	100	5
PCP	40	60	100	30	53	47	100	17
PSD	52	48	100	147	59	41	100	135
PS	40	60	100	60	49	51	100	72
PRD	14	86	100	7				
CONJ. DEP.	46	54	100	248	54	46	100	230

**Quadro A80: Experiência Política Autárquica dos Deputados,
por Partidos**

Partidos	LEGISLATURA 1995-1999				LEGISLATURA 1999-200?			
	Sim	Não	Total %	Total N	Sim	Não	Total %	Total N
CDS	26.7	73.3	100	15	40	60	100	15
PCP	73.3	26.7	100	15	65	35	100	17
PSD	44.4	55.6	100	90	53	47	100	81
PS	65.5	34.5	100	110	58	42	100	115
CONJ. DEP.	55.2	44.8	100	230	55	45	100	230

CONJ. DEP. = Total na AR.

**Quadro A81: Experiência Política como Deputado no Parlamento Europeu,
por Partidos**

Partidos	LEGISLATURA 1987-1991				LEGISLATURA 1991-1995			
	Sim	Não	Total %	Total N	Sim	Não	Total %	Total N
CDS	0	100	100	4	0	100	100	5
PCP	3	97	100	30	6	94	100	17
PSD	1	99	100	147	2	98	100	135
PS	0	100	100	60	6	94	100	72
CONJ. DEP.	1	99	100	248	4	96	100	230

**Quadro A82: Experiência Política como Deputado no Parlamento Europeu,
por Partidos**

Partidos	LEGISLATURA 1995-1999				LEGISLATURA 1999-200?			
	Sim	Não	Total %	Total N	Sim	Não	Total %	Total N
CDS	6.7	93.3	100	15	27	73	100	15
PCP	13.3	86.7	100	15	12	88	100	17
PSD	5.6	94.4	100	90	3	97	100	80
PS	2.7	97.3	100	110	5	95	100	115
CONJ. DEP.	4.8	95.2	100	230	6	94	100	229

CONJ. DEP. = Total na AR.